

Departamento de Arquitectura

**De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell**  
**Análise Arquitectónica**

Inês Maria Melo Gato de Pinho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Arquitectura - Reabilitação Urbana e Arquitectónica

Orientador:

Professor Doutor Arqº Vítor Lopes dos Santos

FAUTL

Co-orientador(a):

Mestre Arqª Soraya Genin  
ISCTE-IUL

Novembro, 2011

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Departamento de Arquitectura

**De Colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell**  
**Análise Arquitectónica**

Inês Maria Melo Gato de Pinho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Arquitectura - Reabilitação Urbana e Arquitectónica

Orientador:

Professor Doutor Arquitecto Vítor Lopes dos Santos

FAUTL

Co-orientador(a):

Mestre Arquitecta Soraya Genin  
ISCTE-IUL

Novembro, 2011



Para a Matilde

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Vítor Lopes dos Santos, meu professor há alguns anos, agradeço a pronta disponibilidade para aceitar a orientação deste trabalho.

À Mestre Arquitecta Soraya Genin, minha professora do ano curricular do presente mestrado, agradeço o esforço acrescido que fez para aceitar a co-orientação. Agradeço também a amizade, a disponibilidade constante para me apoiar tanto no papel como no terreno e, acima de tudo, a forma apaixonada como diariamente exerce a prática da Arquitectura e a Investigação, inspirando os seus alunos.

Ao meu pai, que nunca me deu respostas directas encaminhando-me sempre para a principal de todas as fontes – os livros; O meu agradecimento pelo acompanhamento constante e pela ajuda imprescindível na realização de todo o levantamento.

Ao meu marido e à minha mãe, agradeço o acompanhamento, a motivação, a paciência e a compreensão pelas ausências – são pilares da minha vida sem os quais não teria conseguido.

Ao meu querido amigo António Cunha Bento, agradeço a amizade, a generosidade e disponibilidade constantes, mas acima de tudo, o facto de ter partilhado comigo todas as inquietações desta longa estória, investigando em paralelo e mostrando uma paixão por esta cidade que poucos têm. Sem ele, este trabalho não teria chegado aos níveis a que nos propusemos.

Ao Instituto Politécnico de Setúbal, agradeço o repto e a total disponibilidade. Agradeço em especial a disponibilidade e entusiasmo da Dr<sup>a</sup> Cristina Patacas e a paciência da D<sup>a</sup> Emília.

Ao Eng<sup>o</sup> Silva Alves, agradeço a total disponibilidade e partilha de informação. Sem ele teria sido impossível realizar o estudo relativo ao último período de ocupação do edifício.

Agradeço ainda à minha família e amigos, em especial à Ju e à Belica; ao Professor Luis Conceição, ao Dr. Tavares da Silva (MAEDS), ao Bruno Ferro (AFAR), ao Dr. Joaquim Moreira (AHCMS), à D<sup>a</sup> Fátima Conde (CRP) e a todas as pessoas e instituições que apoiaram este estudo.



## RESUMO

O antigo Colégio de S. Francisco Xavier de Setúbal, é hoje conhecido como Palácio Fryxell. Poucas são as pessoas que identificam o edifício pela sua função original, tendo-se perdido a memória de séculos de ocupações e transformações. As poucas publicações sobre o colégio jesuíta, referem apenas uma posterior ocupação religiosa feminina e mais tarde a adaptação a moradia burguesa (o palácio Fryxell).

A nossa tese partiu de um apelo ao estudo do edifício, por se tratar de um caso pouco estudado e que carecia de investigação histórica e análise arquitectónica.

Desenvolvemos a investigação e apercebemo-nos que o território de implantação jesuíta era muito maior que a área do actual palácio. Para além disso, também as ocupações e os usos foram mais do que os citados pela historiografia setubalense. Para chegar a esta conclusão, apoiámo-nos em documentos históricos e dados que a própria arquitectura nos forneceu.

A tese estrutura-se em cinco capítulos, correspondentes a cinco períodos de ocupação. No primeiro capítulo estabelecemos os limites da ocupação jesuíta e assinalamos os seus vestígios arquitectónicos. No segundo, abordamos a primeira grande reabilitação encetada por duas congregações femininas de Cister. No terceiro capítulo, analisamos o desmembramento da propriedade e as diversas funções que os edifícios viriam a responder. No quarto capítulo, já centrados apenas na parte correspondente ao palácio, analisamos a ocupação burguesa que lhe conferiu a denominação de Palácio Fryxell. O último capítulo refere-se à adaptação da moradia burguesa a sede do Instituto Politécnico de Setúbal, retomando a função escolar inicial e o objectivo para que foi construído o edifício.

Como disse Louis Khan, *what was, has always been; what is, has always been; what will be, has always been...*





## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS, [pp.2](#)

RESUMO, [pp.4](#)

LISTAGEM DE ABREVIATURAS, [pp.7](#)

INTRODUÇÃO, [pp.10](#)

OBJECTO DE ESTUDO, [pp.16](#)

CAPÍTULO 1 – 1º período de ocupação:

O Colégio de S. Francisco Xavier da Villa de Setúbal  
Séc. XVII - XVIII

A Companhia de Jesus, [pp.25](#)

A entrada da Companhia de Jesus em Portugal, [pp.30](#)

As tentativas de implantação do colégio da CJ em Setúbal, [pp.33](#)

A implantação do edifício, [pp.36](#)

A construção do colégio de Setúbal, [pp.52](#)

O projecto do edifício, o *Modo Nostro* e a organização jesuíta, [pp.54](#)

A organização espacial hipotética do colégio de Setúbal, [pp.63](#)

O terramoto de 1755, [pp.79](#)

A expulsão dos Jesuítas, [pp.80](#)

Evolução construtiva do complexo – resumo gráfico - 1º período  
de ocupação, [pp.82](#)

CAPÍTULO 2 – 2º período de ocupação:

O Real Mosteiro de N<sup>a</sup> Senhora da Nazareth de Setúbal  
Séc. XVIII

De Colégio de S. Francisco Xavier a Real Mosteiro de Nossa  
Senhora da Nazareth de Setúbal, [pp.87](#)

Peças desenhadas por investigar, [pp.97](#)

O regresso aos mosteiros de origem, [pp.101](#)

Evolução construtiva do complexo – resumo gráfico - 2º período  
de ocupação, [pp.102](#)

CAPÍTULO 3 – 3º período de ocupação:

Da extinção das ordens religiosas ao período industrial  
Séc. XVIII – XX

De casa de Deus a Casa da Ópera, [pp.105](#)

Prédios de rendimento para Cister, [pp.109](#)

De casa de Deus a casa da Máquina, [pp.118](#)

Evolução construtiva do complexo – resumo gráfico - 3º período  
de ocupação, [pp.130](#)

## CAPÍTULO 4 – 4º período de ocupação:

O palácio burguês  
Séc. XIX - XX

A adaptação a moradia burguesa, [pp.133](#)  
Evolução construtiva do complexo – resumo gráfico - 4º período  
de ocupação, [pp.160](#)

## CAPÍTULO 5 – 5º período de ocupação:

Sede do Instituto Politécnico de Setúbal  
Séc. XX - XXI

As obras de adaptação a sede do IPS, [pp.163](#)  
As obras de conservação do final da década de 90, [pp.169](#)  
As obras de beneficiação do claustro em 2002, [pp.170](#)  
A capela – Contributos para a reabilitação, [pp.180](#)  
Evolução construtiva do complexo – resumo gráfico - 5º período  
de ocupação, [pp.188](#)  
Evolução funcional do complexo – resumo gráfico, [pp.189](#)

CONCLUSÃO, [pp.191](#)

RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES E OBRAS DE  
REABILITAÇÃO, [pp.195](#)

BIBLIOGRAFIA, [pp.199](#)

ANEXOS, [pp.205](#)

ANEXO 1 – Transcrição parcial do cap. XXI do “Tratado da antiga e curiosa fundação do convento de Iesu de Setuval - composto pella Madre Soror Leonor de S. João Religiosa do dicto convento e Abadessa. Ano de 1630”

ANEXO 2 – Transcrição do manuscrito “Lista da Faz.<sup>da</sup> de Andre Velho Freyre e de sua mulher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.<sup>o</sup> de S. Fran.<sup>co</sup> Xavier”

ANEXO 3 – Transcrição do manuscrito “Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes”

ANEXO 4 – Transcrição do manuscrito “Provizão a D. Abbadeça do Mostr<sup>o</sup> de N. S<sup>a</sup> da Nazaret de Setubal”.

ANEXO 5 – Transcrição do manuscrito “Alvará de doação Real do Terreno de Palhaes em Setúbal”.

ANEXO 6 – Recolha cartográfica da Vila de Setúbal / Setúbal. Séc. XVII a séc. XIX

ANEXO DIGITAL, [CD-ROM](#)





## ABREVIATURAS UTILIZADAS

ARSI	Archivum Romanun Societatis Iesu
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNF	Biblioteca Nacional de França
BMS	Biblioteca Municipal de Setúbal
BMP	Biblioteca Municipal do Porto
BACL	Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa
AHM	Arquivo Histórico Militar
GEAEM/DI	Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/ Divisão de Infra-estruturas.
ATC	Arquivo do Tribunal de Contas
ADS	Arquivo Distrital de Setúbal
FPAC	Fundo particular Almeida Carvalho
AHCMS	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal
AFAR	Arquivo fotográfico Américo Ribeiro
CMS	Câmara Municipal de Setúbal
MAEDS	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
CJ	Companhia de Jesus
CNDF-AGM	Centro Nacional de Documentação Ferroviária. Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado





## INTRODUÇÃO

---



A presente dissertação é realizada no âmbito do I Mestrado em Reabilitação Urbana e Arquitectónica do ISCTE-IUL, em colaboração com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Do conjunto das disciplinas ministradas no 1º ano do curso, houve uma que me suscitou maior interesse – a disciplina de *Análise Arquitectónica*.

É fundamental uma leitura exaustiva do edificado; a análise das marcas de construção de várias épocas, transmite-nos dados fundamentais para o entendimento da sua História. Por outro lado a análise de documentos históricos, permite-nos interpretar vestígios arquitectónicos encontrados. Fizemos o cruzamento dos dados resultantes da observação directa da Arquitectura e da análise de fontes documentais para uma interpretação do nosso objecto de estudo, o Colégio de S. Francisco Xavier da Companhia de Jesus de Setúbal.

Enquanto decorria o primeiro ano do curso, numa apresentação pública sobre as obras de beneficiação do claustro do Instituto Politécnico de Setúbal (o antigo colégio jesuíta, conhecido como Palácio Fryxell), apresentou-se a dificuldade no conhecimento do edifício e foi lançado um apelo à elaboração de estudos académicos sobre este conjunto arquitectónico.

A necessidade de estudos e a complexidade do tema desafiou-nos a elaborar esta investigação. Procurámos mostrar que, apesar de tantas limitações, é possível, através da leitura do edifício, da interpretação analítica de fontes documentais (directas e indirectas) e da criação de hipóteses, chegar a conclusões que nos permitem entender a evolução construtiva do objecto de estudo.

Considerámos que este edifício seria um desafio por duas razões:

- A sua arquitectura encontra-se completamente desconfigurada, ao ponto de nem ser reconhecida a sua função original; exige uma atenção acrescida ao nível da leitura do edificado e do espaço urbano;
- A escassa informação publicada sobre o edifício, baseada quase sempre nos apontamentos de Almeida Carvalho, exige a procura de fontes primárias que documentem as várias épocas e mutações sofridas.

Considerámos importante não só entender a evolução do edificado, mas também as transformações à escala da cidade e as mutações sociais/funcionais. Esta importância urbana era evidente - aliás acabámos por constatar que o colégio de Setúbal ocupava não só os edifícios correspondentes ao palácio Fryxell, mas que se desenvolvia até ao Pátio Gago da Silva, formando um enorme quarteirão de Setúbal, com quase 7700m<sup>2</sup> de área.

Elaborámos o levantamento arquitectónico das zonas acessíveis - o Instituto Politécnico de Setúbal e a tipografia Papéis do Sado. Este trabalho só foi possível graças à franca abertura e disponibilidade dos actuais proprietários/utilizadores. Fizemos o levantamento métrico, em duas e três dimensões, de todo o edifício. Cingimos o levantamento de anomalias a uma zona específica – a capela, único espaço do IPS que não foi alvo de reabilitação e que por razões óbvias de valor patrimonial, considerámos ser importante o nosso contributo.

A análise das estruturas/alvenarias do IPS revelou-se impossível: o edifício foi intervencionado na década de 90 do séc. XX - as paredes foram todas rebocadas, e as estruturas das coberturas foram na maioria escondidas por tectos falsos. No relatório da obra de beneficiação de fachadas, é dito que *em muitos casos foi possível visualizar alguns traços do desenho original do edifício, o qual já sofreu uma série de intervenções ao longo dos tempos, escondendo certos pormenores característicos da época*. Efectivamente, nessa intervenção perdeu-se uma oportunidade rara para compreender a evolução construtiva do edifício. Numa situação ideal deveria ter sido realizado um levantamento gráfico (ao género dos que acompanham os relatórios de Arqueologia da Arquitectura), ou uma fotografia paramétrica de grande qualidade do conjunto, que permitisse a quem se quisesse debruçar sobre o assunto, ampliar e identificar os sistemas construtivos utilizados. Para além de não podermos contar com esse tipo de levantamento, também não nos foi possível analisar as fotografias originais do relatório.

No primeiro capítulo procurámos informação sobre a fundação do colégio e as suas origens. O levantamento da memória deste edifício revelou-se complexo, uma vez que a grande maioria dos documentos referentes à Companhia de Jesus e aos seus edifícios, foram destruídos no âmbito da campanha anti-jesuíta.

Felizmente, existe em Roma o ARSI (Archivum Romanum Societatis Iesu), que preserva a cópia dos documentos de fundação, dos relatórios dos visitantes e da correspondência anual ou trianual trocada entre os colégios e a *Casa Generalícia*. Conseguimos ir a Roma e transcrevemos alguns desses documentos (os que estavam em português), especialmente os que se relacionaram directamente com a fundação. Não traduzimos os documentos escritos em latim, por falta de conhecimento, mas deixamos em anexo (cd) para próximas investigações.

Também em Paris, existe um importante espólio da ordem, de cariz iconográfico: as plantas dos edifícios da Companhia de Jesus. Apesar da sua importância, os exemplares circunscrevem-se na maioria, ao primeiro século de existência jesuíta (séc. XVI). Sendo a fundação do Colégio de S. Francisco Xavier de Setúbal, pertencente ao séc. XVII, e dadas as limitações financeiras, não nos foi possível analisar esse fundo documental.

No segundo capítulo, referente à ocupação cisterciense, o panorama não foi muito melhor - a fusão das diversas casas regulares e a extinção das ordens religiosas levaram não só ao desmembramento da propriedade, mas também à perda e desmembramento da informação.

A reorganização dos arquivos portugueses, contribuiu também para esse desmembramento documental. Como exemplo, no arquivo Histórico Militar, encontrámos memórias descritivas sem os desenhos correspondentes; e nos Serviços de Engenharia do Exército, encontrámos os desenhos sem memórias descritivas (e sem cotas de correspondência). Localmente, a documentação que existia na biblioteca da Câmara



Municipal de Setúbal foi quase na totalidade destruída pelo incêndio de 4 de Outubro de 1910.

Mais recentemente ainda nos deparamos com lacunas ou percas de informação inexplicáveis: 1) Nenhum dos organismos que devia ter cópia do projecto de adaptação ao IPS, o mantém nos seus arquivos (IPS, Arquivo do Ministério da Educação, CMS); 2) O túmulo do fundador do colégio, único elemento que restava da igreja, e que persistiu até 1908, foi transportado para o Museu do Carmo, mas desapareceu. A peça foi mantida no museu durante bastante tempo, surgindo inclusivamente referida como a peça nº LXIV do inventário em 1936. Infelizmente, e apesar do museu não ter mudado de instalações, a peça já não existe e ninguém sabe explicar porquê.

A investigação foi por todas estas razões, limitada e complexa. No entanto, conseguimos mostrar que se podem obter informações altamente proveitosas para a compreensão do edificado a partir de fontes indirectas/secundárias. Consultámos testamentos, descrições prediais dos edifícios envolventes, livros de despesas, autos de sequestro de bens móveis e até listas de preços de projectos de obras públicas. Todos eles nos deram pistas que apesar de pequenas, no conjunto e depois de um cuidadoso cruzamento de dados, se completam, revelando dados da maior importância para o levantamento da memória do edifício e da cidade.

## ESTADO DA ARTE

Não existe qualquer monografia sobre este conjunto arquitectónico ou sobre parte dele. Existem referências dispersas por obras generalistas, que se resumem na maioria, a uma página com informação muito sucinta. São maioritariamente escritas no século XIX e repetem-se no conteúdo<sup>1</sup>. Existe no entanto um desses autores - João Carlos de Almeida Carvalho - que investigou um pouco mais sobre o assunto e escreveu algumas páginas sobre o edifício, patentes na obra "Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II". Esta obra é fundamental porque refere uma série de documentos que foram arquivados no arquivo municipal, entretanto desaparecidos.

A pesquisa histórica de Almeida Carvalho deixa-nos algumas pistas da história do edifício até ao século XIX. Desse momento até agora, as novas referências impressas<sup>2</sup> pouco acrescentam ao que foi dito pelo autor, repetindo a sua informação. A única excepção a esta situação surge em 2003, sob a forma de acta de uma comunicação feita no âmbito do III

<sup>1</sup> Falamos das obras de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, (vários volumes), Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1972-, Alberto Pimentel - *Memória sobre história e administração do Município de Setúbal*, Lisboa, C.M. de Setúbal, 1877 -, e Pinho Leal - *Portugal Antigo e Moderno, Dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico, de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, Lisboa, Matos Moreira & Companhia, 1880.

<sup>2</sup> Maioritariamente artigos em periódicos, guias de viagens ou boletins culturais.

*Encore*. Esta comunicação<sup>3</sup>, feita pelo Eng<sup>o</sup> Francisco Silva Alves, surge como o próprio nome indica, na sequência das obras de reabilitação do claustro do edifício. Para além da apresentação da intervenção efectuada, é feita uma tentativa de sistematização histórica do edifício relacionando-a com os elementos da obra e são deixadas questões sobre o desenvolvimento formal do edifício. É a essas perguntas que vamos tentar responder, apoiando-nos na escassa informação publicada, e trazendo à discussão fontes primárias e inéditas.

---

<sup>3</sup> ALVES, Francisco Silva. “Conservar, reabilitando a história do edifício. A propósito das obras no claustro do antigo Colégio dos Jesuítas em Setúbal (Palácio Fryxell)”. *III Encore – Encontro Sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*. Lisboa: LNEC, Maio de 2003.



OBJECTO DE ESTUDO

---

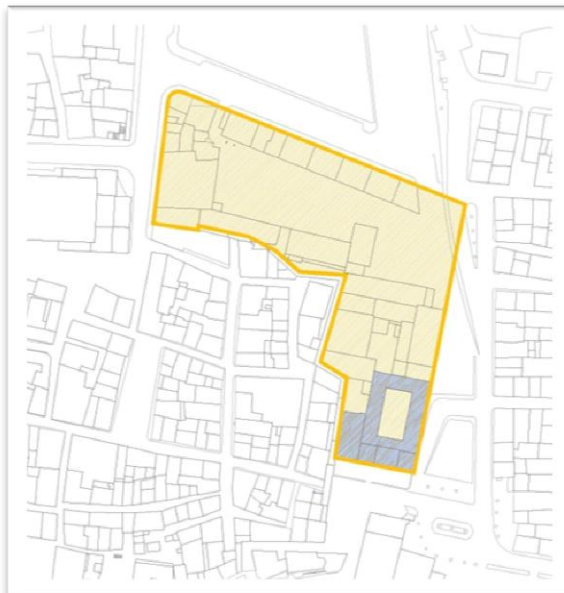




Situado em Setúbal, na zona do miradouro de S. Sebastião, o Palácio Fryxell é actualmente a sede do Instituto Politécnico de Setúbal. O imóvel está incluído na lista do Inventário do Património Arquitectónico, não sendo porém imóvel classificado.



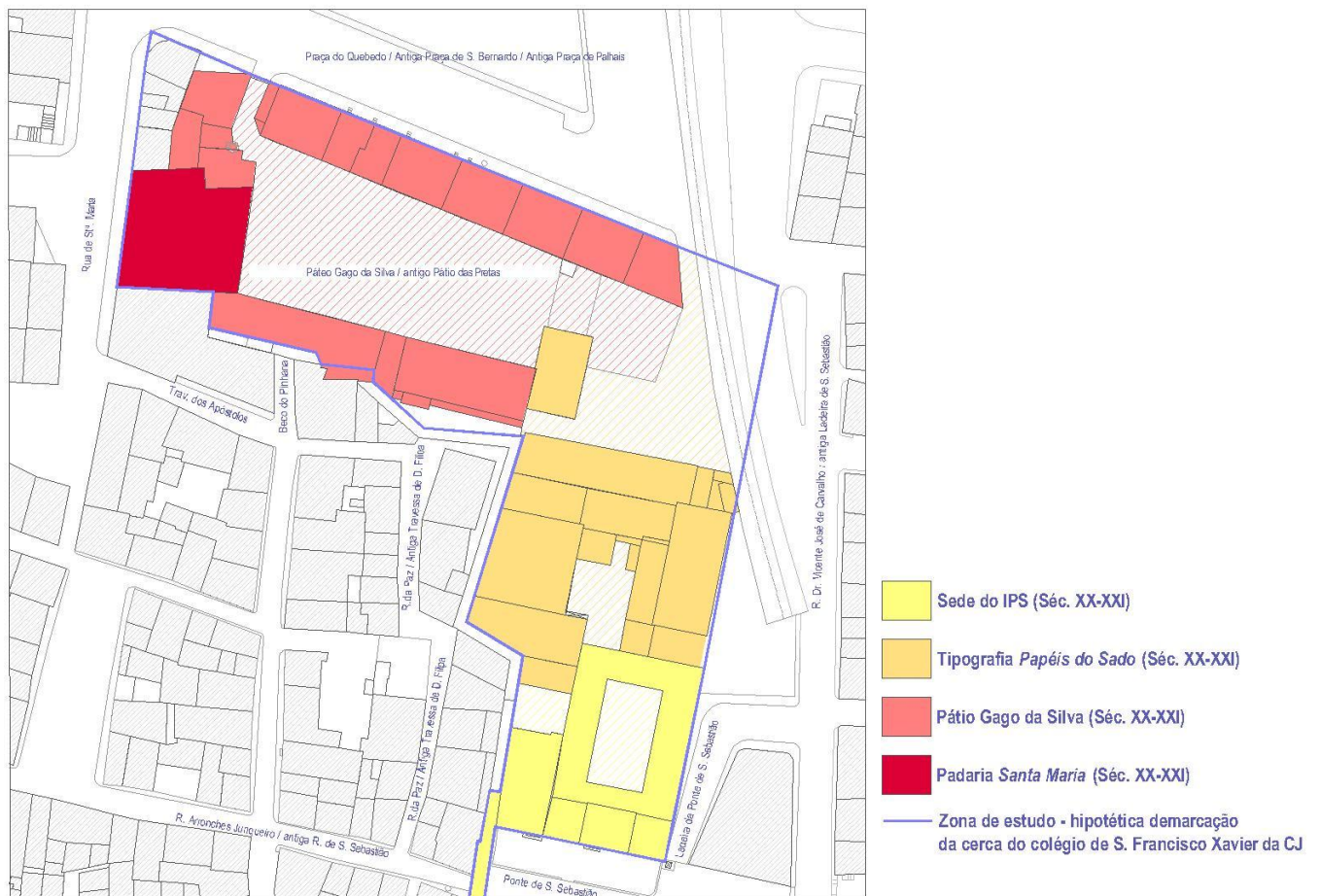
Fig. 1 – Localização do Palácio Fryxell (a azul). Fotografia extraída de <http://maps.google.pt>



O edifício original – Colégio de S. Francisco Xavier da Companhia de Jesus, foi fundado por volta de 1655, mas pouco resta da construção inicial. O nosso estudo expande-se assim aos limites da primeira ocupação, limite esse que cremos corresponder à cerca.

Fig. 2 – A laranja, limite da zona de estudo; a azul, actual palácio Fryxell.

Dada a extensão e complexidade do objecto de estudo, e para facilitar a leitura do estudo que se segue, apresentamos um esquema da sua composição actual, seguido de uma breve apresentação gráfica das diferentes zonas.





Zona amarela

Função actual: Sede do IPS



Composição fotográfica 1 - Fotografias da zona actualmente ocupada pelo IPS

Zona laranja

Função actual: Tipografia Papéis do Sado

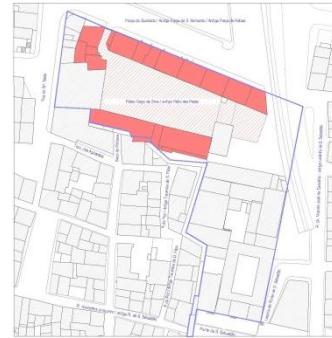


Composição fotográfica 2 - Fotografias da zona actualmente ocupada pela tipografia



Zona rosa

Função actual: Habitacional/Serviços  
- Pátio Gago da Silva



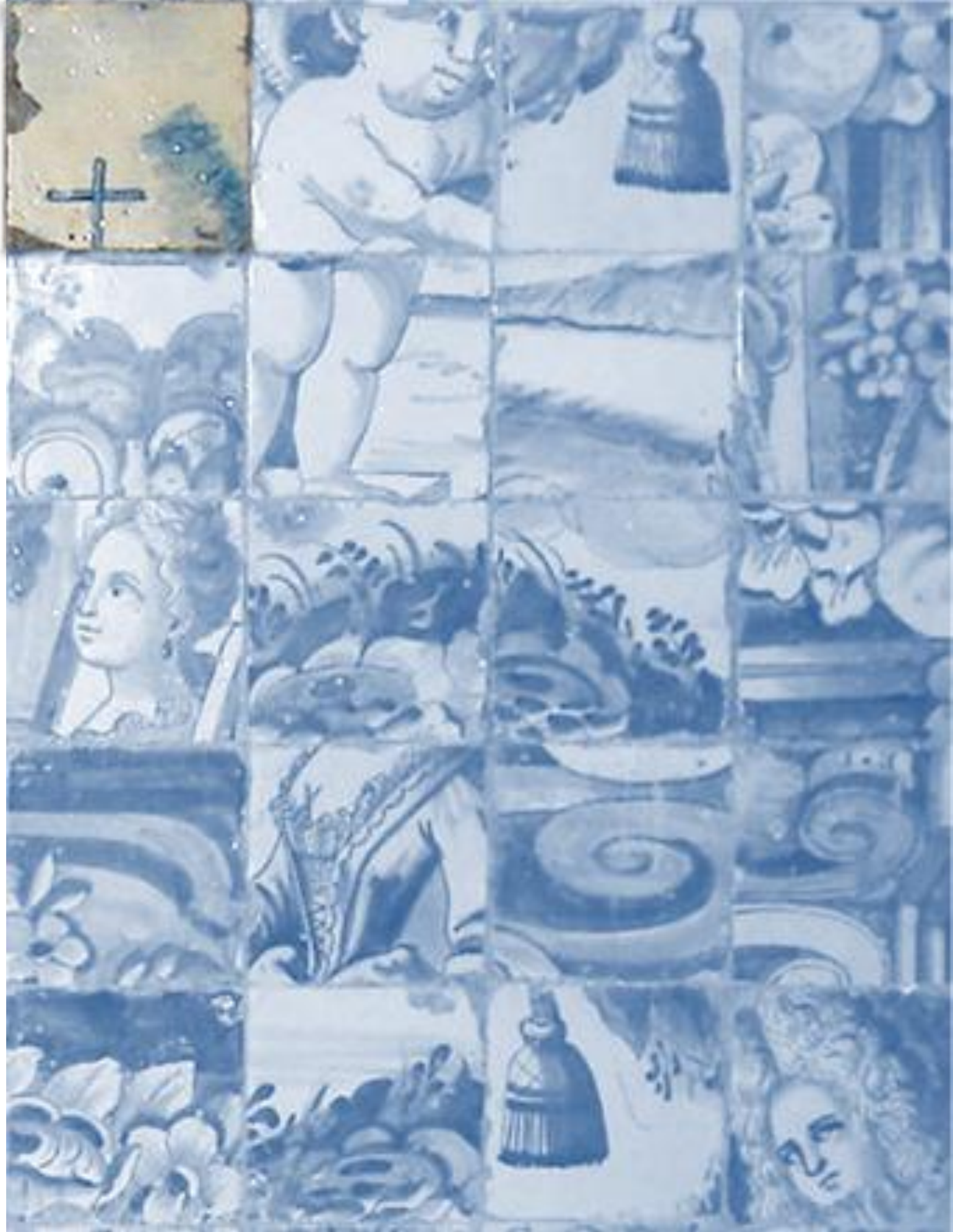
Composição fotográfica 3 - Fotografias da zona denominada "Pátio Gago da Silva"

Zona vermelha

Função actual: Padaria Santa Maria (devoluta)



Fig. 3 – Fachada principal do edifício da antiga padaria Santa Maria.





O edifício que analisamos neste estudo, foi inicialmente projectado para responder a uma ocupação religiosa – colégio de S. Francisco Xavier da Companhia de Jesus. Apesar de todas as transformações sofridas ao longo dos séculos, existem alguns vestígios dessa ocupação e que só serão entendíveis se conhecermos e compreendermos o programa base.

Pese embora as transformações que os espaços residenciais civis têm sofrido ao longo dos séculos, todos atribuímos ao quarto a função de descanso, à cozinha a de confecção de alimentos, ou à sala a função de convívio. Apesar disso, a forma de habitar a casa varia de pessoa para pessoa e mais díspar se torna entre diferentes sociedades e culturas. Da mesma forma que o programa habitacional varia de acordo com as necessidades e hábitos do seu utilizador, também o programa habitacional religioso varia de acordo com a ordem que o ocupa. Esta situação aplica-se com particular incidência no caso das residências jesuítas.

Sendo uma ordem de reforma espiritual, também os espaços foram alvo desse corte com os modelos arquitectónicos conventuais. É portanto necessário entender qual a ideologia inaciana para compreender o que justifica as diferenças dos edifícios das restantes ordens.

## A COMPANHIA DE JESUS

Inácio de Loyola

O fundador da Companhia de Jesus nasceu em Loyola, Espanha, em 1491. Iñigo Lopez de Loyola, mais conhecido como Inácio de Loyola, foi o décimo terceiro filho de uma família nobre. No contexto da sua carreira militar, Inácio participou, em 1521, na defesa militar da cidade de Pamplona. De espírito guerreiro e patriótico, o basco bateu-se com os inimigos até ao fim, mesmo quando tudo fazia prever uma concretizada derrota. A intrépida aventura deixou marcas profundas em Inácio: uma das pernas fica desfeita por uma bala e a outra gravemente ferida. Mas as marcas mais relevantes não foram as físicas, mas sim as espirituais. *Durante o longo tempo de convalescença em que foi sujeito a diversas e dolorosas intervenções cirúrgicas, a fim de matar o tédio resultante da inércia, em vez dos desejados romances de cavalaria, foi obrigado a ler livros que lhe foram disponibilizados no solar de Loyola: os quatro volumes da “Vida de Cristo” de Ludolfo da Saxónia e um “Flos Sanctorum” de Jacobus de Voragine. Assim, é neste longo período de mais de sete meses, de Junho de 1521 a princípios de 1522, que Inácio opera um volte-face interior que o leva a encetar um longo caminho de peregrinação espiritual, tornando-se um eremita, depois um peregrino em Jerusalém, e a seguir iniciando uma carreira de estudo pelas universidades de Espanha e França.*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> FRANCO, José Eduardo. “O mito dos Jesuítas. Vol.1 – Das origens ao Marquês de Pombal”, pp.58.



*Em fins de Fevereiro de 1522 sai do solar dos Loyola a caminho de Monserrate, fixando-se em Manresa, onde permanece quase um ano, começando por levar uma vida de rigorosa penitência, como um eremita do deserto, para pouco depois renunciar radicalmente a este modo de vida, abrindo-se ao convívio com os demais. Em Fevereiro do ano seguinte, chega a Barcelona e, sem dinheiro algum, consegue alcançar Jerusalém. Um ano depois está de novo em Barcelona, onde começa a estudar, no meio das crianças, com 34 anos de idade. Em Março de 1526, encontram-no na universidade de Alcalá. Incomodado diversas vezes pela Inquisição, passa à Universidade de Salamanca em Julho de 1527 e, pelo mesmo motivo, põe-se a caminho da Universidade de Paris, onde chega em Fevereiro de 1528. (...) estuda no Colégio de Sta Bárbara, desloca-se a Bruges, a Antuérpia e a Londres (1530) e, em Abril de 1534, obtém o grau de “mestre em artes”.<sup>2</sup>*

A forma aguerrida e extremista como interpreta e transmite o Evangelho e o cristianismo, cria inimizades nos meios que frequenta, sendo expulso de diversas cidades e observado de perto pela Inquisição. Uma das suas obras fundamentais, “Exercícios espirituais” – uma série de textos que regulam a metodologia de educação e aprofundamento espiritual da Companhia – foi alvo de suspeita e crítica inquisitorial, por ser considerada um veículo para o desencaminhamento dos jovens que se dedicavam ao estudo, persuadindo-os a optar pela oração e assistência social. As perseguições foram no entanto infrutíferas; Inácio conseguiu constituir um primeiro grupo de jovens letrados, que anuíram em colocar a vida ao serviço de Cristo e propagação da sua doutrina e, no rasto do trabalho levado a cabo pelos cavaleiros da Ordem do Templo, ir à Terra Santa converter os infiéis. *O plano primordial de Santo Inácio de Loyola, que não deixa de ser o gérmen, o motor-primeiro, o sonho-desejo que conduzirá o grupo dos sete conjurados a criar uma nova ordem no seio da velha cristandade, é expresso no voto original e pessoal de Inácio. Este voto consistia em recuperar a Terra Santa para o cristianismo pela evangelização devotada junto dos muçulmanos e pela reanimação do resto dos cristãos aí residentes. (...) Quando Inácio fez, no ano de 1523, a sua peregrinação à Terra Santa, este projecto de evangelização da Palestina já se revelava temerário. Mais tarde, na década seguinte, tal objectivo tornou-se impossível em virtude da interdição do acesso a Jerusalém, agora sob o domínio do poder islâmico. Daí que Inácio de Loyola se visse obrigado a pôr em execução o plano ou ideal alternativo, isto é, a entrega da vontade sua e dos seus companheiros nas mãos do Sumo Pontífice para as missões mais urgentes e possíveis da Igreja, segundo o julgamento e orientações deste. (...) Esta opção estratégica beneficiou muito mais o futuro da Companhia, libertando-a da região circunscrita da Palestina, abrindo-a ao mundo inteiro, então em efervescente permutação de culturas, de abertura de rotas, de possibilidades novas de atingir povos*

<sup>2</sup> ARAÚJO, António de; LOPES, António. “Jesuítas”, in, FRANCO, José Eduardo, dir., *Dicionário histórico das Ordens, Institutos religiosos e outras formas de vida consagrada em Portugal*, pp.195.



*nunca antes vistos nem falados pelos europeus. As vicissitudes históricas da sua implementação acabaram por conduzir a ordem inaciana a sonhar num plano evangelizador à medida do universo.*<sup>3</sup>



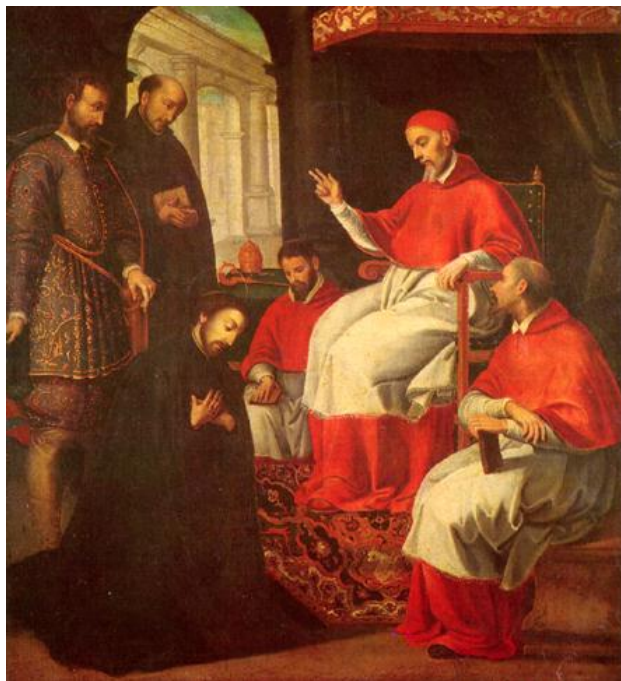
Fig. C1. 1 - Tecto da Igreja de Sto Inácio, em Roma. Pintura de Andrea del Pozzo, representando a influência Jesuíta em todo o mundo. Nas margens da abóbada estão representadas as áreas de influência. Em cima, à esquerda – América-, à direita - Europa. Em baixo, à esquerda – Ásia -, à direita - África. Erguendo-se de um mundo terreno, representado na pintura por uma extensão da linguagem arquitectónica do próprio edifício, figuram os padres da Companhia, dos quais de destaca Stº Inácio, (ao centro).Foto: Dora Pacheco e Nelson Seixas, 2008.

O grupo inicial e a adaptação à realidade religiosa do séc. XVI

No decorrer do seu percurso académico, Inácio conseguiu captar as atenções de seis estudantes universitários. Alonso Salmeron, Diego Lainez, Francisco Xavier, Nicolas Bobadilla, Pedro Favre e Simão Rodrigues (o único português do grupo, bolsheiro de D. João III), aderiram ao ideário inaciano de estudante-mendigo, acumulando com a vida académica a vida assistencial, auxiliando pobres e doentes.

<sup>3</sup> FRANCO, José Eduardo. “O mito dos Jesuítas. Vol.1 – Das origens ao Marquês de Pombal, pp.59.

Em 1534, os sete elementos proferem o voto que marca a fundação simbólica da Companhia de Jesus – a 15 de Agosto, comprometem-se, na cripta da igreja de S. Dionísio em Montmartre, a *irem a Jerusalém e de lá gastarem as suas vidas em favor da conversão dos muçulmanos e, se não conseguirem permissão de ficar em Jerusalém, de voltar a Roma e de se porem às ordens do Papa*<sup>4</sup>. O voto feito pelos fundadores denota que



tinham conhecimento das dificuldades que teriam para concretizar a viagem à Terra Santa. A promessa em S. Dionísio deixa portanto já implícito, um plano alternativo às funções da Companhia, sendo uma promessa com dois objectivos – o ideal e o realista.

Fig. C1. 2 - Papa Paulo III recebe S. Francisco Xavier e os seus companheiros. Pintura que compõe a obra "Ciclo da vida de S. Francisco Xavier" (1619) de André Reinoso. Lisboa, Sacristia da Igreja de S. Roque. Disponível em [www.sfx.eventos.lisboa.ucp.pt/](http://www.sfx.eventos.lisboa.ucp.pt/).

Em 1539, Inácio entrega para aprovação a "Fórmula da Instituto", documento que refere, em cinco capítulos, os pontos essenciais da nova instituição.

O reconhecimento como ordem religiosa

A solicitação é entregue numa altura conturbada da Igreja católica, em que havia uma grande resistência face à admissão de novas ordens religiosas, por se considerar que já eram em excesso e que, para além disso, careciam de reforma. Por outro lado, a "Fórmula do Instituto" apresentava propostas que para os mais conservadores eram perigosamente progressistas, nomeadamente os pedidos de isenção de um coro e de um hábito específico, encurtando a distância entre os religiosos regulares e os seculares.

Paralelamente, a Igreja católica, face às duras críticas dos pensadores renascentistas e sua visão antropocêntrica, vê-se obrigada a assumir os excessos e a colmatar os erros para resistir a uma época de profundo marasmo intelectual. Nem a perseguição acérrima do Santo Ofício consegue parar a transmissão de obras de pensadores humanistas ou os comentários cada vez mais críticos à conduta religiosa. Pensadores como Martinho Lutero vão mais além e criam movimentos de contestação a esta realidade (o Protestantismo) desviando fiéis a Roma.

<sup>4</sup> FRANCO, José Eduardo. "O mito dos Jesuítas. Vol.1 – Das origens ao Marquês de Pombal", pp.60



Mas as palavras proferidas por intelectuais não representam novidade crítica à Igreja: são apenas uma forma mais erudita de constatação da realidade de uma instituição que se encontrava decrépita e moralmente dúbia. O povo, de uma forma mais prosaica, escarnejava dos frades e freiras através de anedotas que pouco auguravam a santidade da sua conduta.

*O estado da própria Igreja não era o melhor, a começar pela Cúria Romana, marcada pelo nepotismo, pela luxúria e pela corrupção mais descarada. Paulo III, rodeando-se para o efeito dos homens mais eminentes (...) mostrou-se realmente empenhado em ensaiar uma renovação. Tanto mais que uma comissão episcopal e cardinalícia, designada pelo Papa para fazer uma avaliação da situação da Igreja em Roma lhe havia apresentado um relatório pouco animador, que continha apreciações mais negativas que as próprias imprecações de Lutero. (...) Era este o estado de espírito que reinava em Roma no tempo de Paulo III, feito de pessimismo e de desilusão, gritando por renovação séria como único meio de salvar a cabeça da Igreja católica assim tão desviada da doutrina de Cristo”<sup>5</sup>*

Provavelmente por saber que a retoma da crise da sua Igreja não seria fácil, Paulo III vê no fervor espiritual e no empreendedorismo iniciano, aliados perfeitos para a sua campanha de contra-reforma. Para além disso, nos seus votos juravam obediência e servir ao Papa, agora bastante menos influente junto das restantes ordens religiosas.

Em Setembro de 1540, uma bula pontifícia aprova oficialmente a fundação da nova ordem. *Assim nasce a Ordem que ousou usar na sua denominação (...) o nome do fundador do Cristianismo – Companhia de Jesus.*<sup>6</sup>

*Vistos a partir da evolução do catolicismo em geral, o nascimento e a peculiaridade da Companhia de Jesus, devem ser situados no quadro da reforma do clero ordenado, ou seja, numa fase de mutação da ideia, da revisão e potenciação da missão sacerdotal na vida da Igreja, mas ao mesmo tempo no âmbito de um processo de revisão e actualização do modelo monástico, que tinha entrado em declínio, na sua sinonímica de modelo de actualização e de renovação do religioso.*

*Os religiosos da Companhia de Jesus, (...) pretenderam assumir-se como contra-corrente, como uma esperança de renovação. O seu arrojo e espírito de iniciativa, neste domínio, merecer-lhes-á tanto os mais sonantes aplausos como as mais verrinosas censuras.*<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> FRANCO, José Eduardo. “O mito dos Jesuítas. Vol.1 – Das origens ao Marquês de Pombal”, pp.64

<sup>6</sup> *Idem*, pp.61

<sup>7</sup> *Idem*, pp.65

## A ENTRADA DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

O ideário Inaciano é implementado em Portugal antes da aprovação da *Fórmula do Instituto* (27 de Setembro de 1540) e antes ainda de Paulo III ter aprovado *vivae vocis oráculo* o esboço da *Fórmula do Instituto* que se pretendia fundar (3 de Setembro de 1539).

Em 1539, Diogo de Gouveia, reitor do Colégio de St<sup>a</sup> Bárbara (Paris), onde estudavam Inácio e os restantes fundadores da futura Companhia de Jesus, escrevia a D. João III a informar dos feitos do grupo, salientando que um dos seus propósitos era a conversão dos infiéis. O rei, pede de imediato a D. Pedro Mascarenhas, seu embaixador em Roma, que os convide a exercer o apostolado nos novos territórios conquistados pelos portugueses.

O repto foi bem recebido junto da Companhia de Jesus e do próprio Papa, e em 1540 chegam a Lisboa Simão Rodrigues e Francisco Xavier, escolhidos por Inácio para evangelizar a Índia. *Em Lisboa dedicavam-se os padres a trabalhos de piedade, e no hospital<sup>8</sup> auxiliavam os serviços de enfermagem (...).*<sup>9</sup>



O serviço de apoio espiritual e de assistência aos enfermos comprometeu o objectivo primordial de enviar os dois evangelizadores à Índia; de facto, em 1541 apenas um dos padres segue na nau S. Tiago rumo a Oriente – S. Francisco Xavier. Este momento é fundamental para a história da CJ, uma vez que será de Portugal que sai o primeiro padre da CJ pra realizar um dos princípios fundamentais de Loyola: a evangelização dos nativos de territórios não cristãos.

Portugal – porta de entrada da CJ para novos mundos

Fig. C1. 3 - Pormenor do tecto da Igreja de St<sup>o</sup> Inácio, em Roma, representando S. Francisco Xavier e a influência Jesuíta na Ásia. Foto da autora, 2008.

A Simão Rodrigues, é pedido que fique em Portugal para fundar um colégio da CJ em Coimbra. E assim o fará pouco tempo depois – o Colégio de Jesus será não só o primeiro colégio da CJ em Portugal, mas também o primeiro estabelecimento de ensino para jesuítas no mundo inteiro. Paralelamente a esse objectivo, *ambicionava Simão Rodrigues ter em Lisboa casa onde pudesse reunir os mestres com que devia fundar o colégio e hospedar os missionários que se destinavam a praticar os*

<sup>8</sup> Hospital de Todos-os-Santos.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Fortunato de. “História da Igreja em Portugal”. Vol.2, pp.170.



*exercícios piedosos do seu Instituto. Conseguiu para este feito o Colégio de Stº Antão denominado “o velho”. (...) durante anos foi a casa de Santo Antão simples residência, (...) em 1552 é que tomou a forma e nome de Colégio.<sup>10</sup> É em Lisboa que se fixa assim a primeira casa própria da Companhia no mundo inteiro. Em 1546 é fundada a Província Lusitana, a primeira província administrativa da ordem. Os Jesuítas começaram a edificar, em 1553, a Casa Professa (nome dado, de início, à casa-mãe da Ordem, sede do Superior Provincial e destinada aos religiosos, que deviam viver na mais profunda pobreza e apenas de esmolas). Ficou a chamar-se Casa Professa de S. Roque, sendo a primeira do género em todo o mundo jesuítico.<sup>11</sup>*

Simão Rodrigues concretiza assim os objectivos da Companhia nesta primeira fase de implantação em Portugal – criar uma estrutura de apoio à prática assistencial e não a criação de estabelecimentos de ensino. Em Roma, e nos primeiros anos após a fundação da CJ, Inácio de Loyola dedicou-se a redigir as Constituições. Neste período, *serão proibidos a nível de toda a Companhia espalhada pelo mundo os estabelecimentos de ensino, por tenderem por sua natureza ao conservadorismo, a enfraquecer a mobilidade do espírito e a abertura ao mundo, que desejava o Fundador. E, quando viessem a ser promovidos esses estabelecimentos, o seu dinamismo não deverá ser senão o prolongamento e a aplicação concreta das características da inspiração base: o espírito missionário.<sup>12</sup>* Inácio referia-se com isto a estabelecimentos para formação dos membros da própria ordem.

Escolástica Inaciana

Apesar de o objectivo inicial da Companhia não ser o de construir estabelecimentos de ensino para laicos, mas sim o de formar religiosos para uma vida nómada de evangelização, certo é que os colégios se disseminaram pelo mundo inteiro. As regras e as duras provações para ingressar na Ordem, afastavam os homens letrados de então. Segundo Jorge Couto, em resposta a essa dificuldade, um dos fundadores – Lainez – apresentou uma nova estratégia, *a aceitação de aspirantes que seriam acolhidos em colégios (que nesta fase correspondiam apenas a simples residências universitárias) anexos às mais prestigiadas universidades, onde obteriam formação superior e se preparariam para entrar no Instituto. (...) A elevada craveira intelectual dos primeiros «clérigos reformados» foi muito apreciada nas diversas regiões por onde se dispersaram, quer fosse em missão apostólica, em territórios cristãos, quer em trabalho de evangelização em regiões de gentios. (...) A decisão de Loyola – bem patente na seguinte frase lapidar: «nem estudos nem lições na Companhia» - tomada na fase inicial da redacção das Constituições, (...) começava a vacilar perante as reiteradas solicitações das comunidades católicas. (...) Na Sicília, a Companhia experimentou, pela primeira vez,*

<sup>10</sup> ALMEIDA, Fortunato de. “História da Igreja em Portugal”. Vol.2, pp.170-171.

<sup>11</sup> ARAÚJO, António de; LOPES, António. “Jesuítas”, in, FRANCO, José Eduardo, dir., *Dicionário histórico das Ordens, Institutos religiosos e outras formas de vida consagrada em Portugal*, pp.197

<sup>12</sup> Idem, *Ibidem*.

*um novo tipo de estabelecimento escolar, o colégio, situado numa posição intermédia entre o ensino elementar ministrado nas «pequenas escolas» (ler, escrever e contar) e a universidade. Na prática, o Instituto criou, (...) um inovador grau no universo escolar: o ensino secundário – que tinha a vantagem de servir simultaneamente para a preparação dos seus próprios quadros e para a formação escolar da juventude laica, proporcionando um ensino de excelente qualidade de línguas antigas (Latim e Grego), uma sólida cultura literária e um bom conhecimento (teórico e prático) da Retórica, o que lhes permitia alcançar uma posição de relevo em debates públicos. (...) Os inicianos empregaram, ao nível do ensino, os seus recursos fundamentais na formação das elites, proporcionando-lhes um ensino de nível intermédio de boa qualidade, (...) acabando por abandonar a opção primitiva de se dedicarem à doutrinação das “crianças e dos rudes”. (...) Adoptada a nova atitude da Companhia face à instrução, Inácio de Loyola empenhou-se pessoalmente no assunto (...). Tomou, ainda, a iniciativa de recomendar a todas as províncias, através de carta circular datada de 1 de Dezembro de 1551, a abertura de colégios.<sup>13</sup>*

Em 1552, a residência de Stº Antão-o-Velho, em Lisboa, reorganiza-se e ganha a denominação de Colégio, aceitando alunos externos em edifício preparado especificamente para essa função. Seguem-se inúmeros colégios por todo o país (apresentamos em baixo uma breve cronologia das fundações). O colégio de S. Francisco Xavier da Villa de Setúval, viria a ser, como veremos mais adiante, um destes colégios, de pequena dimensão, onde se ministravam as disciplinas base do que então correspondia ao ensino secundário.

#### Fundações Jesuítas em Portugal até 1759

1542	Stº Antão-o-Velho, Lisboa
1542	Colégio de Jesus, Coimbra
1549	Colégio dos Meninos Orfãos do Santo Nome de Jesus
1551	Real Colégio do Espírito Santo, Évora
1553	Casa Professa de S. Roque, Lisboa
1555	Colégio das Artes, Coimbra
1593	Stº Antão-o-Novo, Lisboa
1560	Colégio de S. Paulo, Braga
1561/68	Colégio do Santo Nome de Jesus, Bragança
1570	Colégio S. João Evangelista, Funchal
1570	Colégio de Santo Inácio, Angra do Heroísmo
1577	Real Colégio de Nª Srª d Purificação, Évora
1591	Colégio de Todos-os-Santos, Ponta Delgada
1595	Colégio da Madre de Deus, Évora
1597 -1603	Noviciado de Campolide, Lisboa
1599	Colégio de Santiago Maior, Faro
1601	Casa Professa de S. João Evangelista, Vila Viçosa
1603	Noviciado da Cotovia, Lisboa
1605	Colégio de S. Sebastião, Portalegre

<sup>13</sup> COUTO, Jorge, *et al.* “Sphaera Mundi: A ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP”, pp.11 a 17.



## Análise arquitectónica

1605	Colégio de S. Patrício, Lisboa
1619	Noviciado de Monte Olivete, Lisboa
1621	Colégio de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Conceição, Santarém
1630	Seminário Maior de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Conceição, Porto
1644	Colégio de S. Tiago, Elvas
1652	Colégio de S. Francisco Xavier, Faial
<b>1655</b>	<b>Colégio de S. Francisco Xavier, Setúbal</b>
1660	Colégio de S. Francisco Xavier, Portimão
1691	Colégio de S. Francisco Xavier, Beja
1677	Colégio de S. Francisco Xavier, Lisboa
1705	Colégio e noviciado de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Nazaré, Lisboa
1735	Noviciado dos Santos Reis, Vila Viçosa
1739	Colégio da Santíssima Trindade, Gouveia

## AS TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO DA CJ EM SETÚBAL

A criação do Colégio de S. *Francisco Xavier da Villa de Setúbal* é concretizada na 2<sup>a</sup> metade século XVII. No entanto, existiram tentativas anteriores para a fixação de uma casa inaciana neste território. A primeira que temos conhecimento data de 1575, e é feita por intermédio de D. Sebastião, que intercede junto das clarissas do Mosteiro de Jesus, no sentido de estas acederem à venda da ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Anjos: *pedio o próprio Rey Dom Sebastião á Madre Abbadeça e mais religiosas a dita Hermida a troco de maiores merces para edificar nella huma Caza aos Padres da Companhia de JESUS o que a Madre Abbadeça lhe negou, em seo nome e das mais com palavras e razões tão cortezes, como edificativas em favor da clausura do seo conv<sup>o</sup> e assim ElRey ficando sem o que pedira e muito desejara louvou a negação, e intentos della.*<sup>14</sup>

1<sup>a</sup> tentativa de implantação  
Ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Anjos

Esta, situada a curta distância a leste do mosteiro franciscano, havia sido adquirida em 1569 pela congregação, à Misericórdia: *antigamente a misericórdia desta villa estava junto da terra em que se fundou este convento e depois a passarão para dentro dos muros ficando a antigua hermida chamada Nossa Snra dos Anjos sugeita aos irmãos da Mizericórdia, para que tinha dado muitos anos antes em doação hum Fidalgo chamado Rodrigo Annes de Atouguia mas as madres antigas temendo, ou para melhor dizer profetizando que no tempo vindouro fizesse prejuízo e danno á clausura a vizinhança da dita hermida ordenarão compralla para a mandar derribar.*<sup>15</sup> Segundo Soror Leonor de S. João a ermida tinha *chão e caza ao redor*<sup>16</sup>, sendo o local perfeito para a instalação imediata dos padres da Companhia.

<sup>14</sup> BNP, Manuscritos reservados, códice 11404, fólio 79v, *Tratado da antiga e coriosa fundação do Convento de Jesu de Setuval - Composto pella Madre Soror Leonor de S. João Religiosa do dicto convento e Abadessa. Ano de 1630.* [disponível na BNP, Lisboa, Portugal].

<sup>15</sup> Idem, fólio 78v.

<sup>16</sup> Idem, fólio 80.



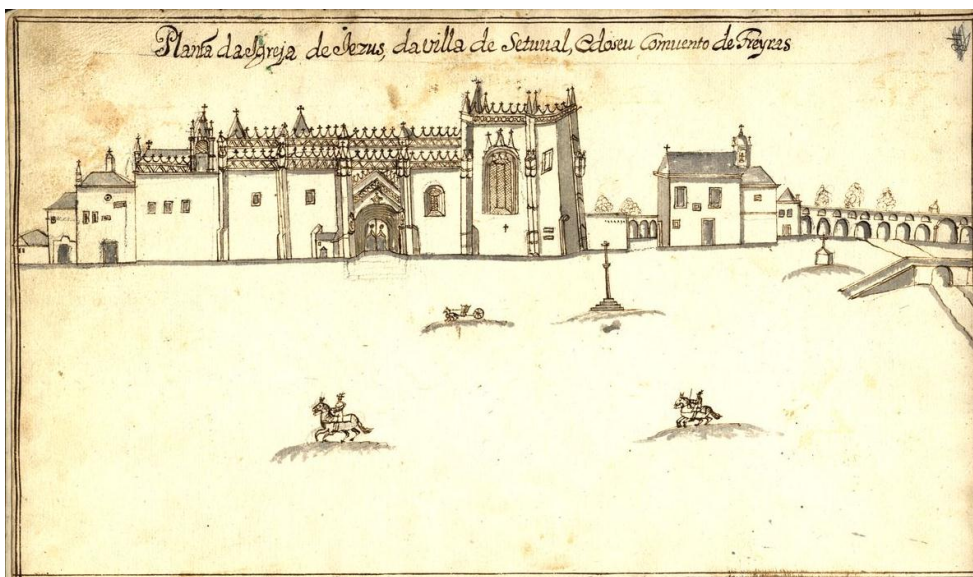


Fig. C1. 4 - "Planta da Igreja de Jesus, da Villa de Setúbal, e do seu Convento de Freiras". s/a., s/d. Livro de varias plantas deste Reino e de Castela, por João Thomas Correa. BNP. Note-se à direita da cabeceira do convento, a presença de uma construção religiosa – a ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Anjos.



Fig. C1. 5 - Excerto da planta "Declaração da Villa e Porto de Setúbal". Autor: planta atribuída a TERZI, data: 1607/1617. Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache. ANTT, Fundo Casa Cadaval, PT-TT-CCDV/29, 76-p2. Note-se a noroeste do recinto medieval a presença do Convento de Jesus e da ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Anjos.

Apesar da intervenção real, o pedido não foi atendido, por ir contra os interesses de clausura da congregação franciscana. De acordo com o mesmo testemunho, D. Manuel e D. João III já haviam proibido a construção de edifícios nas imediações da casa regular. Contando com o aval régio para a proibição de novas construções, as freiras encetaram uma verdadeira demanda na compra dos edifícios vizinhos, para posterior



demolição de todos os que pudessem ter vista sobre a sua clausura. Um dos edifícios comprados foi como já vimos, a ermida dos Anjos e também o território marginal – *foi julgada a este convento a terra e rocio desde o cano dágoa que vem para elle por detras da dita Hermida ate ao derradeiro arco que esta junto dos muros da villa, por onde o cano entra nella, e a largura da terra por diante da Igreja, e Conv<sup>o</sup> chegava athe o valado e horta da fonte santa*<sup>17</sup>.

Não sabemos se a verdadeira razão para a compra da capela terá sido a da sua demolição ou se esta terá sido uma desculpa estratégica para justificar ao rei a negação da venda à CJ, uma vez que até hoje a capela dos Anjos continua de pé e que mais tarde até foi cedido terreno para a construção de nova ermida<sup>18</sup>.

Sabemos porém que apesar de todas as mercês concedidas ao convento franciscano, a Companhia de Jesus teria uma forte influência junto do rei e que quase tudo o que pedissem lhes seria concedido. As clarissas teriam certamente conhecimento da polémica gerada em torno da implantação do Colégio De Jesus de Coimbra, cuja construção implicou inúmeras demolições e perdas territoriais: *... autorizou El-Rei os padres a tomarem o caminho público que ia ao longo do muro da cidade (...); a vedarem a costa ao longo do muro e detrás da cidade para cerca do colégio; que o cónego João de Sá fosse obrigado a vender as casas que tinha no local destinado ao colégio; e mais tarde autorizou também os colegiais a derrubarem o muro da cidade e torres dele na extensão necessária ao edifício. (...) ordenou El-Rei que fossem compradas por avaliação e derrubadas as casas que existissem no local onde se projectava edificar o colégio de Jesus e (...) que, por ser necessário alargar as oficinas do colégio, se tomassem as casas e chãos compreendidos na área do projecto. A venda forçada de terrenos e caminhos públicos provocou descontentamento na população de Coimbra. Da murmuração passaram a arruídos e tumultos.*<sup>19</sup>

Independentemente de ser verdadeira ou não a intenção de demolir a ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> dos Anjos, acreditamos que, ciente da influência dos jesuítas perante a realeza e que depois de tantos esforços na busca de

<sup>17</sup> BNP, Manuscritos reservados, códice 11404, fólio 80, *Tratado da antiga e coriosa fundação do Convento de Jesu de Setuval - Composto pella Madre Soror Leonor de S. João Religiosa do dicto convento e Abadessa. Ano de 1630.* [disponível na BNP, Lisboa, Portugal].

<sup>18</sup> (...) *dali a alguns annos se concedeo a pessoas devotas o que a ElRey se negára, pedindo licença para se fazer a par da Hermida velha otra para Nossa Snra do Socôrro, e a edificação de altura e largura muito maior do que se cuidou, cauzando enfadamento as religiosas mormente hum campanario que intentavão fazer em lugar alto que devassava as officinas e plantar arvores no campo por onde se queicharão a ElRey Phelipe 3<sup>o</sup> o qual mandou cessar as obras do campanario e cortar as árvores com sentença final.*

BNP, Manuscritos reservados, códice 11404, fólio 78v, *Tratado da antiga e coriosa fundação do Convento de Jesu de Setuval - Composto pella Madre Soror Leonor de S. João Religiosa do dicto convento e Abadessa. Ano de 1630.* [disponível na BNP, Lisboa, Portugal].

<sup>19</sup> ALMEIDA, Fortunato de. "História da Igreja em Portugal". Vol.2, pp.173.

isolamento, a necessidade de privacidade absoluta tenha sido a principal razão para a recusa a um pedido régio.

Em 1654, chega-nos a notícia de nova tentativa de implantação, desta vez impulsionada pelo povo de Setúbal e pela edilidade. Efectivamente, a 9 de Janeiro de 1654, discutia-se em Reunião de Câmara a importância que um colégio jesuíta teria na vila. A discussão revelou-se proveitosa para a CJ, uma vez que a 21 de Março a Câmara comunicava a doação de um terreno na R. das Amoreiras (actual R. João Eloy do Amaral) e de 2.000\$00rs, esmola recolhida junto do povo. A 3 de Junho de 1654, D. João IV assina o alvará real, autorizando a pretensão: *Havendo respeito (...) ao que por sua petição me enviaram dizer os moradores da Vila de Setúbal, fidalgos, nobres e mais povo, pedindo-nos lhes fizesse mercê conceder licença para que os religiosos da Companhia de Jesus possam edificar um colégio na dita Vila, em que haja pregadores, confessores e mestres que nela ensinem latim e as ciências necessárias para os sujeitos da terra, e visto as causas que representaram, (...) que receberiam mercê e favor em se fundar naquela Vila, no sítio nomeado, que é na Rua das Amoreiras (...), hei por bem e me praz, (...) de conceder licença para que na da Vila de Setúbal se possa fundar um Colégio dos Padres da Companhia de Jesus (...) o qual será feito no sítio declarado, e terá vinte sujeitos, e este número se não poderá exceder nunca (...).*<sup>20</sup> Apesar de todas estas diligências, o colégio jesuíta não se implantou no sítio das Amoreiras...

## A IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO

Em 1655/56, inicia-se a construção do colégio da CJ em Setúbal. No entanto, a implantação não se veio a realizar no arrabalde de Tróino, conforme havia ficado definido. Ao que parece os padres declinaram a oferta do terreno e começaram a construção no lado oposto da cidade, no arrabalde de Palhais. Até à data, não encontramos documentação em que se declare explicitamente a razão desta troca, mas muito haverá para especular sobre ela.

De uma maneira geral, as implantações de edifícios religiosos podem estar relacionadas com três princípios fundamentais: devido a uma hierofania – quanto existe um relato de manifestação do sagrado num sítio específico (veja-se o Santuário de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Cabo, em Sesimbra) - pela topologia, ou por razões meramente prosaicas de disponibilidade de terrenos. Neste último caso, é a arquitectura que transforma o espaço em lugar sagrado. A explicação para a implantação do colégio de Setúbal, não se prenderá com uma hierofania mas sim com motivações topológicas e provavelmente também prosaicas. Não existirá uma causa isolada, mas sim uma conjugação de factores físicos, financeiros e político/religiosos. Por considerarmos a questão da escolha deste local fundamental para o

<sup>20</sup> BNP, Colecção Pombalina, Cod. 475. *Alvará de D. João IV, de 3 de Junho de 1654.* [disponível na BNP, Lisboa, Portugal].

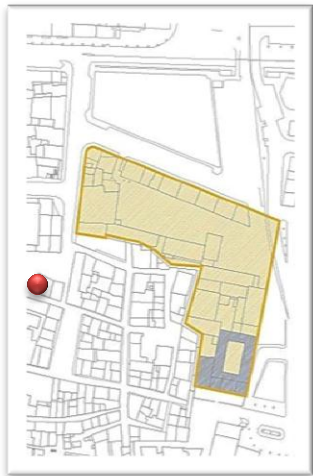


entendimento do edifício a nível urbano, dedicamos as próximas páginas à reflexão destas questões.

### A implantação - Factores financeiros

Os fundadores  
André Velho Freire  
e D Filipa de  
Paredes

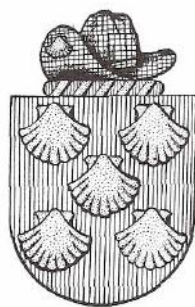
Documentos originais da CJ preservados até hoje no *Archivum Romanum Societatis Iesu*, em Roma, atestam que André Velho Freire e D. Filipa de Paredes foram os fundadores do colégio de S. Francisco Xavier de Setúbal. Do ponto de vista da memória urbana, podemos atestar a presença da família Velho Freire em Setúbal pela existência de um braço que ainda hoje persiste na Travessa Jorge d'Aquino, muito próximo do local onde se viria a implantar a igreja do colégio da CJ.



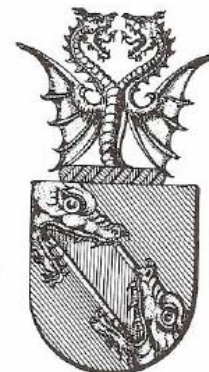
Vestígio 1  
Localização do braço da família Velho Freire, e relação com a zona e edifício em análise.



Fig. C1. 6 - Casa onde está situado o braço da Família Velho Freire, na Travessa Jorge de Aquino. 2011.



Velho



Freire

Fig. C1. 7 - Braço da Família Velho Freire. Do lado esquerdo aparecem as armas da família Velho - cinco vieiras (curiosamente encimadas por um crescente) - e à direita, as armas da família Freire - uma banda diagonal, perfilada e encimada por duas serpentes. Fotografia: Dez 2010. Ilustrações extraídas da obra "Armorial Lusitano".

Não conseguimos apurar muitos dados sobre a família Velho Freire. O pouco que conseguimos foi através da pesquisa de João Carlos de Almeida Carvalho<sup>21</sup> que nos transmite as seguintes notas soltas:

<sup>21</sup> ADS, APAC, Pasta 100/172. [disponível no ADS, Setúbal, Portugal]. Transcrição de Cunha Bento.

(...) o prior *Fernão Velho d'Azevedo*, instituiu no 1º de Agosto de 1626 (como consta das notas do escrivão e tabellião *Pedro Roderigues de Faria de Setúbal*) um morgado ou capella, em seu filho *André Velho Freire*, vinculo que pelos annos de 1760 era administrado por *Diogo Velho d'Azevedo*<sup>22</sup>.

De *André Velho Freire*, sabemos que era filho de um prior, morgado da família, cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>23</sup>, e um proeminente comerciante<sup>24</sup>. Muito provavelmente por estar envolvido em alguma transacção comercial com a Índia em 1622, encontramos referência ao seu nome na obra “Tratado do sucesso que teve a nao *Sam Joam Baptista*, e iornada, que fez a gente que dela escapou, desde trinta, & tres graos no Cabo da Boa Esperança, onde se fez naufrágio, até *Zofala*, vindo sempre marchando por terra”. Como o próprio título nos refere é relatada a história real de um naufrágio e de todo o percurso que os seus tripulantes fizeram por terra para alcançar uma zona segura que lhes permitisse voltar a Goa. A participação e a sobrevivência a tão intrépida aventura, reforçou certamente nos participantes a sua devoção a Deus: *Desembarcando em terra fomos todos em procissam a Nossa Senhora do Baluarte, levando hua Cruz de pao diante cantando todos as Ladainhas com muita devaçam. E depois de darmos graças a Deos polas muitas merces, que nos tinha feito de nos trazer a terra de Christãos, fez o padre frei Diogo huma devota pratica, trazendo-nos à memória os muitos trabalhos que Deos nos tinha hurado, & lembrandonos a muita obrigaçam, que tínhamos todos de fazermos dali por diante vida exemplar.*<sup>25</sup>

Paralelamente a este facto e estando *André Velho Freire* familiarizado com as lides da navegação não seria de estranhar que tivesse conhecimento que os jesuítas leccionavam nas suas aulas os avanços científicos que se operavam no campo da navegação - afinal os jesuítas formavam também navegadores para as missões ultramarinas.

Sabemos de resto, que a Companhia de Jesus já havia sido beneficiada com a generosidade do casal - durante a sua vida ajudaram na fundação do Colégio de Faro - doando pérolas, diamantes, ouro e prata, totalizando a quantia de 1,200,000rs.<sup>26</sup>

Relativamente à ligação do casal a Setúbal sabemos que *André Velho Freire* teria as suas raízes familiares na vila; de *D. Filipa* sabemos apenas que era espanhola e que já havia sido casada<sup>27</sup>. Relativamente à sua morada em Setúbal, o testamento dá-nos algumas directrizes que

<sup>22</sup> *Mem. Geog. e Hist. Prov. Estrem*, fl 338;

<sup>23</sup> Informação dada pela inscrição tumular, conforme veremos adiante.

<sup>24</sup> Informação referida na obra de *Dauril Alden*, “The making of na Enterprise - The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750”.

<sup>25</sup> *DALMADA*, Francisco Vaz. “Tratado do sucesso que teve a nao *Sam Joam Baptista*, e iornada, que fez a gente que dela escapou, desde trinta, & tres grãos no Cabo da Boa Esperança, onde se fez naufrágio, até *Zofala*, vindo sempre marchando por terra”.

<sup>26</sup> *ALDEN*, *Dauril*. “The making of na Enterprise - The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750”. pp.359

<sup>27</sup> *Ordeno quê se mandem dizer Dozentas Missas pella Alma de meu p.<sup>o</sup> marido Luys Teyxeira*. ARSI, LUS841PT, fólíos 003 a 004v. *Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes*. [Disponível em ARSI, Roma, Itália]



apontam para a sua localização num ponto nobre da Vila – junto à margem do rio e ao edifício da Alfândega. Note-se que esta localização é hipotética, baseada num conjunto de relações prediais referenciadas no documento mencionado: *estas cazas em que moro, outras cazas emcostadas a estas que tem a serventia na Rua de João Galo, (...). Mais Outras Cazas junto a estas q<sup>e</sup> tem a serventia no Postigo das Farinhas onde está porta principal das minhas cazas*<sup>28</sup>;

Como André e D. Felipa não tinham descendentes, decidiram que após a sua morte, haviam de legar os seus bens a favor de uma obra de beneficência que fosse proveitosa para os jovens de Setúbal. Escolheram para isso, a construção de um colégio da Companhia de Jesus. Desconhecemos como foi feito o contacto – se a CJ pediu o patrocínio do casal para a fundação ou se foi por iniciativa dos mesmos. O que é fácil compreender é a razão financeira que leva a CJ a declinar o terreno oferecido pela edilidade - comparando o valor do terreno e esmolas oferecidas em 1654 pela Câmara e povo de *Setúbal*, com o valor patrimonial que a CJ usufruiria como única herdeira do casal, a diferença é muito expressiva. Vejamos o rol dos bens que a CJ herdaria após a morte de D. Filipa:

Bens doados ao Colégio de S. Francisco Xavier de Setúbal

“Lista da Faz.<sup>da</sup> de Andre Velho Freyre e de sua mulher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.<sup>o</sup> de S. Fran.<sup>co</sup> Xavier”<sup>29</sup>

- *huma marinha em mutrena (...); outra marinha, em palma (...); hua herdade chamada molinhola (...) Rende dois moyos de cereais centeyo e quarenta alqueires de trigo. E hum porco e hum carn v.<sup>o</sup> e 2 galinhas (...); As cazas em q<sup>e</sup> mora D. Phelipa (...); outras cazas em q<sup>e</sup> mora Ant.<sup>o</sup> Nunez (...); outras ao postigo dos farinhas (...); hua logea q serve de (...); outras cazas q tem postigo de D.Aldonça (...); outras no postigo da barbuda (...); outras na rua das tavernas (...); outras junto a mesericordia (...); ouro & prata lavrada e Joyas (...); dinheiro amoedado em ouro (...); dinheiro dado a razão de juro a seis e 1 quarto por cento (...); Em quatro marinhas sete mil moyos de sal feito. a saber, nas marinhas do motrena e palma q são nossas, três mil quinhentos moyos e outros mil e quinhentos nas marinhas de Espim e Bombaralha q<sup>e</sup> são da capella ev passarão a seus herdeiros. Em Foros de Azeite ou azeite comprado (...); Dinheiro q se emprestou, (...);- mais noventa mil reys. (...) O q<sup>e</sup> tudo soma com a lauda a uns Desasseis contos e cento e trinta e sinco mil reys .*

- *Sobre tudo isto tem mais D. Phelipa hua caxa de asucar branco em sua casa p.<sup>a</sup> se vender; tem mais em Pernambuco hua letra do procedido de sinco quintais de marfim q<sup>e</sup> se venderão em Angola, por via do P.e M.<sup>el</sup> de Mattos e devem ser cem mil rs pouco mais ou menos.; mais hu g.de Almário de louça da China, com m.<sup>ta</sup> variedade de porsolanas: mais hua*

<sup>28</sup> ARSI, LUS841PT, fólhos 003 a 004v. *Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes*. [Disponível em ARSI, Roma, Itália].

<sup>29</sup> ARSI, LUS841PT, fólhos 011 a 012v. “Lista da Faz.<sup>da</sup> de Andre Velho Freyre e de sua mulher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.<sup>o</sup> de S. Fran.<sup>co</sup> Xavier”. *Archivum Romanum Societatis Iesu*. [Disponível em ARSI, Roma, Itália].

*panella de estanho e o demais cobre da cozinha, como tachos, caldeiras, caldeirões; mais camas ordinárias colchões, cobertores, ... e grande quantidade de roupa branca, lençoes toalhas travesseiros. Almofadinhas, toalhas de meza, e guardanapos; mais escritórios, bofetes, contadores, cadeiras, cayxoes arcas, barris; - mais o seu oratório, com imagens laminas e outros brincos e tudo isto val dinheiro de consideração. e se não mete no inventário da doacção por q.º como são couzas q.º andao diante dos olhos, lhe fique livre poder dar alguma couza destas a quem tiver gosto.*

Para além dos bens que a CJ usufruiria após a morte dos dois fundadores, salientamos que no mesmo manuscrito, se revela que os consortes doaram bens ainda em vida para garantir a fundação inicial do colégio: (...) *deu mais o Sor Andre Velho freire e a Srª D. Phelipa três mil cruzados com q.º se comprou officio pª o Coll.º a saber; oito centos e sincoenta mil reis pª comprar as cazas de Manoel Sardinha; 200rs pª comprar as cazas do P. João Nunes Velho. 230 Pª comprar as cazas de Joseph de Cabedo monta tudo (...) 1200\$000. Mais dous mil cruzados q.º se gastaraõ na Igreja da S.Cristia (...); Mais dous cálices, e hu ornam.º pª a quaresma, hua vestimenta de ..... nova, &hu .... De ombros de .... (...); mais hua armação de damascos (...); outra armação de ...(...); hua cama de damasco carmesim (...); hua alcatifa g<sup>de</sup>(...); três pequenas e hua dellas com ouro (...); hua armação de panos de ras (...); Duas colchas(...); hu pavilhão de seda(...); duas armações de ... (...); vestidos ricos de D. Phelipa.*

Doações ao Colégio antes da morte do fundador

### A implantação - Factores físicos

Outra razão que pode justificar a escolha do sítio para a implantação é o conjunto de características físicas que diferenciam o arrabalde escolhido do preterido. Conforme vimos anteriormente, sabemos que foram compradas casas propositadamente para a instalação inicial do Colégio. Não sabemos se a localização foi imposta pelos fundadores ou se escolhida pelos jesuítas. No entanto, parece-nos bastante razoável que tenha sido pelos padres, uma vez que a CJ tinha bastantes conhecimentos sobre a arte de construir de forma sólida e salubre.

Para se entender o local onde o edifício é implantado e as mutações morfológicas que sofreu ao longo dos séculos, apresentamos uma breve síntese gráfica do desenvolvimento urbano de Setúbal, desde a génese medieval até à implantação do edifício inaciano no sítio de Palhais<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Para tal, produzimos um modelo tridimensional do terreno baseado nas curvas de nível actuais e outro em que simulamos o acidente geológico que à época do desenvolvimento de Palhais era tão visível e se revelou determinante nas transformações operadas na urbe. Sobre este modelo criámos sólidos básicos representando o tecido edificado actual (com cotas altimétricas correctas), que apesar de ter obviamente sofrido transformações dignas de registo, ainda conserva bastantes características da malha urbana original.



## Núcleo de Stª Mª da Graça

Setúbal implanta-se sobre uma zona pantanosa que ganha solidez à medida que vai ganhando terreno ao rio. Com efeito, o primeiro nível de ocupação (falamos apenas da génese da urbe medieval e não do período da romanização, que levanta por si só uma discussão que extravasa os limites desta investigação) dá-se na colina de Stª Maria, onde se desenvolve um tecido urbano em torno do núcleo que lhe confere o topónimo – a Igreja de Stª Maria da Graça. A colina fazia parte, na época, de uma elevação mais proeminente, salvaguardando a população da subida das águas, sujeita no entanto ao ciclo das marés.

## Núcleo de S. Julião

À medida que a água vai recuando e a zona pantanosa ganha solidez, a zona baixa da cidade ganha protagonismo. Surge junto à praça do Sapal a Igreja Matriz de S. Julião, outro fulcro de desenvolvimento urbano. A morfologia do território permite uma expansão menos limitada que a colina de Stª Maria, e a explosão demográfica dá-se em pouco tempo. A este factor juntam-se as actividades comerciais, das quais é reveladora a criação de ruas com o nome dos diversos artífices (ourives, sapateiros, caldeireiros).

## Núcleos da Mouraria e Judiaria

Entre os dois primeiros núcleos desenvolve-se a judiaria. A sinuosidade do limite sul desta área, é atribuída ao antigo limite de uma restinga. A judiaria ocupava uma área considerável do tecido urbano, contrariamente ao outro aglomerado que se desenvolve sensivelmente na mesma altura, na vertente sul da colina de Stª Maria – a mouraria.

## 1ª linha de muralhas

Setúbal, que timidamente rivalizava com Palmela e Alcácer do Sal uma posição de destaque no território, ganha proporções que exigem a presença de um perímetro defensivo. É construída a primeira cintura de muralhas, com a forma grosseira de um rectângulo enquadrado por acidentes geológicos e linhas de água. O recinto fortificado fica rapidamente preenchido com edificações, subsistindo até hoje uma malha muito densa.

## Arrabaldes de Palhais e de Tróino

A crescente afluência de população e a saturação do interior do perímetro defensivo, conduz ao aparecimento de dois arrabaldes. A ponte Tróino, que se desenvolveu a uma velocidade vertiginosa, pela facilidade de implantação num terreno plano. A separação entre este novo núcleo e o original dá-se através da Ribeira do Livramento, situação que seria colmatada pouco tempo depois pela abertura de uma porta na muralha (Porta Nova) e construção de uma ponte sobre o curso de água. A nascente surge Palhais, com um crescimento muito mais comedido devido à morfologia do seu território. O acidente geológico que dá forma à vertente irregular nascente da muralha medieval é a grande barreira física na ligação entre o arrabalde e a urbe inicial.





Fig. C1. 8  
Núcleo de  
Stª Mª da Graça



Fig. C1. 9  
Núcleo de  
S. Julião

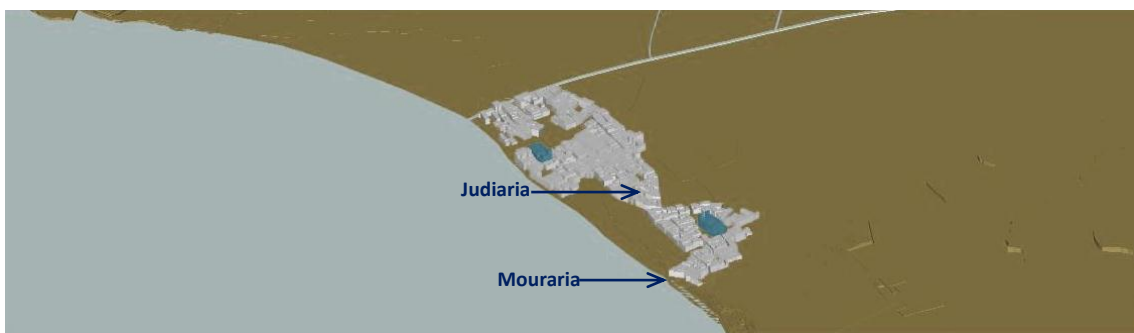


Fig. C1. 10  
Núcleos da  
Mouraria e  
Judiaria

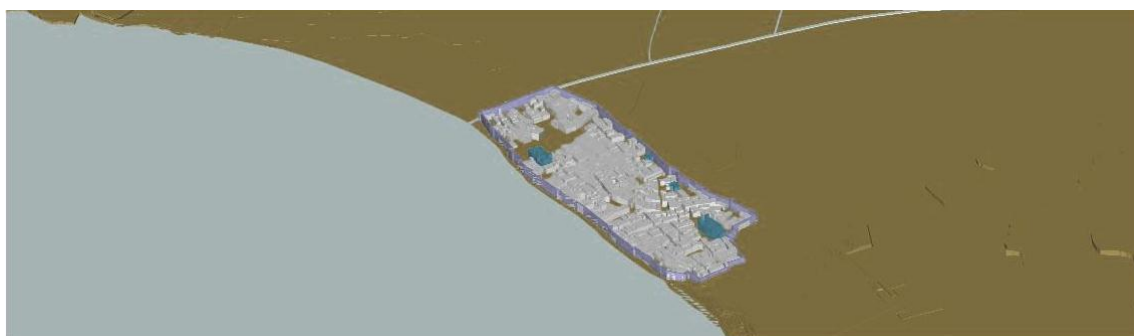


Fig. C1. 11  
1ª linha de muralhas



Fig. C1. 12  
Arrabaldes  
de Palhais e  
de Tróino



De forma a colmatar esta barreira, é aberta frente à ermida de S. Sebastião, uma porta com o mesmo nome. Para tal, são demolidas as casas que se encontravam encostadas à muralha e construída uma ponte (ainda hoje utilizada) que anulou a limitação provocada pela ravina.

É aqui que reside um dos pontos-chave desta reflexão: se era óbvio que a ravina representava uma dificuldade na construção e desenvolvimento da cidade, se era certamente um ponto de escorrência de águas pluviais e se havia tanto território à disposição, porque é que os jesuítas escolhem precisamente o acidente geológico para implantar o seu Colégio?

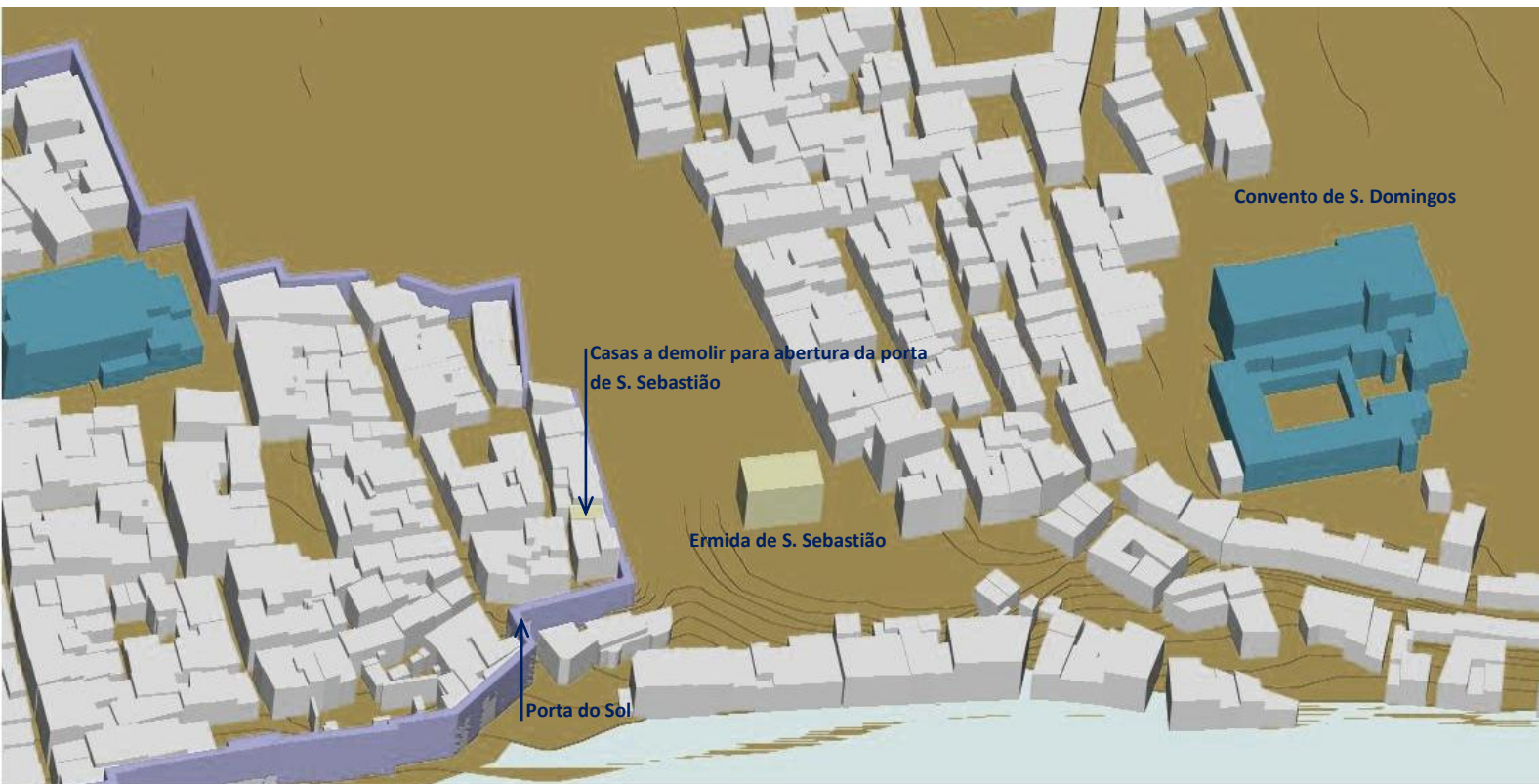


Fig. C1. 13 - Visualização hipotética da ravina a nascente da muralha medieval, onde viria a ser construída a ponte de S. Sebastião.

#### Morfologia do território

Conforme foi descrito anteriormente, Palhais era uma zona exterior à muralha medieval, com características particulares. Com efeito, este arrabalde desenvolveu-se como um núcleo dependente da urbe inicial, mas que tinha de garantir uma certa autonomia uma vez que a própria morfologia do terreno criava uma limitação na relação entre as duas. Se observarmos a representação de Setúbal feita por Pier Baldi em 1668-1669 (fig. C1.14), aquando da viagem de Cosme de Médicis a Espanha e Portugal, conseguimos entender a morfologia base da zona de Palhais e a sua ligação ao tecido medieval: é clara a presença de uma planura que confina a Sul com o rio sob a forma de “parede” quase vertical, e a Ponte com a muralha medieval criando neste caso uma espécie de ravina. Esta

segunda situação resulta do encontro entre a planura e a elevação correspondente ao núcleo de St<sup>a</sup> Maria, criando um fosso natural, inicialmente com cariz defensivo, mas que com o crescimento do arrabalde dificulta a relação entre este e o perímetro muralhado.

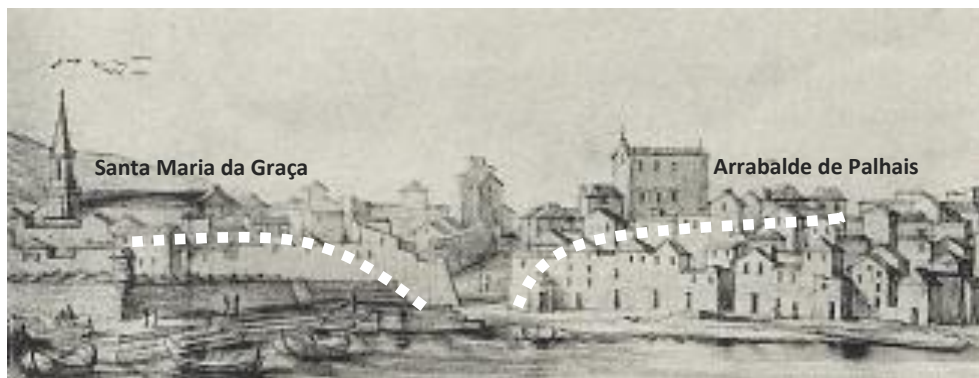


Fig. C1. 14 - Articulação física entre o recinto medieval e a zona de Palhais. Esquema sobre excerto da ilustração “Satúbal”, de Pier Baldi, 1668. Extraído da obra *Viagens de Cosme de Médicis por España y Portugal*, 1668-1669.

Havia efectivamente uma grande dificuldade na ligação entre o arrabalde e o tecido muralhado. Se observarmos com atenção a “ravina” referida anteriormente, vemos duas pessoas a encaminharem-se na direcção do rio e da muralha sul – era nesta zona que numa primeira fase se estabelecia o acesso à urbe, através da Porta do Sol<sup>31</sup>. Com o crescimento do arrabalde e para colmatar a dificuldade de acesso, cria-se a ponte que une os dois volumes, levando à abertura de mais uma porta na muralha medieval – a porta de São Sebastião. Esta obra faz parte de um projecto global de beneficiação de Setúbal, ordenado por D. João III, monarca que tinha grande estima pela cidade (de resto foi ele que a dotou do título de *Notável Villa* em 1525). Entre outras iniciativas, o monarca mandou que *no fim da rua em que estão as casas que foram de António de Miranda, em cima, no tôpo, se rompa o muro, e se faça uma porta para fora, contra S. Sebastião, grande e bôa, porque será ali formosa e proveitosa*<sup>32</sup>.

Palhais deixa de ter uma entrada na cidade pela “porta dos fundos” e ganha uma das entradas mais nobres da povoação, uma das poucas que sobreviveu até aos nossos dias. O terreno onde mais tarde os Jesuítas viriam a implantar o edifício, deixa de ser assim uma zona menor no exterior da muralha, para ganhar uma posição de destaque junto a uma das portas mais utilizadas.

<sup>31</sup> Note-se que à data desta gravura, a porta de S. Sebastião já havia sido aberta, sendo a situação referida meramente ilustrativa do período anterior.

<sup>32</sup> LEAL, Augusto Pinho. “Portugal Antigo e Moderno, Diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico, de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal”, pp.275.



Fig. C1. 15 (à esquerda) - Ligação pedonal entre Palhais, o rio e o recinto medieval; Excerto da ilustração "Satúbal". Fig. C1. 16 (ao centro) - Porta do Sol. Fig. C1. 17(à direita) - Porta de S. Sebastião

#### Geologia

A situação alta do terreno escolhido para a implantação, aliada às características geológicas e de formação dos próprios solos, pode ter sido também um factor determinante para a escolha de Palhais em detrimento de Tróino. Do ponto de vista geológico esta zona apresenta também características particulares. Alberto Pimentel refere *que na zona onde estão implantados o arrabalde de Tróino e o núcleo medieval desenrola-se o litoral baixo, o limite marítimo do valle em que a moderna cidade assenta, valle devido às antigas formações pantanosas cobertas e modificadas pelas argillas e gredas, que as correntes arrastaram das alturas occidentaes, e pelas arenatas que vieram de oriente*<sup>33</sup>. Pinho Leal, refere também que o terreno em que assenta a parte principal de Setúbal de hoje, esteve por muitos séculos ocupado pelas águas. O Sado tem, lenta mas progressivamente, diminuído aqui de nível, abandonando a margem direita, ao passo que, levando as terras da margem oposta, se tem internado. Prova-se isto plenamente, porque, na perfuração que se fez em Outubro de 1871, no Campo do Bom-Fim, em busca de água, se encontraram muitos fósseis marinhos. Em muitos pontos dos arredores de Setúbal, se encontraram a alguns metros de profundidade, várias espécies de conchas petrificadas (...) O nome de Sapal, dado ao largo, hoje chamado de Bocage, prova também que este sítio era um pântano d'água salgada, depois de ser abandonado pelo rio<sup>34</sup>.

No que diz respeito à zona onde os Jesuítas implantaram o seu colégio o mesmo autor refere que *das Fontainhas a Santa Catharina a costa é elevada e escarpada, formada pelas areias aglutinadas pelo grés ferruginoso e cobertas de pinhaes*. Estas características proporcionavam a existência de flora específica, diferente do restante território - *A vegetação dos terrenos circumpostos à cidade de Setúbal é em geral rica e variada, no que influi consideravelmente a diversa constituição geológica do solo*.

<sup>33</sup> PIMENTEL, Alberto. "Memória sobre a história e administração do Município de Setúbal", pp.25.

<sup>34</sup> LEAL, Augusto Pinho. "Portugal Antigo e Moderno, Diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico, de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal", pp. 206.

*Onde porém a vegetação apesar de vasta, é extremamente monótona, é ao oriente da cidade, nos terrenos ondulados que partindo das Fontainhas se estendem até Santa Catharina. As agaves e os cactos da encosta chegam a dar às praias o que quer que seja de aspecto africano. Mas saltando para fora desta região oriental, a própria benignidade do clima beneficia e bafeja salutarmente a vegetação, à porfia com as condições do solo, havendo o calor suficiente para fazer medrar a palmeira, que não chega a sentir saudades do seu torrão asiático, e a frescura necessária à vida do carvalho e do castanheiro do norte, que são os holandeses e ingleses dos vegetais.*

Se por um lado o solo de Palhais não seria tão bom para o cultivo como o de Tróino, a perspectiva de viver num terreno insalubre também não deve ter agradado particularmente aos Inacianos. Frei Luiz de Sousa refere, na *História de S.Domingos*, os problemas que as dominicanas do Mosteiro de S. João viviam devido à sua localização na zona baixa da cidade: *não se advertiu, ao tempo que se começou o edifício, que era lugar baixo e apaulado. Como entrava o Outono, ferviam e apodreciam, com a força do sol, aquelles charcos, que a cercam e lançavam de si, pestilências e vapores. E, como o ar é o alimento mais contínuo do corpo humano, causaram fortes doenças. Às primeiras em que fizeram mais impressão, foram as fundadoras; creadas em outro céu, desde meninas, sentiram logo a diferença, e adoeceram todas, umas atraz das outras.* Não sabemos se os padres da Companhia terão lido as crónicas deste autor, mas mesmo que o não tenham feito, acreditamos que tenham estudado a implantação das restantes casas religiosas, e as vantagens e desvantagens do local onde estavam implantadas. O que é um dado adquirido é que optaram por construir num local alto e dada a preocupação característica dos jesuítas com a salubridade e higiene, acreditamos que os factores climáticos também estejam relacionados com a escolha. A relação entre a forma do terreno e as questões climáticas, cria situações que podem ser profundamente atractivas para a implantação de um edifício ou conjunto urbano.

A situação geográfica elevada desta zona dota-a de uma excelente exposição solar. A sul, a zona das Fontainhas (instalada na vertente sobranceira ao mar) beneficia de insolação dos três quadrantes, estando a maior parte das fachadas principais orientadas a este ponto cardeal. A zona de Palhais, instalada na vertente norte da planura, apresenta uma estrutura de quarteirão linear, perpendicular às curvas de nível, em que as frentes do lote se orientam a este e oeste, beneficiando da orientação solar destes quadrantes. Neste caso, até a dimensão das vias parece ter sido calculada de forma a que os pisos inferiores também sejam beneficiados com a exposição solar. O edifício do Colégio é implantado numa zona que garante a insolação total dos quadrantes sul e este, e parcial do quadrante oeste, devido à proximidade e conseqüente ensombramento provocado pela muralha medieval.

Exposição solar



Ventos dominantes

Os ventos dominantes nesta zona são os mesmos que se verificam no restante território – ventos de norte e de oeste. Se hoje em dia o vento é um recurso relativamente pouco valorizado do ponto de vista urbano, na época de construção destes tecidos tinha um valor primordial. Como se sabe, nessa altura a rede de esgotos era quase inexistente; se atentarmos à descrição feita por Pinho Leal sobre a limpeza de Setúbal em oitocentos, podemos ter uma noção aproximada da realidade dos séculos anteriores: *Nestes últimos anos, tem-se curado alguma cousa na limpeza e hygiene da cidade, construindo-se canos geraes e parciaes de despejo, e aterrando-se alguns baixos onde as águas pluviaes ficavam estagnadas até ao verão. (...) Deve porém confessar-se que o actual sistema de limpeza é ainda, não só imperfeitíssimo e muito pouco aceiado, mas até prejudicial à hygiene, e dá ao estranho que visita Setúbal, um desagradável testemunho do pouco cuidado que tem havido com este ramo principal de interesse público. Além da Rua Nova da Conceição, da praça hoje chamada de Bocage, e pouco mais, todas as outras ruas, bêccos e alfurjas, são repugnantes de sordidez. Em lugar de ser o seu pavimento abaulado (convexo) como se usa em todas as povoações modernas bem policiadas, é concavo. Os varredores municipais exercem o seu mister a toda a hora do dia, e de uma maneira repugnantemente immunda! – o seu modo de varrer é espalhar o contheudo no centro da rua, para os lados – isto é – a porcaria que se juntou na espécie de cano, estendel-a por todo o pavimento. As casas não teem latrinas (como em Lisboa) nem pias, nem canos de esgoto. Toda a qualidade de porcaria se junta em um vaso qualquer, que tem de estar, ás vezes vinte e quatro horas, depositado em casa, á espera do carro municipal, que leva aquillo para o monturo geral! – A passagem d’aquelles carros deixa um cheiro horrível e perniciosíssimo na sua passagem; e quasi sempre, restos do conteúdo do caixão do carro. (...) Mesmo assim a amenidade do clima póde mais do que o descuido dos homens, e Setúbal é uma povoação relativamente saudável*<sup>35</sup>. Note-se que esta descrição data da segunda metade do séc. XIX – a realidade no século XVII seria certamente ainda mais dantesca.

A estes hábitos, devemos juntar a escassez de água em Setúbal. Para além de existirem poucas nascentes de água, secavam com muita facilidade bastando para isso um ano com menor índice de pluviosidade.

Estando ilustrado o quadro do ambiente da cidade podemos concluir que a limpeza não seria a mais eficaz, proporcionando a existência de zonas insalubres e doentias. Se nas zonas baixas da cidade, agravadas por um terreno alagadiço/pantanosos e de vale, se sentiam muito estas características, a localização e a morfologia do terreno de assentamento de Palhais conjugado com a implantação do tecido edificado, criava ardilosas estratégias de ventilação e higienização do ambiente. Com efeito, devido a efeitos eólicos, as massas de ar ao se

<sup>35</sup> LEAL, Augusto Pinho. “Portugal Antigo e Moderno, Diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico, de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal”, pp.276 e 277.

depararem com a vertente norte da planura são forçadas a acompanhar a inclinação, sofrendo uma aceleração. É exactamente nesta zona que os quarteirões são implantados, estando as ruas alinhadas com este movimento. Apesar destas vias terem sido projectadas como corredores urbanos funcionam também como corredores de circulação e evacuação de cheiros, já que a aceleração provocada pela encosta é ainda reforçada pelo fenómeno de *Venturí*, criando tubos de aceleração do ar, levando-o neste caso para sul e conseqüentemente para a zona ribeirinha, tornando o ambiente profundamente mais salubre.

Conforme referimos anteriormente, os Jesuítas valorizavam bastante as questões relacionadas com a higiene e talvez por esta razão tenham recusado o terreno que lhes havia sido atribuído em Tróino. Mas e reportando-nos à zona de Palhais – porquê aquela localização em particular para a implantação do colégio, instalando-se numa depressão tão acentuada? Esta forma resulta como já vimos, do encontro de duas pequenas elevações – do encontro entre duas elevações surge uma linha de talvegue que muitas vezes indicia presença de água. A presença deste elemento neste local é indiscutivelmente retratada na planta atribuída a Terzi - a questão que se coloca é qual a origem dessa água.

Recursos hídricos



Fig. C1. 1 - Excerto da planta "Declaração da Villa e Porto de Setúbal". Autor: planta atribuída a TERZI), data: 1607/1617. *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache*. ANTT, Fundo Casa Cadaval, PT-TT-CCDV/29, 76-p2.

Se analisássemos o desenho planimetricamente e por ser um fenómeno comum à morfologia deste território, teríamos de imediato tendência a considerar aquele vestígio de água como mais uma restinga. No entanto pela análise das cotas actuais do terreno verificamos que se trata de uma zona com uma inclinação acentuada. Apesar disso, consideramos que possa ter sido feito um aterro de forma a suavizar o fosso que existia entre a muralha medieval e Palhais, ainda antes da construção da ponte, garantindo a ligação pedonal entre a zona alta e o rio. Pensamos que seria importante esclarecer esta situação, recorrendo a



escavações arqueológicas, com o objectivo de determinar se existe ou não intervenção humana na morfologia do terreno.

Observando a forma como os elementos são registados graficamente na planta, a Ribeira do Livramento (o curso de água que vem do Norte) tem continuidade, ao contrário do troço que dela deriva e que é paralelo à muralha norte, e do troço de água de Palhais já referido. No primeiro caso pode tratar-se de uma vala que foi escavada em torno do troço norte da muralha medieval e referida nos relatórios do estado de conservação das praças e fortalezas, conservados no Arquivo Histórico Militar. Pode também tratar-se do resto de uma restinga mantida e aproveitada para fins defensivos. No segundo caso, no que está no local onde mais tarde se implanta o edifício em estudo, também parece haver intenção de representar que não existe continuidade para além do representado – será uma representação esquemática? Será que havia escoamento de água dos dois taludes (o da muralha e o da planura a nascente), criando uma pequena linha de água residual activa apenas em alturas de maior pluviosidade? Um dado que pode dar alguma consistência à teoria do escoamento de águas, é a possível existência de uma cisterna (esta informação surge nas peças desenhadas do projecto de reabilitação do claustro da autoria do Arq<sup>o</sup> Pedro Quintas). No projecto, a hipotética cisterna é assinalada na área ocupada por um edifício adossado à vertente poente/norte do claustro.



Fig. C1. 2 - Edifício onde o Arq<sup>o</sup> Pedro Quintas localiza a cisterna.

Apesar de até ao momento não possuímos provas da sua existência e de esta referência não ser sustentada por nenhuma prova documental ou pela análise arquitectónica, parece-nos bastante razoável que uma cisterna fizesse parte do conjunto edificado (não necessariamente neste local), uma vez que como já referimos, a escassez



de recursos hídricos era uma realidade incontornável em Setúbal, o que certamente levaria a esforços de armazenamento deste bem tão essencial. Independentemente da origem da água neste ponto, certo é que existe a representação deste recurso no local onde mais tarde seria implantado o colégio jesuíta, e mesmo sem conseguir clarificar as dúvidas nesta fase da investigação, parece-nos relativamente seguro admitir que a água parece ter sido um elemento com valor preponderante para a escolha do local.

### A implantação - Factores político/religiosos

As tipologias religiosas assumem, à época de implantação do edifício uma posição de destaque na organização da cidade. De facto, na segunda metade do século XVII já estavam fundados muitos dos conventos que formaram a malha edificada religiosa de Setúbal. Veja-se a seguinte planta da época, atribuída ao Cosmógrafo Coronelli.

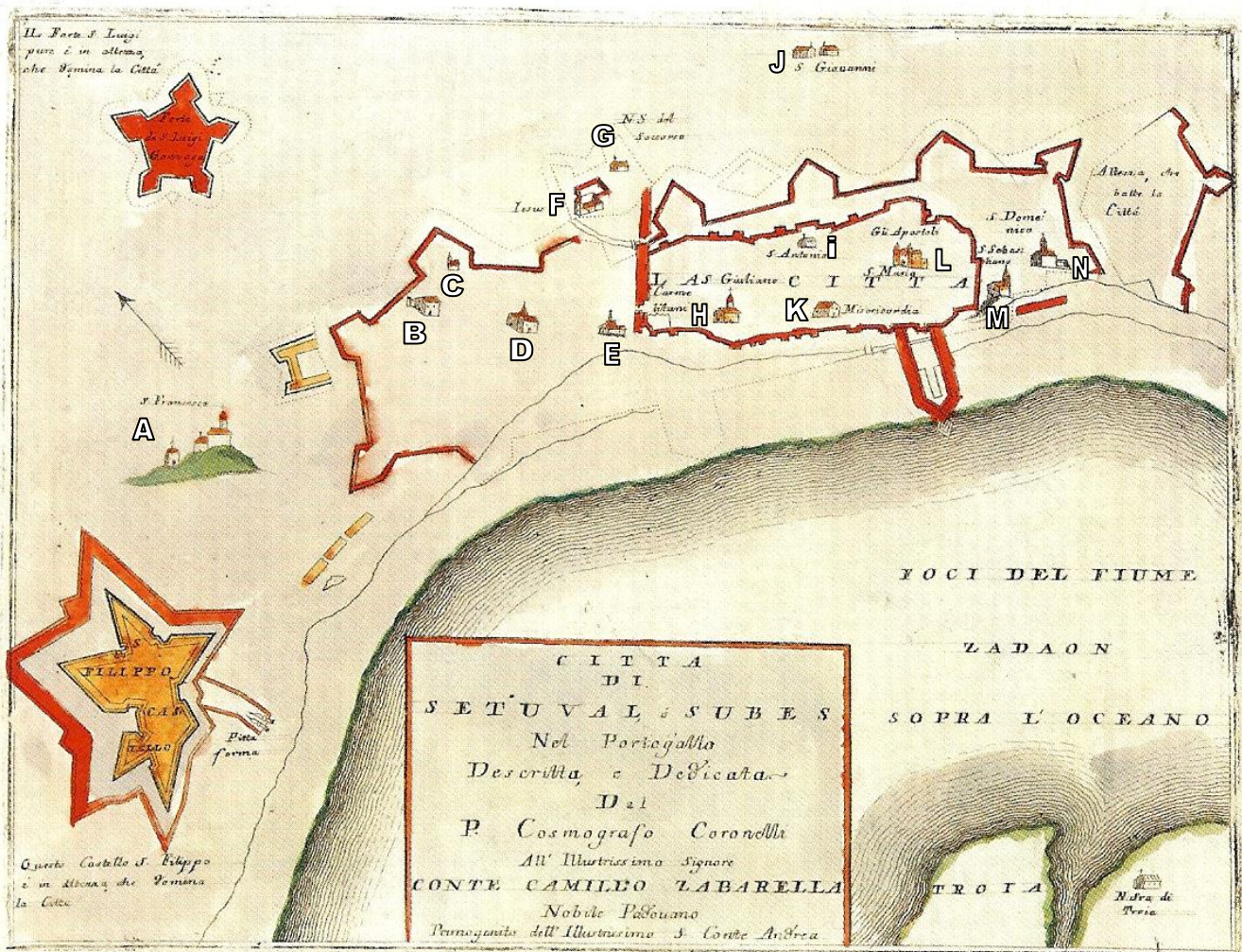


Fig. C1. 19 - Indicação dos edifícios religiosos em Setúbal na segunda metade do século XVII; Esquema feito sobre a planta "Città di Setuval, ó S. Ubes, Nel Portogallo". Desenho de Coronelli, finais do séc.XVII. Planta extraída da obra "Histórias da região de Setúbal e Arrábida". Legenda: A – Convento de S. Francisco; B – Convento da Santíssima Trindade (?); C – Igreja da Saúde(?); D - Igreja de Nª Srª da Anunciada; E – Convento de Nª Srª do Carmo; F – Convento de Jesus; G – Ermida de Nª Srª dos Anjos; H – Igreja de S. Julião; I – Capela de Stº António; J – Convento de S. João; K – Misericórdia; L – Igreja de Stª Maria; M – Ermida de S. Sebastião; N – Convento de S. Domingos.



No caso do arrabalde de Palhais serão implantados ao longo dos séculos exemplares expressivos deste tipo de função, numa área relativamente pequena e de difícil implantação. É curioso verificar esta concentração na zona mais alta do tecido urbano, fazendo lembrar as Acrópolis (cidades dos deuses) característica das *polis* gregas: No ponto mais alto o Convento de S. Domingos (a) (dominicanos - 1564); Junto à ponte o Colégio de S. Francisco Xavier (Jesuitas – 1655/1703); na zona mais baixa da vertente norte da planura o Convento de Nossa Sr<sup>a</sup> da Boa-Hora (Agostinhos Descalços – 1700; existindo no entanto indícios que já antes lá teriam implantado um hospício); e no topo da planura, entre a muralha medieval e o Convento de S. Domingos (a) surge a Ermida de S. Sebastião (b). Apesar de mais pequena que os restantes edifícios religiosos, a extinta ermida de S. Sebastião assume uma posição de destaque na malha urbana – faz o coroamento da via que liga a zona baixa à zona alta da vertente norte da planura e da via que liga este ponto à Praça da Misericórdia, zona fulcral na malha urbana intramuros. Acaba portanto por ser a rótula de articulação de vias estruturantes de duas estruturas urbanas distintas.

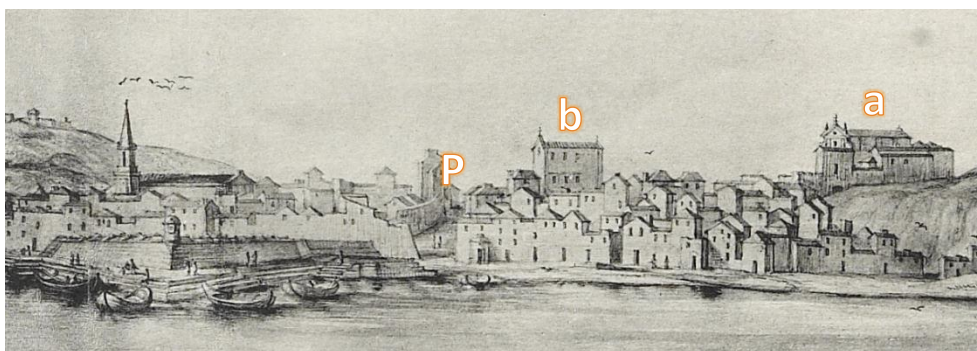


Fig. C1. 3 - Localização da ponte (P), ermida de S. Sebastião (b) e convento de S. Domingos (a). Esquema realizado sobre desenho de Pier Baldi.



Fig. C1. 4 - Localização da ponte (P), ermida de S. Sebastião (b) e convento de S. Domingos (a). A tracejado, a implantação jesuíta. Esquema realizado sobre planta de Terzi.

A cota de implantação do templo enfatiza ainda mais a noção de edifício de referência no cruzamento de ruas, funcionando como *landmark*, quer se chegue a esta zona pelo pequeno vale de Palhais, pelo mar, ou

pelo interior do recinto medieval. Este ponto de articulação da cidade torna-se mais centralizador, quer pela presença da própria ermida com o respectivo adro, quer pela ponte (P), criada para vencer o desnível da ravina entre a muralha medieval e a planura. Cria-se aqui uma espécie de “largo” com vista sobre o rio... mas ainda não é uma praça – não tem uma composição clara, não existem limites volumétricos que confinem uma forma mais centralizada. A implantação do colégio surge na nossa opinião como elemento de fecho da praça, conferindo-lhe um cariz de *praça-miradouro*. Surge um espaço em que coexistem de forma bastante subtil, dois edifícios principais: a Ermida de S. Sebastião se se aceder à praça pelo lado da urbe medieval e o Colégio de S. Francisco Xavier se estivermos a chegar pelo porto – de todos os edifícios referidos é o único que tem a fachada principal orientada ao rio. Sendo Setúbal na altura um importante porto mercantil, seria uma forma de “entrar” na praça (ainda que apenas visualmente) altamente privilegiada.

## A CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO DE SETÚBAL

Documentos originais da CJ mostram que a edificação da igreja se iniciou pelos anos de 1655/56, dizendo-nos o visitador que a 8 de Maio de 1656 *benzeu-se e lançou-se a primeira pedra à igreja*<sup>36</sup>. A 11 de Maio de 1657, dá-se o falecimento de André Velho Freire<sup>37</sup> e, a 6 de Setembro do mesmo ano, muito provavelmente por prever que a sua vida não seria muito mais longa, D. Filipa ordena a redacção do seu testamento: *E porque meu marido André Velho Freyre e eu nos Resolvemos em nossa vida de fundar o Coll<sup>o</sup> de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier nesta Villa de Setuval. e dessa consta meu marido deixar por minha morte a parte que lhe pertence de nossos bens ao dito Coll.<sup>o</sup> Declaro, nomeio e instituo por meu Erdeiro Universal de tudo o que me pertence ao dito Coll<sup>o</sup> de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier e lhe trespaço a parte de nossos Bens que pertencem a meu Marido, por ele assim o ordenar em seu codecilho: os quais Bens são suficientes p.<sup>a</sup> que seiamos fundadores meu marido e eu, daquelle Coll.<sup>o</sup>. Recebamos da Comp.<sup>a</sup> os sufrágios e graças q.<sup>e</sup> custuma fazer aos fundadores de seus Coll.<sup>os</sup> e Cazas.*<sup>38</sup>

Os bens a que se refere o testamento viriam a ser disponibilizados naturalmente apenas após a morte da fundadora. A prová-lo temos o relato do provincial Francisco Manso: *Todos os padres vivem sem o mínimo assomo de desedificação. Todos, até hoje se sustentam de esmolas, oferecidas de bom grado e generosidade (...). Depois da morte da fundadora (...) gozará o colégio livremente das suas rendas*<sup>39</sup>. A morte de

<sup>36</sup> *Synopsis Annalium Societatis Iesu, 1656, n<sup>o</sup>26. Citado em, RODRIGUES, Francisco. “História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal”, pp..32.*

<sup>37</sup> *Synopsis Annalium Societatis Iesu, 1657, n<sup>o</sup>7. Citado em, RODRIGUES, Francisco. “História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal”, pp..31.*

<sup>38</sup> ARSI, LUS841PT, fólio 004. *Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes.* [Disponível em ARSI, Roma, Itália].

<sup>39</sup> *Idem*, fólio 9.



D. Filipa viria a dar-se em 21 de Fevereiro de 1663<sup>40</sup>, passando os bens para a posse do colégio. Apesar de os bens representarem um valor financeiramente elevado, para os padres isto não representava uma mais-valia. Antes pelo contrário – o dinheiro resultante dos aforamentos dos bens imóveis era usado para fazer obras de melhoramento nos mesmos, as jóias, açúcar e marfim pouca utilidade tinham, e era urgente conseguir dinheiro para a continuação da construção do colégio. Assim, é enviado a Roma o pedido de autorização de venda dos bens, com o intuito de transformar o património imobiliário urbano em património pecuniário, e em 20 de Agosto de 1680, é emitida a Sentença Apostólica, permitindo a venda dos bens dos fundadores. *Nesta Carta de sentença diz-se “que o reitor e mais religiosos do Colégio de S. Francisco Xavier, de Setúbal, haviam exposto terem alcançado o dito Breve para poderem vender as várias casas que tinham na mesma vila, e a sua importância ser aplicada à compra de outras fazendas de maior utilidade. Que essas casas que queriam vender rendiam de aluguéis 24\$000 rs. anualmente, mas que então naqueles anos haviam nelas despendido ainda mais dessa quantia em vários reparos, como eram 38\$380 rs., e além disso estavam muito velhas e arriscadas a cair se não fossem reparadas, para o serem necessários pelo menos dois mil cruzados, como o declaravam os competentes oficiais, e o colégio, que era pobre, não podia gastar essa soma. Que pelas referidas casas lhes davam 500\$000 rs., e assim queriam vendê-las e, e comprar uma herdade no termo de Ferreira do Alentejo (...).”*<sup>41</sup>

Cerca de 20 anos depois, a 3 de Setembro de 1702, o reitor do colégio apresenta à Câmara um requerimento com vista à ocupação de um terreno para a ampliação do edifício<sup>42</sup> - na nossa opinião este foi o período de tempo necessário para a venda dos bens dos fundadores; - com dinheiro para construir faltava agora espaço para expandir a edificação. *Em 3 de Julho de 1703 é emitido Alvará Régio ordenando à Câmara a doação do terreno*<sup>43</sup> e 10 dias depois a Câmara procede à sua marcação.

Sabemos que em 1716 as obras estavam em curso, porque a 19 de Agosto desse ano *ordenava-se que fossem examinadas as que se estavam executando por ordem dos padres do Colégio, construindo-se um muro ou parede, que encostava ao adro da igreja de S. Sebastião. E se se verificasse que dessas obras resultava prejuízo para o arco e caminho que haviam sido construídos, que fossem intimados os referidos padres a refazer a dita parede ou muro.*<sup>44</sup>

<sup>40</sup> *Synopsis Annalium Societatis Iesu, 1663, nº13. Citado em, RODRIGUES, Francisco. “História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal”, pp.31.*

<sup>41</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp. 21

<sup>42</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp. 11

<sup>43</sup> Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp. 15

<sup>44</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp. 17.

Com verbas reunidas, terreno disponível para a construção do edifício, é imperativo entender a composição espacial/funcional de um colégio jesuíta. Não existem conventos da CJ, mas sim casas. O convento é virado para si mesmo; a comunidade jesuíta, ainda que preservando a privacidade da sua residência, pretende estar em contacto com a população. Não há coro na igreja para assegurar a separação entre fiéis e regulares. Em territórios além-mar as missas eram muitas vezes realizadas nos adros e o evangelho transformado em peças teatrais para facilitar a compreensão. Abandona-se um rigor formal baseado na separação de classes e abre-se caminho a espaços que respondem a uma realidade de contra-reforma. No caso da tipologia colegial, estamos perante uma composição funcionalmente tripartida em núcleos independentes, mas articulados entre si: a escola, a residência e a igreja.

## O PROJECTO DO EDIFÍCIO, O MODO NOSTRO E A ORGANIZAÇÃO JESUÍTA

As especificidades da Companhia e as necessidades espaciais destes novos espaços de ensino, levaram à criação de uma nova tipologia arquitectónica, que conjugava num só complexo a igreja, um edifício destinados à residência dos regulares, e um edifício escolar aberto a estudantes externos.

Independentemente de todas as inovações da ordem, que os aproximava muito mais dos seculares do que as restantes ordens religiosas fechadas em si mesmas, seria contudo necessário garantir a privacidade dos seus espaços privados, separando-os fisicamente da zona escolar. Em traços gerais, a divisão espacial seria simples – haveria um sistema residencial e um sistema escolar. Estes dois sistemas seriam compostos por uma série de espaços destinados ao desempenho das funções necessárias ao seu funcionamento, normalmente dispostos em torno de um claustro próprio. No entanto, este princípio de organização centralizada não seria taxativo – os jesuítas tinham um profundo conhecimento científico relativo à morfologia e qualidades físicas que o terreno deveria ter para a implantação do edifício e, se fosse necessário abandonar o princípio de centralidade no claustro para assegurar melhores condições de salubridade e conforto físico, não hesitariam em abandonar o modelo.

A cada vez mais crescente construção de edifícios destinados a colégios, residências e igrejas, levou a que fossem definidas regras orientativas para a construção dos espaços inicianos. Esta preocupação, bem patente nas actas das Congregações Gerais da ordem, e a presença de uma aparente linguagem arquitectónica comum a todos os edifícios jesuítas, despoletaram a discussão sobre a existência do chamado “Estilo Jesuíta”. Não iremos alimentar nem reacender essa discussão, não só por



fugir ao âmbito do nosso trabalho, mas porque no seio da História da Arte essa questão já foi amplamente esmiuçada e inclusivamente refutada.<sup>45</sup>

A organização jesuíta e o  
*Modo Nostro*

O que não podemos no entanto ignorar, é que independente de haver ou não um estilo próprio, havia uma assumida preocupação em transmitir dentro da “rede jesuíta”, as orientações específicas para a construção dos edifícios inicianos. Logo na 1ª Congregação geral, em 1558, é estabelecido, ao Cânone 10 que *os edifícios a construir deveriam ser aptos para a habitação, úteis para o exercício dos Ministérios, higiénicos, sólidos e, ao mesmo tempo, fiéis às normas da pobreza religiosa, pelo que não seriam sumptuosos, nem de estilo requintado.*<sup>46</sup>

Estas orientações eram de tal forma importantes para a Companhia, que se criou, oito anos depois, na II Congregação Geral, um mecanismo de aprovação de projectos à semelhança dos processos de licenciamento actuais. De acordo com a indicação patente nas actas, todos os projectos para novos edifícios ou alterações aos existentes, deveriam ser remetidos em duplicado a Roma, onde seriam analisados e corrigidos pela figura do *Revisor Romano* (alguém com aptidões técnicas para a avaliação do projecto), ficando uma das cópias na Casa Generalícia, sendo a outra remetida à precedência já com as devidas rectificações.

Em determinada altura foram difundidas plantas modelo para as igrejas jesuítas. Estas tipologias foram enviadas pelo Geral da Companhia, em resposta aos pedidos dos vários Provinciais, para servirem de modelo pré-aprovado a futuras construções, agilizando o processo de “licenciamento”. Contudo, após a morte deste Geral e a eleição do novo – o Padre Cláudio Aquaviva - estas tipologias foram abandonadas: o objectivo das directivas não seria criar projectos modelo para as igrejas ou restantes edifícios da Companhia, mas sim promover princípios fundamentais comuns a todas as construções – solidez, salubridade e adequação ao programa residencial, escolar, cultural e à prática dos Ministérios. A forma e a traça arquitectónica deveriam ser flexíveis ao contexto artístico da época e do local, às contingências financeiras e às características geográficas e de morfologia do território. A esta fidelidade a princípios construtivo/programáticos próprios da Companhia, muitas vezes erradamente assumida como a procura de um estilo jesuíta, dá-se o nome de *Modo Nostro*. A aplicação desse *Modo Nostro* e a análise da organização espacial das igrejas jesuítas tem sido amplamente estudada. No entanto, relativamente à aplicação do mesmo *Modo Nostro* à organização espacial e à construção dos colégios inicianos em Portugal, muito pouco tem sido dito. Da pesquisa que fizemos, salientamos duas

<sup>45</sup> Como obras de referência para um estudo mais detalhado sobre esta temática, Fausto Sanches Martins cita, na sua tese de doutoramento, as obras “Storia Secreta dello stillo dei Gesuiti” de Carlo Paluzzi, como a primeira a colocar a questão, e as opiniões de Rudolf Wittkower e Irma Jaffe, apresentadas no simpósio “Baroque Art: The Jesuit Contribution”, organizado pela Fordham University, como obra fundamental e final para a refutação do tema.

<sup>46</sup> Tradução do Latim patente na dissertação de Fausto Sanches Martins, para a tese de doutoramento “A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal. 1542-1759: Cronologia, artistas, espaços”; Faculdade de Letras – Universidade do Porto 1994. Pp.883

obras que consideramos fundamentais: “A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal. 1542-1759: Cronologia, artistas, espaços” e o catálogo do *Cabinet des Estampes de la Bibliothèque Nationale de Paris*.

Em 1994, Fausto Sanches Martins defendeu a dissertação para Doutoramento, intitulada “A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal. 1542-1759: Cronologia, artistas, espaços”. Da obra, salientamos o capítulo referente à organização espacial dos colégios, no qual é elaborada uma exemplarmente bem documentada sintetização dos espaços, baseada na análise de textos originais e peças desenhadas, referentes aos quatro primeiros colégios jesuítas portugueses. Esta obra é, na nossa opinião, um instrumento fundamental para quem queira entender a articulação dos espaços colegiais inicianos.

Segundo o autor, e conforme referimos anteriormente, o colégio jesuíta era composto por três zonas fundamentais: Área da comunidade, área das escolas e área da igreja.

A articulação espacial dos colégios jesuítas

#### - Área da Comunidade:

*Entre as dependências desta zona incluíam-se os cubículos de habitação, situados no piso superior, bem como a capela doméstica, livraria, enfermaria, a botica e rouparia. No piso inferior e ainda ao serviço da Comunidade, localizava-se o refeitório rodeado por um conjunto de dependências anexas. A portaria constituía a zona de acolhimento. Junto a ela estavam os locutórios que funcionavam como salas para “os negócios temporais e espirituais”.<sup>47</sup>*

Área da Comunidade – descrição sucinta dos espaços:

Portaria Comum	<i>Assinalada através de uma estrutura arquitectónica e dum sinal exterior que a distinguia do conjunto de edifícios da mesma rua ou praça onde estava sediada, a portaria de um colégio constituía (...) um espaço dialético que marcava a separação entre dois mundos: o secular e o religioso.<sup>48</sup></i>
Locutórios	<i>Obtida a licença do Superior e enquanto se esperava pela pessoa solicitada, o visitante acompanhava o visitante ao Locutório. Habitualmente contíguos à portaria, os Locutórios situavam-se na zona imediatamente anterior assinalada pela “clausura”. Variavam de disposição e tamanho em conformidade com a disponibilidade de espaço e importância de cada colégio.<sup>49</sup></i>
Portaria dos carros	<i>Para além da portaria comum, existia em todos os</i>

<sup>47</sup> MARTINS, Fausto Sanches. “A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal. 1542-1759: Cronologia, artistas, espaços”. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, pp.885.

<sup>48</sup> Idem, pp.889.

<sup>49</sup> Idem, pp.892-893.



*colégios a portaria dos carros (...). Concebida com menor aparato arquitectónico, tinha como função principal possibilitar a entrada e saída dos serviços de abastecimento dos colégios. (...)*

*A portaria dos carros, era utilizada, também, como espaço específico destinado ao serviço de atendimento aos pobres, que principiava pela assistência material através de géneros alimentícios. (...) Com a distribuição do alimento material preparava-se o terreno e criava-se um ambiente psicológico propício para repartir o alimento espiritual da doutrina cristã, transformando-se este local em espaço sagrado da palavra de Deus, frequentado por aqueles que talvez por vergonha e acanhamento, não se atreviam a entrar no recinto da igreja. (...) Por vezes, como no caso do Colégio de Santo Antão, os muros do recinto da portaria do carro eram adornados com painéis de azulejos representando cenas religiosas que favoreciam o acolhimento e compreensão da doutrina ensinada.<sup>50</sup>*

#### Cubículos

*As dependências de habitação dum colégio situavam-se no segundo piso e estavam distribuídas paralelamente ao longo de corredores que circundavam um saguão interior, de forma mais ou menos quadrangular, configurando o espaço destinado à Comunidade.<sup>51</sup>*

#### Capela doméstica

*(...) existia em cada colégio, no recinto interior correspondente à área da Comunidade, uma ou várias capelas(...). Criada para o serviço da comunidade, situava-se obviamente nesta zona, no segundo piso ocupando uma área correspondente a duas habitações e abrindo as suas janelas para o pátio interior.<sup>52</sup>*

#### Livraria

*Tendo como função principal a de servir de apoio intelectual a Professores, Pregadores e Confessores, a Livraria teria de situar-se, necessariamente, na área residencial da Comunidade. Ao estar inserida nos corredores habitacionais, coincidia com a largura dos cubículos variando, contudo, no comprimento consoante a importância e grandeza do colégio.<sup>53</sup>*

#### Enfermaria

*Todos os colégios albergavam, na área da Comunidade, um espaço reservado para servir de Enfermaria. Dizemos “para servir” porque nem sempre os colégios dispunham de espaços próprios*

---

<sup>50</sup> Idem, pp.891-892.

<sup>51</sup> Idem, pp.893.

<sup>52</sup> Idem, pp.897.

<sup>53</sup> Idem, pp.898.



	<i>para este serviço.<sup>54</sup></i>
Botica	<i>De raiz medieval, a Botica foi sempre considerada como peças essencial do conjunto da planta de qualquer colégio. Não dispendo de lugar fixo, situava-se ou no piso da comunidade ou na zona mais próxima do exterior.<sup>55</sup></i>
Rouparia	<i>Para quem vivia em grandes comunidades e não possuía roupa própria, a Rouparia funcionava como dependência absolutamente indispensável. Situava-se na zona da comunidade, variando nas dimensões em conformidade com o maior número de confrades.<sup>56</sup></i>
Latrinas	<i>As latrinas distribuam-se pelos dois andares a fim de servirem convenientemente os utentes de ambas as zonas. Estavam situadas em lugar periférico e afastado das áreas principais do colégio (...).<sup>57</sup></i>
Refeitório	<i>Destinado a servir a comunidade, o Refeitório situava-se, obviamente, nesta área, mas no piso inferior, onde, por necessidade, deveriam ficar as outras dependências de serviço.<sup>58</sup></i>
Casa do Lavatório	<i>Situava-se no espaço que antecedia imediatamente o refeitório. (...) O carácter funcional deste espaço determinava a sua estrutura arquitectónica, composta essencialmente, por uma ampla sala abobadada, que incluía, como ponto fulcral, uma fonte para as abluções dos Religiosos, antes de entrarem para a sala do Refeitório.<sup>59</sup></i>
Cozinha	<i>A Cozinha e a Casa do Despejo eram consideradas como “duas oficinas adjacentes” do Refeitório.(...) <sup>60</sup> No piso térreo situavam-se as oficinas dependentes da cozinha: Dispensa, casa do fogo, adega, casa da fruta.<sup>61</sup></i>
Casa do despejo	<i>Funcionava como dependência anexa do refeitório, servindo directamente a cozinha. Aparentemente secundária, a Casa do Despejo era considerada como peça indispensável dentro do sector, “porque sem ela não há nele limpeza, decência e</i>

---

<sup>54</sup> Idem, pp.902.

<sup>55</sup> Idem, pp.905.

<sup>56</sup> Idem, pp.907.

<sup>57</sup> Idem, pp.920.

<sup>58</sup> Idem, pp.909.

<sup>59</sup> Idem, pp.917.

<sup>60</sup> Idem, pp.918.

<sup>61</sup> Idem, pp.920.



quietação”.<sup>62</sup>

- Área das Escolas:

*Situada no piso térreo, era composta pelo conjunto de salas de aulas, a sala dos actos públicos e as dependências das Academias articuladas à volta de um espaço aberto, o pátio quadrangular, em cujo centro se erguia uma fonte. Era o espaço reservado aos Mestres e estudantes internos e externos que frequentavam as escolas.*

Área das Escolas – descrição sucinta dos espaços:

Pátio das Escolas	<i>(...) espaço central da zona escolar dum colégio jesuíta (...). Ao contrário com o que acontecia com o claustro, o Pátio das Escolas deixou de ser o pondo de ligação directa com toda a estrutura colegial, limitando-se a comunicar com a área escolar. Não havia acesso imediato para a igreja nem para o refeitório, como no Mosteiro. Além disso, as galerias que envolviam o pátio não funcionavam como espaços de oração e meditação, mas como estruturas de protecção à entrada das salas de aula e de abrigo dos estudantes nas épocas rigorosas do verão e do inverno.<sup>63</sup></i>
Salas de aula	<i>As salas de aula, precedidas de galerias porticadas, distribuía-se à volta do pátio das escolas, dando origem a um dos núcleos artísticos mais apreciados de toda a estrutura colegial. (...) Através da análise da planta do pátio das escolas do Colégio de Évora, concluímos que as salas mantinham, regularmente, a forma rectangular, apresentando algumas variações nas dimensões e na colocação das portas e janelas. (...) No centro da sala erguia-se a Cátedra do Mestre (...) [os bancos] eram corridos e fixos às paredes, podendo ser móveis e distribuídos no meio da sala quando a necessidade o exigisse.<sup>64</sup></i>
Sala dos Actos Públicos	<i>Enquadrada no coração da área escolar, A Sala dos Actos Públicos sobressaía do conjunto das restantes dependências não tanto pela sua dimensão mas, sobretudo, pela força expressiva da sua arquitectura interior e exterior. No exterior, imprimia-se relevo especial à arquitectura do frontispício, transformando-o no centro visual do pátio das escolas (...). A sala dos Actos Públicos</i>

<sup>62</sup> Idem, pp.919.

<sup>63</sup> Idem, pp.938.

<sup>64</sup> Idem, pp.943-945.

*constituía um dos palcos privilegiados para a projecção da Companhia para o mundo exterior.<sup>65</sup>*

- A Igreja:

*Ocupando uma área mais reduzida, contudo era considerada como a peça mais importante do conjunto. Servia o grupo de Padres que ali exerciam o seu múnus sacerdotal e os grupos de estudantes e fiéis que acorriam para o cumprimento das práticas de piedade cristã.<sup>66</sup>*

A única limitação que encontramos no estudo de Sanches Martins, é o facto de se fazer a análise espacial baseada em edifícios cuja fundação pertence ao primeiro século de implantação jesuíta. Como referimos, as construções jesuítas não seguem modelos formais, mas sim princípios de organização espacial. Esses princípios resultam das decisões tomadas nas Congregações Gerais, e são mutáveis ao longo dos séculos de existência da CJ, adaptando-se às necessidades e estilos de cada época, ao terreno de implantação e à dimensão dos colégios. Para além disso, a importância da funcionalidade do edifício sobrepunha-se à concepção artística. Veja-se o exemplo da zona dos dormitórios:

*A área habitacional dos colégios foi objecto de conflitos permanentes motivados pelo desfasamento entre a concepção artística dos arquitectos e a visão pragmática dos seus utentes. Os arquitectos continuavam a querer oferecer um projecto cuja base assentava na “venustas” do esquema conventual das celas dispostas harmonicamente à volta do claustro, esquecendo-se que os destinatários das habitações dos colégios jesuítas já não eram os monges da época medieval, mas os professores e pregadores duma ordem moderna que defendia, acima de tudo, critérios baseados na “utilitas” e na “commoditas”. Por isso mesmo, à disposição claustral das celas, preferiam a construção de corredores longitudinais, expostos ao sol, com vistas panorâmicas. (...) Este movimento que propugnava a disposição dos cubículos em corredores longitudinais em vez da distribuição centrífuga claustral alastrou-se praticamente a todos os colégios.<sup>67</sup>*

Tentámos estudar os restantes colégios existentes no país, mas tal como o colégio de Setúbal, as diferentes épocas, ocupações e desastres naturais desvirtuaram a grande maioria dos espaços, sendo necessária a análise arquitectónica de cada um deles.

Em alternativa poder-se-ia fazer a leitura das plantas originais dos edifícios ou proceder ao tratamento das correspondências entre os diferentes colégios e a Casa Generalícia, para entender a articulação espacial de cada um deles. Não foi possível, como veremos adiante, encontrar as plantas: quanto à correspondência é feita em latim, língua que não dominamos.

---

<sup>65</sup> Idem, pp.946-947.

<sup>66</sup> Idem, pp.885.

<sup>67</sup> Idem, pp.894.



Os projectos dos edifícios  
inacianos da BNF

Outro instrumento fundamental para o entendimento de qualquer tipologia de edifício da Companhia de Jesus, é o catálogo do *Cabinet des Estampes de la Bibliothèque Nationale de Paris*, relativo aos projectos dos edifícios inacianos. A obra, assinada por Jean Vallery-Radot e intitulada *Le recueil de plans d'édifices de la Compagnie de Jesus conserve a la Bibliothèque Nationale de Paris* é o resultado da reorganização de uma série de plantas, alçados, cortes e perspectivas, de edifícios da ordem.

O facto de o maior espólio desenhado dos edifícios da companhia estar localizado em França e não em Itália, prende-se com o facto de ter sido comprado, no mesmo ano da extinção da Companhia de Jesus (1773), por Jaques Laure Le Tonnelier, oficial de justiça de Breteuil. A seu respeito, Vallery-Radot refere: *Curieuse et attachante personnalité, celle de ce bailli, cadet entre de bonne heure dans l'Ordre de Malte, capitaine des galères et, en même temps, amateur d'un goût raffiné!* O responsável pela aquisição primeira deste espólio, é referido pelo autor como um homem que apesar da formação militar, denota uma sensibilidade extrema para as questões relacionadas com a arte e o património. A viver em Roma e como colecionador de obras de arte, de onde se salientam autores como Fragonard, Panini e Hubert Robert, Tonnelier entende a verdadeira importância artístico/patrimonial do espólio da Companhia e em 1773, compra ao Colégio Romano o compêndio de projectos jesuítas. Em 1777, troca Roma por Paris, convidado a assumir o cargo de Embaixador da Ordem de Malta. Durante a década seguinte e até à sua morte, em 1785 envolve-se em causas de relevo no meio artístico parisiense, reforçando a postura que tinha face à arte e ao património. O espólio artístico que havia reunido ao longo da sua vida é leiloadado no ano seguinte; o nº95 do catálogo das peças a leilão corresponde ao espólio jesuíta: "Cinq volumes contenant tout les dessins originaux des Jésuites avant leur abolition". A colecção foi adquirida, conjuntamente com outras peças do leilão por um membro anónimo da ordem de Malta. Dois anos mais tarde, a preciosa colecção dá entrada no *Cabinet des Estampes* pela mão do arquitecto F. J. Belanger, que segundo Vallery-Radot, estava relacionado com a mesma ordem militar<sup>68</sup>.

França detém, nos seus arquivos, uma colecção de desenhos importantíssima para quem pretende estudar a arquitectura jesuíta. Relativamente à Província Lusitana e ao território português actual, estão identificados apenas os projectos (quase todos representados apenas em planta) dos seguintes colégios: Colégio de Jesus, de Coimbra; Colégio do Espírito Santo e Universidade, Évora; Colégio de Elvas e Colégio de Santarém. Existem, no entanto, muitos mais colégios em Portugal, mas a colecção aponta sobretudo para as fundações do século XVI.

Apesar disso, a importância deste espólio não se resume às peças desenhadas. Ao elaborar o catálogo, Jean Vallery-Radot não se limitou a organizar e descrever os planos encontrados. A sua abordagem é baseada na observação cuidada de todos as peças, analisando e assinalando

<sup>68</sup> Para uma explicação mais detalhada de uma suposta ligação da colecção de desenhos com a Ordem de Malta, veja-se a página 5 da obra referida.

características comuns, de forma a que se possam entender não só as características materiais e de representação das peças desenhadas, mas acima de tudo a concepção e organização das diversas tipologias jesuítas. No entanto, e tal como Fausto Sanches Martins, esta interpretação é feita sobre os projectos do primeiro século de existência da CJ.

Infelizmente, e apesar de existirem estes excelentes auxiliares para a compreensão das tipologias colegiais jesuítas, não conseguimos recriar o modelo espacial interior do Colégio de Setúbal. As várias ocupações e os acidentes naturais desvirtuaram completamente o espaço, não deixando memória física inteligível e segura da distribuição e organização interior. Por outro lado, sabemos que funcionalmente existiria uma zona residencial, uma escolar e outra cultural, pelo que podemos especular quanto à localização dos três núcleos.

Fizemos uma recolha (que se pretendeu exaustiva) de cartografia da cidade<sup>69</sup>, com o objectivo de entender a evolução do edifício na malha urbana e a sua composição, mas não foi possível atingir o objectivo pretendido. Em primeiro lugar porque a representação do edifício surge pela primeira vez numa planta levantada em 1804/05, cerca de 150 anos após a implantação do colégio; Em segundo lugar porque na mesma planta representa-se o edifício como um grande lote, não sendo possível entender o sistema de claustros, pátios e logradouros, e a articulação formal entre as diversas partes da área coberta.

*Levantada a partir dos finais de 1804 com a colaboração de José Dionísio da Serra, esta planta é uma espécie de cadastro, na qual se distinguem os terrenos que, por serem valiosos, deviam ter novos empraçamentos daqueles que não causavam prejuízo à fazenda pública ou ainda dos que se podiam aforar ou que deviam pagar foros.*<sup>70</sup>



Fig. C1. 5 - "Planta da Vila de Setúbal, levantada por ordem de S. A. R., debaixo da inspecção da R. Junta dos Tres Estados, por Maximiano Jozé da Serra, Sarg.º Mor. do Real Corpo de Eng.s, em 1805". GEAM/DI.

<sup>69</sup> Apresentada em anexo.

<sup>70</sup> DIAS, Maria Helena; IGE. "Portugalliae Civitates: Perspectivas cartográficas militares", pp.79.

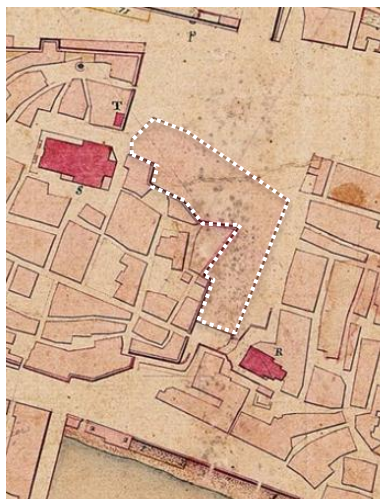


Fig. C1. 6 - Excerto da “Planta da Vila de Setúbal, levantada por ordem de S. A. R., debaixo da inspecção da R. Junta dos Tres Estados, por Maximiano Jozé da Serra, Sarg.º Mor. do Real Corpo de Eng.s, em 1805”. GEAEM/DI. Ampliação da zona em análise.

A tarefa de entender os três núcleos será no entanto profundamente difícil e arriscada, não só pelos factores referidos (ausência de documentação, diferentes ocupações e acidentes naturais), mas acima de tudo por um factor que desvirtuou o que restava do edifício – o desmembramento da propriedade. Conseguimos, apesar de tudo e alicerçados em documentos originais de várias épocas e diferentes proveniências, provar a localização exacta da igreja de S. Francisco Xavier, aquela que foi a mais antiga construção e o *gérmen* da implantação de todo o edifício. Quanto aos restantes núcleos, apresentamos um esquema hipotético, alicerçado também em documentos originais e fontes indirectas, mas que é passível de refutação.

## A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL HIPOTÉTICA DO COLÉGIO DE SETÚBAL

A igreja de S. Francisco Xavier

De acordo com documentos originais da CJ, sabemos que a igreja foi o primeiro núcleo a ser construído. Efectivamente, em 1655/56 *benzeu-se e lançou-se a primeira pedra à igreja, a que serviu de parede lateral um lanço da muralha*<sup>71</sup>. Não conseguimos apurar com toda a certeza a que lanço da muralha se refere o autor, no entanto, já no final do séc. XIX dois historiadores acrescentam um pouco mais à localização da igreja: *Consta que era de boa arquitectura, e tinha a fachada voltada para o fundo da egreja parochial de Santa Maria* (Pimentel, 1877); *Era de boa architectura, tendo a frente para o fundo da egreja da Sra da Graça* (Pinho Leal, 1880). Podemos assim especular qual o lanço da muralha que foi aproveitado e mesmo indicar uma primeira localização esquemática para a igreja de S. Francisco Xavier.



Fig. C1. 7 - Localização aproximada da igreja de S. Francisco Xavier.

<sup>71</sup> *Synopsis Annalium Societatis Iesu*, 1656, nº26. Citado em, RODRIGUES, Francisco. “História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal”, pp..32.

Veja-se outra referência que indirectamente nos atesta que a localização da igreja seria próxima deste local - na descrição do perímetro defensivo medieval, feita em 1758: (...)o bairro da Vila é todo murado de muros antigos, e fortes de Pedra Jaspe da Serra da Arrábida com dez torres disperças pelo circuito da mencionada muralha, (...) três portas principais (...) - a terceira a que chamavam a da Vila para a parte do Norte a qual com a torre que tinha em cima a demolirão os Padres da Companhia de Jezus para lhe ficar mais dezimpedida a entrada da Igreja do seu Colegio,(...)72.

Onde se situava então esta estrutura militar? A porta dos Padres da Companhia, também referida por alguns autores como porta da Vila, situar-se-ia na vertente nascente/norte da muralha medieval. A análise da cartografia de Setúbal é fundamental para o entendimento formal deste elemento militar, figurando em quase todas as plantas como uma torre que ao invés de se projectar para o exterior do perímetro defensivo, se recolhe para dentro da urbe. Ao que parece, a porta ficaria debaixo de um torreão, referido muitas vezes como cubelo dos Apóstolos.



Fig. C1. 8 - "Planta de Praça de Setúbal", João Roys Mouro, 1680. Livro de varias plantas deste Reino e de Castela, por João Thomas Correa. BNP. À direita, localização do Cubelo dos Apóstolos e da Porta da Vila ou dos Padres da Companhia.

Pouco conseguimos apurar relativamente ao edifício, no entanto, Almeida Carvalho deixa-nos algumas pistas, referindo que *a igreja era regular, com capela-mor de proporcionado espaço. O tecto não era de abóbada, mas de madeira e telha*73. A informação é retirada, de acordo com a nota de rodapé do autor, das informações paroquiais de 175874. Infelizmente, o estado actual do manuscrito não nos permite ler esta informação. Almeida Carvalho refere ainda, apoiado no mesmo manuscrito: *O templo parece que estava do lado do nascente e próximo do*

<sup>72</sup> CLARO, Rogério. "Setúbal no século XVIII : as informações paroquiais de 1758", pp. 11

<sup>73</sup> CARVALHO, Almeida. "Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal I", pp. 18

<sup>74</sup> ANTT. Memórias Paroquiais. "Dicionário geográfico de Portugal, Tomo 34". 1758. [disponível no ANTT, Lisboa, Portugal].



*claustr*<sup>75</sup>. Também não conseguimos encontrar esta informação no documento – admitimos que possa ter sido retirada de uma zona em que o papel se encontra destruído; no entanto, temos a certeza, como referimos e comprovaremos mais adiante, que a relação da igreja com o resto do edifício era garantidamente a poente do mesmo e não a nascente. Para além disso a própria forma como o autor se refere à localização (“parece que estava”) nos deixa dúvidas quanto a esta informação.

Relativamente ao interior da igreja, o testamento de D<sup>a</sup> Filipa dá-nos a certeza que o fundador já teria sepultura na igreja do colégio, deixando ainda indicações formais para o sepulcro dos consortes: *Meu corpo será sepultado na Igreja de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier do Coll.<sup>o</sup> da Comp<sup>a</sup> de IESU. E podendo ser na mesma sepultura em que está meu Marido, Andre Velho Freyre, asy me enterraram. (...) Quero, e ordeno, que na parede da parte do Evangelho se faça hum arco em que se ponha a sepultura do meu Marido e minha com hum Letreyro com nossos nomes declarando como fomos indignos fundadores daquelle Coll.<sup>o</sup>.*<sup>76</sup>. Conforme veremos mais adiante (cap.III), o desejo de D. Filipa viria a ser cumprido.<sup>77</sup>

#### A zona escolar

Relativamente à zona escolar, apoiamo-nos sobretudo em hipóteses alavancadas por princípios de organização espacial/funcional. Sabemos que em 1690 *ainda não tinha mais que cinco moradores e um professor de língua latina.*<sup>78</sup> Acreditamos que para ministrar apenas uma aula não seria necessário um complexo escolar, até porque nesta fase ainda não deveria haver dinheiro disponível para a sua edificação. Na nossa opinião, só numa 2<sup>a</sup> fase, correspondente à expansão territorial de 1703, é que o núcleo das escolas foi construído. Relembramos que em resposta ao pedido de ampliação do Colégio, em 3 de Julho de 1703 é emitido Alvará Régio ordenando à Câmara a doação do terreno<sup>79</sup> e 10 dias depois a Câmara procede à sua marcação: *A demarcação do terreno foi desde a quina da cerca do Colégio, correndo dela pelo nascente no espaço de 34 varas e meia (...) até um marco que foi metido defronte da travessa última de Palhais, que chamavam do «Seabra»<sup>80</sup>, e do dito marco, correndo de norte a sul, até à ponte de S. Sebastião, no espaço de 103 varas em linha recta, e no qual foram postos três marcos, ficando o*

<sup>75</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal I”, pp. 18

<sup>76</sup> ARSI, LUS841PT, fólhos 003 a 004v. *Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes*. [Disponível em ARSI, Roma, Itália].

<sup>77</sup> Relativamente aos bens móveis, o documento “Lista da Fazenda de Andre Velho Freyre e de sua molher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.o de S. Fran.<sup>co</sup> Xavier”, permite-nos ter uma mínima noção da decoração do espaço (apesar de não termos conseguido transcrever todo o manuscrito): *...dous cálices, e hu ornam.<sup>to</sup> p<sup>a</sup> a quaresma, hua vestimenta de ..... nova, & hu .... de ombros de .... (...), mais hua armação de damascos (...), outra armação de .....(...), hua cama de damasco carmesim (...), hua alcatifa g<sup>de</sup> (...), três pequenas e hua dellas com ouro (...), hua armação de panos de ras (...), duas colchas (...), hu pavilhaõ de seda(...), duas armações de ...(...).*

<sup>78</sup> RODRIGUES, Francisco. “História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal”, pp.32.

<sup>79</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp. 15

<sup>80</sup> Leia-se Travessa de Mathias Seabra.



último junto à dita ponte, e deste correndo de nascente a poente até à porta de S. Sebastião e muralha velha 26 varas.<sup>81</sup>

Para entender a localização da expansão territorial, procedemos à Importação da planta de 1805 para suporte CAD e à transposição para escala métrica. A conversão de varas para metros (sendo que 1 vara equivale a 1,1m), deu-nos as seguintes dimensões:

34,5 varas = 37,95m; 103 varas = 113,3m; 26 varas = 28,6m

A marcação dos valores referidos do terreno, coincidem com as dimensões do edificado existente, havendo pequenas variações que se devem ao facto de o terreno ser inclinado e em planta não se obterem dimensões em verdadeira grandeza.



Fig. C1. 9 - Importação da planta de 1805 para suporte CAD e transposição para escala métrica.

Note-se porém, que a demarcação do território é feita até ao limite da muralha medieval, junto à porta de S. Sebastião, mas que nessa época, parte do edifício que conhecemos como palácio Fryxell já se encontrava construído, conforme se atesta pela planta de João Gilot, na primeira metade do século XVII (cerca de 1642).



Fig. C1. 10 – “Cópia da planta Planta da Villa arabaldes e postos vizinhos da notavel villa de setuval cum o desenho da fortificação cum que se pode sercar medida cum summa pontualidade e tracada pelo Inginiero João Gilot Coartel, mestre General do exercito”. GILOT, João. 1642 (data aproximada). BNP. Note-se já a presença do edifício que compõe o corpo sul do edifício.

<sup>81</sup> Liv. Reg. Soveral. Notas 1679-1698. Arch. CMS. Citado em, CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp. 15



Para além desta planta, uma escritura onde se descreve o edifício do palácio, deixa alguns indícios de que o edifício que já existia antes da ampliação do colégio, pode ser aquele que até ao momento se tem assumido como uma ampliação à composição tripartida da fachada sul<sup>82</sup>:

*... que posteriormente à requisição d'esta sua propriedade [actual palácio Fryxell] se conhecêo evidentemente que n'esta se achava incorporada uma pequena caza (...), que é foreira em quinhentos reis annuaes ao Hospital de Nossa Senhora da Anunciada, hoje annexo ao da Santa Caza da Misericordia, d'esta Cidade, em cujo archivo consta do livro do Tombo grande feito pelo Parocho, de mil quinhentos e oitenta e cinco, que esta pequena caza aonde se acha imposto um fôro de quinhentos reis fôro comprado pelo Reitor do Collegio de S. Francisco Xavier d'esta Cidade (então Vila) no anno de mil sete centos e trez a Pedro Gomes, (...) para Fabrica Nova do seu convento (...).*<sup>83</sup>



Fig. C1. 118 – Edifício mais antigo de todo o complexo.

Do ponto de vista da implantação espacial, supomos que a parte escolar se situaria estrategicamente no alto de S. Sebastião, no edifício que hoje conhecemos como Palácio Fryxell. Nesta zona, a mais alta e proeminente de Setúval, instalaram-se outras duas ordens de ensino – os Dominicanos (Convento de S. Domingos - 1654) e os Agostinhos descalços (Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora – 1700). De igual modo, a presença da ermida de S. Sebastião, sede de paróquia do mesmo orago, era a que mais fregueses tinha, colocando o edifício do colégio num ponto de grande concentração humana e junto à principal entrada do arrabalde de Palhais.

<sup>82</sup> Ainda que o último piso seja uma ampliação mais recente, conforme veremos no capítulo 4.

<sup>83</sup> ADS, *Escritura de partilhas amigavel que fez a Exma. D. Maria Mariana Albino, viúva do Illmo. Agostinho Rodrigues Albino com seus filhos e genro, dos bens de raíz, e fundos em dinheiro, que ficaram por falecimento do seu dito marido, pai e sogro.* 14.Nov.1868, Tabelião Eduardo Augusto de Faria Picão, L.Notas nº78, fls.19. [Disponível no ADS, Setúbal, Portugal]. Transcrição de A. Cunha Bento.



Fig. C1. 12 – Localização hipotética da zona escolar (a azul). Modelo tridimensional do existente.

Ainda no que se refere ao ensino e relativamente à outra ordem presente no alto do arrabalde, Almeida Carvalho refere sobre os dominicanos: *Em retribuição das grossas pensões que recebiam, obrigavam-se os padres do Convento de S. Sebastião a pregar nas duas igrejas matrizes (...), e a darem no seu convento lições de casos de consciência a quem as quisesse ouvir, desde a exaltação da cruz à entrada da Quaresma, e das oitavas da Páscoa da Ressurreição até passado o Pentecoste. Além disto, regiam uma cadeira de moral dogmática, que era exercida na igreja de Santa Maria (...).*<sup>84</sup> Note-se que, apesar de ministrarem uma cadeira não a leccionavam no seu edifício, contrariamente ao que acontecia com os inicianos.

Os edifícios jesuítas tinham, como já referimos uma zona destinada exclusivamente à escolástica. Chegaram aos nossos dias poucos exemplares físicos das salas onde eram ministradas as aulas, mas uma delas merece uma atenção particular – a aula da Esfera do Colégio de Santo Antão (actual hospital de S. José). As paredes da sala estão revestidas a azulejos, onde estão representadas as várias temáticas leccionadas nesta aula: geometria, fortificações, balística, navegação, teoremas de Arquimedes, óptica, entre outros. Sabe-se que em Setúbal não eram ministradas cadeiras científicas. Em 1710, o padre António Carvalho da Costa refere que no colégio residiam *oyto religiosos, & tem três classes, em que ensinaõ a ler, Latim e Moral.*<sup>85</sup> De resto, o ensino das

<sup>84</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal I”, pp. 101.

<sup>85</sup> COSTA, António Carvalho da. “Corografia Portugueza, e descriçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varões illutres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens.” Tomo III. Pp.21



matemáticas era ministrado em poucos colégios – apesar de ter muita qualidade, o ensino das humanidades era muito mais corrente na província Lusitana. Talvez por isso, tenha havido uma necessidade de “propagandear” as cadeiras científicas, ilustrando sobre azulejo as matérias leccionadas. Para além disso, os suportes azulejares funcionavam também como instrumentos visuais auxiliares ao ensino das ciências<sup>86</sup> em resposta a uma postura interna de estimular o ensino da matemática: *É também verdade que, desde os seus primórdios, havia entre os Jesuítas alguma tensão entre o estudo da Filosofia e o da Matemática. Graças, entre outros, aos esforços de Cristóvão Clávio, o estudo da Matemática e da Ciência (de base matemática) impôs-se, havendo bastantes Jesuítas com um papel importante na ciência dos séc. XVII e XVIII. No entanto entre os Jesuítas portugueses a corrente filosófica parece ter sido dominante. No final do séc. XVII este facto originou a reacção do Geral da Companhia de Jesus, Tirso González, o qual, em 1692, envia para Portugal as ‘Ordenações para estimular e promover o estudo da Matemática na Província Lusitana’. Aí recomenda-se a utilização dos Elementos Geometriae de Tacquet e a utilização das figuras que deveriam estar expostas na sala de aula.*<sup>87</sup>

Desconhecemos se, apesar de não haver aulas científicas em S. Francisco Xavier, as salas de aulas eram revestidas com azulejos ilustrativos das disciplinas ministradas. Muito provavelmente nunca iremos saber, porque todo o material que ilustrava a excelente qualidade do ensino ministrado nos colégios jesuítas foi destruído. Por ordem do Marquês de Pombal, todos os livros encontrados foram queimados e os azulejos picados de forma a eliminar qualquer vestígio da escolástica inaciana, eliminando assim as provas da sua qualidade e progressismo.

#### Zona residencial

Relativamente ao núcleo residencial, voltamos à teoria dos dois momentos de ocupação, com ponto de charneira em 1703. Numa 1ª fase, os documentos da CJ atestam que não se havia construído a zona residencial: *Primeiro moraram os padres em casa de aluguer, mas depressa se passaram a uma casa comprada, e situada junto ao muro da cidade, onde se veio a construir o novo edifício do colégio.*<sup>88</sup> A casa comprada seria muito provavelmente uma das casas que André Velho Freire adquiriu para a Companhia, ainda em vida.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> Para uma melhor compreensão veja-se o catálogo da exposição “Azulejos que ensinam” (editado pelo Centro de Matemática da Universidade de Coimbra), e que se referem a uma série de azulejos 20x20 que ilustram os elementos de Euclides.

<sup>87</sup> Catálogo da exposição “Azulejos que ensinam”. Pp. 13 e 14

<sup>88</sup> *Synopsis Annalium Societatis Iesu, 1656, n°26*

<sup>89</sup> *deu mais o Sor Andre Velho freire e a Srª D. Phelipa três mil cruzados com qº se comprou officio pª o Coll.º a saber; oito centos e sincoenta mil reis pª comprar as cazas de Manoel Sardinha; 200rs pª comprar as cazas do P. João Nunes Velho. 230 Pª comprar as cazas de Joseph de Cabedo “. ARSI, LUS841PT, fólhos 011 a 012v. Lista da Faz.ª de Andre Velho Freyre e de sua molher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.º de S. Fran.º Xavier”. [Disponível em ARSI, Roma, Itália].*

A teoria de que só em 1703 se começa a construir efectivamente o edifício inaciano, é apoiada pela planta de Coronelli. Note-se que na zona onde deveria existir o colégio, não existe nenhum desenho representativo de uma casa religiosa, como acontece com os outros edifícios.

Chamamos no entanto a atenção para uma pequena legenda – “Gli Apostoli”- representada a nordeste da igreja de Santa Maria da Graça e ainda dentro da muralha medieval. Traduzindo a expressão italiana obtemos a designação – “Os Apóstolos”. A que se refere então este termo? Sabemos que existia naquele local uma parte da fortificação denominada como “Cubelo dos Apóstolos” e que nos chegou até hoje o topónimo Travessa dos Apóstolos naquela zona, mas qual o porquê desta designação? A resposta é-nos dada pela pena de Balthasar Tellez, em 1645: (...) *os dous padres S. Francisco Xavier & o P. M. Simam, com tal modéstia & recolhimento, pobreza & humildade de suas pessoas, que nam se pode ter elRey, tratando de cousas tanto suas, que nam dissesse ao Marquês<sup>90</sup>, «Que vos parecem estes homens?». Respondeu o Marquês, como quê era, em grande abonaçam dos Padres; tornou elRey, «A mim, vos digo, que me parecem huns apóstolos”. Desta nomeaçam real, que pelo bom animo do Marquês, nam ficou em segredo, começou ou continuou o povo de Lisboa chamandonos Apostolos; & dahi correo por todo o Reino de Portugal a honra do título tam honrado (...).*<sup>91</sup>

Os Apóstolos são portanto os padres da Companhia de Jesus. As referências toponímicas que encontramos na cidade <sup>92</sup> referem-se à presença dos inacianos, e denunciam o lugar onde se implantaram <sup>93</sup>. Voltando à planta de Coronelli, a legenda “Gli Apostoli” denuncia assim a presença jesuíta no local, ainda que à época não se tivesse iniciado a construção da zona residencial e escolar daquele que viria a ser o Colégio de S. Francisco Xavier.<sup>94</sup>

<sup>90</sup> Marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses.

<sup>91</sup> TELLEZ, Balthazar. “Chronica da Companhia de IESU na Provincia de Portugal”.

<sup>92</sup> Ainda no que se refere aos topónimos, é interessante constatar que a actual R. da Paz (via que estabelece a ligação entre a Tr. Dos Apóstolos e a Porta de S. Sebastião, unindo os extremos do colégio jesuíta) se chamou em tempos Travessa de D. Filipa - “Travessa de D. Filippa, a que ia da Rua (hoje) de São Sebastião à Porta da Villa (a Santa Maria).” ADS, APAC, 12\_433. Transcrição de A. Cunha Bento.

Não podemos atestar se se trataria de D. Filipa de Paredes (a fundadora do colégio), mas é bastante provável.

<sup>93</sup> Sendo estas referências posteriores a 1655, seria muito interessante para a história da cidade, identificar quais os topónimos que antecederam estas designações.

<sup>94</sup> Recordamos que os padres primeiro se intalaram em edifícios civis, construíram a igreja, mas só mais tarde iniciaram a construção efectiva da tipologia colegial.

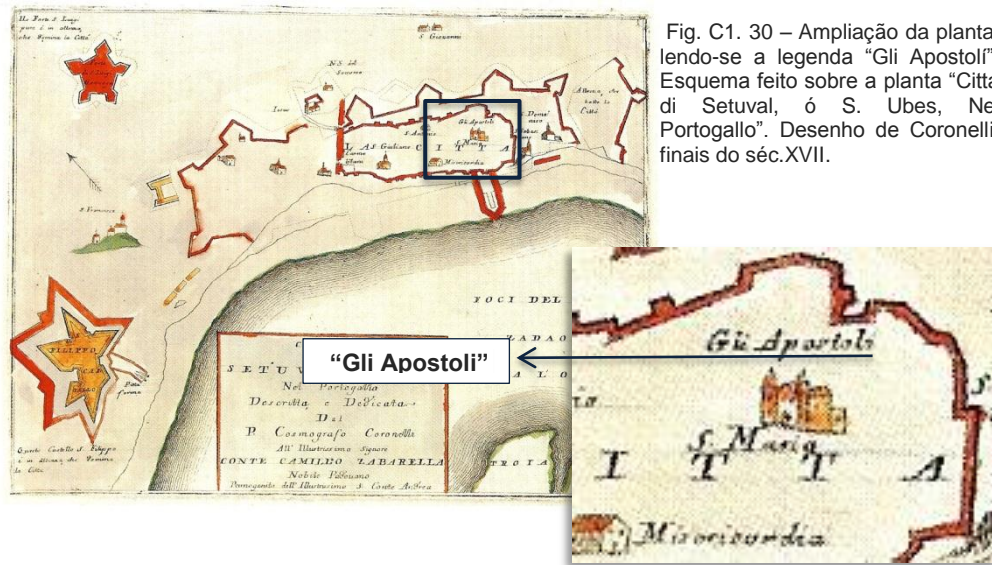


Fig. C1. 30 – Ampliação da planta, lendo-se a legenda “Gli Apostoli”; Esquema feito sobre a planta “Città di Setuval, ó S. Ubes, Nel Portogallo”. Desenho de Coronelli, finais do séc.XVII.

Não podemos garantir que não se ampliou nada até 1703, mas o que é certo, é que até herdarem os bens dos fundadores, os padres subsistiam apenas de “pequenas” ajudas do casal e das esmolas do povo. Outro documento gráfico que sustenta esta teoria é a perspectiva de Pier Baldi. O desenho foi executado aquando da viagem de Cosme de Médicis por Espanha e Portugal (1668-1669). Apesar de termos provado que em 1655 já se tinha iniciado a construção da igreja do colégio, não existe na zona correspondente ao actual edifício, qualquer vestígio de ocupação. Esta situação justifica-se pelo facto de a implantação se ter iniciado na zona baixa, na zona nordeste da muralha medieval, não sendo visível a partir do rio. A zona alta só viria a ser ocupada a partir de 1703, no momento de expansão territorial.

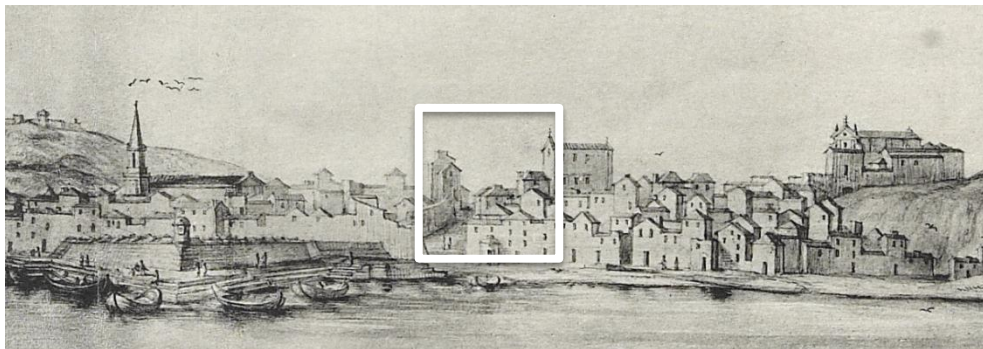


Fig. C1. 13 – Indicação aproximada do local onde hoje se encontra o que resta do colégio de S. Francisco Xavier. Excerto da ilustração “Satúbal”.

Na nossa opinião, é também em 1703 que se dá a construção da zona residencial, de acordo com as directrizes jesuítas e o seu *modo nostro*. Seguindo estes princípios, a zona residencial teria duas zonas fundamentais – a zona de descanso (onde se distribuiriam os cubículos) e a zona operativa (cozinha, refeitório, rouparia, locutórios, etc). As informações paroquiais de 1758 atestam-nos que a zona dos cubículos se situava junto à igreja, na zona norte do complexo: *no Colégio dos Padres*

da Companhia ouve também grande ruína, assim como nas oficinas do dito Colégio, como na Igreja delle porque todo o tecto veio a terra, por cahir sobre elle a parede do corredor dos seos cubículos que estavam para aquela parte que hé a do Norte, ficando só ileza a Capela mor<sup>95</sup>. Esta informação permite-nos especular que a zona de descanso se situava junto à igreja, muito provavelmente com uma forma alongada pela repetição dos cubículos, fazendo a ligação com o restante complexo.

Relembramos, conforme foi referido anteriormente que os cubículos não estariam obrigatoriamente dispostos em torno de um claustro.

(...) os destinatários das habitações dos colégios jesuítas já não eram os monges da época medieval, mas os professores e pregadores duma ordem moderna que defendia, acima de tudo, critérios baseados na “utilitas” e na “commoditas”. Por isso mesmo, à disposição claustral das celas, preferiam a construção de corredores longitudinais, expostos ao sol, com vistas panorâmicas. (...) Este movimento que propugnava a disposição dos cubículos em corredores longitudinais em vez da distribuição centrífuga claustral alastrou-se praticamente a todos os colégios.<sup>96</sup>

Desconhecemos a sua forma, dimensões ou relação com a envolvente. Resta-nos especular, apresentando esboços esquemáticos do que poderia existir. Acreditamos que os edifícios que actualmente se situam nesta zona não sejam contemporâneos à ocupação jesuíta, mas também aceitamos a possibilidade de se terem aproveitado algumas fundações para a sua construção.



Fig. C1. 14 – Localização hipotética da zona dos dormitórios. Esquema sobre excerto da planta de Maximiano Jozé da Serra.

Esta hipótese faz ainda mais sentido, se considerarmos que a zona operativa da residência (cozinhas, refeitórios, rouparia, etc.) se situaria no sopé da Ladeira de S. Sebastião, fazendo a articulação entre zona de descanso e zona escolar. Sabemos que seria

mais fácil levar água a uma zona baixa do que a uma zona alta. Esta hipótese torna-se ainda mais consistente se alicerçada nos vestígios encontrados no interior da actual tipografia *Papéis do Sado*.

- No interior da oficina, estão patentes a olho nu sete arcos de volta perfeita, executados com tijolo pré-industrial, pelo que apontamos a sua datação para o período de ocupação religiosa.

<sup>95</sup> CLARO, Rogério. “Setúbal no século XVIII : as informações paroquiais de 1758”, pp.13.

<sup>96</sup> MARTINS, Fausto Sanches. “A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal. 1542-1759: Cronologia, artistas, espaços”. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, pp.894.

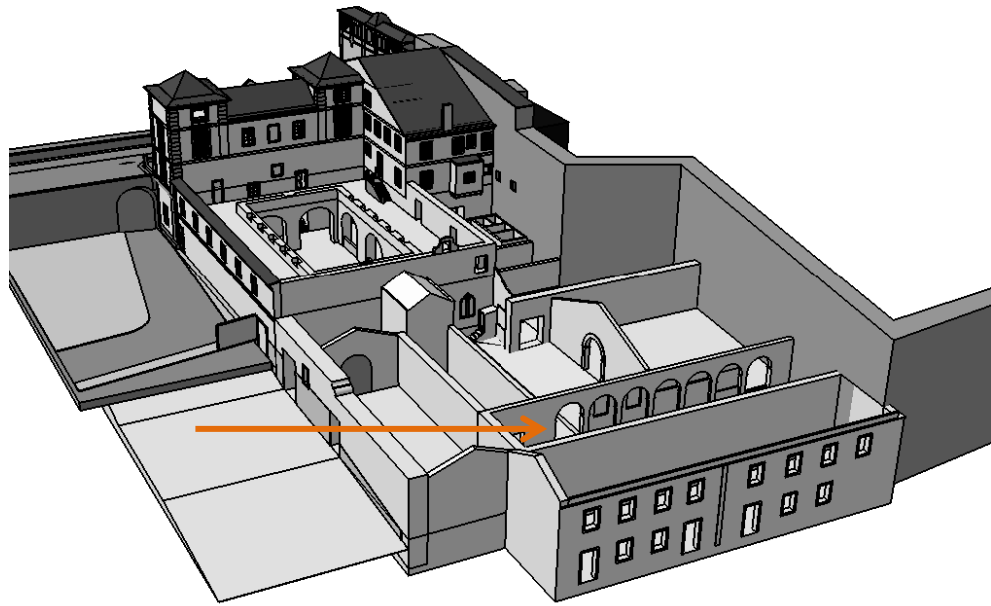


Fig. C1. 33 – Localização da arcada existente no interior do edifício limitrofe, assinalado sobre modelo tridimensional do existente (sem representação das coberturas na área correspondente à tipografia).



**Vestígio 2**

Localização da arcada, e relação com a zona e edifício em análise.



Fig. C1. 15 – Aspecto parcial da arcada;

- Para além dos arcos que se encontram visíveis, é ainda possível perceber vestígios de um arco de volta perfeita (v3) no topo sul do edifício que se encontra a norte do palácio e no limite nascente do complexo, e restos de uma arcada (v4), composta também por arcos de volta perfeita, na parede que lhe é perpendicular.





**Vestígio 3**  
Localização do arco de volta perfeita entaipado.

Fig. C1. 35 – Arco de volta perfeita entaipado (v3).



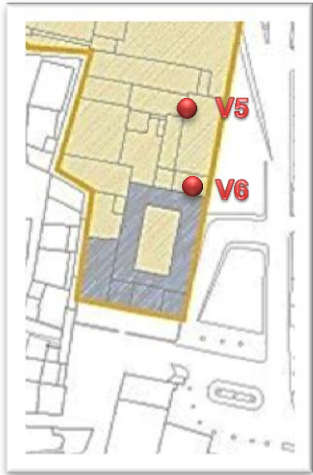
**Vestígio 4**  
Localização da arcada.

Fig. C1. 16 – Um dos arcos de volta perfeita (v4) entaipado. A forma dos arcos é visível no interior. No entanto, não é possível fotografar por ter estantes encostadas.

- Ainda na área da tipografia e nas mesmas zonas onde encontramos os arcos de volta perfeita, encontramos 2 arcos abatidos, muito semelhantes aos que encontramos no claustro do palácio. São executados em tijolo pré-industrial, pelo que apontamos a sua datação para o período de ocupação religiosa.



Fig. C1. 37 – Tijolos que compõe os arcos



**Vestígios 5 e 6**  
Localização dos 2 arcos abatidos.



Fig. C1. 178 – Arco abatido no interior (v5)



Fig. C1. 189 – Arco abatido no exterior (v6)



Fig. C1. 40 – Arco abatido do claustro do palácio. Fotografia de F. Silva Alves, durante as obras de beneficiação do claustro.

A existência destes elementos construtivos (arcos), permite-nos especular quanto à presença de dois sistemas de pátios:

- na zona do palácio, o claustro que subsistiu a séculos de transformações, encerrado por galerias compostas por arcos abatidos;
- na zona da tipografia, um segundo espaço centralizado, limitado a norte e nascente por um sistema de arcos de volta perfeita (coexistentes com arcos batidos), a sul pela fachada norte do palácio e a poente pela muralha medieval.

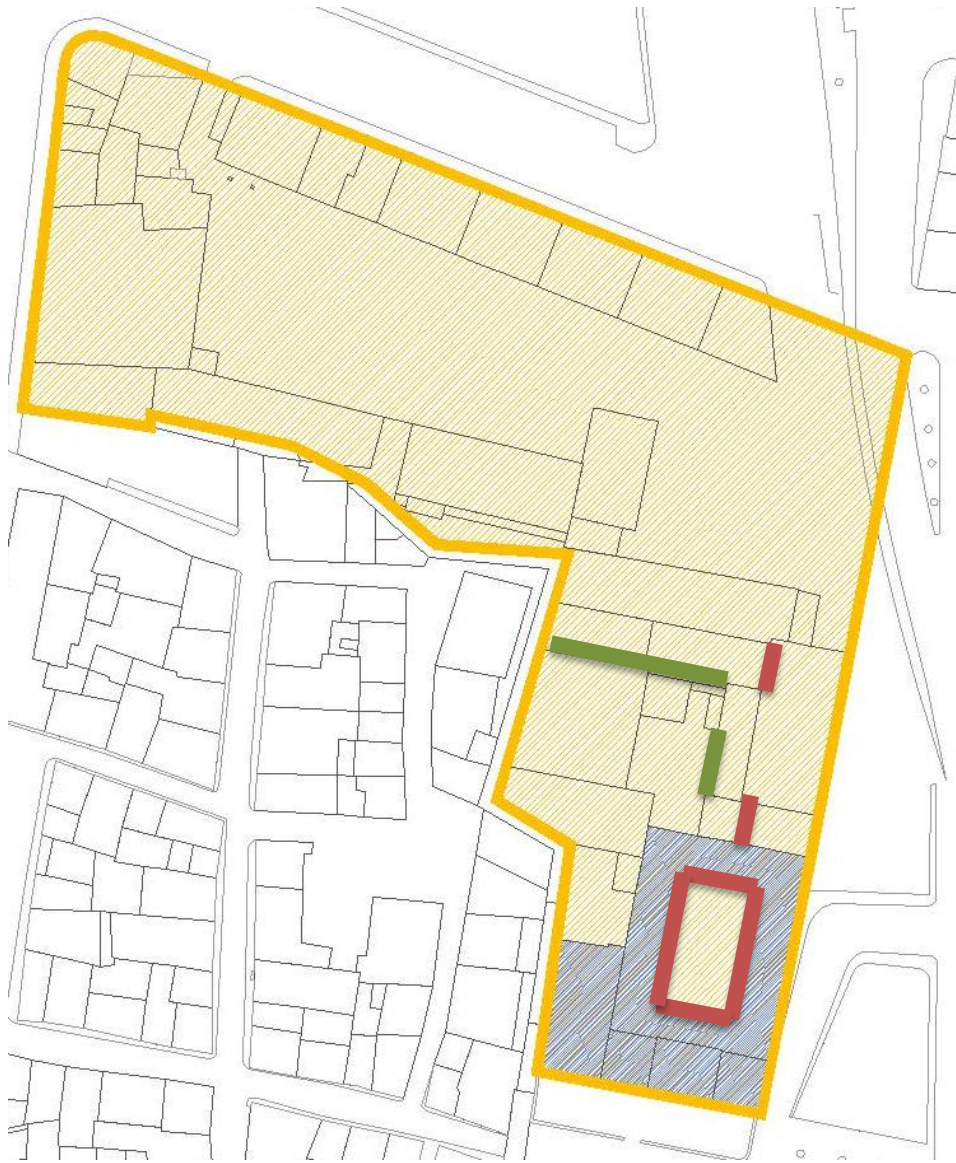


Fig. C1. 19 – Identificação dos arcos existentes na zona em análise. A vermelho – arcos batidos; a verde – arcos de volta perfeita; a azul (mancha) - edifício do palácio; a laranja (mancha) – suposta área total do complexo jesuíta.

Para além destes dois pátios, existe ainda um outro que muito provavelmente se articulava com os dois primeiros. Esta hipótese é alicerçada no vestígio de uma escada por onde se poderia estabelecer a ligação física, uma vez que existe uma diferença de níveis entre a zona norte e a zona sul.

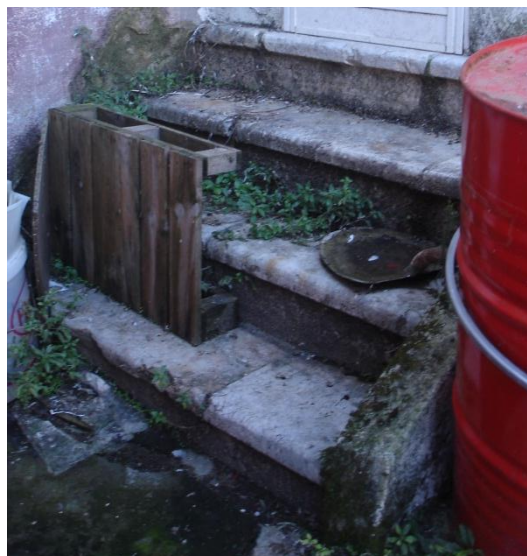


Fig. C1. 202 – Escada que actualmente dá acesso a uma arrecadação.



**Vestígio 7**  
Localização da escada (a vermelho) e pátio (a verde)

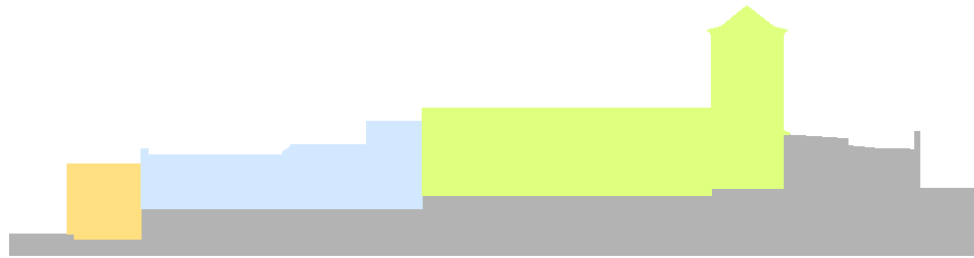


Fig. C1. 21 – Perfil de implantação das diferentes zonas do edifício

Não deixa de ser interessante constatar que em 1805 a muralha dividia dois pátios: a nascente, o pátio do colégio; a poente, uma praça pública que entretanto se perdeu. Nessa data e na praça a poente, já alguns edifícios se encostavam à muralha, mas mantinha-se uma zona livre na direcção do pátio do colégio.



Fig. C1. 44 – Comparação da malha urbana. Planta actual e planta de 1805. Note-se que na planta de 1805 a praça se estendia até à muralha.

Existiria uma ligação física entre espaço público e espaço privado? Poderia ter sido aberto um acesso ao colégio na muralha medieval?

São muitos os casos de apropriação da muralha, seja para abertura de portas e janelas, ou para a ampliação dos edifícios adossados à muralha. No edifício em estudo e na zona envolvente, encontramos várias situações deste tipo.



**Vestígio 8**  
Localização da janela



Fig. C1. 225 – Abertura de janela na muralha para ventilação e iluminação dos edifícios do complexo.



Fig. C1. 23 – Composição de azulejos enxaquetados, aplicados no topo do pano da muralha, intramuros.

**Vestígio 9**  
Localização dos azulejos

A unidade física entre o actual edifício do palácio e a zona ocupada pela tipografia é perceptível também pelo exterior. Esta situação é particularmente visível na fachada nascente: a parede exterior e o embasamento em pedra prolongam-se para a zona da tipografia e repetem-se os vãos.

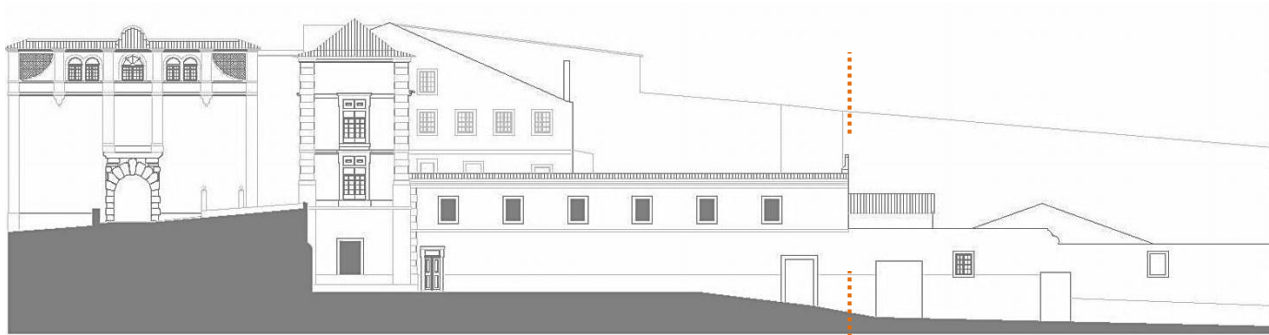


Fig. C1. 24 – Alçado nascente do edifício. A tracejado (laranja), limite entre a zona ocupada pelo IPS (à esquerda) e a zona ocupada pela tipografia (à direita).



Fig. C1. 25 – Imagem da fachada nascente captada de sul para norte;

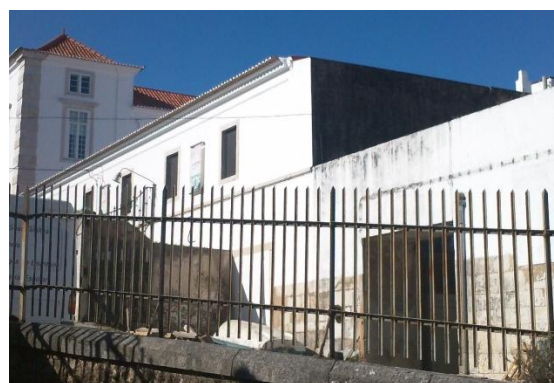


Fig. C1. 26 – Imagem da fachada nascente captada de norte para sul;

Pelo traçado em planta e pela articulação com os vestígios referidos anteriormente, acreditamos que esta fachada se prolongava para norte. Não nos é possível entender como seria a sua forma, porque em 1904/07, é construída a linha férrea que viria a cortar abruptamente o edifício.

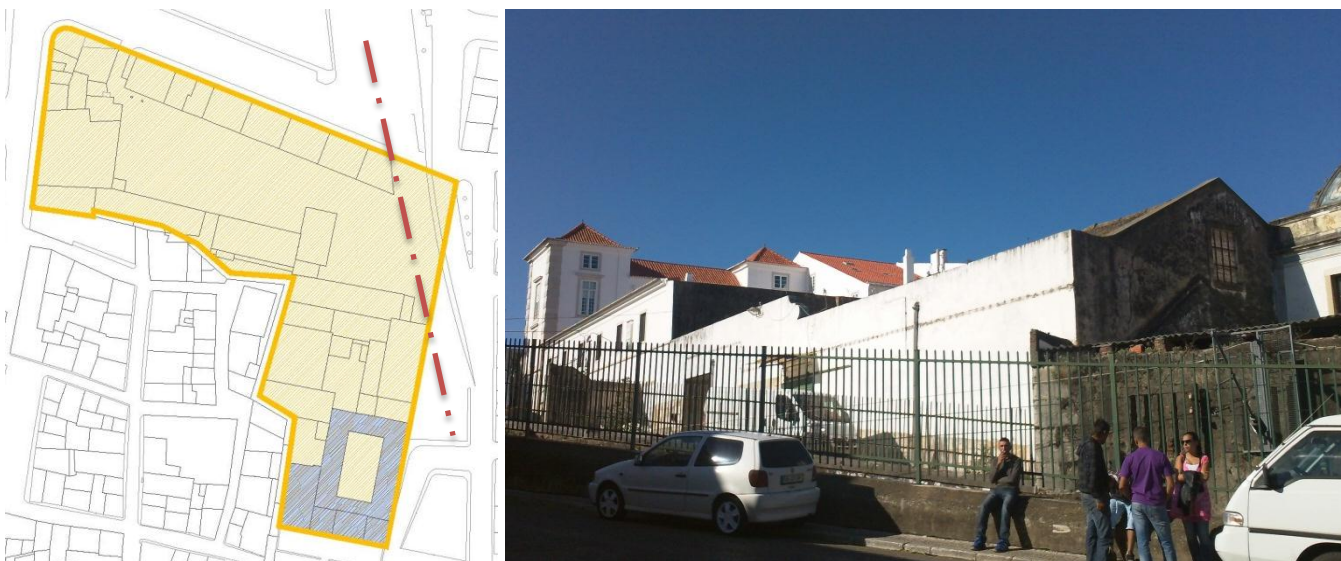


Fig. C1. 50 – Interrupção do complexo pela construção da linha férrea. A vermelho, zona de corte.

## TERRAMOTO DE 1755

O terramoto de 1755 danificou gravemente o edifício. Setúbal foi das cidades mais destruídas: *No terramoto do primeiro de Novembro de mil setecentos sincoenta, e sinco padeceu geralmente toda esta terra huma grande ruina porque ruas inteiras vierão os edificios a terra, e naqueles que se conservarão em pé ficarão sempre muito ofendidos, que precizarão serem renovados, e o maior estrago foi nos Templos , e alguns Conventos.*<sup>97</sup> O edifício do colégio jesuíta, não foi excepção.

Apesar disso, as informações paroquiais atestam-nos que os jesuítas não ficaram à espera de auxílio e que a reconstrução se iniciou de imediato e com bastante celeridade: (...) *a ruina do corpo do colégio se tem reparado e vai reparando com força, porque na Cerca e terreno que estava determinado para a nova Igreja cuidarão logo os Padres em fazer cubículos para neles se recolherem, e bem assim cozinha, refeitório, dispenças, adega, e lagar de vinho, armazém de azeite, e cláses para o encino dos rapazes e estudantes, e as taes classes, e mais oficinas do tal Colégio arruinado tem reparado de sorte, que tem alugado a vários moradores, porque os ditos Padres de tudo se aproveirão.*<sup>98</sup>

De acordo com Almeida Carvalho a reedificação do colégio e a construção da nova igreja dos padres da Companhia de Jesus, foram em grande parte devidas à iniciativa do Padre Gabriel Malagrida, que para isso, diz ele «arrostara com muitas dificuldades, mas que conseguira obter fundos para as despesas, com o produto de várias jóias e peças de ouro que trouxera da América, dadas pelos devotos de N. Senhora das Missões, em remuneração das graças e milagres que a mesma Senhora lhes

<sup>97</sup> CLARO, Rogério. "Setúbal no século XVIII : as informações paroquiais de 1758". Pp. 13

<sup>98</sup> Idem, pp. 14.

fizera». O padre Malagrida dizendo isto, em 6 de Fevereiro e 2 de Março de 1761, acrescentava em outro lugar, “que reedificara o edifício depois da morte da rainha mãe, e o fizera como dissera, com o produto daquelas jóias e pratas com as quais a imagem da Senhora viera ornada à coroa de Portugal».<sup>99</sup>

Não conseguimos apurar se os meios empregues para a construção foram aplicados na construção de nova igreja, ou se só se reconstruiu parcialmente a inicial<sup>100</sup>. O q é certo é que não encontramos registos nem vestígios físicos de outra igreja que não seja a inicial, que ficava virada para as traseiras da paróquia de St<sup>a</sup> Maria. Por outro lado, uma das condições impostas pela fundadora seria a de que, se se construísse nova igreja, fossem trasladadas as sepulturas (sua e de André Velho Freire) para a capela-mor, facto que nunca chegou a acontecer, conforme atestaremos mais adiante (Cap.III). Admitimos porém que tenha havido intenção de construir nova igreja e que não tenha sido possível pelas contingências que se seguiram.

Sabemos que, apesar do grande retrocesso formal que representou o terramoto de 1755, a função escolar não foi anulada, uma vez que segundo as memórias paroquiais, em 1757 viviam no colégio oito padres, continuando a leccionar a ler e escrever, latim e moral. Esta situação manteve-se praticamente inalterada até ao início de 1759, ano em que os jesuítas são expulsos dos seus colégios. No auto de sequestro dos bens do colégio, realizado em 1759 são referenciados não só os bens<sup>101</sup>, como os seus habitantes: *O Pe Pedro Alexandre, Reytor; O Pe Luiz Alberto, Lente de (?); O Pe M.el dos S.tos, Lente de Moral; O Pe Luiz Correa, M.e de Latim; O Irmão M.el Correa, M.e da Escola; O Irmão M.el da Rocha, dispensr.º e comprador; Irmão Bernardo da S<sup>a</sup>, que adestia na quinta do Esteval.*<sup>102</sup>

## EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Na resposta ao questionário paroquial que ilustra a realidade pós-terramoto, a forma como o prior da freguesia de S. Sebastião se refere aos padres da Companhia de Jesus - *porque os ditos Padres de tudo se aproveitão*<sup>103</sup> - revela já a animosidade político/religiosa que existia face aos inicianos. Muito foi dito sobre a questão jesuíta, oscilando sempre entre

<sup>99</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal II”, pp.19.

<sup>100</sup> ...*todo o tecto veio a terra (...), ficando só lleza a Capela mor a qual hoje serve de Igreja com hum limitado acrescentamento que lhe fizeram com parede de forçado, e telhado de...* (troixa). CLARO, Rogério. “Setúbal no século XVIII: as informações paroquiais de 1758”, pp. 13 e 14.

<sup>101</sup> Para uma melhor compreensão do património móvel e artístico existente no colégio de S. Francisco Xavier, leia-se a obra “Documentos para a história da arte em Portugal”. Vol.12 – “Colégios de Lisboa, Setúbal, Santarém, Évora e Elvas (Companhia de Jesus) do Arquivo do Tribunal de Contas”.

<sup>102</sup> “Título dos religiosos assistentes no coll<sup>o</sup> de S. Franc<sup>o</sup> Xavier desta Villa de Setubal”. ATC, Junta da Inconfidência, maço 133. [Disponível no ATC, Lisboa, Portugal]

<sup>103</sup> CLARO, Rogério. “Setúbal no século XVIII: as informações paroquiais de 1758”, pp. 14.



duas versões completamente antagónicas que não iremos aprofundar – ora os Jesuítas são o pior inimigo do estado, ora são uns injustiçados pelas reformas pombalinas.

*A resistência da Companhia de Jesus às novas orientações políticas assumiu um carácter mais dramático em Portugal e Espanha, devido aos enormes privilégios e à grande influência de que gozava sobretudo nas Américas Portuguesa e Espanhola, teatros onde se jogou a sorte dos inacianos em meados de Setecentos. A resistência da Vice-Província do Maranhão da Companhia de Jesus à perda do poder temporal nas aldeias de índios, a oposição à criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, bem como a falta de cooperação revelada nas operações de demarcação das fronteiras acabaram por conduzir, a partir dos últimos meses de 1757, a uma atitude de crescente hostilidade entre o governo metropolitano e a milícia inaciana.*

*A associação de alguns dos mais notórios jesuítas aos sectores descontentes agravou a posição da Assistência de Portugal da Companhia de Jesus perante a Coroa.*

*A tentativa de regicídio (D. José I) forneceu uma oportunidade ao governo para eliminar de um só golpe todos os grupos oposicionistas, da alta nobreza ao clero.*

*Não demorou muito para que a Carta Régia de 3 de Setembro de 1759 determinasse a expulsão dos inacianos do Reino de Portugal e respectivos Domínios Ultramarinos. Da aplicação deste decreto, que proscreeu, desnaturalizou e decretou a expulsão da «Sociedade denominada de jesu» dos Reinos de Portugal e dos Algarves e seus Domínios ultramarinos, resultou, nomeadamente, que muitos inacianos foram desterrados para territórios pontifícios enquanto outros – os mais recalcitrantes – foram encarcerados no forte de São Julião da Barra, onde permaneceram até à subida de D. Maria I ao trono (1777). (...)*

*O golpe final foi aplicado pela Santa Sé com a dissolução da congregação a 21 de Julho de 1773, por decisão de Clemente XIV (1769-1774) através do breve Dominus ac Redemptor.<sup>104</sup>*

*Quanto aos padres que viviam no colégio de Setúbal, Almeida Carvalho ilustra-nos a sua saída: Na noite de 7 de Fevereiro de 1759 apareceu cercado o colégio da Companhia, de Setúbal, por soldados do regimento desta vila, tendo para esse fim vindo de Lisboa o desembargador Jerónimo de Lemos Monteiro, que ordenou fossem os mesmos padres, no dia 25 de Março do mesmo ano, conduzidos a Lisboa, (...) sendo escoltados por soldados do dito regimento, comandados pelo capitão de granadeiros José Bruno de Cabedo. Por ordem do governo e recomendação do Juiz da Ordem, ficou encarregado do edifício e igreja o padre Manuel Fernandes (ou Rodrigues).<sup>105</sup>*

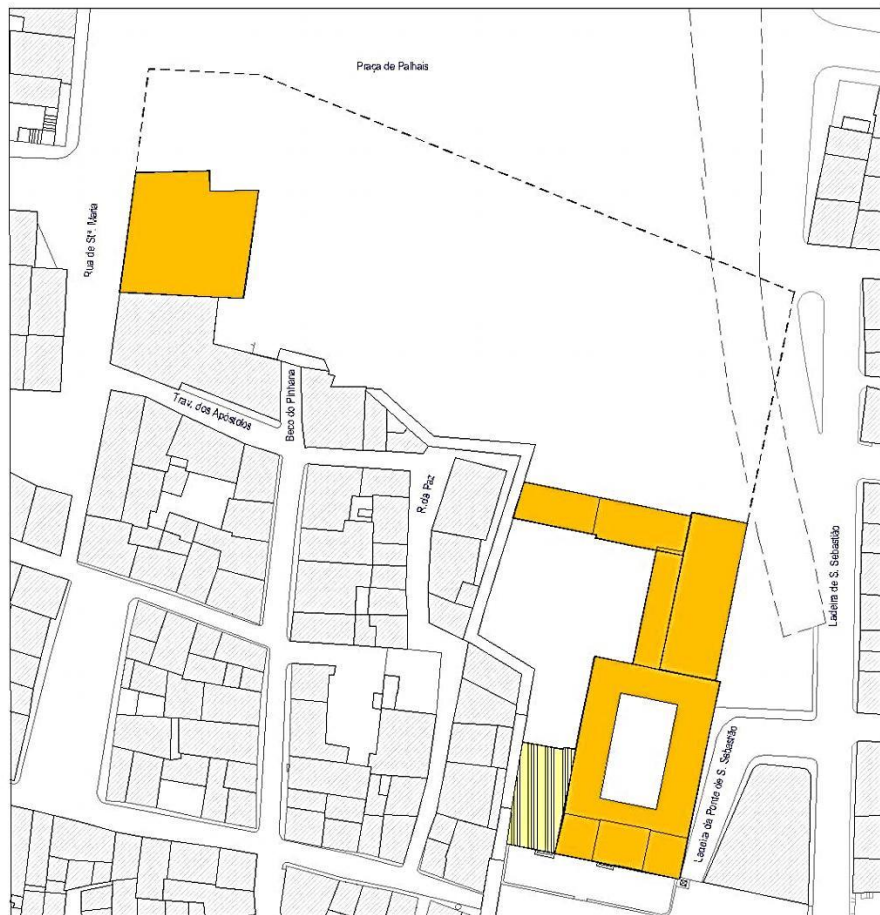
<sup>104</sup> “A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses: 250.º aniversário”. Catálogo da exposição, BNP, 2009.

<sup>105</sup> CLARO, Rogério. “Setúbal no século XVIII: as informações paroquiais de 1758”, pp. 19-20



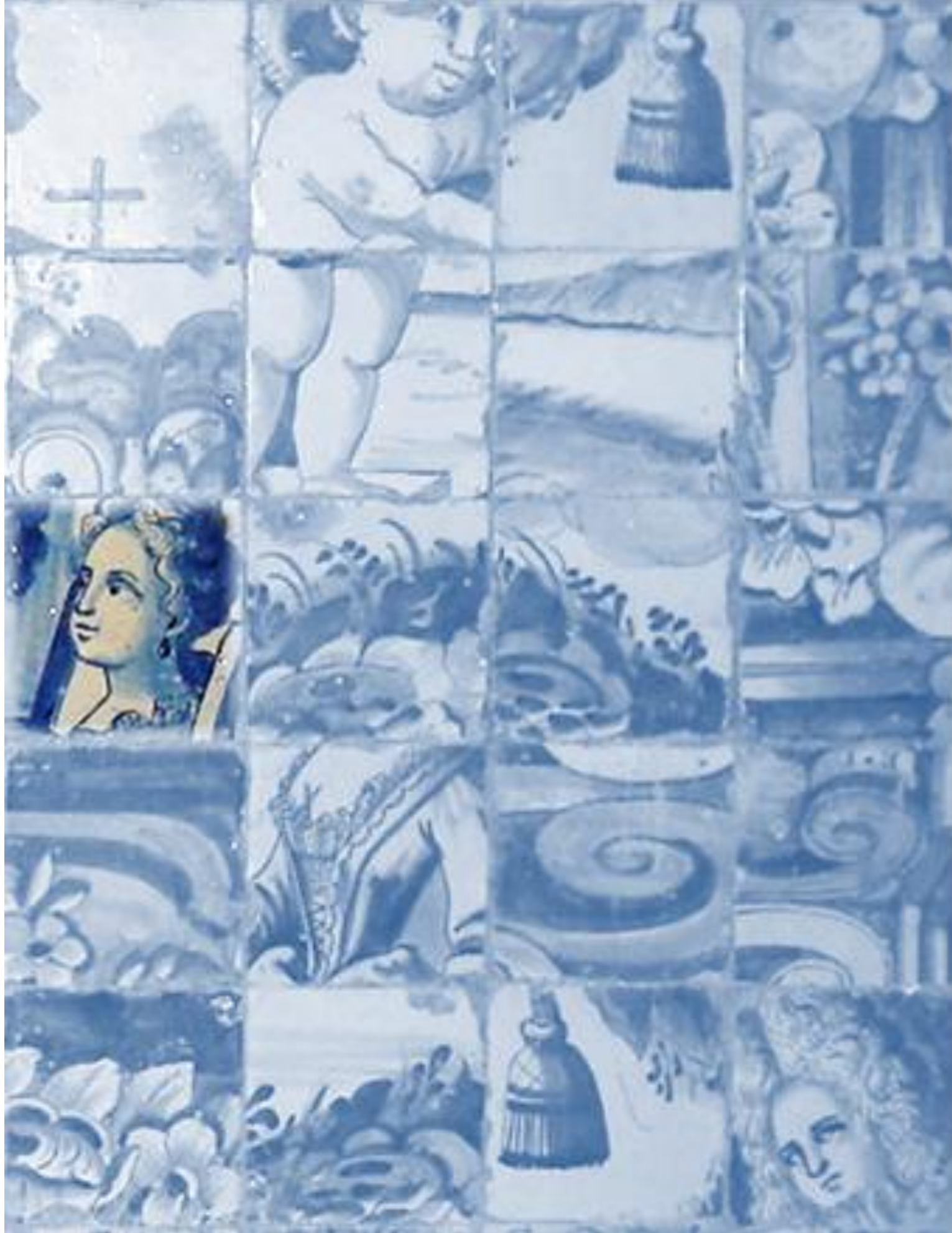
## EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO COMPLEXO – RESUMO GRÁFICO

### 1º período de ocupação



#### 1º Período de ocupação

- Séc. XVI  
Propriedade da Misericórdia de Setúbal
- Séc. XVII-XVIII  
Companhia de Jesus
- Sec. XVIII - Reabilitação  
Companhia de Jesus



2º PERÍODO DE OCUPAÇÃO – Real Mosteiro de Nª Srª da Nazareth de Setúval



Conforme vimos no capítulo anterior, a CJ funda o seu colégio em Setúbal em 1655, em 1755 vê-o muitíssimo danificado pelo terramoto, entre 55 e 59 reconstrói-o, e em 1759 vê-se obrigada a abandoná-lo. Simultaneamente, uma ordem feminina de clausura vive um percurso com contornos semelhantes, que terá no entanto um fim diferente, por ser beneficiada pela expulsão dos padres da CJ.

Convento de Nossa  
Senhora da Nazareth do  
Mocambo

Com efeito, em 1653 (dois anos antes da fundação jesuíta) Frei Vivardo de Vasconcelos funda em Lisboa, um recolhimento para religiosas recoletas<sup>106</sup> de S. Bernardo, da ordem de Cister – o Convento de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo. O edifício, situado na zona de Santos, fica arruinado pela acção do terramoto de 1755 e as freiras são obrigadas a recolher-se noutros locais. Enquanto os Jesuítas de Setúbal encetavam a recuperação do seu edifício, as freiras bernardas viram-se forçadas a viver em casa alheia durante o tempo necessário à morosa reconstrução do seu convento. Logo após o sismo, instalaram-se em barracas que se construíram na cerca do Convento da Esperança, em Lisboa. Apesar de Frei Vivardo ter definido os estatutos do convento baseado nos Estatutos das religiosas Recoletas espanholas que se caracterizava por *uma vida muito rigorosa sem comodidades supérfluas e de observância mais rígida que a praticada em qualquer outro mosteiro da Ordem*<sup>107</sup>, em Maio de 1756, o Rei, muito provavelmente alertado para as condições precárias em que viviam, oferece à congregação a Quinta dos Louros, situada na zona do Campo Pequeno, em Lisboa. A oferta régia concedeu melhores condições à irmandade, mas uma ordem que seguia a rigidez da regra de S. Bento, aliada á necessidade de vivência num sistema de clausura, requer uma estrutura conventual com todos os espaços necessários à adequação dos princípios da ordem. Em 1759 é dada resposta às suas preces – após a expulsão dos jesuítas, surge em Setúbal, apesar de muito afectado pelo terramoto, uma casa religiosa que se foi reconstruindo com algum fulgor. O edifício passa em 1769<sup>108</sup> para as mãos das freiras bernardas, que assumem a propriedade após doação régia, passando o edifício a Real Mosteiro de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Nazareth de Setúbal:

*El Rei D. José fez doação perpetua e irrevogável á Comunidade das Religiosas reformadas de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo, de Collegio com a sua cerca que tinha sido dos Padres da Companhia de*

---

<sup>106</sup> (...) religiosas que desejavam praticar a observância ditada pela Regra de S. Bento, renovada por S. Bernardo e inspirada pelas reformas de Santa Teresa de Ávila e S. Pedro de Alcântara, que propunham uma vida mais austera e de maior recolhimento resultando daqui a designação de "Recoletas". SANTOS, Maria Luísa Gil dos. "O ciclo vivencial do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa" - Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2000

<sup>107</sup> SANTOS, Maria Luísa Gil dos. "O ciclo vivencial do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa" - Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 62.

<sup>108</sup> Até ao momento, a data de ocupação do edifício pelas bernardas de Lisboa suscitava algumas dúvidas. João Carlos de Almeida Carvalho diz-nos que o edifício é ocupado por 1759; Maria Luísa Gil dos Santos, afirma que só em 1771 é que as freiras de Lisboa se instalam em Setúbal juntamente com as freiras de Tabosa, por ordem de Abade Geral da Congregação. Nenhum dos autores cita as fontes que atestam as datas que enunciam.

*Jezus, da qual doação se passou carta em dezanove de Setembro de mil setecentos sessenta e nove, e tomaram posse do mesmo collegio em quatorze de Outubro do mesmo anno.*<sup>109</sup>

O terramoto não foi a única causa de abalo nas casas regulares no reinado de D. José. Veja-se o que aconteceu a outra casa religiosa feminina da mesma ordem – o Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa - que se viria a juntar à congregação de Lisboa:

Convento de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa

*D. José marcou profundamente a vida do mosteiro de Tabosa, quase antecipando a sua morte, quando aparentemente a pedido do Abade Geral da Congregação, Dom Manuel de Mendonça, lhe autorizou em 14/05/1771 a transferência das religiosas e rendas do mosteiro para o Colégio de S. Francisco Xavier em Setúbal bem como a integração dos seus bens nos "próprios" da Coroa. O seu reinado correspondeu a uma época de mudança mental e de valores, marcada pela acção dos "filósofos" que, à sua maneira, se tornaram os principais inimigos da Igreja. (...). É neste contexto de "revolução mental" que, pressionado, Dom Manuel de Mendonça se mostra empenhado em fazer uma acérrima vigilância sobre a prática da disciplina monástica nos mosteiros da Congregação e em acautelar os fundos e rendimentos dos mesmos, pelo que, mandou fazer um Inventário dos bens e rendimentos de todos os mosteiros aferindo a viabilidade do sustento das religiosas e subsistência das próprias casas. Na perspectiva do Abade o exame dos rendimentos e bens dos mosteiros da Congregação mostrava-lhe que os mosteiros de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa e Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo não reuniam condições para subsistirem divididos. Não possuíam a renda necessária ao sustento das religiosas, cuja alimentação sujeita a uma dieta rigorosa - que obrigava à abstinência do consumo de carne - estava em causa, nomeadamente em Tabosa, onde as religiosas não dispunham de pescado fresco essencial em épocas rigorosas de jejum como a Quaresma, e que certamente em Setúbal junto ao rio Sado e beira-mar, não lhes faltaria. (...) Munido do respectivo consentimento régio, o Abade ordenou a supressão do mosteiro de Tabosa em 14/09/1771 e incumbiu Fr. Bernardo de Mello, Confessor do mosteiro, de tomar as providências necessárias para o transporte das religiosas de Tabosa para Setúbal.*<sup>110</sup>

A ocupação de um edifício inicialmente concebido para uma ordem aberta ao mundo exterior como era a Companhia de Jesus, apresentaria certamente características que dificilmente se adaptariam aos hábitos de uma ordem fechada ao mundo exterior como a variante feminina da Ordem de Cister:

*Graças ao bispo de Arles, as mulheres entraram na vida religiosa como os homens. O seu quotidiano decorria de forma semelhante ao*

<sup>109</sup> ANTT, AHMF, *Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo*. Cx1995. Capilha 1. Folios 20 e 20v. "Notícia sobre a origem dos Prazos em Setúbal".

<sup>110</sup> SANTOS, Maria Luísa Gil dos. "O ciclo vivencial do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa" - Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 121 e 122.



*quotidiano dos monges, cumprindo uma Regra muito específica quanto à rotina diária. O deitar, levantar; rezar; vestir; tarefas a realizar; condutas a adoptar, tudo estava definido na Regra que todos cumpriam. Contudo, a condição de mulher fazia delas seres frágeis, influenciáveis e vulneráveis a tentações, o que obrigava à adopção de regras de acordo com estas condições subjacentes à mulher. Por consequência, as religiosas deviam estar protegidas em todos os aspectos da sua vida, e só o mosteiro e uma vida em estrita clausura lhes garantiam a necessária protecção e segurança.<sup>111</sup>*

## DE COLÉGIO DE S. FRANCISCO XAVIER A REAL MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA NAZARETH DE SETÚVAL

Adaptação ao programa  
cisterciense

Foi portanto fundamental reabilitar o edifício jesuíta, habilitando-o de uma estrutura espacial/formal capaz de responder às novas solicitações:

*No que respeita a plantas de mosteiros antigos cistercienses, é possível falarmos de uma "planta tipo" adoptada pelos arquitectos da Ordem e que em toda a Europa assentou numa estrutura semelhante ainda que não exclusiva de Cister. Esta "planta tipo" integrava a Igreja, a Sacristia, a Biblioteca, a Sala do Capítulo, o Refeitório e outras dependências acessórias como oficinas, estábulos e forno, que o Claustro punha em contacto, dispostas sob a forma de um quadrilátero envolvido por um forte muro de pedra, o "muro de clausura" ou "cerca", constituindo todo o conjunto, o grande complexo monástico.<sup>112</sup>*

O documento - *Notícia sobre a origem dos Prazos em Setúbal* – dá-nos conta do panorama que as freiras encontraram:

*(...) Consta do auto de posse que o Collégio dos Jesuítas era na Villa de Setúbal junto á muralha, e que a cêrca do mesmo Collégio constava de horta com tanque, oliveiras, figueiras e mais árvores e parreiras, murado entre si (?), com caza térrea que servia de cavallariça e palheiro, na qual cerca havia duas portas, uma de cancella larga e outra pequena que saíam (?) para outra segundo cerca onde haviam quatro cubículos, um refeitório, cosinha e despensa, e bem assim trez casas altas com serventia para o largo de Palhaes.<sup>113</sup>*

Nada é dito relativamente à organização espacial ou caracterização da casa religiosa inaciana, sendo descrita apenas a cerca e os edifícios independentes que aí existiam. Sabemos no entanto que não existia Sala do Capítulo nos colégios jesuítas, e que as igrejas inacianas não tinham

<sup>111</sup> SANTOS, Maria Luísa Gil dos. "O ciclo vivencial do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa" - Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2000

<sup>112</sup> SANTOS, Maria Luísa Gil dos. "O ciclo vivencial do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa" - Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2000. Pp.146

<sup>113</sup> *Notícia sobre a origem dos Prazos em Setúbal*. AHMF, Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo. Cx1995. Capilha 1. Folios 20 e 20v.

coro (de resto, a igreja já nem nave possuía depois do terramoto de 1755). Sabemos também que o número de cubículos (o equivalente a celas, na “linguagem” jesuíta) era francamente inferior ao que a nova comunidade precisava.<sup>114</sup>

Creemos que a parte do edifício que as freiras viriam a transformar em sua clausura terá sido a zona construída a nascente da muralha medieval, até porque toda a parte do Norte e a Igreja haviam ficado danificadas aquando do sismo de 55.

A mais antiga representação gráfica do alçado Sul do edifício (das que chegaram à actualidade) data de 1827, e apesar de as freiras já não habitarem no edifício, ficamos com a ideia do aspecto do Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth de Setúbal:



Fig.C2. 1 - Excerto da gravura sobre papel “Perspectiva da Villa de Setubal, vista da casa do Trapixe no sítio de Tróia.” Desenho de Teotónio Xavier Banha (1785-1853); 1816; MS, Colecção Manuel Teixeira Malheiros.



Fig.C2. 2 - Fotografia do edifício e frente ribeirinha na actualidade, vista do rio. 2008.

<sup>114</sup> Não conseguimos apurar quantas freiras foram deslocadas para Setúbal. Sabemos porém, que durante o reinado de D. Maria I (1777 – 1816), e já alojadas nas suas casas originais, cada um dos conventos acolhia cerca de 25 freiras. Isto significa que, caso o número de freiras não tenha aumentado exponencialmente, o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth de Setúbal albergaria muito provavelmente, cerca de 50 freiras (25 de Lisboa e 25 de Tabosa). Este valor é francamente superior à lotação prevista para o colégio Jesuíta (20), pelo que foi certamente necessário ampliar o número de celas.



Na gravura de Teotónio Banha, a fachada já apresentava a composição tripartida que tem hoje – no entanto verificam-se algumas alterações relevantes: o frontão contracurvado deu lugar a um frontão triangulado; no caso das duas torres marginais, estas perderam os pináculos/agulhas que lhes acentuavam a verticalidade. Relativamente ao corpo lateral, note-se que actualmente existe mais um piso.



Fig.C2. 3 - À esquerda: Fachada do edifício em 1816 - Excerto do *desenho de Teotónio Xavier Banha*. À direita: Levantamento esquemático da fachada Sul (2011).

Não conseguimos dados que atestem se a fachada representada por Teotónio Banha corresponde à construção/reconstrução jesuíta ou à reabilitação cisterciense. No entanto, o facto de existirem janelas ao nível do piso térreo faz-nos acreditar que os vãos já existiriam no período jesuíta. Como em todas as ordens de clausura, as bernardas devem ter procurado o isolamento total da comunidade. Nos mosteiros projectados de raiz, e quando é totalmente impossível enclausurar o mosteiro numa cerca, procura-se que as janelas do piso térreo sejam colocadas muito acima do nível dos olhos dos transeuntes.

A protecção da vista sobre o interior da clausura era uma preocupação primordial para este tipo de congregação e muitos eram os elementos que as protegiam dos olhares externos – grades, rodas, cercas, janelas altas, coros, etc. No entanto, apesar de se fecharem ao mundo terreno, havia necessidade de garantir um meio de olharem sem serem vistas. Falamos de estruturas arquitectónicas conhecidas como mirantes, que devidamente resguardados por portadas, grades ou treliças, permitiam às freiras verem sem serem vistas.

Mirante

*Os mirantes fazem parte da identidade dos mosteiros femininos e surgem em relação á igreja, mais concretamente ao coro e em alguns casos por consequência, perto dos dormitórios, deixando adivinhar pelo exterior, algo da funcionalidade interna dos edifícios.*

*O mirante é o único elemento de leitura vertical que os mosteiros de clausura apresentam, que busca vistas do mundo de fora, ao mesmo tempo que assinala a posição urbana do mosteiro, sendo o corpo que mais se distinguia da massa construtiva do mosteiro.(...) Um reflexo arquitectónico da capacidade que as religiosas tinham de gerar um elemento que lhes permitia salvar a sua segurança, interferindo na*

privacidade de todos, sem no entanto serem vistas, denunciando o poder das freiras, sobre a comunidade de fora.<sup>115</sup>



Fig.C2. 4 - Antiga R. de S. Sebastião, actual R. Arronches Junqueiro, pelos anos 20(?) do séc. XX. Veja-se, no topo da rua a porta de S. Sebastião e por cima o hipotético mirante do mosteiro cisterciense. Postal publicado na obra "Setúbal à la minute – através do bilhete postal ilustrado". Editor: e/d. Ano de circulação: s/d.



Fig.C2. 5 - Em cima: ampliação do postal anterior, mostrando pormenor do mirante.

Fig.C2. 6 - Em baixo: Rua de S. Sebastião. Autor: s/a. Data: 1930. AFAR

As religiosas de Setúbal viram-se subitamente obrigadas a viver num edifício em nada preparado para a sua clausura: Edificado em ambiente urbano, num dos arrabaldes mais populosos, junto à igreja com maior afluência de fregueses; e com várias janelas e portas que asseguravam a comunicação directa com a malha urbana, sem cerca na vertente Sul; É certo que a vertente Norte tinha cerca, mas situava-se numa zona baixa, visualmente limitada pela muralha que outrora protegera a urbe medieval, onde se desenrolava toda a actividade da cidade. É nessa mesma muralha que acreditamos ter surgido o mirante das cistercienses – num ponto alto, buscando vistas do mundo exterior ao mesmo tempo que se marca a influência e presença de Cister na cidade.

<sup>115</sup> NUNES, Lígia. "Sistemas de mediação, elementos construtivos e espaciais - O exemplo da arquitectura das casas monásticas femininas de clausura". In, *e-LP Engineering and Technology Journal*, V.2, 2011. [Consultado em 10/2011]. Disponível em [www.revistas.ulusofona.pt/](http://www.revistas.ulusofona.pt/).





**Vestígio 9**  
Localização do brasão



A marcação da presença cisterciense naquele local não se limita à simples ocupação do edifício. Sobre a porta de S. Sebastião, uma das mais importantes da cidade, existe uma marca inequívoca da presença da ordem em Setúbal – um brasão encimado pela coroa real, composto pelas armas de Portugal (à esquerda) e pelas armas de Cister (à direita).



Fig.C2. 7 - À esquerda: Brasão em pedra sobre a Porta de S. Sebastião.

Fig. C2. 8 - À direita: Porta de S. Sebastião e mirante construído sobre a muralha medieval.

Do ponto de vista construtivo, ainda é possível analisar a estrutura que poderá pertencer a esta época: são estruturas de madeira e as fixações são feitas com cavilhas do mesmo material, sem elementos metálicos.



**Vestígio 10**  
Localização das estruturas do mirante



Fig.C2. 9 – Estruturas do mirante



Fig.C2. 10 – Cavilhas de madeira nas uniões das estruturas do mirante

Relativamente à articulação espacial do mirante com os restantes equipamentos, e de acordo com o que nos refere Lúgia Nunes<sup>116</sup>, deveria haver uma ligação quase directa com a igreja e com o dormitório.

Capela

Conforme vimos no capítulo anterior, a igreja do edifício do colégio havia ficado praticamente destruída pelo terramoto de 1755. Os jesuítas ministravam os ofícios divinos na capela-mor, adaptada para o efeito, enquanto não construíam a nova igreja. Dada a extensão de território de implantação do colégio, seria natural que existissem outras capelas menores, domésticas, e que existisse também uma capela na zona escolar. Recordamos que consideramos que a localização hipotética dessa zona seria em torno do claustro existente.



Fig.C2. 11 - Capela de S. Francisco Xavier .

<sup>116</sup> NUNES, Lúgia. “Sistemas de mediação, elementos construtivos e espaciais - O exemplo da arquitectura das casas monásticas femininas de clausura”. In, *e-LP Engineering and Technology Journal*, V.2, 2011. [Consultado em 10/2011]. Disponível em [www.revistas.ulusofona.pt/](http://www.revistas.ulusofona.pt/).



Não será de estranhar que a actual capela de S. Francisco Xavier tenha sido construída sobre uma capela que já existia no colégio inaciano e que esse mesmo espaço tivesse sido ocupado pelas bernardas para a prática interna da liturgia.

#### Dormitórios

Quanto à localização dos dormitórios, acreditamos que estes se poderiam desenvolver na mesma zona, ao nível superior do claustro sul. Se olharmos para a actual estrutura percebemos que o espaço correspondente ao primeiro piso já foi interior:

- Existem janelas nas paredes exteriores do claustro (nascente, poente e norte);



Fig.C2. 12 - Parede nascente, vista pelo exterior



Fig.C2. 13 - Parede nascente, vista pelo interior



Fig.C2. 14 - Parede poente, vista pelo interior



Fig.C2. 15 - Parede norte, vista pelo interior

- Existe um beirado na fachada nascente do claustro que indicia a presença de uma cobertura;



Fig. C2. 16 – Beirado na parede nascente



Fig.C2. 17 - Beirado na parede nascente

**Vestígio 11**  
Localização do beirado

- O arranque das decorações/cantarias que revestem os cunhais dos dois torreões, faz-se a um nível superior do nível desse beirado (cerca de 1,5m). Esta situação leva-nos a supor que este podia ser o ponto mais alto da cobertura do nível superior do claustro.



Fig.C2. 18 - Hipotético limite superior da cobertura



Fig.C2. 19 – Simulação de uma possível cobertura

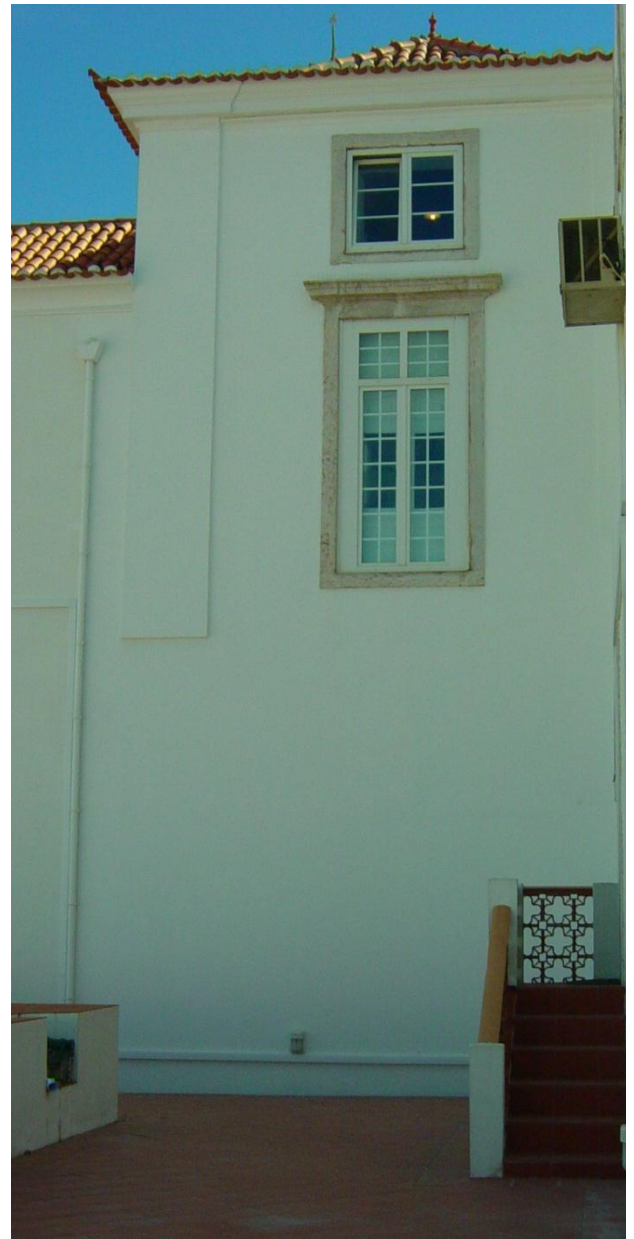
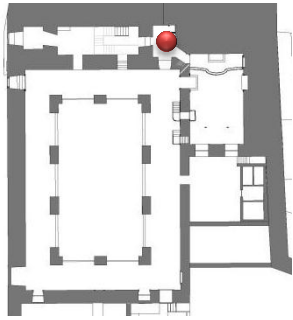


Fig.C2. 20 - Pormenor da terminação da decoração do cunhal

Do ponto de vista da articulação física, a capela teria muito provavelmente uma ligação directa com o claustro superior onde se situariam os dormitórios, e com o referido mirante, existindo uma escada que faria a ligação ente todos os níveis.

Comunicações verticais

Encontramos na actual “sacristia” o que resta de uma antiga escada, que como veremos no capítulo IV foi interrompida no séc. XX. Pensamos que esta escada se desenvolveria ao longo de todo o torreão poente.



Vestígio 11

Localização da escada



Fig.C2. 21 - Escada interrompida na sacristia, situada no torreão ponte, junto à capela.

De qualquer forma, consideramos que o espaço referido não seria suficiente para albergar todas as celas – muito provavelmente o dormitório estender-se-ia para a zona norte do complexo.

É exactamente nessa zona que consideramos que existia a zona comunitária, reunindo funções relacionadas com as necessidades terrenas da congregação – cozinha, refeitório, lavabos, rouparia, etc. Todas estas funções necessitariam de água e uma das cartas régias atesta-nos essa necessidade – em 1776 D. José I emite uma Provisão de Confirmação da cedência de um anel de água ao mosteiro, proveniente da fonte de S. Bernardo:

Anel de água

*Dom Joze, (...) faço saber que a Donna Abadeça do Real Mosteiro de Nossa Snr<sup>a</sup> de Nazareth de Setuval da Real Congregação de Nossa Snr<sup>a</sup> de Alcobaça Me representou por uma p.<sup>am</sup> que possaõ terem Agoa dentro da sua Clauzura, e naõ ser prejudicial ao Povo conceder-lhe hum annel de Agoa da Praça de S. Bernardo, requerera á camara da dita Villa lhe fizesse a graça que ficava referida, assim como se havia praticado com as Rellegiozas de Jezus, e de S. Joaõ ao que o senado attendera p<sup>o</sup> Acordão que apresentava, porem cotemplando que p<sup>a</sup> mayor firmeza, e perpetua segurança da mesma graça necessitava de confirmação. Pedindome fosse servido mandar preparar Provizaõ de confirmação do dito Acordão, e visto que allegou a informaçãõ que houve pelo Corr<sup>of</sup> da Comarca de Setuval ouvindo os off<sup>es</sup> da Camara, Nobreza e Povo que naõ tiveraõ duvidas, e todos uniformem<sup>e</sup> convinhaõ na graça p<sup>la</sup> supp<sup>e</sup> pretendida de hum anel de Agoa extrahida das sobras do Chafariz, que de presente se irigia na praça de S. Bernardo por se naõ seguir prejuizo do Povo, e tendo consideraçãõ ao mais que me foi presente em consulta da Meza do Meu Dezemb<sup>o</sup> do Paço. Hey por bem fazer merc<sup>e</sup> á Supp<sup>e</sup> de lhe*

*confirmar como com efeito confirmo hey por confirmada a datta do Annel da Agoa a m<sup>ma</sup> Supp<sup>e</sup> refere.*<sup>117</sup>

Seria naturalmente mais simples levar a água que viria da fonte de S. Bernardo à zona baixa da clausura (a norte), do que a levar à zona mais alta (a sul).

Fig.C2. 22 - Relação da fonte (a vermelho) com a zona em estudo e com o claustro sul (a azul) e fotografia da fonte S. Bernardo. (2010)



Fig.C2. 23 - [A Fonte de S. Bernardo e a Rua Nova da Conceição]. Autor: Francisco Augusto FLAMENGO (1852 - 1915). Data: s/d. Óleo s/ tela. Coleção particular António Melo.

Para além desta prova, sabemos que esta zona foi também reabilitada para o mosteiro, porque no Alvará de 1772, referente à doação de um terreno às mesmas freiras, se diz que as obras que estas empreenderam no colégio contribuíram para o aformoseamento da praça:

*Eu El Rey faço saber q<sup>e</sup> a Donna Abadeça das Religiosas de São Bernardo do Mostr<sup>o</sup> de Nossa Senhora da Nazareth, me representarão por*

<sup>117</sup> ANTT, *Chancelarias Régias, D. José I*, L 81, fl.311v<sup>o</sup>. "Provizão a D. Abbadeça do Mostr<sup>o</sup> de N. S<sup>a</sup> da Nazaret de Setubal...". [Disponível em ANTT, Lisboa, Portugal].



*sua p<sup>am</sup> q<sup>e</sup> sendo eu servido por m<sup>a</sup> real grandeza conceder as supp<sup>es</sup> para fundação do seu novo Most<sup>o</sup> do Colegio destruido q<sup>e</sup> fora dos Jesuitas de Setuval o qual estavam fundando com as rendas e producto do Mostr<sup>o</sup> extinto da Taboza q<sup>e</sup> proximam<sup>te</sup> se unira ao das Sup<sup>tes</sup> acharão q<sup>e</sup> este estava situado na melhor e mais fermoza Praça de Setuval a q<sup>e</sup> chamavaõ de Palhaes que principiara a povoarse depois do Terramoto do anno de mil setecentos e cincoenta e cinco, por ver q<sup>e</sup> era o melhor e mais saudavel sitio e for izento do que se estragou por ficar na encosta e subida da Vila para o Nascente livre da baixa pantanoza em q<sup>e</sup> ella se achava fundada, e porq<sup>e</sup> as Supp<sup>es</sup> em a nova obra do seu Mostr<sup>o</sup> tinhaõ feyto pela p<sup>e</sup> Sul da d<sup>a</sup> Praça a melhor perspectiva e pela pobreza dos moradores daquela vila não podia completar-se p<sup>a</sup> p<sup>e</sup> do Nascente não tinhaõ as Supp<sup>es</sup> duvida a q<sup>e</sup> sendo eu servido fazer mercê do terreno baldio do campo p<sup>a</sup> a p<sup>e</sup> do mesmo Nascente, como mostrava a planta q<sup>e</sup> [...] a povoar o d<sup>o</sup> Terreno de cazas, precisas p<sup>a</sup> fichar o quadro e persppectiva da mesma Praça em cuja obra não só ficava innobrecida aquela vila mas se empedia a grande multidaõ de area q<sup>e</sup> a innundaçaõ das Agoas das chuvas levavaõ a mesma vila com notavel prejuizo da saude publica;<sup>118</sup>*

Este documento atesta-nos ainda que a intervenção da congregação cisterciense teve duas frentes – a reabilitação do edifício devoluto (a sul), e a construção empreendedora (a norte), com contornos eminentemente “comerciais”, que lhes viria a garantir o sustento, conforme veremos no capítulo seguinte.

## PEÇAS DESENHADAS POR INVESTIGAR

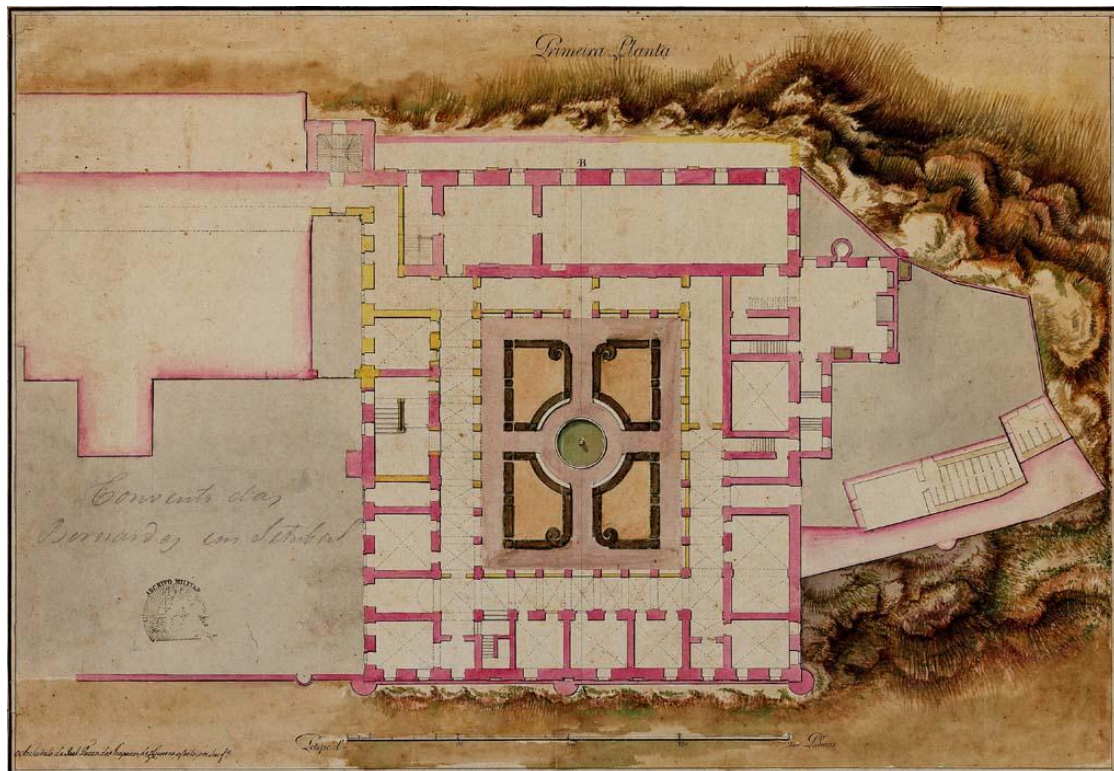
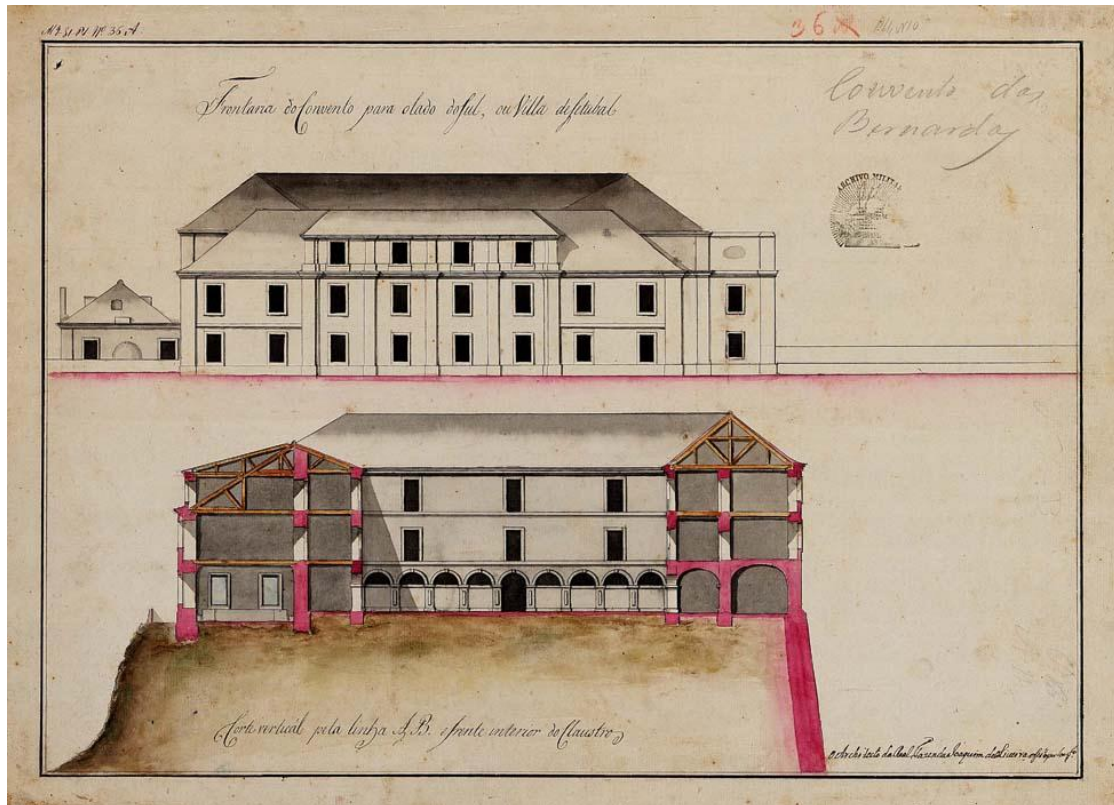
No decorrer da investigação encontrámos no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Divisão de Infra-estruturas, um conjunto de peças desenhadas relativas a um convento em Setúbal. Pouco documentado do ponto de vista arquivístico, os desenhos têm escrito a lápis “Convento das Bernardas”. Infelizmente o conjunto não tem acoplado qualquer memória descritiva – no entanto, a nota do arquivista deve basear-se numa informação que outrora terá acompanhado o projecto:

*Título:[Convento em Setúbal]; Autor: o architecto da Real Fazenda Joaquim de Oliveira, e feito por seu f.<sup>o</sup>; Notas: Descrição baseada em catálogo manual. - Contém a seguinte indicação, no canto direito, a lápis: "Convento das Bernardas". Não existiu qualquer Convento de Bernardos na península de Setúbal, pelo que esta nota não merece confiança<sup>119</sup>. Tudo o que se sabe é que a fachada representada ficava virada a Sul e na direcção de Setúbal, que se veria do Convento. - O autor, architecto da Real Fazenda, esteve trabalhando neste cargo a partir de 1780 (nomeação) até 1803 (falecimento); veja-se o "Dicionário dos Engenheiros" de Sousa Viterbo. - A data atribuída é uma mera referência, por não ser*

<sup>118</sup> ANTT, *Chancelarias Régias, D. José I*, L10, fls. 276 e 277. “Alvará de doação Real do Terreno de Palhaes em Setúbal”. [Disponível em ANTT, Lisboa, Portugal].

<sup>119</sup> Conforme vemos neste capítulo, existiu um convento de freiras bernardas em Setúbal.

possível determiná-la com maior precisão. - Marca de água J. Whatman & W. Balston. - Sobre os documentos desta colecção ver 3817-4-56-50. - Natureza do documento, segundo classificação definida pela DSE: edifícios. - Cota antiga: A9; G1; P1; Nº 36A (v1962).





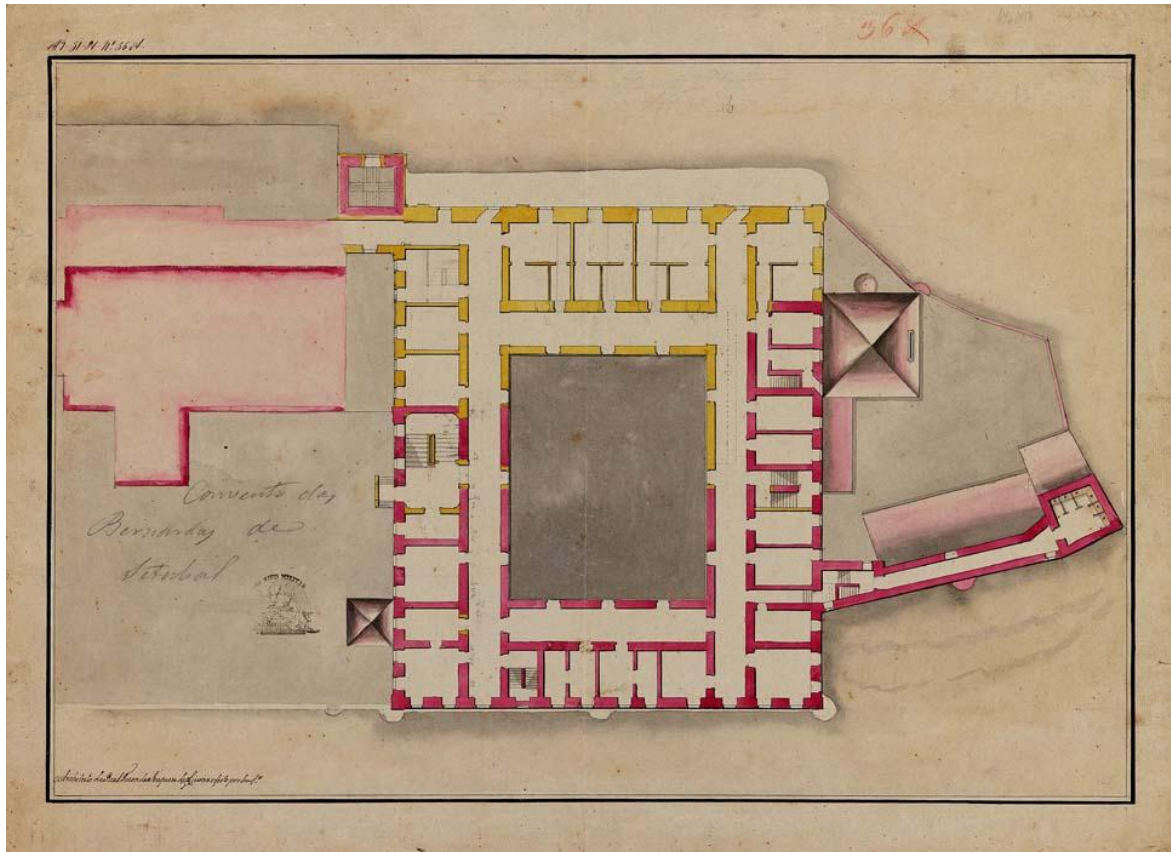


Fig.C2. 24, Fig.C2. 25, Fig.C2. 26 - Título: [Convento em Setúbal]; Autor: o architecto da Real Fazenda Joaquim de Oliveira, e feito por seu f.º; Data: s/d. Conjunto de 3 peças desenhadas. GEAEM/DI.

Tanto quanto sabemos, o único convento de bernardas que existiu em Setúbal foi o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth. Parece-nos aceitável que não se vislumbrando a hipótese de retornar às origens, a congregação quisesse construir uma igreja e aperfeiçoar o edifício à clausura, pelo que colocamos a hipótese da encomenda de um projecto. No entanto, existe um conjunto de situações que não nos permite relacionar o projecto com o local da implantação jesuíta.

Em primeiro lugar, a representação do terreno é num ponto alto e o edifício desenvolve-se num plano inclinado, orientação norte-sul, tal como o terreno de implantação. No entanto, as vertentes nascente e poente são representadas como verdadeiros fossos em torno do edifício, situação que não se verifica na zona de Palhais.

Por outro lado, o desenho da arcada que aparece no corte é em tudo semelhante à arcada que encontramos na zona norte da implantação: os arcos são de volta perfeita, os vãos estão tapados até à zona de arranque do arco e, se contarmos em planta o número de arcos da secção menor do claustro, verificamos que correspondem ao mesmo número de arcos que existem dentro da actual tipografia.



Fig.C2. 27 - Arco da zona da tipografia



Fig.C2. 28 - Arco da zona da tipografia

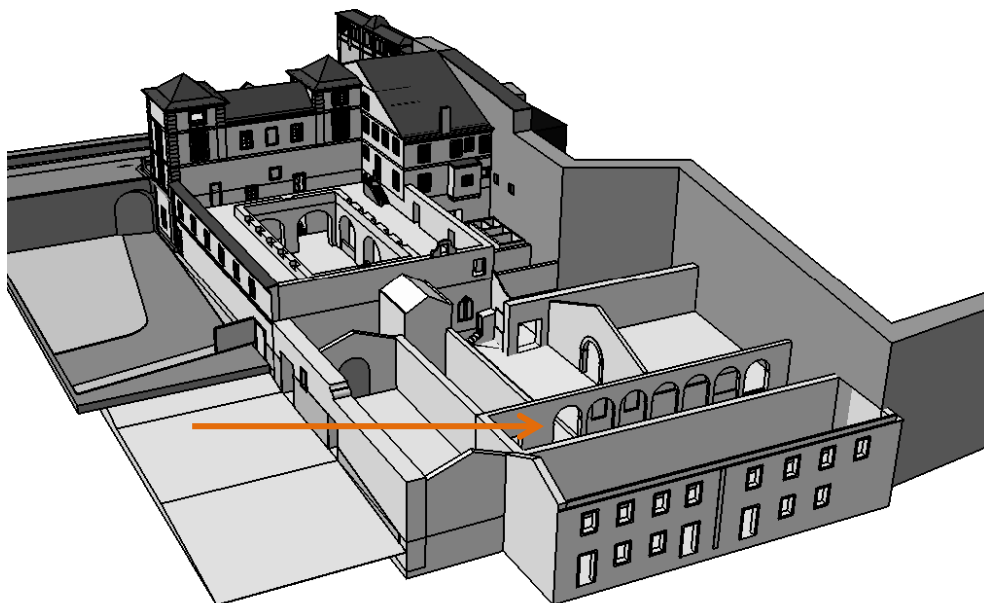


Fig.C2. 29 - Localização da arcada existente no interior do edifício limítrofe, assinalado sobre modelo tridimensional do existente (sem representação das coberturas na área correspondente à tipografia).

A contrapor esta coincidência formal, os dados apresentados no desenho que nos permitem orientar o edifício no espaço, levam-nos a pensar que é impossível fazer corresponder o desenho da arcada aos arcos existentes.



Fig.C2. 30  
Transposição para escala métrica da planta do convento e sobreposição com a planta actual. Tentativa de sobreposição da arcada do claustro sobre os arcos existentes (a laranja). Note-se a vermelho as barreiras físicas que impossibilitariam a implantação. A azul, o edifício em análise.

## O REGRESSO AOS MOSTEIROS DE ORIGEM

O edifício de Setúbal acolheu durante pouco mais de uma década as religiosas de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Nazareth do Mocambo (Lisboa) e de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Assunção de Tabosa (Viseu). Este período de tempo foi o suficiente para que as religiosas de Lisboa vissem o seu mosteiro reconstruído (ao qual retornaram em 1782) e as de Tabosa vissem o seu destruído. Efectivamente, as freiras de Tabosa empreenderam tudo o que possuíam na reabilitação do edifício de Setúbal, chegando ao ponto de vender telhas e cantarias do seu próprio mosteiro. Ao retornarem às origens foram obrigadas a subsistir durante muito tempo da caridade e de esmolas da ordem cisterciense. O que é ainda mais irónico, é que, apesar de terem sido as bernardas de Tabosa a investir nas obras, a propriedade dos edifícios reconstruídos em Setúbal, viria a beneficiar apenas as bernardas de Lisboa.

*Quando D<sup>a</sup> Maria I iniciou o governo de Portugal rapidamente mostrou todo o seu carinho pela vida monástica tendo-se revelado complacente com os mosteiros extintos que logo reabriu, devolvendo-lhes quer as religiosas que neles tinham professado como todos os bens que pôde recuperar e que a eles pertenciam. Entre os mosteiros femininos que se recuperaram estava o mosteiro de Tabosa cujo templo e todos os edifícios regulares tiveram de ser reedificados, já que se apresentavam em avançado estado de ruína provocada pelos anos de ausência das religiosas e exposição ao desgaste do tempo. (...) Quando as religiosas chegaram de novo a Tabosa não possuíam rendas e os dotes há muito que se haviam esgotado, canalizados para a conclusão do mosteiro de Setúbal.*

## EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO COMPLEXO – RESUMO GRÁFICO 2º período de ocupação



### 2º Período de ocupação

- Séc. XVI  
Propriedade da Misericórdia de Setúbal
- Séc. XVII-XVIII  
Companhia de Jesus
- Séc. XVIII-XIX  
Ordem de S. Bernardo/Cister
- Séc. XVIII-XIX - Reabilitação  
Ordem de S. Bernardo/Cister



3º PERÍODO DE OCUPAÇÃO – Desmembramento da propriedade

---



A influência das freiras bernardas sobre as transformações no edifício não se resume ao período em que o habitaram. Um segundo período de posse balizado entre 1782<sup>120</sup> e 1909<sup>121</sup>, é caracterizado por um fenómeno que altera irremediavelmente o que restava do edifício inaciano. Em 1834 dá-se a expulsão das ordens religiosas; no entanto, foi permitido às ordens femininas o usufruto das casas regulares e dos seus bens até à morte da última freira<sup>122</sup>. Uma vez regressadas às suas origens e não precisando do edifício para viver, parece-nos que resolveram usar as propriedades de Setúbal como fonte de rendimento, iniciando um irreversível processo de desmembramento da propriedade.

## DE CASA DE DEUS A CASA DA ÓPERA

Almeida Carvalho dá-nos conta de uma dessas rentabilizações: (...) *parece porém que nos princípios do anno de 1803 de que se tratara da construção de um novo theatro começando então as obras. Foi edificado na Rua de Santa Maria, por detrás da igreja, e nas casas das religiosas da Ordem de S. Bernardo. Tinha um sufficiente espaço, com platea, e duas ordens de camarotes, tudo feito com gosto e aceio, e segundo as condições da época. As obras e Administração estavam a cargo dos bens daquellas religiosas e padre Carlos Caetano de Sousa. A porta principal era para a Rua de Santa Maria, com frente para o Largo do Corpo Santo e hoje com o nº 20. O theatro da Rua de Santa Maria conservou-se até ao anno de 1823. Dissensões havidas entre o administrador o Pe Carlos Caetano de Sousa, o Juiz de Fora deram em resultado acabar-se o theatro. Em certa ocasião negou-se o administrador alugar o theatro a uma companhia ou sociedade de actores, o Juiz de Fora ordenou-lhe que entregasse a chave, o padre obedeceu, fazendo entrega da chave mandando ao mesmo tempo destelhar o theatro. E como ninguém quisesse representar e menos assistir a espectaculos nocturnos ao ar livre, acabou o theatro.*<sup>123</sup>

Confrontámos estes dados com o inventário dos bens do mosteiro (AHMF) e encontrámos um item datado de 1882 que atesta esta informação: *...Foro quatro mil reis – (...) imposto em um terreno e ruinas da antiga casa da opera, actualmente edificado um armazém situado na travessa de Santa Maria ou Largo do Corpo Santo, de que era emphyteuta Augusto da Silva hoje, Henrique Ahrens (...).*<sup>124</sup> Confirmada a ligação, fizemos uma busca nos registos mais antigos da Conservatória do Registo Predial para identificar o sítio exacto onde se localizava a casa da ópera/teatro de St<sup>a</sup> Maria. De acordo com o artigo matricial, no lugar da antiga casa da ópera já não existia apenas 1 armazém, mas sim 2: *Prédio que se compõe de dois armazéns, situados em Setúbal, na R. de Santa*

<sup>120</sup> Data de retorno aos conventos de origem.

<sup>121</sup> Data da morte da última freira.

<sup>122</sup> Que neste caso, se dá em 1909.

<sup>123</sup> ADS. Fundo Almeida Carvalho, Cota 118/3, fl. 142 a 146

<sup>124</sup> ANTT. AHMF. Cx.1995. Real Mosteiro de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Nazareth do Mocambo.

Maria, com os números de polícia 18 e 20, (...) Certidão feita em 15 de Junho de 1872 (...) e declaração complementar apresentada (...) por Henrique Ahrens (...). O 1º aditamento a este artigo, mostra-nos que em 1911 já se haviam feito obras nos armazéns: ...o prédio (...) acima descrito, consta actualmente de forno de cozer pão, lojas, primeiro e segundo andar sem marcação policial, construído no lugar onde estavam os dois armazéns que constituíam o mesmo prédio. (...). Todas estas descrições correspondem a um prédio onde há décadas funcionou a tão famosa padaria “A Primorosa”<sup>125</sup>, e mais recentemente a padaria Stª Maria.



Fig. C3. 1 – Excerto da foto Comício republicano (passagem do povo na Rua do Corpo Santo). AFAR. Colecção Fotográfica Américo Ribeiro, cliché nº 67 A.; data: 1908.

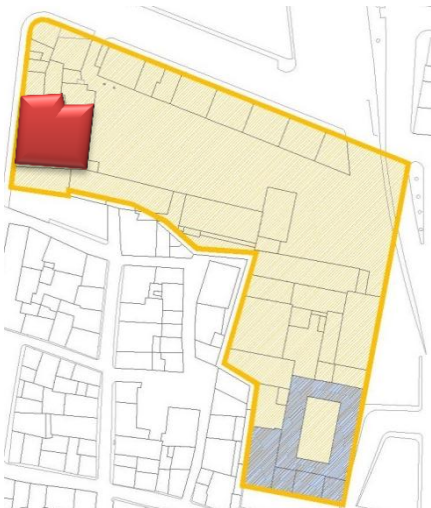


Fig. C3. 2 – Localização do edifício da padaria



Fig. C3. 3 – Reclamo “A Primorosa”. O *Independente de Setúbal*, ano 3, 19-11-1908, nº109.

Não desmerecendo a importância patrimonial destes estabelecimentos (teatro e padarias) na história desta cidade, existe algo de grande importância no seio desta estória. É que a obra de transformação dos armazéns em casa comercial, já encabeçada por José

<sup>125</sup> Inaugurou-se no sábado passado uma grande padaria e confeitaria na R. de Santa Maria, (...). É um estabelecimento de bom gosto, montado com todas as exigências hygienicas e de luxo. (...). “A Primorosa”, O *Independente*, ano 2, 13 Agosto de 1908, nº95.



A igreja de S. Francisco Xavier do extinto colégio da CJ

Eduardo Ahrens<sup>126</sup> causou alguma celeuma: *Na demolição d'uma parede da antiga capella que a Companhia de Jesus possuia ao fundo da Rua do Corpo Santo, n'esta cidade, demolição que o Sr. José Eduardo Ahrens mandou fazer para a edificação de um prédio, foi encontrada uma lápide com a seguinte inscrição: S. DE ANDRE VELHO FREIRE COMENDADOR DE CHRISTO E DE D. FELIPA DE PAREDES LASSO SUA MULHER FUNDADORES DESTE COLLEGIO. 1663. Debaixo da lápide referida se encontram vestígios d'uma escada que conduz a um carneiro, cuja exploração ainda não foi possível effectuar por motivo dos materiais ali accumulados.(...) Também no mesmo local a metro e meio de profundidade se encontraram duas pedras de rosso tendo uma dellas lavrada em ambas as faces duas cruces de Malta ou de Christo, uma de cada lado, e a outra, d'um lado a cruz de Malta ou de Christo e do outro a cruz romana. (...).*<sup>127</sup> Esta notícia surge transcrita em 1910 no vol. XVII do *Boletim da Real Associação de Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*. Em 1936, Cordeiro de Sousa refere-se à lápide na obra *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo*, identificando-a como item LXIV do espólio do museu. Infelizmente, desse ano até à presente data, algo levou ao desaparecimento desta peça de valor incalculável para a história do colégio da CJ de Setúbal. Contactado o Museu do Carmo e apesar de, tanto quanto sabemos, a instituição não ter mudado de sítio, não foi possível localizar a lápide.

Para além dos túmulos dos fundadores, podemos garantir que existiam mais túmulos de cidadãos ilustres de Setúbal na Igreja de S. Francisco Xavier e que se perderam com a construção do novo edifício.<sup>128</sup>

Em 2001, e sem se aperceber disso, a equipa de arqueologia da CMS contribuiu para a preservação do património jesuíta. Chamados a uma escavação da *Portugal Telecom* encontraram quatro pedras antigas – duas que crêem ser pedras de construção, outra com um resquício de

---

<sup>126</sup> Filho de Henrique Manuel Ahrens (antigo proprietário) e de Ana Raquel de Amorim Viana.

<sup>127</sup> O *Elmano*, 29 Maio de 1907

<sup>128</sup> *António Cobellos de Andrade Cavalleiro da ordem de Santiago, oriundo i morador desta Villa de Setuval, filho legitimo i primogenito do Senhor António Antunes de Valladares e da Senhora Maria Cobellos de Andrade já defuntos (...)estando em meu perfeito juizo e Intendimento, e handando(?) de peé(?), conhecendo a certeza da morte e ignorando o tempo e hora em que Deos será servido levarme para si da vida prezente e desejando por minha Alma no caminho da salvação, determiney ordenar e fazer este Testamento e dispor da minha ultima vontade na forma seguinte. (...)O meu Corpo amortalhado e composto com o manto e habito de Cavalleiro da Ordem de que sou professo, segundo a uzança das Pessoas da minha graduação, posto em Caixaõ Coberto de Luto e com o maior adorno (?), Peço ao Reverendissimo Reytor que no tempo do meu falecimento prezidir no Collegio de Sam Francisco Xavier desta Villa, me queira fazer esmola e mereça conceder Licença para que seja sepultado na sua Igreja, por terem feito a outros seus predecessores o mesmo a minha avo e may, por sermos Irmaõs sempre da Companhia, e vizinhos mais chegados, de quem recebemos muitos beneficios e dos Reverendos Padres Provinciais a dita Licença de palavra, e assim logo com submissão de Servo ao Padre Reytor me faça a dita mercê, no que terey grande consolação e com o seguro della será meu Corpo tresladado ao dito Collegio, aonde se me faraõ as exequias, com officio de corpo prezente e missa cantada e se diraõ as missas que comodamente se poderem dizer na dita Igreja no mesmo dia pella minha Alma. ADS. JUD/JORSTB, "Testamento de António Cobellos de Andrade". [Disponível em ADS, Setúbal, Portugal]. Transcrição de A. Cunha Bento.*



incisão circular, e uma última, *afeiçoada, na parte gravada (...)*. Apresenta uma gravação em baixo relevo de uma Cruz de Cristo<sup>129</sup>. A peça gerou alguma discussão, relativamente à sua função – uns defendiam que se tratava de uma estela funerária, outros de um marco de propriedade, tendo sido esta a hipótese considerada mais viável.

Concordamos com a opinião dos que a consideram um marco de propriedade. O facto de só estar afeiçoada de um dos lados, aliado ao facto de sabermos agora que as pedras encontradas junto à lápide dos fundadores do colégio estavam trabalhadas em ambas as faces, levamos a considerar que a peça podia ser um marco de propriedade de André Velho Freire, comendador da Ordem de Cristo.



**Vestígio 12**  
Localização da pedra

Fig. C3. 4 - Pedra com a gravação da cruz da Ordem de Cristo

A planta de 1805, levantada em 1804 por Maximiano José da Serra demonstra que já não havia nem igreja nem convento (note-se que todas as igrejas estão representadas num tom de rosa mais intenso e que na legenda não existe qualquer referência a antigo colégio jesuíta ou ao mosteiro de bernardas). Conforme vimos, esta situação é justificada pelo facto de as freiras já terem regressado às suas origens e de a igreja ter sido transformada em teatro.

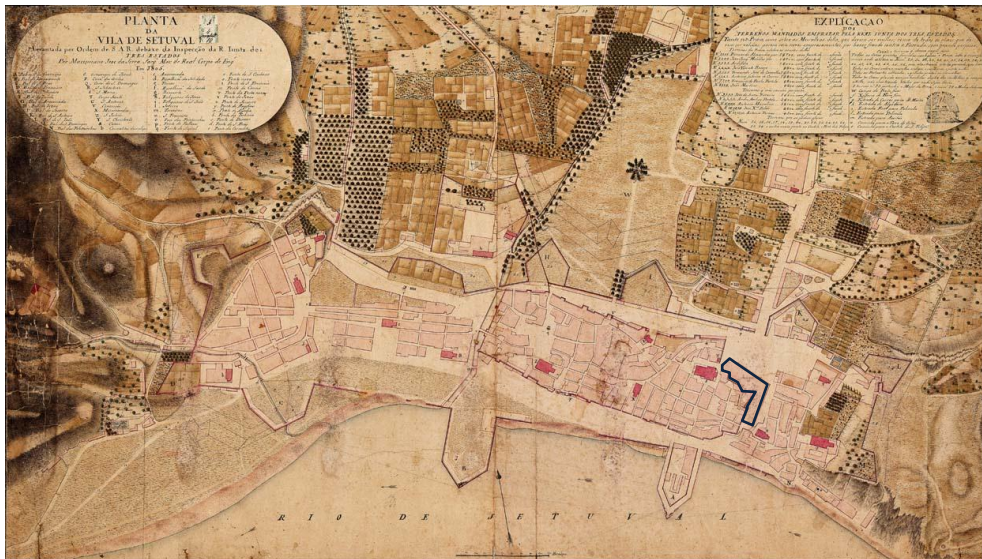
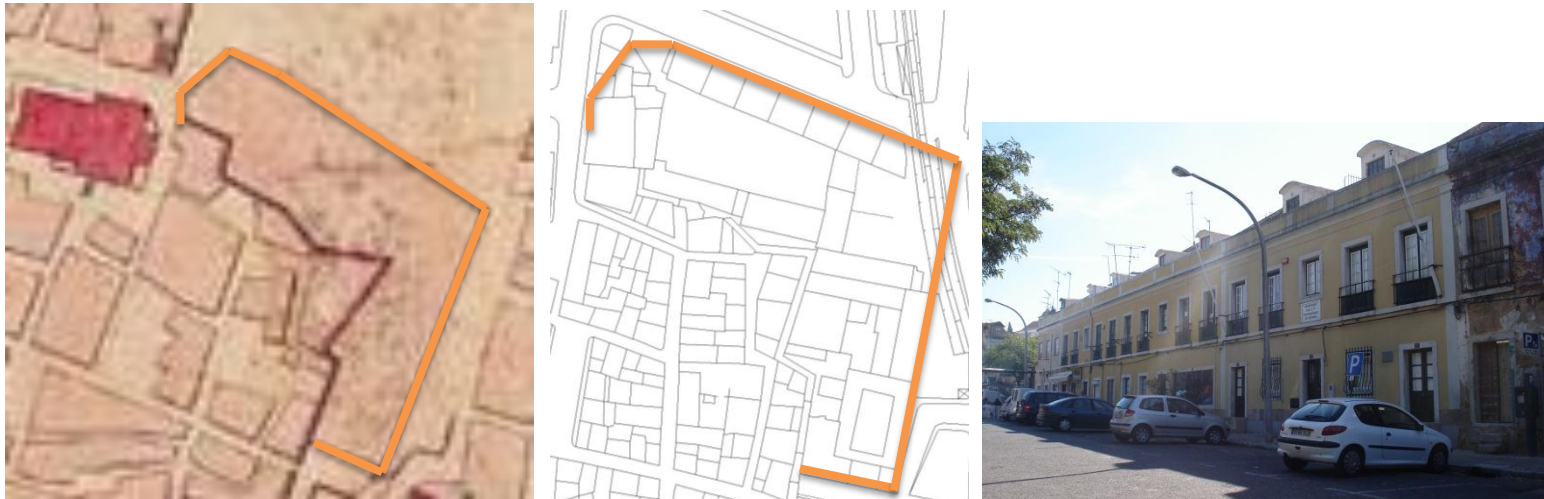


Fig. C3. 5 - "Planta da Vila de Setúval, levantada por ordem de S. A. R., debaixo da inspecção da Real Junta dos Tres Estados, por Maximiano Jozé da Serra, Sarg.º Mor. do Real Corpo de Eng.s, em 1805". GEAE/MDI. A azul, zona em análise.

<sup>129</sup> NETO, José Luís; LOPES, Luis Manuel Alves; CÂNDIDO, Maria João. "Material Arqueológico proveniente da zona da igreja de Santa Maria". *Subsídios para o Estudo da História Local. Ano 1, Nº1, pp.65 a 76.*



Apesar de não estarem referenciados esses equipamentos, é perfeitamente possível identificar em planta a antiga cerca jesuíta e a propriedade das freiras bernardas, surgindo como um polígono único, sem representação de claustros ou pátios. A representação feita corresponde à implantação dos edifícios que actualmente circundam o denominado “pátio Gago da Silva”, um complexo industrial e o palácio Fryxell, apenas interrompidos pela linha férrea, de construção posterior.



Polígono correspondente à cerca jesuíta, desenhado sobre planta de 1804/05 e sobre planta actual. À direita, foto de vista actual da vertente norte do complexo, também conhecida como Pátio Gago da Silva.

## PRÉDIOS DE RENDIMENTO PARA CISTER

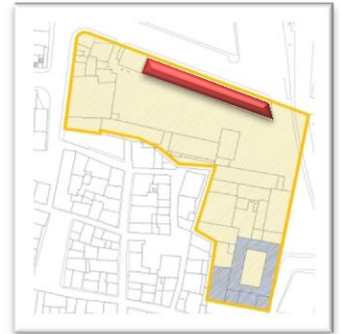
Se a planta nos permite sugerir que os actuais edifícios já estavam construídos em 1804, a análise dos bens imóveis da congregação cisterciense<sup>130</sup>, dá-nos sérios indícios de que se tratam de construções executadas entre a segunda metade do séc. XVIII, e primeira metade do séc. XIX.

Sabemos, conforme vimos no capítulo anterior, que as bernardas tiveram de adequar a sua clausura ao edifício do colégio jesuíta e que conjuntamente com este, herdaram também toda a área da cerca e construções lá existentes. Segundo a descrição, para além de palheiros, cavalariças e cozinhas, só são referidas mais *trez casas altas*<sup>131</sup>. No entanto, no auto de avaliação dos foros da congregação encontramos referência a muitos mais imóveis, cuja descrição corresponde às características actuais do edificado. Esta situação leva-nos a crer que os mesmos imóveis foram construídos por ordem das freiras bernardas, com o objectivo de garantir rendas mensais para o seu sustento, um pouco à semelhança do que fizeram com a igreja jesuíta. Segue-se uma transcrição parcial dos foros, relacionando os que estariam situados na praça de S. Bernardo (actual praça de Quebedo), com os edifícios existentes:

<sup>130</sup> Existem várias descrições semelhantes, mas a mais antiga data de 1859.

<sup>131</sup> *Notícia sobre a origem dos Prazos em Setúbal*. AHMF, Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo. Cx1995. Capilha 1. Folios 20 e 20v.

4. O domínio directo do foro de cem mil reis, ...[?] com vencimento pelo S. João e Natal, imposto em cinco propriedades contiguas sitas na Praça de S. Bernardo chamada Palhaez, as quaez se compõe de loja e andar de que são emphyteutas os herdeiros de José Joaquim d'Oliveira e Silva. (...)



6. O domínio directo do foro de vinte mil reis, ...[?] com vencimento pelo S. João e Natal, imposto em uma propriedade de casas situadas na Praça de Palhaez que se compõe de duas lojas, dois sobrados, duas águas furtadas e um escada que a tudo dá serventia de que era emphyteuta Augusto da Silva hoje Dona Maria Inocencia d'Amorim Vianna. (...)



8. O domínio directo do foro de vinte e quatro mil reis, ...[?], imposto em um chão onde existe uma propriedade de casas que foram incendiadas ... [?] situada da parte de fora das muralhas da ladeira de S. Sebastião de que era emphyteuta Francisco Bezerras hoje, Francisco José Pereira. (...)



Os edifícios estavam situados numa das principais praças de Setúbal, onde se fazia o render da guarda, mas que necessitava de melhoramentos. De resto, como vimos no capítulo anterior, já em 1772 a congregação cisterciense tinha demonstrado vontade de “compor” a praça: (...) porq<sup>e</sup> as Supp<sup>es</sup> em a nova obra do seu Mostr<sup>o</sup> tinhaõ feyto pela p<sup>e</sup> Sul da d<sup>e</sup> Praça a melhor perspectiva e pela pobreza dos moradores daquela vila não podia completar-se p<sup>a</sup> p<sup>e</sup> do Nascente não tinhaõ as Supp<sup>es</sup> duvida a q<sup>e</sup> sendo eu servido fazer mercê do terreno baldio do campo p<sup>a</sup> a p<sup>e</sup> do mesmo Nascente, como mostrava a planta q<sup>e</sup> ...[?] a povoar o d<sup>e</sup> Terreno de cazas, precisas p<sup>a</sup> fichar o quadro e persppectiva da mesma Praça em cuja obra não só ficava innobrecida aquela vila mas se empedia a grande multidaõ de area q<sup>e</sup> a innundaçaõ das Agoas das chuvas levavaõ a mesma vila com notavel prejuizo da saude publica; e porq<sup>e</sup> o d<sup>e</sup> Terreno baldio não constava mais q<sup>e</sup> de area solta imunda para a factura das propried<sup>es</sup>. Constava de duzentos e oytenta palmos de largura e duzentos e sincoenta

A influência do edificado na malha urbana - A Praça de S. Bernardo / Praça de Quebedo



*palmas de fundo, o qual estava entre a fortificação da muralha nova e velha da Vª e onde se faziaõ as paradas do Regm<sup>to</sup> militar.*<sup>132</sup>

Não encontramos edifícios construídos do lado do nascente, mas encontramos os edifícios já referidos a “aformosear” a vertente sul da praça. De resto, as obras de tratamento paisagístico da praça datam de 1901, altura em que a CMS apresenta o *Projecto para a regularização da Praça do Quebedo, empedramento em ruas e passeios, canalização para esgoto d’águas e escadaria dando acesso ao novo tribunal judicial.*<sup>133</sup>

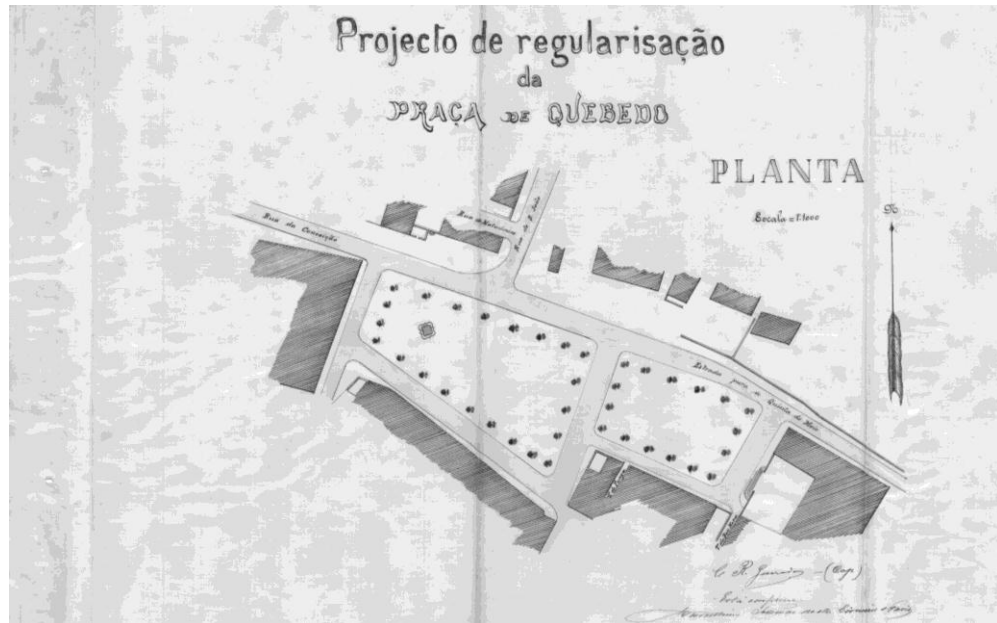


Fig. C3. 6 - Planta do “Projecto para a regularização da Praça do Quebedo, empedramento em ruas e passeios, canalização para esgoto d’águas e escadaria dando acesso ao novo tribunal judicial”. ANTT. Ministério do Reino. D.G.A.P.C./2ª Repartição. Mç.5233, Lvº 29, p.645.



Fig. C3. 7 - Postal ilustrado “Setúbal (Portugal) - Praça de Quebedo e Tribunal”. Editor: Castro e Oliveira. Ano de Circulação: 1911. AFAR

<sup>132</sup> ANTT, *Chancelarias Régias, D. José I*, L10, fls. 276 e 277. “Alvará de doação Real do Terreno de Palhaes em Setúbal”. [Disponível em ANTT, Lisboa, Portugal].

<sup>133</sup> ANTT. Ministério do Reino. D.G.A.P.C./2ª Repartição . Mç.5233, Lvº 29, p.645.

Ainda no que se refere às propriedades das freiras bernardas e para além das propriedades sitas noutras ruas, existiriam outras duas na Praça de S. Bernardo, que não conseguimos localizar:

1. O domínio directo do foro de dez mil reis, com vencimento pelo S. João e Natal, laudemio de quarentena imposto em um prédio de casas com quintal sito na Praça de S. Bernardo vulgarmente chamada a Praça de Palhaez em Setúbal de que era emphyteuta Augusto da Silva e actualmente Dona Maria Inocencia d'Amorim Vianna. (...)

7. O domínio directo do foro de dez mil reis, imposto em uma morada de casas situadas na Praça de Palhaez que se compõe de loja primeiro andar e águas furtadas de que é emphyteuta António de Almeida Fortuna. (...)

No início do séc. XX o caminho-de-ferro chega à zona de Palhais<sup>134</sup>, tendo um impacto avassalador não só do no sistema urbano, como nos edifícios que colidem com o plano do seu traçado. Conforme se vê na planta, o complexo edificado foi cortado pela construção da linha de caminho-de-ferro e muitos dos terrenos/edifícios na zona foram expropriados e demolidos.

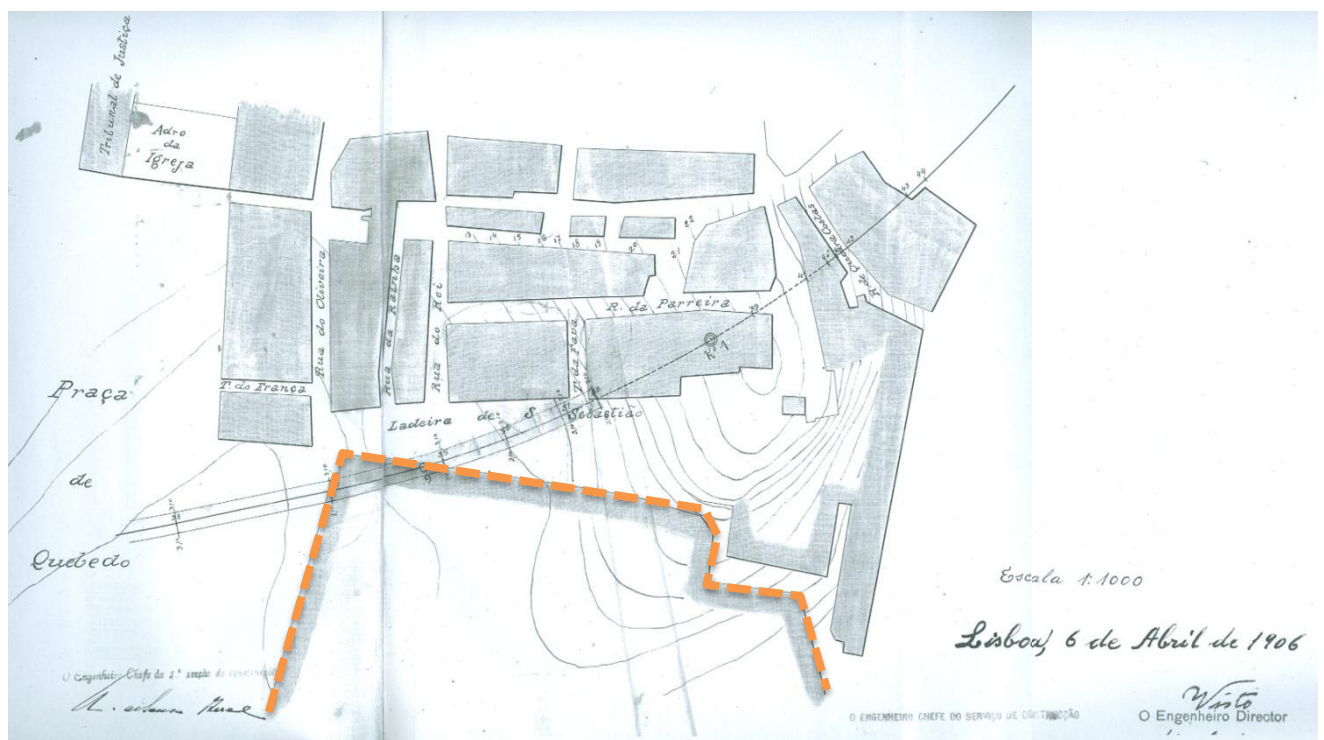


Fig. C3. 8 - Planta "Caminhos de Ferro do Sul e Sueste – Prolongamento de Setúbal ao Caes". Centro Nacional de Documentação Ferroviária. Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado. *Linha do Sul e Sueste*. A laranja, demarcação da zona em estudo.

<sup>134</sup> A primeira fase de construção da "Linha do Sado", iniciada em 1904 e concluída em 1907, foi o prolongamento da linha existente desde 1861. Houve necessidade de ligar a estação principal de Setúbal com a zona ribeirinha, procedendo-se para isso à construção de um túnel que ligaria a zona de Palhais ao Sado, rompendo a zona das Fontainhas.

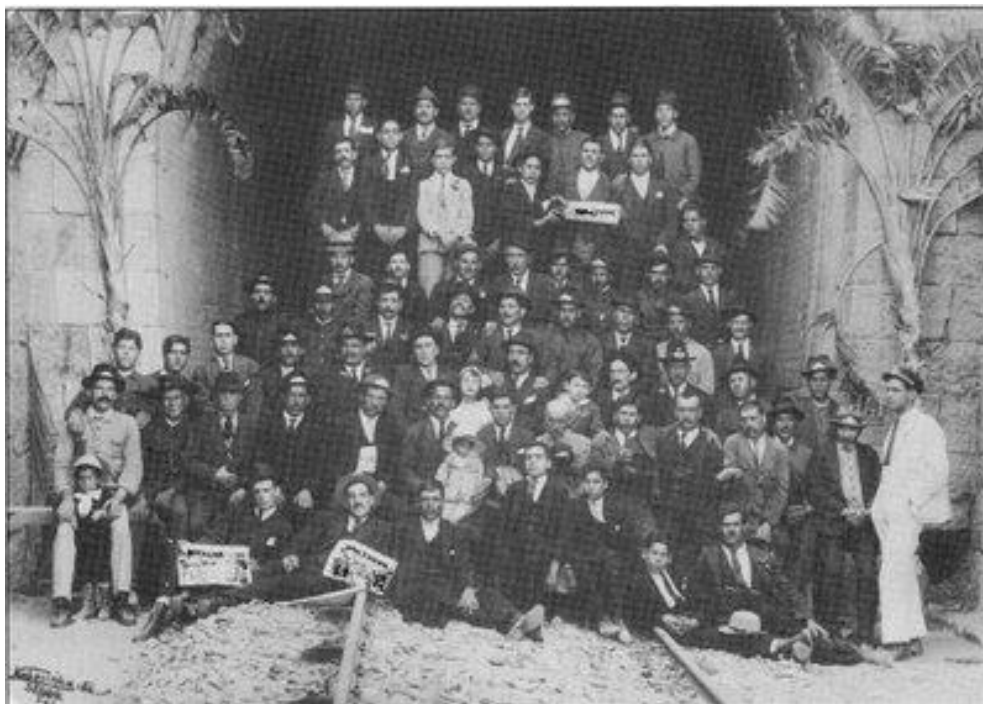


Fig. C3. 9 - [Inauguração do túnel do Quebedo]. Autor: s/n; data: s/d. Disponível em <http://sociedadesetubalense.blogspot.com/>.



Fig. C3. 10 - Túnel. Foto 2010

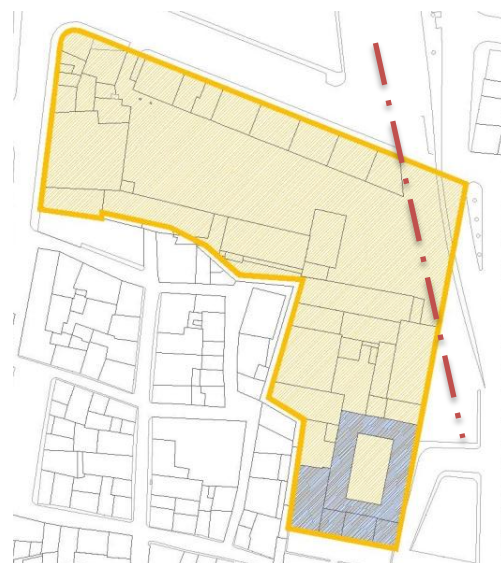


Fig. C3. 11 - Zona de corte/interrupção do complexo

Esta situação pode justificar a ausência dos dois edifícios referidos nos autos de inventariação dos foros da congregação. Um dos registos de edifícios expropriados que encontramos, situava-se exactamente no extremo nascente do complexo:

*Termo de contrato de expropriação amigável feito com D. Eufemia Rosa da Conceição, Solteira, residente n'esta cidade de Setubal; Freguesia de S. Sebastião; Concelho de Setúbal; Superfície de terreno expropriado: 69,55m<sup>2</sup> de casa de primeiro e segundo andar; Importância do preço contratado: 1:900\$000. Aos vinte sete dias do mês de Novembro de mil novecentos e três, (...) achando-se presentes o respectivo Administrador (...), e o (...) representante da Direcção do Caminho de*

*Ferro do Sul e Sueste, (...) comigo (...) escrivão da mesma Administração compareceram a proprietária (...) e declararam que se achava amigavelmente contratada a expropriação de toda a casa que a vendedora possui na praça de Quebedo com a superfície total de sessenta e nove metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados com os números 61 e 62, que são adquiridos livres e allodiaes pella Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste para a construção do caminho de ferro da estação de Setubal ao Caes da sua propriedade cuja natureza é uma casa e se denomina casa d'abitação, situada na Praça de Quebedo n'esta cidade, freguesia de S. Sebastião a qual parte do nascente com Francisco José Pereira, do poente com José Joaquim de Oliveira, do norte com a Praça de Quebedo, do sul com Francisco José Pereira (...).*<sup>135</sup>

Ainda assim, mesmo com a perda destes edifícios, o complexo das freiras bernardas continuou a marcar a praça:

*Quem desembarcando na estação do caminho de ferro do sul em Setubal, tomar, para penetrar no interior da cidade, pela estrada de S. João, (...) desemboca na praça de S. Bernardo, vulgarmente chamada Palhaes. (...) Ao entrar pois na praça de Palhaes desafia a atenção do forasteiro uma correnteza de prédios que de nascente ao poente á sua vista se apresenta. Esta fileira de janelas semelhantes em tudo a uns ninhos de corujas, tem o nome de "Freiras Bernardas"*<sup>136</sup>

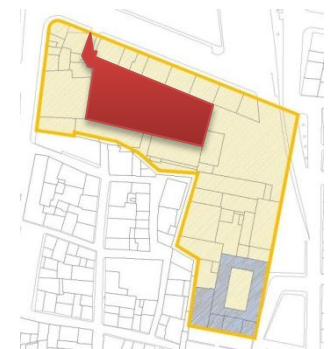
Note-se porém que existem alguns edifícios dentro do chamado pátio Gago da Silva, que não são descritos nos autos de avaliação do convento cisterciense.



Fig. C3. 12 - Entrada do pátio



Fig. C3. 13 - Edifício construído no interior do pátio Gago da Silva



No que se refere à descrição do património das religiosas, é importante constatar que nunca aparece a denominação de pátio Gago da Silva – nas confrontações do edificado são referidos quintais particulares e o *Pátio das Pretas*<sup>137</sup>. *Este topónimo não consta dos três primeiros roteiros toponímicos setubalenses que conhecemos, editados em 1891, 1892 e*

O Pátio Gago da Silva

<sup>135</sup> Centro Nacional de Documentação Ferroviária. Fundação Museu Nacional Ferroviário – Armando Ginestal Machado. *Linha do Sul e Sueste.* “Termo de contrato de expropriação amigável”.

<sup>136</sup> FREIRE, Henrique. “A Prophecia ou a edificação do Convento de Jesus – Tentativa histórica setubalense”, 1864, pp.39.

<sup>137</sup> Infelizmente não conseguimos chegar à origem desta denominação...



1913. *Aparece pela primeira vez num trabalho idêntico editado por Pinto Guimarães (não datado, mas saído dos prelos na segunda metade da década de 1920). Num outro roteiro, datado de 1928, volta a constar a mesma indicação: “Gago da Silva (Pátio). Freg. de Santa Maria. Na Praça de Quebedo, n.º 23 (particular)”.*<sup>138</sup>

Quem era então Gago da Silva? *A primeira referência que temos a José Gago da Silva dá-o como colaborador do periódico local República, publicado entre 1 de Janeiro de 1910 e 1 de Dezembro de 1917, e portavoz local das posições do Partido Democrático, de Afonso Costa – o “herdeiro” do Partido Republicano que conduziu Portugal à Revolução de 5 de Outubro de 1910. Aliás, Gago da Silva foi um dos assinantes dos Estatutos do Centro Republicano Democrático de Setúbal (...), impressos em 1915. Em 1919, pela mão do industrial Vitorino Moreira (?) Rodrigues (?-1944), deu entrada no elitista Club Setubalense. Então, Gago da Silva é identificado como industrial.*<sup>139</sup>

Natural de Loulé, Gago da Silva veio para Alhos Vedros e Setúbal, onde instalou a sua habitação principal. É aqui que conjuntamente com a esposa, Maria de Sousa Calçada [e Silva] cria a sua numerosa família<sup>140</sup>. No final da década de 20 a família transfere-se para Lisboa porque todos os filhos frequentam cursos universitários. É também no final dessa década que Gago da Silva começa a dedicar-se à indústria e comércio de conservas de peixe, sedeadado em Peniche, movimentando-se entre esta vila e Lisboa. *A par dos negócios foi acumulando um vasto património imobiliário, em terrenos e habitações, parte dele composto por alguns quarteirões de habitações térreas, em redor da sua fábrica de Peniche, por exemplo, e destinadas aos trabalhadores.*<sup>141</sup>

*Viria a falecer, em Lisboa, a 10 de Setembro de 1956, com 81 anos. Ao noticiar o funesto sucesso, O Setubalense dá-o como “antigo industrial e negociante de cortiças, em Setúbal”. (...) O funeral teve lugar a 11 de Setembro daquele ano, saindo da residência do defunto – no Largo da Princesa, 24, r/c, Dto. (a Pedrouços)<sup>142</sup> – para o Cemitério dos Olivais.*<sup>143</sup>

Analisando a descrição predial dos edifícios daquela zona, encontramos o nome de José Gago da Silva como proprietário de alguns dos edifícios que pertenceram às freiras bernardas, mas também de outros que existem no local.

<sup>138</sup> Excerto de um trabalho inédito e gentilmente cedido pelo Sr. Carlos Mouro.

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Descendentes de José Gago da Silva: *Idalina Gago da Silva [Machado], casada com o Eng.º Eurico Gonçalves Machado; Maria Gago da Silva, pintora e professora da Escola Industrial do Porto; Maria José Gago da Silva [Serradas Duarte], casada com o professor Serradas Duarte; Maria da Conceição Silva; Dr. Artur Gago da Silva, casado com Lúcia Leone Parreira [Gago da Silva]. Aquando do falecimento, Gago da Silva tinha 23 netos.* (Excerto de um trabalho inédito e gentilmente cedido pelo Sr. Carlos Mouro.)

<sup>141</sup> *Pátio Gago da Silva – Praça do Quebedo, 26 a 40. Setúbal.* Prospecto não editado, gentilmente cedido pelo Sr. António Correa Figueira, bisneto de José Gago da Silva.

<sup>142</sup> Em Lisboa.

<sup>143</sup> Excerto de um trabalho inédito e gentilmente cedido pelo Sr. Carlos Mouro.





Fig. C3. 14:  
A laranja, construção do período de ocupação jesuíta; A amarelo, construção do período de ocupação cisterciense. Proprietários: ● José Gago da Silva; ● Ahrens; ● Guilherme Pereira; ● António Ribeiro; ● Herdeiros de Augusto Pereira da Silva.

A análise da planta anterior mostra que o proprietário com maior número de edifícios naquele pátio era efectivamente José Gago da Silva. Mas o proprietário não se limitou a adquirir edifícios já existentes. Para além disso, mandou construir um grande edifício no interior do pátio – que supomos ser um prédio de rendimento -, um armazém – que relacionamos com a suposta actividade comercial e industrial de cortiça -, e um arco que marca a entrada no pátio.

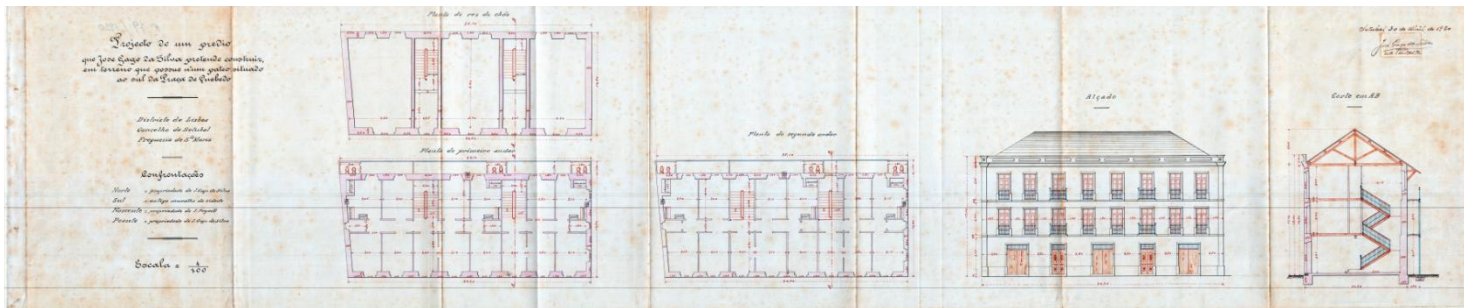


Fig. C3. 15 - Projecto de um prédio que José Gago da Silva pretende construir em terreno que possui n'um pateo situado ao Sul da Praça de Quebedo. 1920. AHCMS. Processos de obras particulares. Cota: P.O. 79-1920

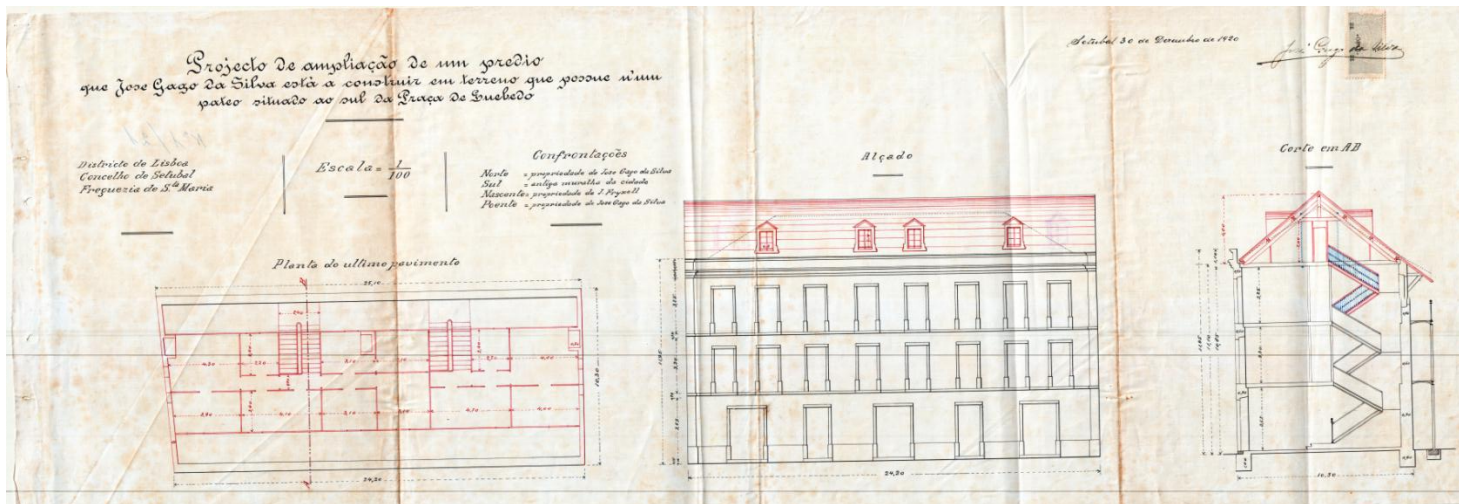


Fig. C3. 16 - Projecto de ampliação de um prédio que José Gago da Silva está a construir em terreno que possui n'um pateo situado ao Sul da Praça de Quebedo. 1921. AHCMS. Processos de obras particulares. Cota: P.O. 1-1921

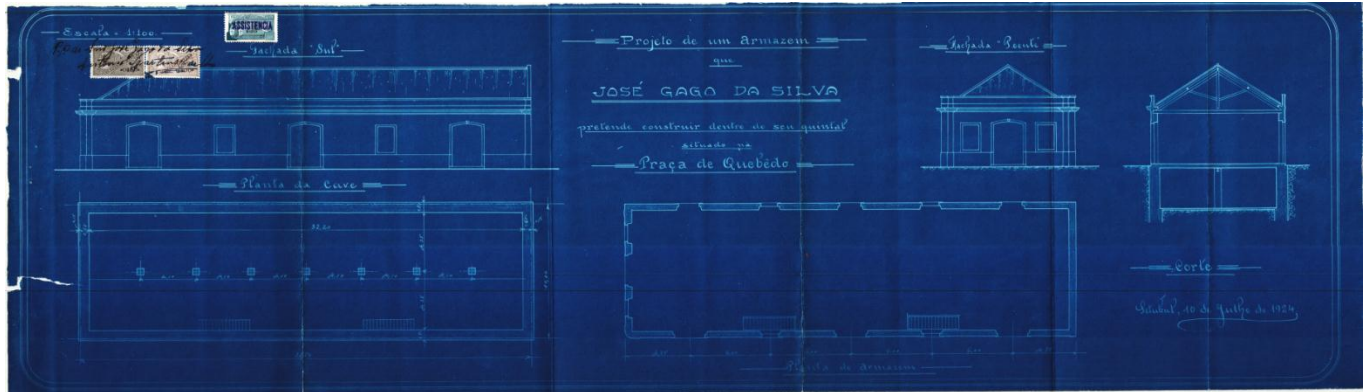


Fig. C3. 17 - Projecto de um armazém que José Gago da Silva pretende construir dentro do seu quintal situado na Praça do Quebedo. 1924. AHCMS. Processos de obras particulares. Cota: P.O. 150-1924

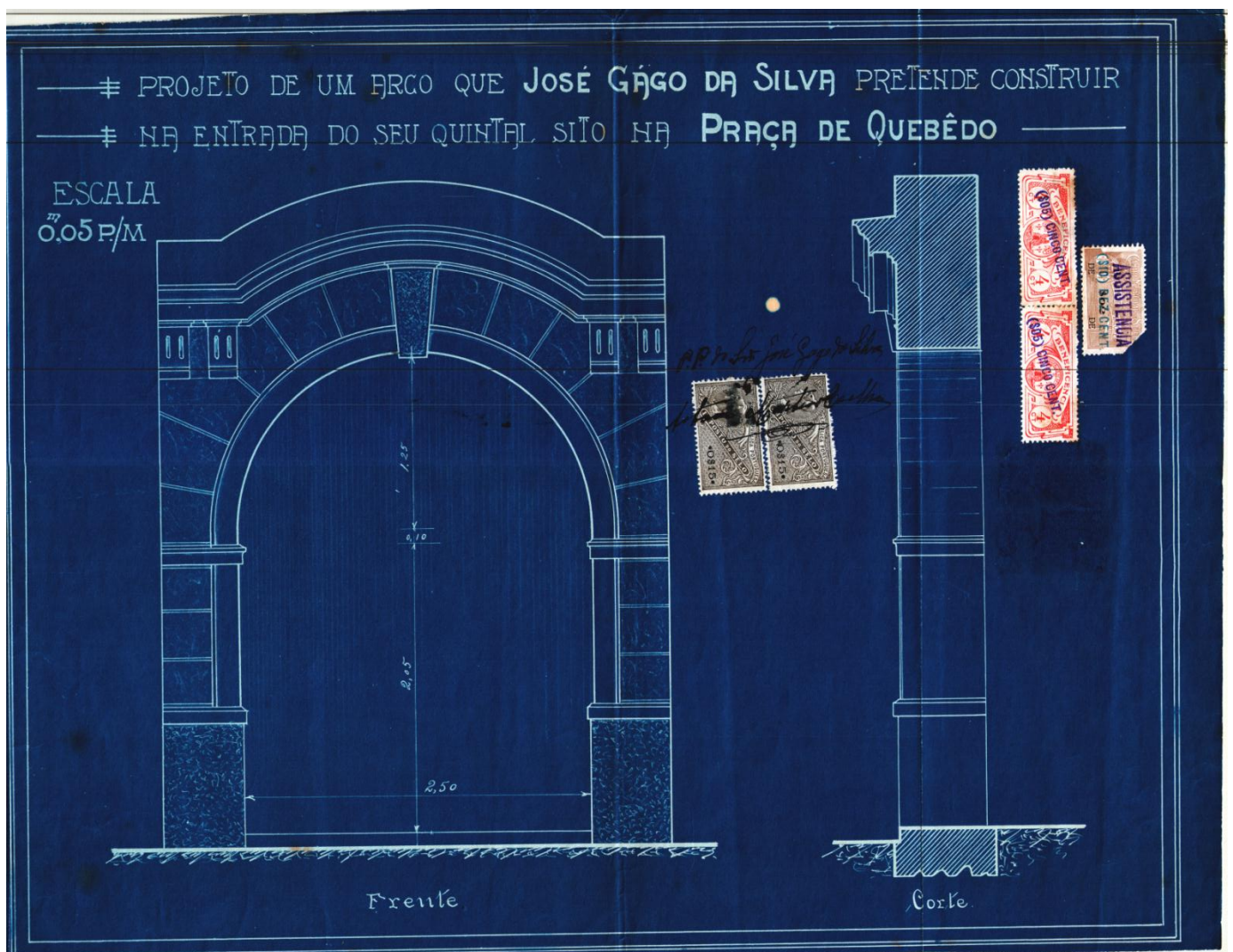


Fig. C3. 18 - Projecto de um arco que José Gago da Silva pretende construir na entrada do seu quintal, sito na Praça de Quebedo. 1924. AHCMS, Processos de obras particulares. Cota: P.O. 18-1924

Não conseguimos apurar se o espaço onde Gago da Silva se sediou em Setúbal serviria apenas para instalar a sua numerosa família ou se havia também intenções de desenvolver os seus negócios. Desconhecemos com que objectivo mandou construir os três edifícios apresentados, mas em nenhum deles se refere qualquer ligação à





*fazem as caixas, ou melhor dito, que rematam as caixas que as maquinas preparam, pois que filetes, fundos, tampas, etc, é tudo feito por ellas, bastando só meter a folha para n'um instante sahir propmpta.*

*A cosinha, larga, espaçosa e au rez de chaussé, é sita um pouco arredada do corpo do edifício, para evitar qualquer sinistro, que, partindo d'ella, podesse devorar toda a fabrica. A casa para enxugar o peixe é também d'um gosto novo e adequado, com magníficos taboleiros e perfeitamente ventilada. Tudo ali tem sua casa ou armazém particular, tendo ao todo a fábrica sete casas e três armazéns. A fabrica fica a alguma distancia da baixamar, rasão pela qual há n'ella uma carroça com a competente alimária, que persistindo ali sempre, tem cavalhariça. A fábrica tem além d'isso uma pequena horta e poço com água para serviço da fábrica, e para não custar tanto o esgotamento, o Sr. Herlitz fez vir d'Inglaterra uma bomba (...).<sup>146</sup>*

De acordo com Albérico Afonso e Carlos Mouro<sup>147</sup>, Herlitz erigiu esta unidade fabril, associado com seu tio António Maria Jales, proprietário e negociante, residente em Setúbal. A confiar nas informações de Almeida Carvalho, a fábrica teria sido estabelecida em 1860. Em 1863, porém, associa-se com dois outros setubalenses, João Sesinando de Freitas Júnior e José Maria Lapido, pois que seu tio lhe havia “manifestado o desejo de desfazer a mesma sociedade (...)”. Em 13 de Março de 1865, já João Sesinando de Freitas Júnior havia “arrematado em hasta pública a terça parte dos utensílios, conservas e mais pertences da fábrica de conservas alimentícias (...) pertencente à massa falida de seu filho”, terça parte que, então, vende a Herlitz e Lapido que na sequência se constituem em sociedade em 29 do mesmo mês e ano.

Relativamente à zona onde Herlitz se instalou, não restam dúvidas de que se trata da área anteriormente ocupada pelos jesuítas: a ladeira de Sebastião corresponde à actual R. Dr. Vicente José de Carvalho e a Praça de S. Bernardo à actual Praça de Quebedo. Relativamente ao prédio ocupado e apesar da descrição predial do prédio nº 2865 nunca referir o nome de Herlitz, a descrição das confrontações do prédio nº 1189, atestam a sua presença: *confronta do Norte com quintaes e armazem de Gustavo Carlos Herlitz (...).*<sup>148</sup>

Segundo o periódico atrás referido o industrial *começou a edificar de seu pé uma fábrica*, sugerindo que não foram aproveitados edifícios existentes. Existe de facto um edifício (que designaremos como armazém A) que pela sua linguagem se distancia dos restantes, levando-nos a crer que se pode tratar de um vestígio da fábrica de conservas alimentícias de Herlitz.

<sup>146</sup> “O Correio de Setúbal”, nº42, 17 Novembro de 1861

<sup>147</sup> AFONSO, Albérico; MOURO, Carlos. *Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal*. “Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal”.

<sup>148</sup> Conservatória do Registo Predial de Setúbal. *Registo de Descrições Prediaes*, Livro B11, fls 230v, “Descrição predial do prédio nº1189”.



Fig. C3. 20 - Armazém A



Fig. C3. 21 - Alçado nascente



Sabemos que em 1871, o conjunto já pertencia a Francisco José Pereira (Júnior), e era descrito como *Predio que se compõe de três prédios urbanos conjuntos e d'um quintal com armazéns, situado na ladeira de S. Sebastião, freguesia de S. Sebastião, concelho de Setúbal. Confronta do Norte com Praça de S. Bernardo, para onde tem os números de polícia 56 e 57, com casas de que são emphyteutas os herdeiros da viúva de António Rodrigues de Carvalho e casas de que é emphyteuta Jozé Joaquim d'Oliveira e Silva; do Sul com prédio que foi de Agostinho Rodrigues Albino; do nascente com a dita ladeira de S. Sebastião para onde tem os números de polícia 14 e 15 e do poente com [...] do quintal de que são emphyteutas os herdeiros de Augusto d Silva e muralha da fortificação. (...).*<sup>149</sup>

Em Março de 1905, Francisco José Pereira (Júnior) manda averbar na Conservatória do Registo Predial as áreas do prédio: *o prédio nº2865, (...), se compõe de um armazém e um primeiro andar medindo 236,25 m<sup>2</sup> e um outro, aberto com 120m<sup>2</sup>, e ainda outro medindo 49m<sup>2</sup>, todos de pedra e cal e cobertos de telha e um quintal medindo aproximadamente 700m<sup>2</sup>.*<sup>150</sup>

O armazém com primeiro andar com 236,25m<sup>2</sup> parece corresponder (pela medição actual) ao edifício referido anteriormente como Armazém A; o armazém aberto com 120m<sup>2</sup> parece corresponder à área de implantação actual, do que denominámos como armazém B, apesar de actualmente o edifício estar totalmente encerrado.

<sup>149</sup> Conservatória do Registo Predial de Setúbal. *Registo de Descrições Prediais*, Livro B18, fls 32, “Descrição predial do prédio nº2865”.

<sup>150</sup> Idem.



Fig. C3. 22- Armazém A

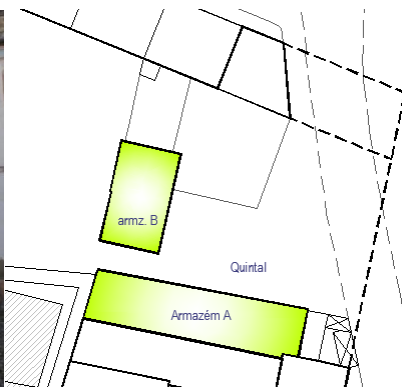


Fig. C3. 23 - Localização no prédio



Fig. C3. 24 - Armazém B

Relativamente ao terceiro armazém referido, não encontramos correspondência física actual. Conforme vimos anteriormente, o extremo nascente do complexo foi afectado pela construção da linha de caminho-de-ferro, e este prédio não foi excepção: em Maio de 1905 averbava-se na descrição predial que o prédio *que tendo sido expropriado, para a construção do caminho de ferro do Valle do Sado, duzentos e dois metros quadrados de armazéns (...), deixou de pertencer ao mesmo prédio a parte que tinha os n.ºs de polícia 56 e 57 para a Praça de S. Bernardo, e 34 e 35 para a Ladeira de S. Sebastião, tendo actualmente apenas o n.º7 para a referida ladeira (...).*<sup>151</sup>

Francisco José Pereira e a  
fábrica de transformação  
de cortiça

Ao mesmo tempo que Gustavo Herlitz desenvolvia a sua actividade industrial no campo da produção conserveira, um outro industrial dedicava-se à transformação de cortiça. O galego Francisco José Pereira<sup>152</sup> é uma referência incontornável na história daquele que hoje é conhecido como palácio Fryxell, tendo ao que tudo indica, instalado a sua fábrica no prédio nº1189, a sul das instalações de Herlitz.

De acordo com a informação oral de um neto<sup>153</sup> de Balbina Rosa Peres<sup>154</sup>, a última relatava que António Bezerro havia arrendado a Francisco José Pereira a “casa da ponte”<sup>155</sup> para aí instalar a sua fábrica de transformação de cortiça. António Bezerro era referido em 1859 no auto de avaliação dos foros das freiras bernardas como enfiteuta deste prédio:

*O domínio directo do foro de vinte e quatro mil reis,...[?], imposto em um chão onde existe uma propriedade de casas que foram incendiadas ... [?] situada da parte de fora das muralhas da ladeira de S. Sebastião de*

<sup>151</sup> Conservatória do Registo Predial de Setúbal. *Registo de Descrições Prediaes*, Livro B18, fls 32, “Descrição predial do prédio nº2865”.

<sup>152</sup> Note-se que referimos anteriormente, na sequência da explicação da evolução formal do prédio nº2865, o nome Francisco José Pereira (Júnior). Este era o filho mais velho de Francisco José Pereira.

<sup>153</sup> António Cunha Bento

<sup>154</sup> Neta de Francisco José Pereira, filha de João Guilherme Pereira e de Maria Balbina Rosado Peres.

<sup>155</sup> Esta denominação é muito interessante porque referencia a localização do edifício face à ponte de S. Sebastião. O edifício só adquire a denominação de Palácio Fryxell, quando uma descendente de Francisco José Pereira (Júnior) adquire o apelido Fryxell por casamento com Joaquim Patrício Fryxell.

que era emphyteuta Francisco Bezerras hoje, Francisco José Pereira. (...)<sup>156</sup>

Segundo Balbina Rosa Peres a fábrica situava-se “por baixo da ponte”. Esta designação é mais uma vez muitíssimo interessante, porque ilustra a relação do edifício com um elemento que hoje está profundamente absorvido pela malha urbana e é muitas vezes confundido com um túnel.



Fig. C3. 25 (à esquerda) - Ponte de S. Sebastião. Vista (N-S) do nível de implantação da ponte; à direita, fachada lateral do edifício em estudo e entrada para o claustro; Fig. C3. 26 (ao centro) - Vista (S-N) da passagem rodoviária por baixo da ponte; Fig. C3. 27 (à direita) Vista (O-E) sobre a plataforma superior da ponte; fotografia tirada a partir do mirante.

Efectivamente, a zona do claustro e do terreno adjacente não está situado literalmente debaixo da ponte, mas abaixo do nível superior da mesma.

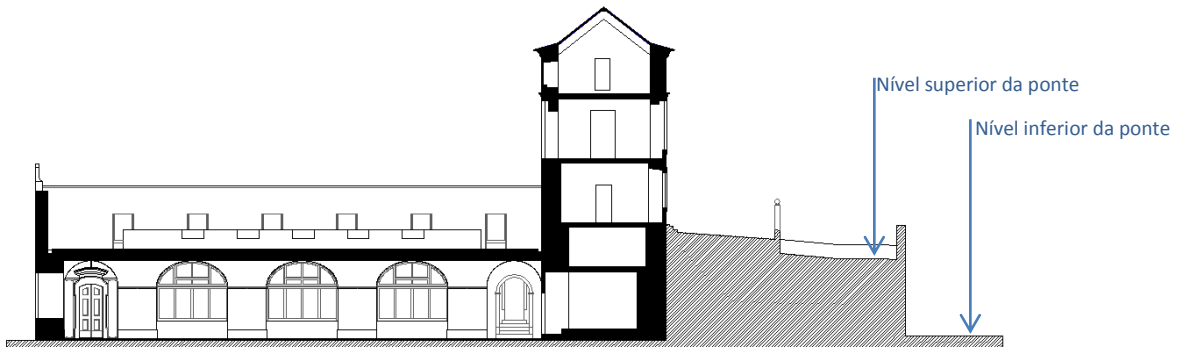


Fig. C3. 28 - Corte longitudinal (N-S) pela ala poente do claustro. Levantamento 2008

De acordo com as mesmas fontes, a fábrica estava instalada no claustro e terrenos a norte, e tinha como objectivo a transformação de cortiça. A descrição predial, baseada numa escritura de 1868, é mais completa que a descrição dos foros das bernardas: *Predio urbano que consta de armazens e quintaes com um claustro, cavallariça e palheiro, primeiro, segundo, terceiro andar e uma varanda corrida sobre a muralha; é situada por cima da Ponte de São Sebastião, freguesia da invocação do mesmo nome, d'esta cidade e tem os numeros seis e oito de policia; confronta do Norte com quintaes e armazem de Gustavo Carlos Herlitz, Sul com a dita Ponte de São Sebastião, Nascente com a Ladeira por cima da dita Ponte e Poente com casas de Sebastião Claudio Junqueiro.*

<sup>156</sup> ANTT. AHMF. Cx.1995. Real Mosteiro de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Nazareth do Mocambo. [Disponível no ANTT, Lisboa, Portugal]



Note-se que é referida a existência de armazéns no prédio e de outros espaços amplos como o palheiro e a cavalariça; e a indústria de transformação de cortiça, exige espaços de dimensão suficiente para o armazenamento, manipulação e transformação desta matéria-prima. A cortiça chega às fábricas ainda com a forma longa e encurvada com que é extraída da árvore. Para a matéria-prima se tornar trabalhável é necessário um passo fundamental – a cozedura. Este processo é conseguido através da imersão das pranchas dentro de grandes tanques de água a ferver, exigindo espaços amplos e muito arejados, de forma a viabilizar o trabalho dos operadores. Em seguida, as pranchas já prontas a trabalhar, são arrumadas em pilhas por categorias e dimensões, devendo ficar armazenadas em espaços amplos e ventilados, ou avançar de imediato para a transformação<sup>157</sup>. São muitos os fins que se pode dar à cortiça – rolhas, bóias, revestimentos, papel ou até roupa – e a maquinaria necessária para a sua transformação (pós-cozedura) é de pequena escala. Desconhecemos que tipo de materiais eram produzidos na fábrica de Francisco José Pereira, mas sabemos que a primeira fase do processo (cozedura e armazenamento) exige espaços de dimensões e pé-direito significativos, que como vimos existiam no edifício.

Outro recurso fundamental numa fábrica de cortiça é a fonte de energia para aquecer a água das caldeiras de cozedura. Não são raros os episódios de incêndio em fábricas que necessitem de fontes de calor alimentadas a carvão ou lenha. Os edifícios fabris desta época apresentam normalmente estruturas de cobertura em madeira, que aliadas a uma fonte de ignição, resultam em incêndios desastrosos. Não sabemos se houve ou não algum incêndio na fábrica de Francisco José Pereira; sabemos porém que existem marcas de fogo no claustro.



Fig. C3. 29 - Marca do incêndio na pedra de bordadura do claustro. Foto Engº Francisco Silva Alves. Set.2002.

<sup>157</sup> Para melhorar a sua maleabilidade e para certos trabalhos mais específicos, recorre-se muitas vezes a uma segunda cozedura.





Fig. C3. 30 - Marca do incêndio nos arcos do claustro. Foto Engº Francisco Silva Alves. Set.2002.

Sabemos ainda, pela descrição do foro das bernardas, que em 1859 o prédio já estava danificado pelo fogo: *chão onde existe uma propriedade de casas que foram incendiadas*. No entanto, como não sabemos a data de fundação da fábrica deste industrial ou do início da ocupação do prédio, não podemos afirmar que foi essa a causa do incêndio. Consideramos porém, que independentemente da causa, deve ter sido neste período que se perdeu o piso superior do claustro, do qual hoje só existem vestígios de janelas, beirados e paredes exteriores (conforme vimos no capítulo II).



Fig. C3. 31 - Vista O-E sobre o claustro.



Da firma de Francisco José Pereira e do seu proprietário pouco mais sabemos. Nasceu em 1806 em Tui, filho de Mateus José Pereira e Josefa Maria. Em 1835 casa com a setubalense Maria Joaquina com quem vivia em Setúbal, na R. das Amoreiras. Na *Escritura entre os Herdeiros de Francisco José Pereira*<sup>158</sup> diz-se que *o sobredito falecido era negociante de Cortiça em longa escala, para o que comprava a que produção os montados das diferentes herdades em uma série de annos, (...) a qual desde recolhida em seus Armazéns e beneficiada em sua fabrica era exportada para diferentes portos estrangeiros onde era vendida. Que todo este commercio fazia (...) debaixo da sua firma individual Francisco José Pereira, que se achava acreditada em diferentes praças comerciais.*

O industrial teve cinco filhos: Francisco José Pereira Júnior, João José Pereira, Maria Emília Augusta Pereira, Henrique Augusto Pereira e João Guilherme Pereira. Em 1869 Francisco José Pereira morre de apoplexia, deixando a firma ao cuidado dos filhos, sob a forma de sociedade, passando a chamar-se a partir de 11 de Dezembro de 1869, Francisco José Pereira Filhos.

Francisco José Pereira  
Filhos

Passados dois meses sobre a constituição da sociedade, a fábrica sofre um abalo, conforme noticia o nº29 da Gazeta Setubalense, a 6 de Fevereiro de 1870:

Incêndio de 1870

*Pelas 3 horas da madrugada de hoje, domingo, manifestou-se incêndio na importante fabrica de cortiça dos Srs. Francisco José Pereira Filhos. Parece que algumas fagulhas sahidas das fornalhas em que assentam as caldeiras de cozer a cortiça, deu origem ao incêndio, que começou no telheiro que cobria as mesmas caldeiras. Felizmente conseguiu-se extinguir o fogo. Ao local do sinistro concorreram muitas*



*peessoas, para prestarem os seus serviços. Uma das bombas cooperou eficazmente para a extincção do incêndio. Notou-se grande escassez de água. A hora avançada a que escrevemos esta notícia não nos permite alongar em pormenores.*

Fig. C3. 32 - "Incêndio em fábrica de cortiça". Aguarela. Data e autor desconhecidos. Colecção Particular de A. Quaresma Rosa.

Do número seguinte do mesmo periódico (13 de Fevereiro) já consta o agradecimento da firma à população e um relato mais pormenorizado do acidente: *As chammas consumiram metade do telhado do armazém das caldeiras. Estas ficaram inutilizadas. Se o fogo não tivesse sido*

<sup>158</sup> Escritura do Tabelião Agostinho Albino de Faria Picão. Livro 63, fls 23. ADS. Transcrição de A. Cunha Bento.

*milagrosamente subjugado, poderia comunicar-se à pilha de cortiça, onde se achavam mais de 95:000 arrobas, no valor superior a 75:000\$000 réis, além do estabelecimento, acabado há pouco de reconstruir. Ainda assim o prejuízo causado pelo incêndio nas caldeiras e cortiça, é avaliado em 1:450\$000 réis. A cortiça está segura na companhia Imperial, de Londres, em 14:000 libras, e os armazéns em 3:000. A referida companhia, logo que teve conhecimento do sinistro, mandou bizarramente proceder ao aos necessários reparos. (...) Quem descobriu o incêndio foi António Marçalino do Passo, varredor da praça da hortaliça, (...). Forneceram água os três poços do estabelecimento.*<sup>159</sup>

Será Francisco José Pereira Júnior<sup>160</sup> que ao que tudo indica, toma a direcção da firma, e acima de tudo do destino do prédio. Em 1873 compra a António Maria Albino<sup>161</sup>, proprietário e morador em Branca Anes – Setúbal -, o prédio onde se situava a fábrica da sociedade e onde já residia<sup>162</sup> com sua esposa, Jenny Groom Pereira.

Já como proprietário do prédio, em Março de 1905, Francisco José Pereira Júnior manda averbar ao registo predial a seguinte informação: *(...) o prédio nº 1189 se compõe actualmente, além do primeiro e segundo andar, varanda e claustro já mencionados na descrição, a que se faz este averbamento, de uma capela e de seis armazéns todos construídos de pedra e cal cobertos de telha á excepção do último que é coberto de zinco e que têm as seguintes dimensões – 96,60m2 – 249,30m2 – 204m2 – 241,18m2 – 45,60m2 e 160,20m2, e mais um primeiro andar sobre o primeiro armazém medindo 26,22m2 e um pátio medindo 212,40m2.*

Pensamos que estes armazéns já se encontravam construídos à data do incêndio noticiado na Gazeta Setubalense, porque no mesmo periódico, é dito que o estabelecimento fabril tinha estado em risco e que tinha sido *acabado há pouco de reconstruir*<sup>163</sup>. Relacionando ainda esta descrição com o incêndio, verificamos que existe um único armazém com telhado em zinco – teria sido esta a cobertura atingida pelo incêndio? Seria este o edifício onde estariam as caldeiras de cozer?

Certo é que, feita a correspondência de áreas dos edifícios actuais, com as áreas referidas em 1905, verificamos que aparentemente se tratam dos mesmos edifícios, construídos para fins industriais. Seguem-se algumas imagens do complexo.

<sup>159</sup> *Gazeta Setubalense*, 13 de Fevereiro de 1870, nº30.

<sup>160</sup> Após a morte do pai passa a assinar apenas Francisco José Pereira, porque já não havia necessidade na época de estabelecer essa diferença. No entanto, quase século e meio volvido, esta situação causa grande confusão aos investigadores.

<sup>161</sup> O domínio útil do prédio, de que era enfiteuta em 1859 António Bezerra, pertencera a Agostinho Rodrigues Albino. Após a morte do último, em 1868 o domínio útil do prédio passara a pertencer ao seu filho, Henrique Maria Albino, lavrador residente em Beja, que o venderia em 1869 ao seu irmão, António Maria Albino.

<sup>162</sup> *Francisco José Pereira Junior, comerciante e proprietário, casado, morador na Ponte de S. Sebastião*. “Escritura de compra de uma propriedade de cazas, sita na Ponte de S. Sebastião, que faz o Illmo. Francisco José Pereira Junior ao Illmo. António Maria Albino, pel quantia de um conto e duzentos mil reis”. ADS, Fundos Notariais, cota 5087. Livro de Notas nº78, a fls 19, do Tabelião Eduardo Augusto de Faria Picão. Transcrição de A. Cunha Bento.

<sup>163</sup> *Gazeta Setubalense*, 13 de Fevereiro de 1870, nº30.



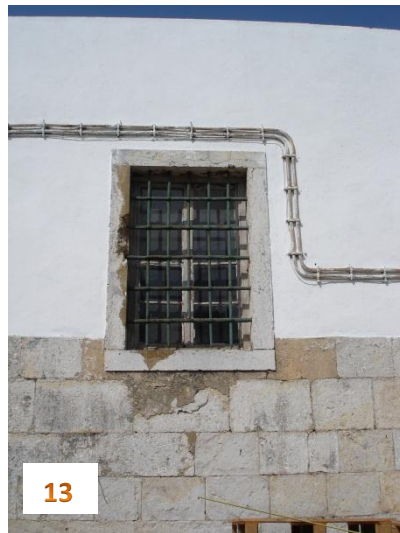
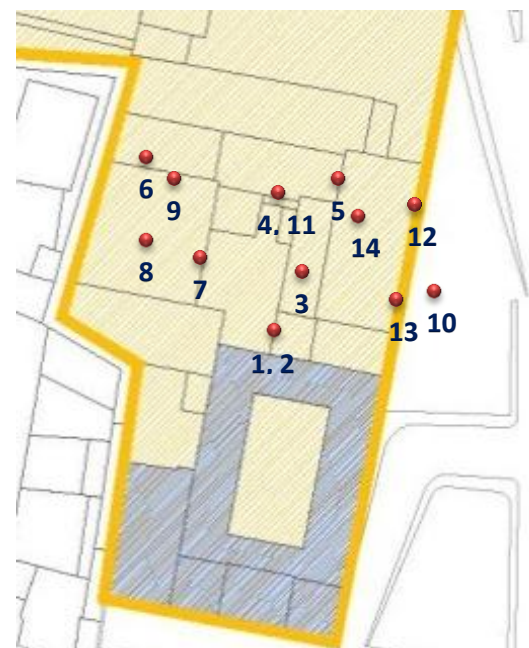


Fig. C3. 33 – Composição gráfica com vários pormenores da zona da tipografia.

1. Janelas do armazém com primeiro piso;
2. Portão
3. Vista exterior de armazém
4. Entrada para a zona das máquinas
5. Arco abatido e porta em alvenaria de tijolo
6. Dois dos sete arcos que prefazem a arcada entaipada
7. Entrada para armazém
8. Armazém
9. Cachorros em pedra
10. Fachada nascente
11. Marcação do proprietário "FJP"
12. Janela entaipada
13. Janela na fachada nascente
14. Estruturas das asnas em madeira





Em Maio de 1905, e muito provavelmente por antever que o complexo viria a ser afectado pela ligação ferroviária da estação de Setúbal ao cais, Francisco José Pereira (Junior) manda averbar na descrição predial, que o *prédio nº 1189, (...) tem actualmente os nºs de polícia 6 e 8 para a Ponte de S. Sebastião e 1, 3 e 5 para a Ladeira de S. Sebastião*. A sua preocupação revelar-se-ia válida, uma vez que a entrada para o complexo seria efectivamente comprometido pela construção da linha férrea. No entanto, não seria já este proprietário que se confrontaria com este problema:

*Dizem D. Jenny Groom Pereira, viúva de Francisco José Pereira<sup>164</sup>, sua única filha D. Jenny Groom Pereira Fryxell e seu marido Joaquim Patrício Fryxell, residentes n'esta cidade, que seu falecido marido, pae e sogro contractou com a direcção dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, a expropriação de 202 metros quadrados de terreno do seu prédio na ponte de S. Sebastião na parte norte e nascente, respectivamente da Praça de Quebedo e Ladeira de S. Sebastião, para as obras do ramal do caminho de ferro do Sado. Devido a alterações que se teem feito no respectivo traçado é certo que as obras ali feitas teem ultrapassado os limites do terreno expropriado, de sorte que a serventia única que havia para as suas fábricas de sardinha e de cortiça está quasi toda inutilizada, e além d'isso com essas mesmas obras: abertura de caboucos e outros, estão em risco de desabamento as paredes que do lado do nascente devidem as duas referidas fábricas.<sup>165</sup>*

Fábrica de conservas de sardinha

Note-se que neste auto de embargo, os prédios nºs 2865 e 1189 são referidos como um prédio único, apesar de na Conservatória do Registo Predial continuarem separados. O que os une é na verdade a função industrial e o facto de pertencerem ao mesmo proprietário. Francisco José Pereira havia, ao que tudo indica, ficado não só com a fábrica de cortiça que outrora pertencera ao seu pai, mas também com a fábrica de conservas alimentícias que outrora pertencera a Gustavo Herlitz, enveredando pelo ramo das conservas de sardinha. Não conseguimos apurar quanto tempo de vida teve cada uma das fábricas. Sabemos porém, que em 1943, os Fryxell se dedicavam a ainda outro negócio; nessa data, Joaquim Patrício Fryxell solicita à CMS a aprovação de um projecto de alargamento do portão de entrada para as suas fábricas, uma vez que está prestes a receber um carregamento de folha-de-flandres e não tem como fazê-lo entrar pelo portão:

*Joaquim Patricio Fryxell, proprietário dos armazéns situados na Rua Vicente José de Carvalho Nº1, está recebendo nos ditos armazéns e deve receber mais por êstes dias, por vapor a chegar brevemente, uma grande porção de fôlha de Flandres (15.000 caixas) para d'ali serem distribuidas pelas várias fábricas de conserva. Acontece porém, que o portão que dá serventia aos armazéns, tem apenas 2,56 metros de largo, o que é demasiadamente estreito para as camionetas ali poderem entrar e sair livremente atendendo à estreiteza da rua que não permite aos carros dar*

<sup>164</sup> Francisco José Pereira Júnior.

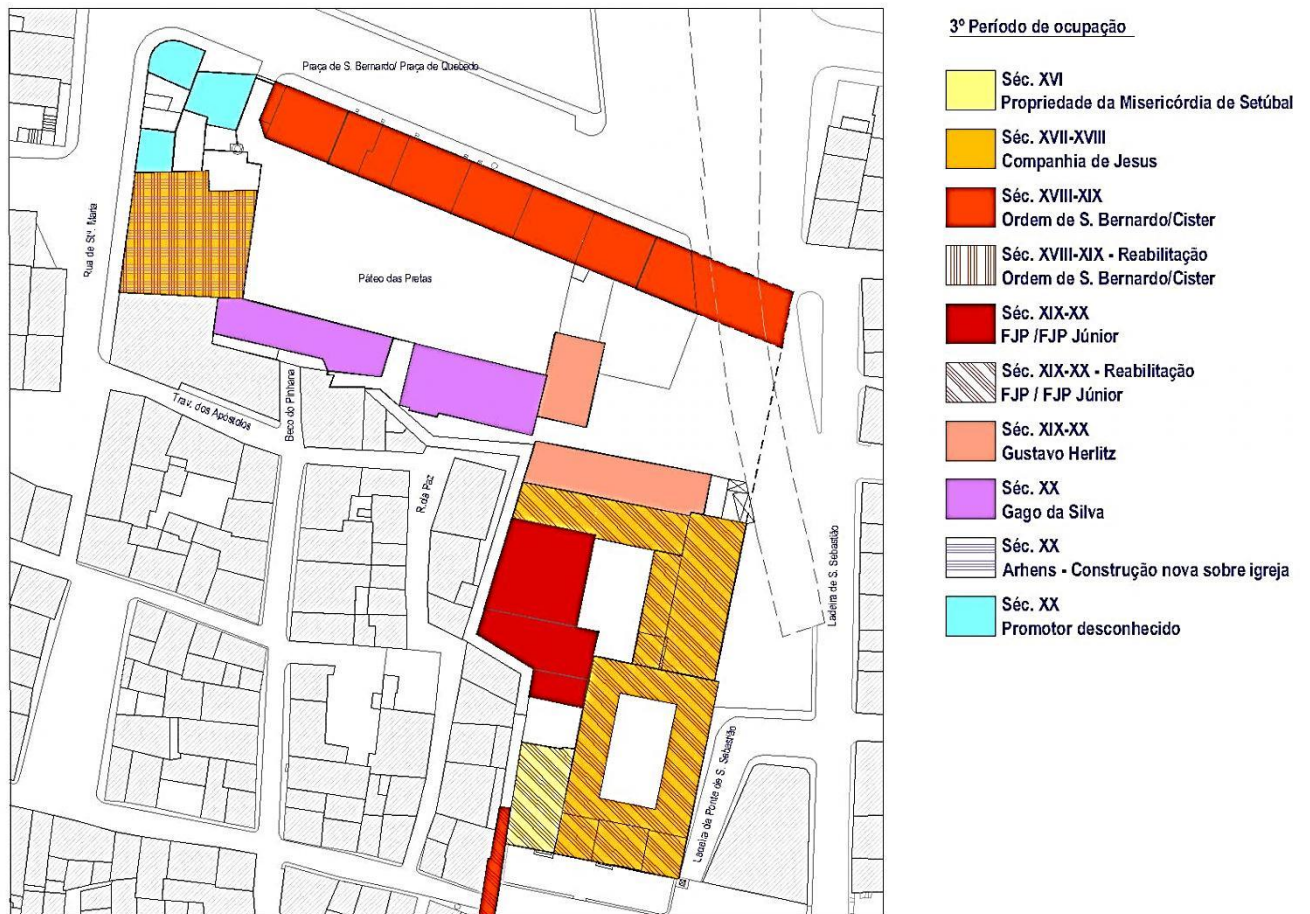
<sup>165</sup> ADS. TJCSTB. Cota 12/2448. "Auto de embargo de obra nova". [Disponível em ADS, Setúbal, Portugal.

volta e fazer as manobras convenientes. Vem, por isso, requerer autorização para alargar o portão de mais 1 metro (...) <sup>166</sup>

A pretensão foi aprovada, tendo sido contratado o *Encarregado de obras particulares Afonso Henrique da Silva*, não só para a execução do portão, mas também para a *reparação de cobertura e portas que deitam para o quintal*. <sup>167</sup>

Em 1959, George Pereira Fryxell faz um contrato de arrendamento com Girayer Apkan e Vítor Peter Limbert, para que estes instalem nos armazéns a fábrica Plásticos do Sado Lda. Após a morte do primeiro, os descendentes entram em litígio com a empresa, situação que se arrasta até 1967. <sup>168</sup> Actualmente, os armazéns estão ocupados por uma tipografia.

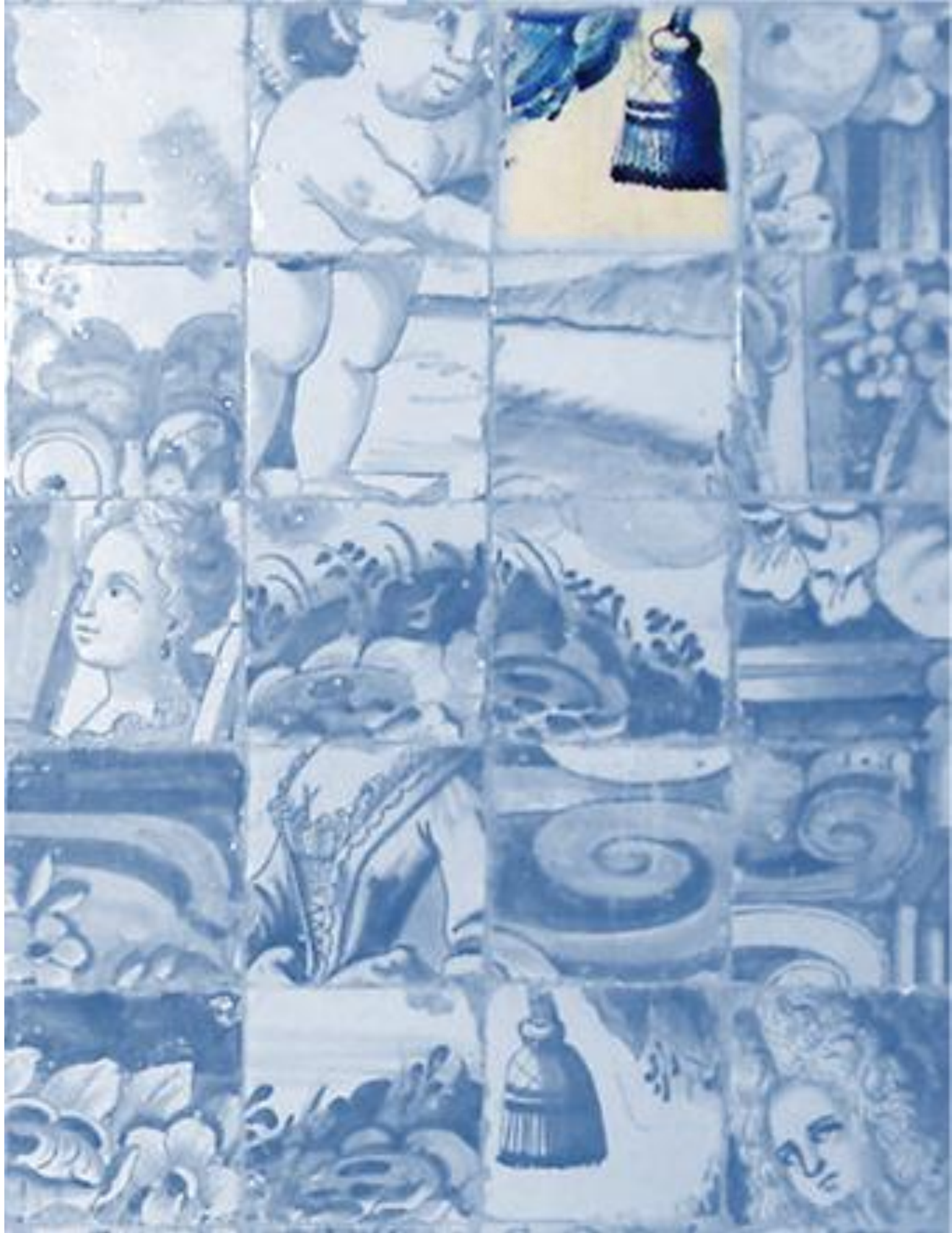
### EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO COMPLEXO – RESUMO GRÁFICO 3º período de ocupação



<sup>166</sup> *Requerimento de Joaquim Patricio Fryxell à CMS para alargamento de portão*. 14 Janeiro de 1943. AHCMS. Processos de obras particulares. [Disponível no AHCMS, Setúbal, Portugal]

<sup>167</sup> *Requisição de licença de obras*. 25 Janeiro de 1943. AHCMS. Processos de obras particulares. Cota: P.O. 135-34-35. [Disponível no AHCMS, Setúbal, Portugal]

<sup>168</sup> Não nos foi possível saber mais sobre o assunto porque o processo, guardado no ADS, é confidencial e não pode vir a consulta pública.



4º PERÍODO DE OCUPAÇÃO – O palácio burguês

---





Conforme vimos no capítulo anterior, Francisco José Pereira (adiante chamado FJP) instalou no edifício que hoje conhecemos como palácio Fryxell, uma fábrica de transformação de cortiça. No entanto, ao que tudo indica, mantinha a sua morada na R. Das Amoreiras, longe do complexo fabril. Em 1873, e já após o falecimento de FJP, Francisco José Pereira Júnior (adiante chamado FJPJ) compra o edifício a António Maria Albino. A escritura de compra dá-nos conta que FJPJ já lá residia, e que a propriedade se compunha de *armazens e quintaes com um claustro, cavallariça e palheiro, primeiro, segundo, terceiro andar e uma varanda corrida sobre a muralha*.

Esta descrição, bastante mais completa que a descrição de 1859, que referia apenas *um chão onde existe uma propriedade de casas que foram incendiadas*, pressupõe a reabilitação do prédio degradado pelo incêndio e uma adaptação da tipologia residencial religiosa, a uma tipologia residencial burguesa.

### A ADAPTAÇÃO A MORADIA BURGUESA

Não podemos afirmar com total certeza qual dos dois Francisco José Pereira terá iniciado a reabilitação do espaço com objectivos residenciais. Sabemos que FJP instalou no espaço uma unidade industrial, mas que mantinha a sua residência no lado oposto da cidade; Sabemos também que FJPJ vivia em Inglaterra até ao momento em que foi chamado a ter um papel presencial na fábrica setubalense e que teve com certeza necessidade de se fixar na cidade para assumir os negócios. Pensamos que se tenha fixado na “casa da ponte”, não com o objectivo de estar mais próximo dos negócios (até porque com o risco de incêndios nestas unidades fabris a proximidade até não seria muito atractiva), mas por ter visto o potencial do edifício e a excelência da sua localização.

Os periódicos da época dão-nos conta de que quem viria a inaugurar e usufruir do espaço, terá sido Francisco José Pereira Júnior e os seus descendentes. Infelizmente não conseguimos apurar como era o espaço antes da intervenção burguesa e poucas são as descrições da intervenção do proprietário. Para além da ausência de registos desenhados das ocupações religiosas, também não encontramos o projecto de reabilitação do edifício, encetado pelos Pereiras. Não sabemos se o mesmo foi entregue para apreciação municipal, mas ainda que tivesse, terá sido destruído pelo incêndio ocorrido a 4 de Outubro de 1910 no edifício dos Paços do Concelho<sup>169</sup>. Existem algumas referências documentais (nas obras de Almeida Carvalho, Portella, Pimentel e Pinho Leal, e em periódicos da época), mas que se referem quase exclusivamente à capela da residência. O orago escolhido para a capela, S. Francisco Xavier, confere ao espaço um carácter “semi-público”, uma vez que é este o santo padroeiro da cidade. Relativamente ao restante edifício, não encontramos referências documentais que contribuam para o entendimento da sua reorganização espacial e formal. A abordagem que

<sup>169</sup> Onde também funcionava o Arquivo municipal.

se segue, baseia-se quase exclusivamente na apreciação formal do edifício actual e em algumas fotografias do século passado.

Do ponto de vista do observador, as diferenças na fachada sul são notórias: conforme vimos no capítulo 2, a imagem da frontaria Sul sofreu alterações pontuais a nível formal, mas que conferiram ao edifício uma leitura bastante diferente:

Fachada Sul



Fig. C4. 1 - Excerto da gravura sobre papel "Perspectiva da Villa de Setubal, vista da casa do Trapixe no sitio de Tróia." Desenho de Teotónio Xavier Banha (1785-1853); 1816; MS. Colecção Manuel Teixeira Malheiros.



Fig. C4. 2 - Levantamento esquemático da fachada Sul (2011).

1. À "fluidez" do frontispício contracurvado sobrepõe-se um frontispício triangulado, que na nossa opinião confere uma maior rigidez à fachada;



Fig. C4. 3 - Fachada Sul



2. Ao edifício anexo à muralha, originalmente mais baixo que a composição tripartida do corpo principal, é acrescentado um piso. Esta alteração faz com que o corpo principal perca protagonismo. A demarcação da ampliação é bem visível, uma vez que não se deu continuidade às pilastras em pedra que delimitam o edifício.



Fig. C4. 4 – Corpo anexo à muralha da fachada sul. Note-se a quebra nas pilastras.

3. As torres marginais perderam a “leveza” das coberturas coroadas por pináculos/agulhas, sendo substituídas por coberturas com menor pendente, deixando uma nota de desproporção na composição vertical do edifício; No entanto, a forma actual destas coberturas é muito recente, uma vez que as fotografias de 1981 e 1982 do fotógrafo Américo Ribeiro nos dão conta de, no torreão nascente, ter existido uma cobertura de maior inclinação, seccionada e com trapeira virada a sul.

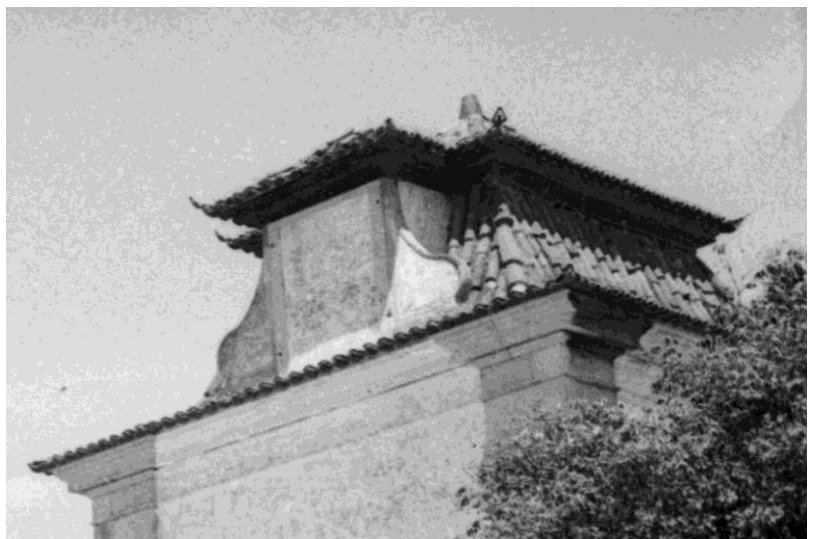


Fig. C4. 5 - Fachada sul do palácio e ampliação da zona do torreão nascente. Autor: Américo Ribeiro; Data: 1981; AFAR.



Fig. C4. 6 - Fotografia da fachada nascente e ampliação da zona do torreão. Autor: Américo Ribeiro; Data: 1982; AFAR

Em 1985, numa acta da *Comissão municipal do Património Construído*, é dado o alerta para destruição destes elementos, em virtude das obras de adaptação da moradia burguesa a sede do Instituto Politécnico de Setúbal: (...) O Sr. Dr. Tavares da Silva, chamou a atenção para a demolição de duas águas furtadas, que foi levada a efeito no prédio Fryxell de características pombalinas (únicas do género, em Setúbal) e foi de opinião que a fachada deveria tornar à sua traça primitiva.<sup>170</sup> Apesar de não existirem fotos mais antigas em que se vejam as coberturas dos dois torreões, e de nas apresentadas não existir já a segunda estrutura, podemos afirmar que a composição era simétrica e que existia também trapeira no torreão poente.

A utilização de trapeiras não se resumiria a esta zona; também a vertente norte do corpo lateral terá tido este tipo de estruturas, para iluminar e ventilar os compartimentos do sótão (Fig. C4.7).



Fig. C4. 7 - Fotografia aérea sobre a zona de Palhais. Autor: João Aldeia; Data: anos 80 do séc.XX.

<sup>170</sup> CMS, Acta nº3/85. *Comissão municipal do património construído*.



Mirante

Disposto perpendicularmente à fachada Sul e por cima da muralha, encontramos o mirante. Conforme referimos no capítulo 2, defendemos a hipótese de ter sido construído pela congregação cisterciense, mas com uma linguagem arquitectónica diferente da actual: conforme vemos no postal (Fig. C4. 8), existia uma estrutura mais fechada e menos elegante. Consideramos que a construção actual foi o resultado de uma intervenção de FJPJ, uma vez que uma fotografia dos anos 30 do século XX nos mostra já uma imagem diferente, com maior exposição ao exterior e outro tipo de cobertura.



Fig. C4. 8 - Antiga R. de S. Sebastião, actual R. Arronches Junqueiro, pelos anos 20 (?) do séc. XX. Veja-se, no topo da rua a porta de S. Sebastião e por cima o hipotético mirante do mosteiro cisterciense. Postal publicado na obra "Setúbal à la minute – através do bilhete postal ilustrado". Editor: e/d. Ano de circulação: s/d.



Fig. C4. 9 - Rua de S. Sebastião. Colecção Américo Ribeiro. Data: 1930. AFAR

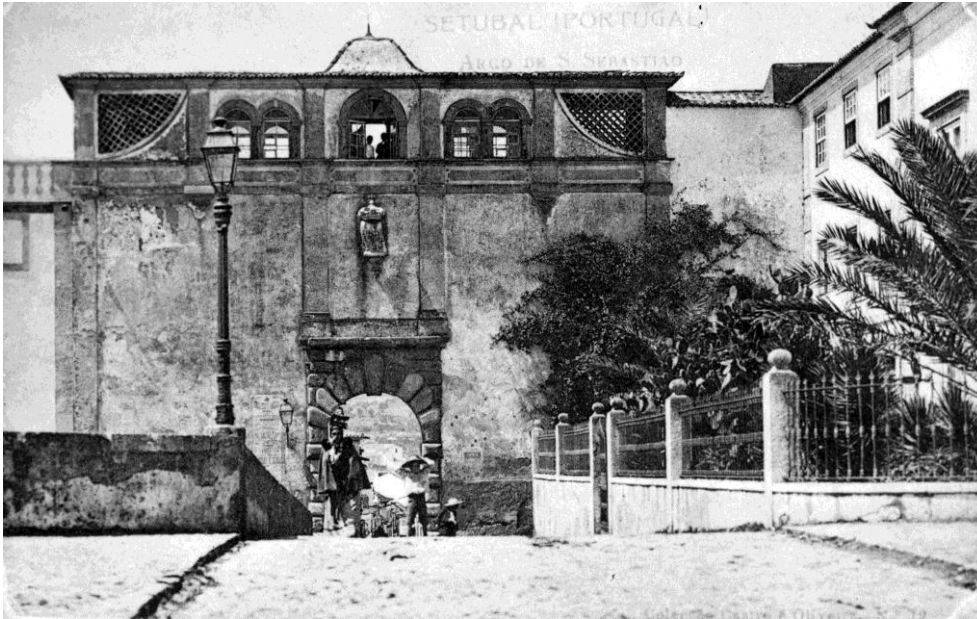


Fig. C4. 10 - Vista (E-O) da porta de S. Sebastião e mirante. Postal, "Setúbal (Portugal) - Arco de S. Sebastião"; Editor: Castro e Oliveira; Ano de circulação: 1928. AFAR.

Uma situação que não conseguimos apurar foi a ligação física Comunicações verticais original entre o corpo sul e o claustro. Existem na realidade 2 níveis que estão neste momento relacionados de forma precária: a ligação do edifício principal ao claustro; a ligação do edifício principal ao nível superior do claustro.

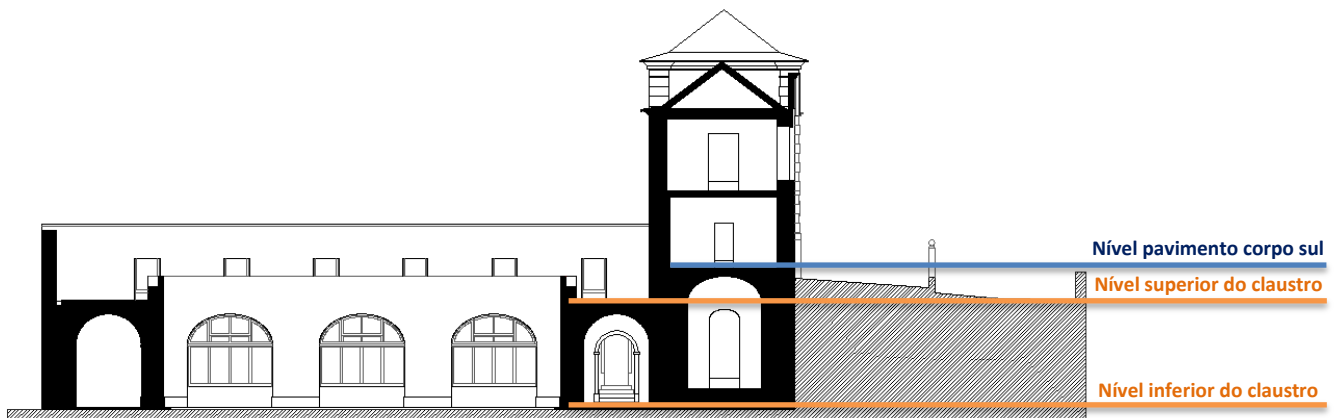


Fig. C4. 11 - Corte longitudinal (N-S) pela ala poente do claustro. Levantamento 2008

Poderíamos especular que inicialmente o piso de entrada estaria ao mesmo nível do piso superior do claustro, situação que coincide também com o nível superior da ponte de S. Sebastião e com uma porta entaipada que liga o torreão nascente ao claustro (a laranja, Fig. C4.13). Para isso teríamos que considerar que, tanto a abóbada da cave do corpo central do edifício como a abóbada da capela, seriam alterações ao plano original: projectando-se acima do nível do piso, afectaram a articulação vertical do edifício e a comunicação entre espaços.

Se acreditarmos nesta teoria, temos que considerar contemporâneas a estas alterações as janelas que iluminam a cave do corpo central (a azul e a verde, Fig. C4.12). Neste momento, estes vãos são elementos dissonantes, uma vez que não seguem o mesmo



alinhamento do vão da fachada norte – a porta entaipada (a laranja) -, nem o alinhamento das janelas do piso superior do claustro<sup>171</sup>.



Fig. C4. 12 - Corte transversal (E-O) pela ala sul do claustro e vãos. Levantamento 2008. Ao lado, vãos da fachada norte.



Fig. C4. 13 – Montagem fotográfica do interior do claustro. A laranja, o nível das vergas das janelas das fachadas nascente e poente, e da porta entaipada da parede sul.

A existência da porta entaipada no torreão nascente (a laranja) e o vestígio da já referida escada do torreão poente (a vermelho), leva-nos a pensar que os acessos verticais se desenvolveriam nos torreões.

Existiria ainda uma outra escada ainda hoje presente que estabeleceria a ligação entre os pisos do corpo anexo à muralha, que conforme vimos no capítulo 1, já existia antes da agregação ao colégio jesuíta.

<sup>171</sup> Note-se porém, que a janela assinalada a verde já foi alvo de ampliação, tendo sido transformada em porta. No entanto, é possível verificar que a dimensão das cantarias originais são as mesmas das janela assinalada a azul.

No caso da escada do torreão poente, esta só foi cortada nas obras de adaptação da moradia a sede do IPS. No entanto, já antes disso a escada tinha sido inutilizada. Segundo uma antiga funcionária da família Fryxell, a escada desenvolver-se-ia desde o piso inferior até ao piso da entrada. No entanto o acesso à mesma era precário, feito através de um alçapão, o que causava grande preocupação à proprietária, tendo sido fechada. Sendo este o único acesso ao claustro, os proprietários só acederiam ao nível inferior pelo exterior do edifício.

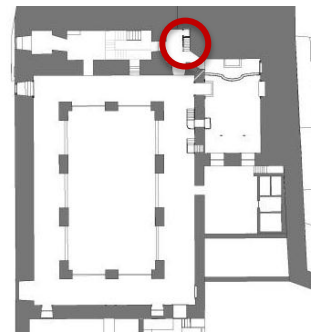
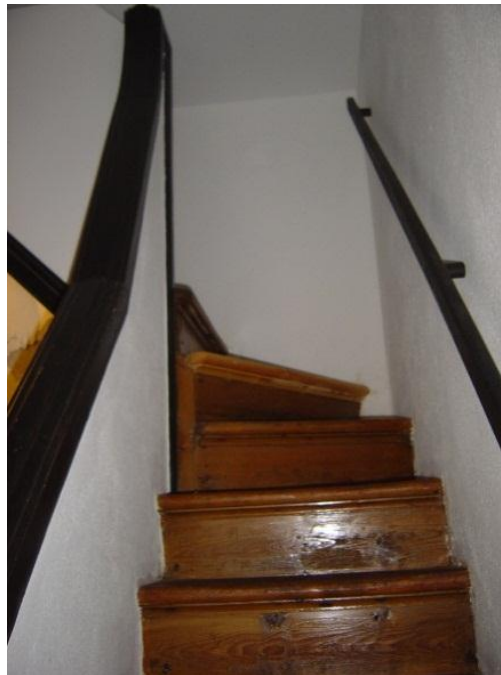


Fig. C4. 14 - Vestígio da escada do torreão poente;

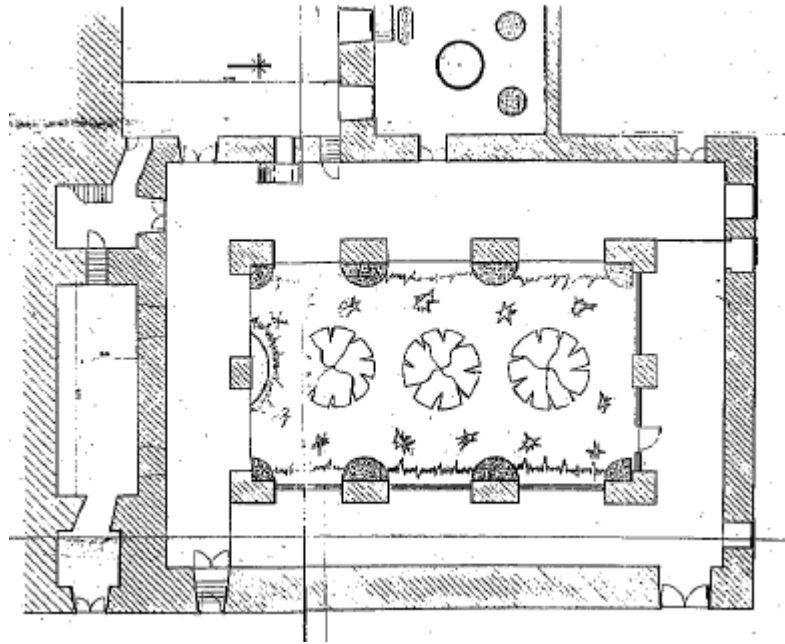
Se analisarmos as plantas que se seguem, referentes ao período em que o palácio era ocupado pelos Fryxell, verificamos que existiam outras escadas (maioritariamente de serviço), mas que nenhuma garantiam a ligação ao piso do claustro.

De acordo com a D. Cristalina Fryxell, uma das últimas residentes no edifício, só metade do claustro era utilizado como residência. De resto, se observarmos as plantas que se seguem, referentes ao período de ocupação burguesa, conseguimos verificar que as alas sul e poente estão separadas fisicamente das restantes: nestas, que permitiam o acesso à capela e ao claustro, desenvolver-se-iam as actividades familiares, enquanto nas alas norte e nascente, se recebiam os carros e se estabeleciam as ligações com a zona industrial (a norte).

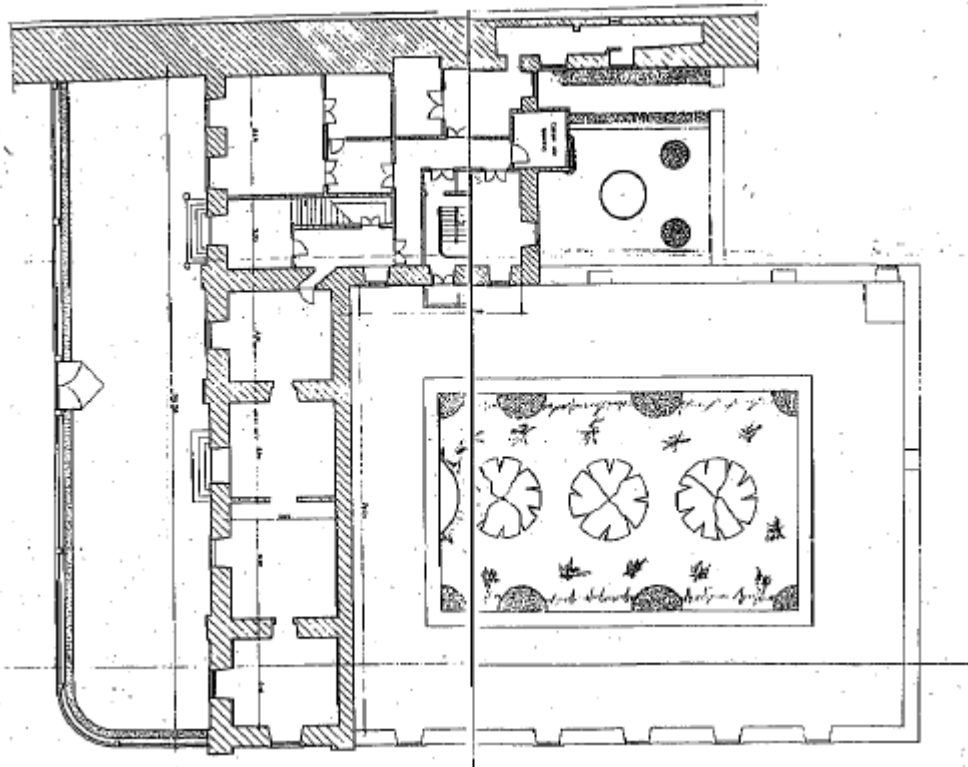




Palácio Fryxell – Plantas dos pisos em 1985<sup>172</sup>

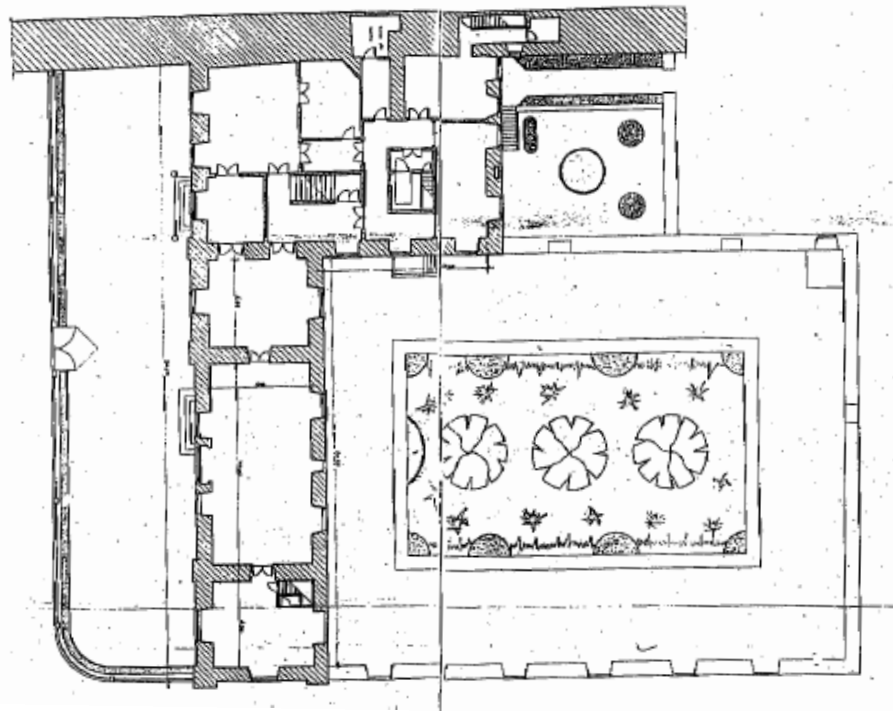


Planta piso -1

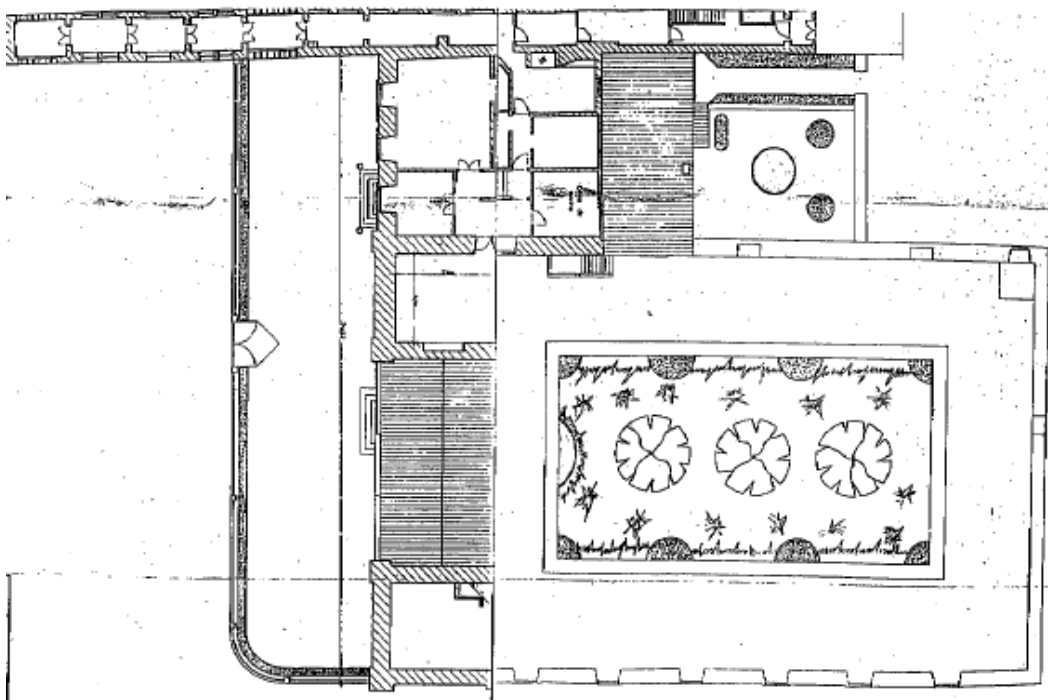


Planta piso 0

<sup>172</sup> Plantas cedidas pelo Eng<sup>o</sup> Francisco Silva Alves. Elementos cedidos pelo IPS e constantes da recolha documental feita pelo próprio.



Planta piso 1



Planta piso 2



A dificuldade em entender a ligação entre a zona do claustro e o corpo sul transparece também na articulação dos dois volumes. Durante o processo de leitura do edifício, deparámo-nos com duas situações que não conseguimos justificar/entender:

- Remate inacabado da cornija do beirado.

A fachada nascente do edifício é composta por três corpos justapostos: o corpo sul (de três pisos), o corpo do claustro (de dois pisos), e o corpo actualmente ocupado pela tipografia (de um só piso), que se vão adaptando ao declive do terreno.

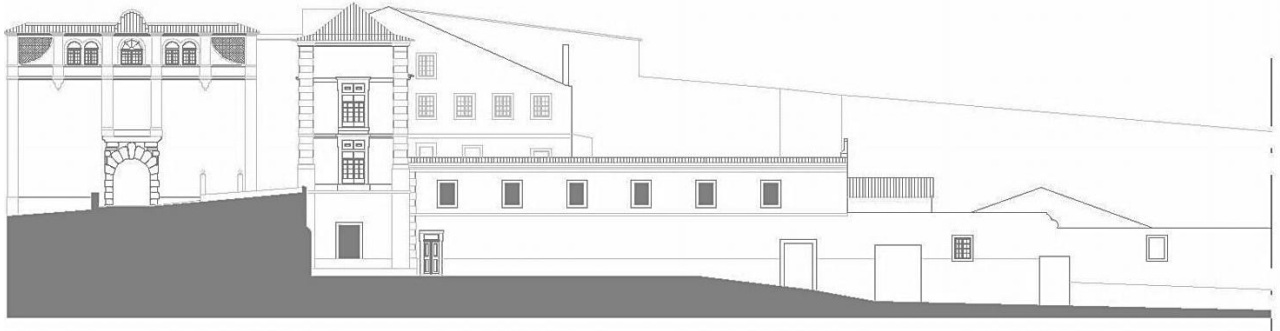


Fig. C4. 15 - Alçado nascente do edifício.

O remate superior da zona do claustro é feito através de beirado, composto por telha de canudo e cornija em pedra. Apesar de haver um cuidado extremo no tratamento de todos os elementos em pedra do edifício, o encontro da cornija com o volume de três pisos é francamente pobre, sem qualquer tipo de tratamento no topo. Enquanto todos os outros elementos fazem o remate e a articulação com o corpo anexo, aqui parece ter havido um corte abrupto, que terá ficado por resolver. Terá sido construído primeiro o corpo do claustro (e toda a zona norte) e só mais tarde, numa nova campanha de obras se terá construído o corpo sul?



Fig. C4. 16 - Encontro do beirado do corpo do claustro, com o corpo sul do edifício. Note-se a ausência de acabamento do topo da cornija.

- Sobreposição da construção da ponte, sobre a fachada sul do edifício.

A relação do corpo sul com o terreno, ao nível superior da ponte de S. Sebastião também nos causa alguma inquietação. Pouco sabemos acerca da construção da dita ponte: sabemos que foi mandada construir no reinado de D.João III (1521-1557), para colmatar o desnível que separava a urbe medieval do arrabalde de Palhais. Não sabemos se foi imediatamente construída em pedra, ou se terá sido alvo de melhoramentos posteriores. Certo é que, nas ilustrações que retratam as muralhas, surge sempre uma ponte estreita, aparentemente pouco maior que a largura da porta de S. Sebastião e não com a largura que hoje apresenta.

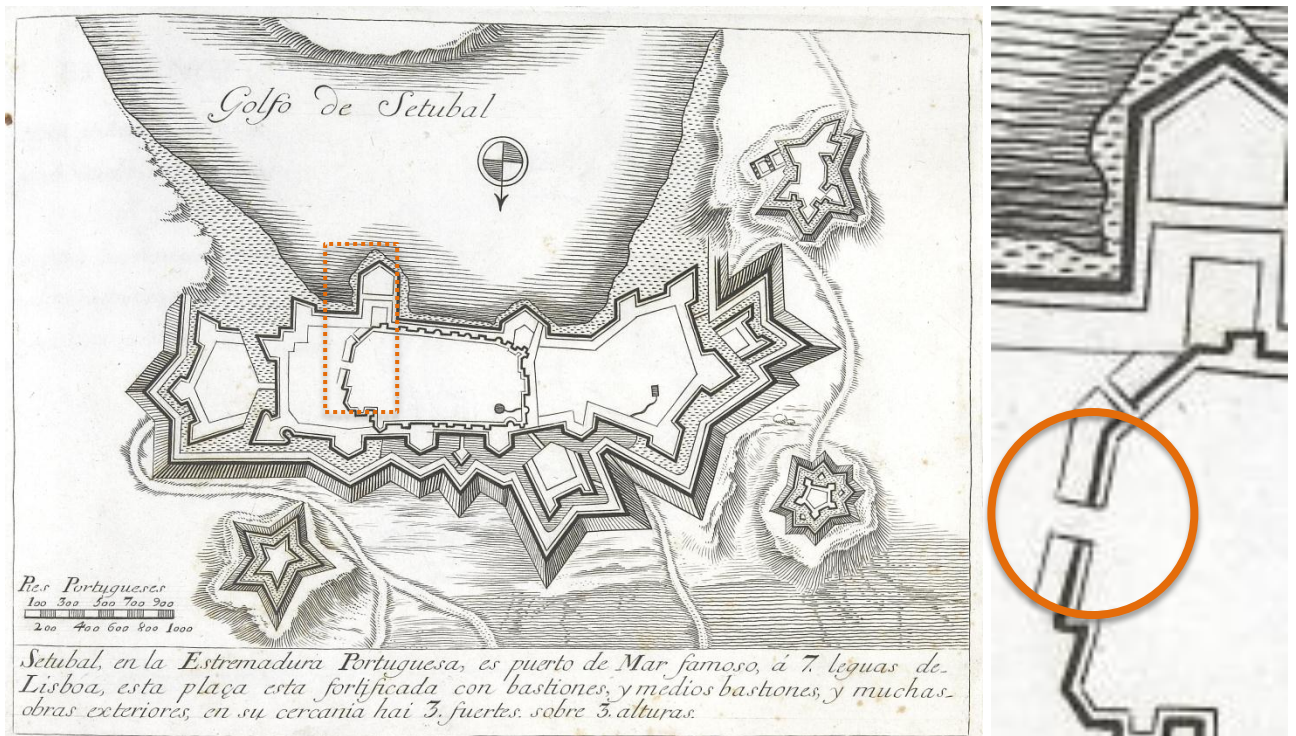


Fig. C4. 17 - [Setúbal], desenho que integra o álbum "Praças fortes em Portugal". Autor: s/a; Data: entre 1680 e 1690(?). BNP. À direita, ampliação da zona correspondente à ponte de S. Sebastião.

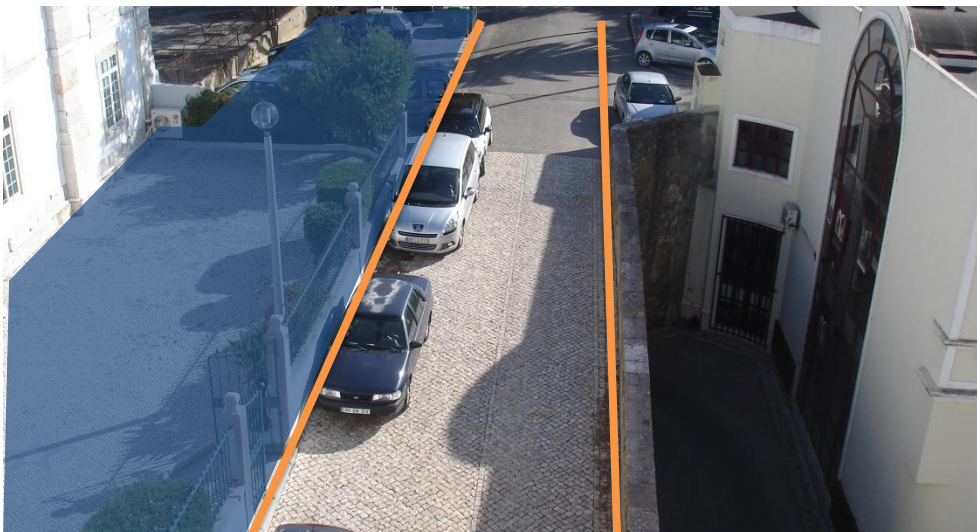


Fig. C4. 18 - Ponte de S. Sebastião. Limites hipotéticos da ponte original (a laranja) e da zona ampliada (a azul)



É muito natural que a ponte tenha sido alargada com a exigência dos tempos, dando lugar à grande plataforma que actualmente circunda o corpo sul do palácio. Não conseguimos apurar se e quando foi feita essa ampliação. Certo é que a análise visual da estrutura abobadada que suporta a ponte do lado nascente<sup>173</sup> é composta por três diferentes secções.

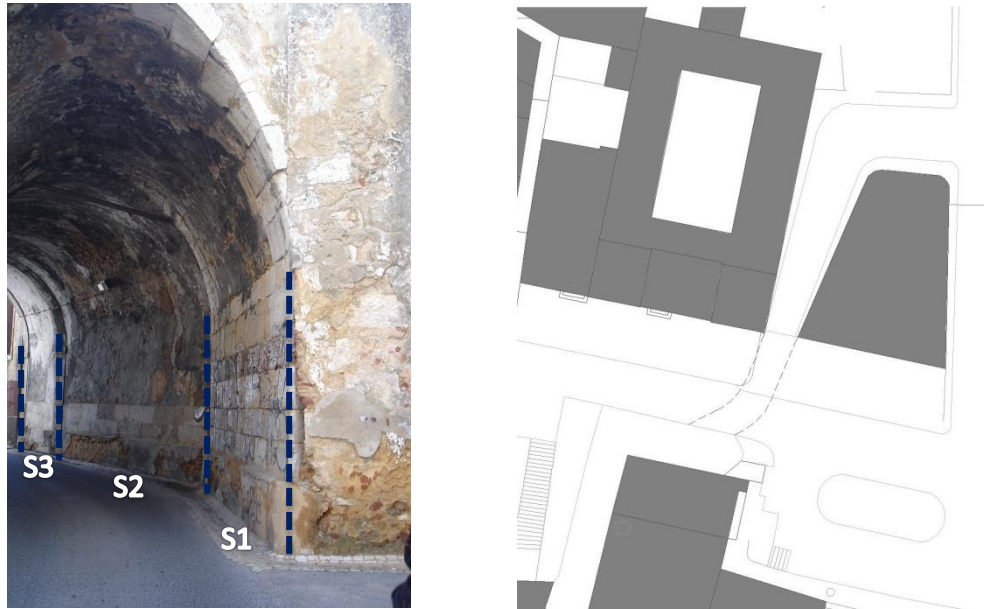


Fig. C4. 19 - Vista três secções abobadadas que existem debaixo da ponte e planta com representação do túnel (a tracejado)

A terceira destas secções (S3), a mais próxima do palácio, sobrepõe-se ao cumhal sudeste do corpo sul. Esta constatação permite-nos levantar a hipótese de a ponte ter sido ampliada depois da construção do colégio, tendo-se adossado ao edifício.



Fig. C4. 20 - Encontro da ponte com o palácio; Fig. C4. 21 - Sobreposição da ponte sobre o cumhal.

<sup>173</sup> Por onde se estabelece a ligação rodoviária entre a zona de Palhais e a Av. Luísa Todí.

Também na plataforma superior da ponte, encontramos indício da continuidade do cunhal para um nível inferior.



Fig. C4. 22 - Pormenor da pedra que compõe o cunhal e que se prolongaria para baixo.

Apoiados nestas sobreposições, colocamos algumas hipóteses: teria o edifício continuidade para o nível inferior da ponte? Haveria outra entrada a sul, a esse nível? Será a fachada trabalhada na zona abaixo do nível da ponte?

Estas são respostas que só poderão ser dadas se se fizer uma análise da evolução construtiva da ponte, investigando os documentos históricos que consubstanciem a sua evolução formal e procedendo a sondagens e a prospecções arqueológicas.

No que se refere ao interior, a tipologia residencial civil adapta-se ao edifício outrora utilizado como residência religiosa. Utiliza-se a própria muralha para ganhar novos espaços (maioritariamente instalações sanitárias e zonas de arrumos) e redecora-se ao gosto da época.

Interior

O piso superior é o que ganha um aspecto mais residencial<sup>174</sup>, *com corredor revestido a painéis de azulejo monocromo, azul sobre fundo branco, e duas das salas mantendo decoração (...) nos tectos, um delas com anjos e querubins pintados e outro pintado de verde, com estuque decorativo branco, constando em cartela enrolada central e motivos fitomórficos.*<sup>175</sup>

<sup>174</sup> O piso inferior foi sempre mais dedicado à vertente comercial, primeiro como consulado de Inglaterra e depois como sede da companhia de navegação marítima “Francisco José Pereira Sucessores”.

<sup>175</sup> Ficha de Inventário do Património Arquitectónico. PT031512050046. Disponível em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)





Fig. C4. 23 - Composição gráfica com pormenores decorativos da moradia burguesa. À direita, planta esquemática do piso 1.

1. Tecto da sala de música
2. Paredes da sala de música
3. Tecto com decorações em estuque
4. Lareira
5. Salão com tecto em caixotão
6. Lareira
7. Marmoreados nas paredes da escadaria principal
8. Arco de acesso à escada que conduz ao piso 1
9. Painel de azulejos e marmoreados
10. Porta de acesso ao piso 1



Capela de S. Francisco  
Xavier

Na cave do corpo anexo à muralha existe uma capela dedicada a S. Francisco Xavier. *A capela tem paredes rebocadas e pintadas de branco, com cobertura em falsa abóbada de berço abatido, rebocada e pintada com elementos geométricos, a imitar estuques, tendo, ao centro, a representação de São Francisco de Assis e, nos topos, as insígnias franciscanas e uma alusão mariana, a Estrela; possui pavimento de madeira e é iluminada por duas janelas em capialço, uma jacente, sobre a porta de verga recta, e óculo circular, protegidos por grades. Encontra-se revestida por sete painéis de azulejo policromo, semelhantes ao da sacristia, com temática relacionada com os Eremitas de São Paulo, excepto no lado da Epístola do sub-coro, onde surge painel de reaproveitamento de azulejos monocromos, azuis sobre fundo branco. Coro-alto de madeira, de perfil contracurvado, assente em dois pilares com as faces almofadadas, e guarda de madeira vazada por elementos geométricos entrelaçados; tem acesso por porta em arco de volta perfeita, no lado do Evangelho, a partir do claustro. No lado do Evangelho, púlpito quadrangular, com bacia em cantaria e guarda metálica vazada, com acesso por porta de verga recta, rematada por frontão triangular, a partir do claustro; segue-se retábulo de madeira em branco, dedicado a Santa Rita de Cássia e pia de água benta junto à porta de acesso. No lado da Epístola, Capela de São Francisco Xavier, com retábulo de talha inserido em nicho de volta perfeita assente em pilastras toscanas, protegido por baldaquino de talha policroma. Presbitério de perfil convexo, marcado por um degrau e com teia balaustrada, de madeira pintada com falsos marmoreados, tendo, no lado do Evangelho, porta de acesso e, no oposto, nicho protegido por portadas de madeira, ambos com molduras de cantaria bojardada. Na parede testeira, retábulo-mor inserido em nicho de volta perfeita assente em pilastras toscanas e com fecho marcado por cartela com as iniciais "AM", encimada por coroa fechada; é de talha dourada e policroma, com marmoreados fingidos, de planta convexa e um eixo definido por duas colunas de fuste liso e capitéis coríntios, assentes directamente sobre a banquetta, facetada e côncava; ao centro, nicho em arco de volta perfeita, com moldura recortada assente em pequenas mísulas; remate em frontão interrompido por espaldar contracurvado, ornado por elementos vegetalistas e meio resplendor e encimado por cornija curva; a ladear a estrutura e completando o fundo do nicho, rosetões em "grisaille"; altar paralelepípedo em cantaria, com o frontal dividido em três apainelados crucíferos. O retábulo é ladeado por dois nichos em arco de volta perfeita e moldura recortada, sobre mísula bojuda<sup>176</sup>.*

A capela actual é o resultado da intervenção de FJPJ. Acreditamos que poderia existir uma capela anterior, mas que nada foi restaurado - os bens móveis foram muito provavelmente levados pelas freiras bernardas quando retornaram aos seus conventos, houve depois um incêndio que terá afectado o espaço, e toda a decoração é desconexa.

<sup>176</sup> <sup>176</sup> Ficha de Inventário do Património Arquitectónico. PT031512050046. Disponível em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

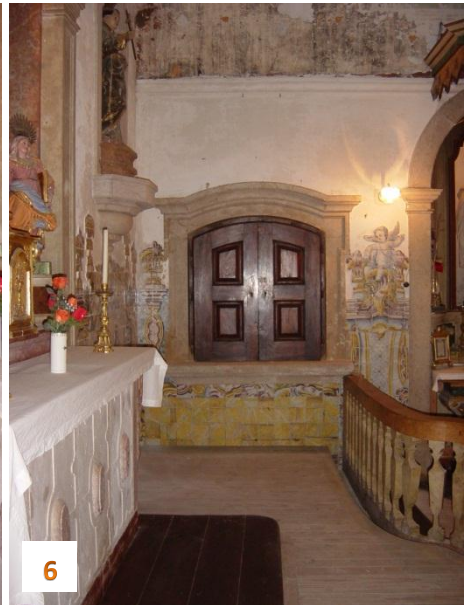
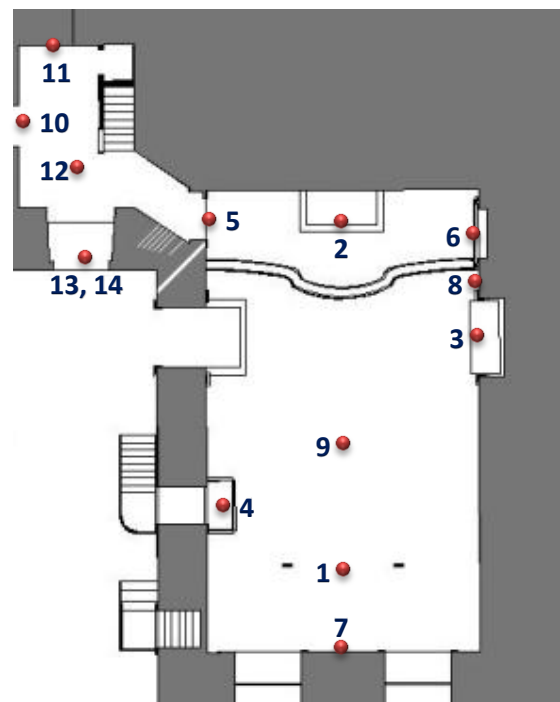




Fig. C4. 24 - Composição gráfica da capela.

1. Coro alto
2. Altar-mor
3. Altar de S. Francisco Xavier
4. Púlpito
5. Acesso à sacristia
6. Armário
7. Painel de azulejos no coro-alto
8. Pormenor de azulejos da nave
9. Tecto com pintura alusiva à estigmatização de S. Francisco de Assis
10. Sacristia – porta lateral e pia de água benta
11. Azulejos da sacristia
12. Sacristia
13. Pavimento de entrada na sacristia
14. Pormenor do pavimento de entrada na sacristia, em azulejo.



Numa capela dedicada a S. Francisco Xavier, o altar principal é dedicado a Nossa Senhora do Carmo, os painéis de azulejo contam a história de S. Paulo e no tecto surge representado S. Francisco de Assis; a única alusão a S. Francisco Xavier é a do altar lateral. Este espaço foi apesar de todo este marasmo iconográfico, uma das intervenções mais sonantes de FJPJ, pelo seu carácter semi-público, uma vez que é dedicada ao padroeiro da cidade: *Na próxima quarta-feira, dia de S. Francisco Xavier, há de fazer-se a bênção solemne da capela que com a invocação do dito Santo fez reedificar o Sr. Francisco José Pereira<sup>177</sup>, na sua propriedade, onde foi outrora o convento dos padres da Companhia de Jesus, cuja igreja tinha também aquella invocação. A bênção solemne da capela será feita pelo revdº párocho da freguesia de S. Sebastião. Depois da bênção haverá missa com música vocal e instrumental, executada sob a direcção do Sr. António do Nascimento e Oliveira. Pregará o revdº padre Conceição Borges. Durante aquelle dia será exposta ao público a capela, que está reconstruída com muito gosto e despendio, e onde se empregaram materiais de apreciável trabalho artístico, e que haviam pertencido aos edifícios dos extintos conventos de frades Franciscanos, Paulistas, Agostinhos e Dominicanos.<sup>178</sup>*

Consideramos esta notícia de grande importância porque na realidade é publicada, não só com o intuito de noticiar a intervenção, mas também como um convite a visitar o espaço. Assim sendo, assumimos que as informações que são publicadas devem ter sido fornecidas ao jornalista pelo próprio proprietário. E deste texto retiramos duas informações fundamentais do ponto de vista formal: a) Que a capela foi reedificada<sup>179</sup>; b) Que foi reconstruída com materiais provenientes dos conventos de frades franciscanos e paulistas, como relatam alguns dos autores que abordam o tema<sup>180</sup>, mas também com materiais provenientes dos conventos dos frades agostinhos e dominicanos. Esta última informação traz à discussão uma situação peculiar, resultante das transacções imobiliárias muito vulgares nesta época. Sendo os revestimentos, portais, portas ou cantarias, parte de um edifício e portanto património imóvel, estamos perante bens imóveis... móveis?

Após a extinção das ordens religiosas (1834), as ordens masculinas não foram minimamente poupadas e tiveram que abandonar de imediato as suas casas e os seus bens. Em Setúbal, existiam vários conventos ocupados por ordens masculinas – dominicanos e agostinhos, em Palhais; trinos e carmelitas, no Tróino; franciscanos em Brancanes, Tróino, Alferrara e Arrábida; e paulistas em Alferrara. Alguns dos edifícios ganhariam funções afectas ao estado (quartéis, hospitais militares, tribunais), mas muitos passariam para propriedade privada. Efectivamente, a classe burguesa do séc. XIX comprou em hasta pública muitos dos edifícios que haviam sido residências religiosas. E entre esses empreendedores encontramos FJPJ.

<sup>177</sup> Francisco José Pereira Júnior.

<sup>178</sup> *Gazeta Setubalense*, ano 5, 30 de Novembro de 1873, nº236.

<sup>179</sup> Situação que já abordámos no capítulo 2.

<sup>180</sup> João Carlos de Almeida Carvalho e Santos Simões.



Não conseguimos apurar quais foram as peças retiradas dos conventos de S. Sebastião (Dominicanos) ou da Boa-Hora (Agostinhos), não só por já terem sido muito desvirtuados, mas acima de tudo por não ser possível a visita aos espaços<sup>181</sup>. Também não conseguimos entrar nos conventos de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição de Alferrara (franciscanos) e de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Consolação de Alferrara (paulistas), por se encontrarem entaipados e por as visitas serem condicionadas devido ao seu avançado estado de degradação, mas a história da arte concede-nos algumas pistas. Santos Simões, diz-nos a propósito dos painéis existentes na capela de S. Francisco Xavier: *A capela é revestida com um silhar recortado, de cercadura polcromica e centros azuis figurando passos paulistas. Um dos painéis representa: “O venerável F. Leovigildo Eremita da Serra de Ossa, embaixador de Cristo ao venerável Rey D. Affonso Henriques no campo de Ourique certificando o da victória que havia alcançar dos cinco reis mouros”. Estes azulejos talvez tenham vindo do Convento de S. Paulo, que é da Família Novais*<sup>182</sup>

Relativamente ao Convento de S. Francisco (Tróino) conseguimos não só visitar o espaço, como encontrar documentos que atestam a compra por FJP. Em 20 de Março de 1875, é feita uma escritura<sup>183</sup> através da qual Francisco José Pereira compra a Joana Carolina de Brito O’Neill o convento de S. Francisco, pelo valor de 800\$000 réis. O edifício pertencia a esta família, porque Joaquim O’Neill, marido de Joana Carolina, o havia comprado em hasta pública à Junta de Crédito Público em 20 de Abril de 1838. Ao que parece, Almeida Carvalho foi contemporâneo a esta fase de transacção da propriedade, deixando o seguinte testemunho: *A propriedade do incompleto edifício do convento, da casa que servia de igreja, e a cerca, depois da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, passou à Fazenda Nacional, e por algum tempo esteve quase abandonada, por vezes porém servindo de quartel militar, até que pela mesma Fazenda foi vendida a Joaquim Torlades O’Neill, cujos herdeiros a venderam a Francisco José Pereira. Mas que resta hoje desse convento? Resta um montão de ruínas! Paredes desabando, muros caídos, abóbas destruídas, toda a cantaria arrancada das portas, janelas e escadas, pavimentos levantados e obstruídos, aqui e além fragmentos de telhas, tijolos, azulejos e pedraria! Essa morada outrora tão visitada pelos grandes e senhores, e procurada por tantos homens de letras e virtudes, hoje apenas serve de guarida à coruja, de toca à lagartixa, e de esconderijo a alguma ave nocturna, no meio de um silêncio sepulcral apenas entrecortado pelo rastejar de algum infecto réptil.*<sup>184</sup>

<sup>181</sup> O convento de S. Sebastião é actualmente utilizado como residência oficial do bispo de Setúbal e o Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Boa-Hora ocupado pelos serviços da Polícia Judiciária.

<sup>182</sup> SIMÕES, J. M. dos Santos. “Azulejos em Portugal no século XVIII”. pp. 382

<sup>183</sup> ADS. Fundo Notarial – Setúbal. Tabela Eduardo Augusto Faria Picão. Livro 87, fls 36. Cota 5087. Transcrição de A. Cunha Bento.

<sup>184</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal I”, pp. 152.

Sabemos porém que, de acordo com Fortunato de Almeida, o convento franciscano reabre portas um ano depois, mas sobre a alçada jesuíta (a quem foi permitida nova entrada em Portugal).<sup>185</sup>

Uma análise muito superficial dos elementos formais que correspondem à reabilitação oitocentista dos dois edifícios, mostra-nos traços comuns. Manuel Envia relaciona a transformação do edifício do convento de S. Francisco em colégio jesuíta, com o proprietário FJP. Segundo o autor, *o visitador das obras era o Sr. Francisco José Pereira, que, todos os dias subia a ladeira de S. Francisco patriarcalmente montado numa burrinha branca. Trabalharam na reconstrução do Convento, os melhores operários da cidade, o velho Gomes carpinteiro, o mestre António da Lípia; o mestre Ramos e o hábil Agostinho Moura. Em 1876, as obras terminadas, foi inaugurado o novo colégio.*<sup>186</sup>

É certo que a descrição de Manuel Envia se reveste de um certo romantismo e de ausência de fontes documentais. Sabemos também que a linha entre a história e as estórias pode ser muito ténue. O facto de encontrarmos traços comuns entre os dois edifícios, ajuda a sustentar a teoria de que FJP terá comandado as duas obras. O caso da capela é muito interessante. Existe uma pintura central, desenvolvida ao longo do eixo longitudinal da abóbada, emoldurada por frisos (no palácio Fryxell pintados, no Convento de S. Francisco em estuque).

Colégio de S. Francisco e Palácio Fryxell – traços comuns com assinatura de FJP



Fig. C4. 25 (à esquerda) - Pintura do tecto da capela do palácio Fryxell

Fig. C4. 26 (à direita) - Pintura do tecto da igreja do convento de S. Francisco.

<sup>185</sup> Colégio de S. Francisco, em Setúbal – Abriu em 1876, como residência e externato para ensino primário e secundário. Em 1878, transferidos para aquela casa os cursos de letras da Companhia, acabou o curso secundário do externato, continuando apenas a escola primária. Em 1885 abriram-se ali também os cursos de filosofia escolástica e ciências da província de Portugal, os quais em 1892 passaram a S. Fiel. Em lugar deles ficou por aquele ano em Setúbal a terceira provação. Em 1893 fechou a casa de estudos e ficou ali apenas residência para os ministérios ordinários. Em 1898 reabriu com os estudos de filosofia e ciências, que continuaram nos anos seguintes até ao ano de 1908, em que o colégio fechou de todo por muito insalubre. (...) ALMEIDA, Fortunato de. "História da Igreja em Portugal". Vol.III, pp.149.

<sup>186</sup> ENVIA, Manuel. "Coisas de Setúbal/Prosas regionais". pp. 81



Na transição da abóbada para os paramentos, surgem, em ambos os espaços, pinturas dos quatro Evangelistas. Na capela do palácio Fryxell, são pintados, mas o avançado estado de degradação já só permite a leitura de um dos medalhões. Na igreja do convento de S. Francisco, a representação é feita em estuque.

Fig. C4. 27 - Representação de Evangelista na zona dos rins da abóbada da capela do palácio

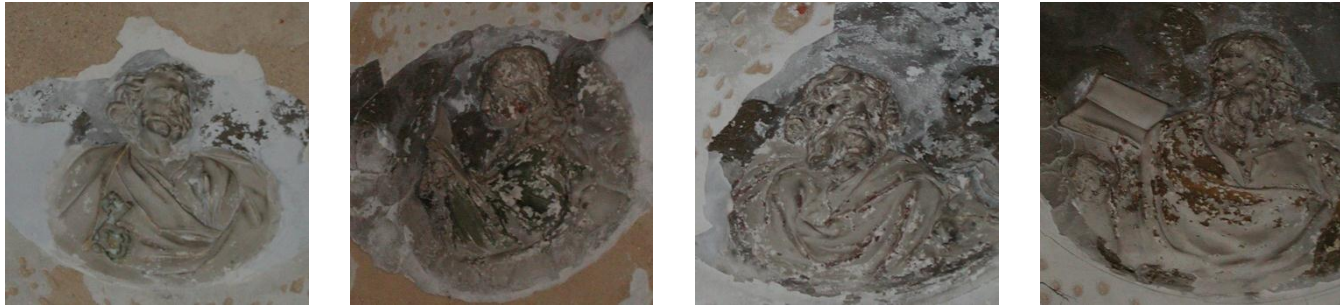


Fig. C4. 28 - Representação dos 4 Evangelistas no arranque da abóbada da igreja do convento de S. Francisco. Foto: 2006, Isabel de Deus.

Outra situação recorrente é a utilização de tijolo burro no guarnecimento dos vãos e a utilização dos arcos em ogiva.



Fig. C4. 29 - Convento S. Francisco



Fig. C4. 30 - Palácio Fryxell – zona norte



Fig. C4. 31 – Conv. S. Francisco – fenestração na igreja



Fig. C4. 32 - Convento S. Francisco – fenestração na fachada da igreja

Para além dos anteriores, encontrámos outros elementos soltos, comuns aos dois edifícios:



Fig. C4. 33 – Conv. S. Francisco – cercadura em azulejo na igreja



Fig. C4. 34 - Palácio Fryxell - cercadura em azulejo no piso 2



Fig. C4. 35 (à esquerda) - Conv. S. Francisco – painel de azulejos dispostos aleatoriamente



Fig. C4. 36 (à direita) - Palácio Fryxell - painel de azulejos dispostos aleatoriamente com os mesmos motivos



Fig. C4. 37 (à esquerda) - Conv. S. Francisco – guarnecimento do arco em madeira



Fig. C4. 38 (ao centro) e Fig. C4. 39 (à direita) - Palácio Fryxell - guarnecimento do arco em madeira







Não sabemos exactamente que objectivos é que FJP havia traçado para o edifício – as estórias setubalenses referem que, como homem de grande fervor a Deus, haverá feito a transacção e realizado as obras para ajudar os padres jesuítas, até porque, para todos os efeitos, havia ocupado a sua casa original. Sabemos porém que a beleza de certos elementos arquitectónicos do edifício lhe captaram a atenção, e que apesar de aparentemente ter orientado as obras de ambos os edifícios, não deixou de beneficiar o que estaria destinado a si e à sua família. Esta situação faz-nos pensar que, apesar de ter sido FJPJ o primeiro a viver na “casa por cima da ponte”, FJP já pensava em formas de “embelezar” o edifício. Conforme vimos anteriormente, FJP havia instalado a sua fábrica no antigo colégio jesuíta, edifício que se encontrava muito degradado devido a um incêndio. Seria portanto natural que trouxesse materiais de outros locais para substituir os elementos degradados.

Existirão certamente muitos mais elementos do convento de S. Francisco no actual palácio Fryxell, mas existem três que indubitavelmente lhe pertenciam – os três portais em pedra que existem no claustro.

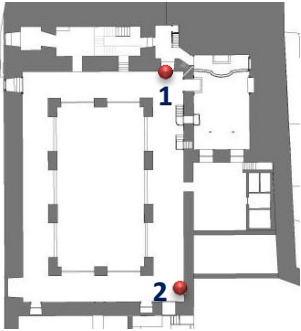


Fig. C4. 40 - Portal com inscrição 1



Fig. C4. 41 - Portal com inscrição 2

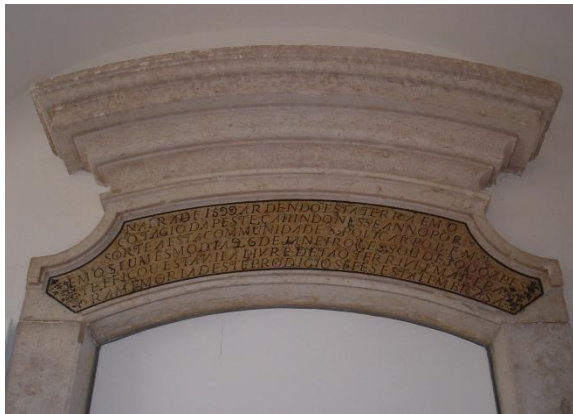


Fig. C4. 42 - Portal da sacristia

Portal 1 - Almeida Carvalho diz-nos que (...) *se achava na face externa da parede do claustro da parte de dentro do mesmo claustro e lado nascente (...)*<sup>187</sup>, no convento de S. Francisco, no Tróino. Actualmente, o portal emoldura a porta da sacristia do palácio Fryxell.

<sup>187</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal I”, pp.140.

*“No ano de 1747 em 18 de Dezembro lançou a primeira pedra em o novo edifício deste convento com toda a solenidade o N.M.R.P.M. FR. Manoel da Epiphania, leitor jubilado, sendo provincial desta província, sendo guardião o R.P. FR. Francisco dos Remedios Pregador.”*



Portal 2 - António Joaquim Moreira, autor da obra “Inscrições e Letreiros”, diz-nos que (...) a porta era a travessa da igreja<sup>188</sup>, no convento de S. Francisco, no Tróino. Actualmente, o portal emoldura um vão entaipado<sup>189</sup> na parede oeste do claustro do palácio Fryxell.

Fig. C4. 43 - Portal da porta entaipada

*“Na era de 1599, ardendo esta Terra em o contágio da peste, cahindo nesse anno por sorte a esta comunidade S. Polycarpo BxMb, em o seu mesmo dia 26 de Janeiro cessou de todo a peste, e ficou esta villa livre de tão terrível mal, para memória deste prodígio fez-se esta lembrança.”*

Para além destas duas peças, existem outras que pelo formato similar pertenceriam também ao extinto convento de S. Francisco:



Fig. C4. 44 - Portal em madeira



Fig. C4. 45 - Portal em pedra

<sup>188</sup> CARVALHO, Almeida. “Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense - Conventos de Setúbal I”, pp.142

<sup>189</sup> Ao que parece, este vão seria uma das ligações entre a zona residencial e a industrial.



Apesar dos testemunhos anteriores, nem todos os portais deste tipo foram retirados do convento de S. Francisco – ainda é possível identificar, pelo menos um, no claustro do edifício (Fig. C4.46).



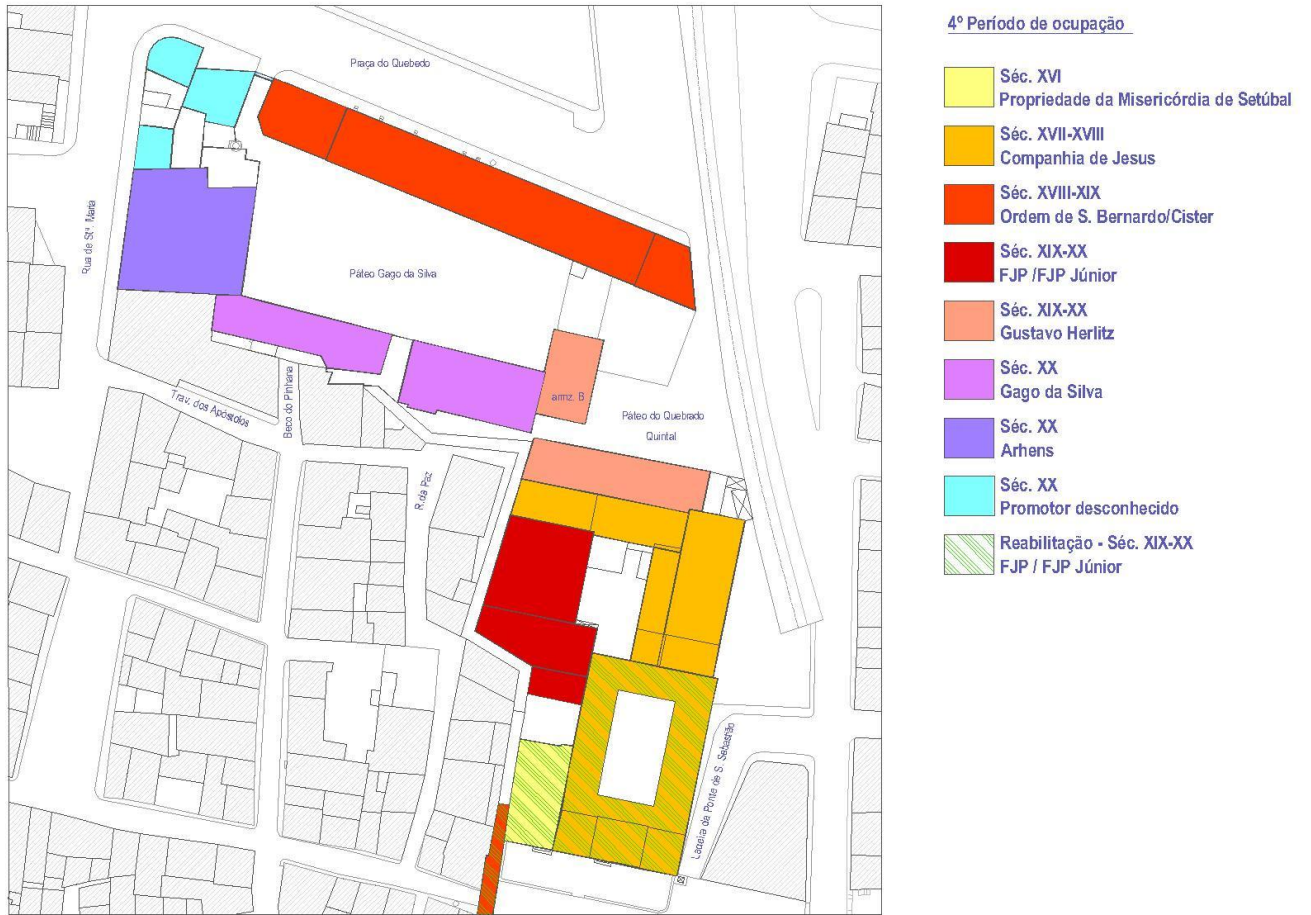
Fig. C4. 46 -Convento de S. Francisco. 2008

A moradia burguesa viria a ser utilizada até aos anos 90 do séc. XX pelos descendentes de Francisco José Pereira Júnior. É através do casamento da filha de FJPJ - Jenny Francisca Emília Pereira (de naturalidade inglesa) - com o sueco Joaquim Patrício Fryxell, que a casa passa a ser conhecida pelo apelido da família. Da união nasce George António Groom Pereira Fryxell, Vice-Consul de Inglaterra em Portugal, que instalará no edifício a sede do Consulado Inglês.

Em 29 de Abril de 1940, George Fryxell casa em segundas núpcias<sup>190</sup> com Maria Luísa da Conceição Silva Fryxell, que viria a ser a mãe dos seus únicos herdeiros: Daniel da Silva Fryxell e Fernando Jorge Bispo Fryxell. Fernando Fryxell casa com Maria José Pereira, e Daniel Fryxell com Cristalina Valente de Carvalho. Serão D. Cristalina Fryxell, conjuntamente com os filhos, os últimos residentes no palácio, antes da venda do imóvel ao Estado, para instalação da sede do IPS.

<sup>190</sup> O 1º casamento, com Maria Antónia Pereira d'Eça O'Neill de Bulhões Pinho e Costa, foi celebrado em Londres, a 11 de Fevereiro de 1919. Divorciaram-se em 1933.

EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO COMPLEXO – RESUMO GRÁFICO  
4º período de ocupação





CONCLUSÃO

---



A análise arquitectónica realizada, com base na observação directa da Arquitectura e numa exaustiva investigação histórica, permitiu a interpretação das mutações do espaço outrora ocupado pelo colégio de S. Francisco Xavier da CJ, actualmente um quarteirão da cidade de Setúbal.

No primeiro capítulo - correspondente ao 1º período de ocupação (séculos XVII e XVIII) - percebemos os limites da área ocupada pelos jesuítas.

Permitiu-nos entender que o corte que a ordem jesuíta representa no seio do clero regular, se reflecte também na arquitectura das suas casas. A linha de separação rígida entre regulares e seculares é quebrada, traduzindo-se materialmente na existência de igrejas sem coros e na abertura de uma das zonas do edifício a estudantes externos.

O conhecimento do *Modo Nostro* jesuíta, permitiu-nos levantar hipóteses quanto à composição geral do edifício e à sua implantação na cidade. Um dos principais contributos deste capítulo, foi o de desmistificar a ideia que o antigo colégio jesuíta corresponderia apenas à zona do actual palácio Fryxell; o colégio ter-se-á desenvolvido ao longo de toda a vertente nascente da muralha medieval, iniciando-se na porta da Vila e estendendo-se até à porta de S. Sebastião.

A análise arquitectónica permitiu-nos colocar a hipótese da existência de três grandes núcleos – cultural (igreja), escolar e residencial, desenvolvidos já no século XVIII, numa fase de ampliação do edifício.

Apresentamos indícios de que o corpo sul anexo à muralha é anterior à construção do colégio, sendo a ele agregado durante a ampliação setecentista.

A destruição do complexo é o resultado de séculos de ocupações e da acção de acidentes naturais, sendo o primeiro momento de destruição ainda no período jesuíta – o terramoto de 1755.

No segundo capítulo, retrata-se o 2º período de ocupação (século XVIII). Com o edifício desocupado após a expulsão da Companhia de Jesus, o espaço sofre a primeira grande reabilitação – a transformação em Real Mosteiro de Nª Srª da Nazareth. Procurámos apresentar documentos inéditos da congregação cisterciense que ocupou o edifício. Se até ao momento se pensava que apenas as freiras bernardas que viviam no Convento de Nª Sra da Nazareth do Mocambo (Lisboa) haviam ocupado o edifício, documentos da época atestam-nos que a estas se juntaram as freiras bernardas do Convento de Nª Sra da Assunção de Tabosa (Viseu).

Apurámos também que o período de permanência das duas congregações foi menor do que é referido nas obras até agora publicadas.

A análise arquitectónica permitiu-nos levantar a hipótese de que as obras de reabilitação do edifício se teriam centrado na zona sul do complexo, empreendendo-se muito provavelmente a construção de um novo elemento – o mirante.

O terceiro capítulo ou 3º período de ocupação (séculos XVIII a XX), permite-nos entender a destruição de duas das três unidades que compunham o complexo jesuíta. Na nossa opinião, as bernardas já se encontrando devidamente instaladas nas suas casas de origem,

transformam a propriedade em fonte de rendimento, iniciando um irremediável processo de desmembramento da propriedade. A zona escolar e a zona residencial são transformadas em fábricas de transformação de cortiça e de conservas alimentícias, na cerca do colégio são construídos prédios de rendimento e a antiga igreja é adaptada a teatro. No caso da igreja a história é complexa, levando à sua total destruição, sendo substituída por um prédio de rendimento. Esta última descoberta é muito provavelmente a mais importante de todo o trabalho para a história da cidade, porque se indica com grande certeza o local onde se situava a capela do colégio da CJ.

A análise arquitectónica permitiu-nos identificar os foros descritos nos inventários da congregação cisterciense, e entender as adições construtivas no edificado da zona com ocupação industrial.

O 4º período de ocupação (séculos XIX e XX) aproxima-nos do único dos três núcleos do colégio jesuíta que se manteve de pé. Esta zona, que já havia sido alvo de adaptações para clausura cisterciense, assume nova função residencial, mas civil. A obra é inaugurada por Francisco José Pereira Júnior, descendente do industrial de cortiça Francisco José Pereira que já havia ocupado o espaço, mas com funções fabris. Os descendentes de Francisco José Pereira Júnior irão utilizar o edifício durante quase todo o séc. XX, conjugando a função residencial, com a comercial e consular. É neste período que a casa assume a nova denominação – Palácio Fryxell, e que são operadas importantes transformações no espaço.

A análise arquitectónica permitiu-nos determinar a origem de diversos elementos introduzidos nesta época, provenientes de outros edifícios, nomeadamente do convento de S. Francisco.

O último capítulo, dedicado à ocupação actual (séculos XX e XXI), remeteu-nos para uma análise mais específica e para um período em que foram feitas importantes transformações no edifício, para adequação aos serviços administrativos e directivos do Instituto Politécnico de Setúbal. São adicionadas novas comunicações verticais, alteram-se níveis de pisos e introduzem-se lajes de betão.

Apesar das transformações físicas operadas, é neste período que se devolve a dignidade ao espaço claustral, realizando-se pela primeira vez um projecto com fundamentação histórica, avivando-se a complexidade de estudo do edifício.

Apesar de todos os esforços feitos pela direcção do IPS, não foi ainda possível realizar o restauro da capela.

Como contributo para a Conservação do edifício, para além da análise arquitectónica, elaborámos a análise das anomalias da capela. Verificámos que diversas anomalias são consequentes das alterações ocorridas ao longo do tempo, na adaptação do edifício a novas funcionalidades. O conhecimento prévio da Arquitectura permitiu-nos entender de degradação da capela. Mais uma vez confirmámos a necessidade da Análise Arquitectónica.



RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES E OBRAS DE REABILITAÇÃO

---





Com este trabalho conseguimos identificar vestígios arquitectónicos do antigo colégio jesuíta e levantar hipóteses da implantação do colégio e dos três núcleos definidos pelo *Modo Nostro* jesuíta – núcleo residencial, núcleo escolar e igreja. Não foi possível ir mais além, como sugerir hipóteses formais da Arquitectura do colégio. Para o efeito sugerimos a consulta e análise dos projectos de colégios jesuítas não identificados da *Província Lusitana*, que estão à guarda da Biblioteca Nacional de França – a nós não nos foi possível efectuar esta pesquisa por limitações financeiras.

O actual acesso entre o corpo sul e o claustro é complexo e ilógico. Seria importante encontrar dados relativos ao nível original do corpo sul, o seu acesso vertical e comunicação ao claustro, para conhecimento da relação entre estes dois espaços: o corpo sul e o claustro. Para tal é fundamental a consulta do projecto de adaptação do convento cisterciense a moradia burguesa e do projecto de adaptação do palácio a sede do IPS.

Ficou por localizar e identificar no território o projecto do “convento das bernardas” que existe no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Para isso, é fundamental que este arquivo e o Arquivo Histórico Militar juntem esforços, com vista à localização e correspondência da memória descritiva que se perdeu na separação do acervo original.

É necessário aprofundar o estudo sobre a fábrica de transformação de cortiça de Francisco José Pereira. Seria muito interessante compreender a sua estrutura e dimensão, não só para a compreensão da evolução histórica do colégio de S. Francisco Xavier, mas também para o enriquecimento da história da indústria em Setúbal.

Alertamos os arqueólogos para a eventual presença de vestígios no subsolo e nos edifícios que se sobrepuseram à construção original. Como pudemos verificar o colégio de S. Francisco Xavier ocupava na cidade uma área muito maior que a área circunscrita ao Palácio Fryxell; desenvolvia-se a noroeste e contíguo à muralha, desde o Palácio Fryxell até ao pátio Gago da Silva, limite por nós identificado.

Recomendamos que em futuras obras neste limite, se elaborem levantamentos rigorosos, acompanhados de relatórios fotográficos exaustivos, sempre que sejam removidos rebocos ou qualquer tipo de revestimentos, demolidas paredes ou outros elementos arquitectónicos, para que permitam a compreensão das estruturas do antigo complexo jesuíta.

Futuros projectos deverão ter em consideração o valor patrimonial material e imaterial deste conjunto, e basear-se na análise da sua história, para qual esperamos ter contribuído.



BIBLIOGRAFIA

---



## FONTES MANUSCRITAS

### 1 – ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL (ADS)

#### Arquivo Particular Almeida Carvalho

Pasta 100/172, Pasta12/433, Pasta118/3.

#### Fundos notariais

Tabelião Eduardo Augusto de Faria Picão, Livros 63, 78 e 87

#### Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal

*Requerimento de Joaquim Patricio Fryxell à CMS para alargamento de portão.* 14 Janeiro de 1943.

*Requisição de licença de obras.* 25 Janeiro de 1943.

### 2 – ARQUIVO NACIONAL TORRE DE TOMBO

Memórias Paroquiais. “Dicionário geográfico de Portugal, Tomo 34”. 1758.

AHMF, *Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo.* Cx1995.

*Chancelarias Régias, D. José I,* L10 e L 81.

Ministério do Reino. D.G.A.P.C./2ª Repartição. Mç.5233, Lvº 29.

### 3 – ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU

Lus841PT

### 4 – ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Junta da Inconfidência, maço 133.

### 5 – CENTRO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO FERROVIÁRIA

*Linha do Sul e Sueste.*

### 6 – BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Manuscritos reservados

códice 11404

Colecção Pombalina

Cod. 475.

**FONTES IMPRESSAS**

*A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses: 250.º aniversário.* Catálogo da exposição, Lisboa BNP, 2009.

*Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, 2 Vls., Setúbal : Escola Superior de Educação de Setúbal 1990

**ALBINO, José Maria da Rosa.** *Roteiro da cidade de Setúbal*, Elvas, Tip. Elvense, 1892.

**ALDEN, Dauril.** "The making of na Enterprise - The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750". Stanford, Califórnia, Univerty Press, 1996

**ALMEIDA, Fortunato de.** "História da Igreja em Portugal", Vol.2. Porto, Portucalense, imp. 1967-imp. 1971

**ALVES, Francisco Silva.** "Conservar, reabilitando a história do edifício. A propósito das obras no claustro do antigo Colégio dos Jesuítas em Setúbal (Palácio Fryxell)". *III Encore – Encontro Sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*. Lisboa: LNEC, Maio de 2003.

**ANDERSEN, Hans Christian.** *Uma visita em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1984.

*Azulejos que ensinam* (Catálogo da exposição). Coimbra : Centro de Matemática da Universidade, 2007

**BRAGA, Paulo Drumond.** *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, Setúbal, 1998.

**CARVALHO, João Carlos de Almeida.** *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, 6 vls, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1972.

**CLARO, Rogério Peres.** *Setúbal no século XVIII*, Setúbal, 1993.

**CLARO, Rogério Peres.** *Setúbal de há cem anos*, 7 vols., Setúbal, Tipografia Rápida, 1976 a 1990.

**COSTA, António Carvalho da.** *Corografia Portuguesa, e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varões illutres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observaçoens.* Tomo III. ga : Typ. de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869

**DALMADA, Francisco Vaz.** *Tratado do sucesso que teve a nao Sam Joam Baptista, e iornada, que fez a gente que dela escapou, desde trinta, & tres grãos no Cabo da Boa Esperança, onde se fez naufrágio, até Zofala, vindo sempre marchando por terra.* Em Lisboa : por Pedro Craesbeck, 1625



Análise arquitectónica

**DIAS, Maria Helena; IGE.** *Portugalliae Civitates: Perspectivas cartográficas militares*, Lisboa, Instituto Geográfico Exército, 2008

**ENVIA, Manuel.** *Prosas regionais, coisas de Setúbal, factos populares e descritivos de homens e episódios da segunda metade do século XIX*, Setúbal, ed. a., 1947.

**FRANCO, José Eduardo.** *O mito dos Jesuítas. Vol.1 – Das origens ao Marquês de Pombal*, Lisboa, Gradiva, 2006

**FRANCO, José Eduardo** (dir.). *Dicionário histórico das Ordens, Institutos religiosos e outras formas de vida consagrada em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010

**FREIRE, Henrique.** *A Prophecia ou a edificação do Convento de Jesus – Tentativa histórica setubalense*, Lisboa: Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1864.

**GARCIA, Fernando (João Semana),** *A Physionomia de Setúbal*, Setúbal, Tip. Mascarenhas, 1916.

**GUERRA, Luís de Bivar.** *Documentos para a história da arte em Portugal – Colégios de Lisboa, Setúbal, Santarém, Évora e Elvas (Companhia de Jesus) do Arquivo do Tribunal de Contas. Vol.12* Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1972

**LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho,** *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico, de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, Lisboa, Matos Moreira & Companhia, 1880.

**LOPES, José Manuel Madureira; QUINTAS, Maria da Conceição.** *Setúbal a «la minute», através do postal ilustrado*, Setúbal, 1999.

**MARTINS, Fausto Sanches.** *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas em Portugal. 1542-1759: Cronologia, artistas, espaços.* Dissertação de Doutoramento em História da Arte. Universidade do Porto. 1994

**NUNES, Lígia.** *Sistemas de mediação, elementos construtivos e espaciais - O exemplo da arquitectura das casas monásticas femininas de clausura.* In, *e-LP Engineering and Technology Journal*, V.2, 2011.

**OLIVEIRA, Paulino de.** *O Mez, Chronica da vida setubalense*, Setúbal, 1894.

**PIMENTEL, Alberto.** *Memória sobre história e administração do Município de Setúbal*, Lisboa, C.M. de Setúbal, 1877.

**PORTELLA, Manuel Maria.** *Notícia dos monumentos nacionaes e edificios e logares notáveis do concelho de Setúbal*, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira & Cardosos, 1882.

**PORTELA, Manuel Maria.** *Anotações ao capítulo sobre Setúbal no Portugal antigo e moderno*, Setúbal, Tip da Casa Havanesa, 1895.

**PORTELA, Manuel Maria.** *Diário histórico setubalense*, Setúbal, Tip. Santos, 1915.

**QUINTAS, Maria da Conceição.** *Setúbal nos finais do século XIX*, Lisboa, Caminho (Coleção Universitária), 1993.

**QUINTAS, Maria da Conceição.** (coord.). *Monografia de S. Julião, Setúbal*, Lisboa, Caminho, 1993.

**QUINTAS, Maria da Conceição.** *Porto de Setúbal, um actor de desenvolvimento: história de um passado com futuro*, Lisboa, APSS, 2003.

**RODRIGUES, Francisco.** *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto : Liv. Apostolado da Imprensa, 1931.

**SANTOS, Maria Luísa Gil dos.** *O ciclo vivencial do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa - Dissertação de Mestrado em História Moderna*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.

**SILVA, José António Januário da.** *Roteiro da cidade de Setúbal*, Setúbal, Tip. Nova Havaneza, 1891.

**SILVA, José Custódio Vieira da.** *Setúbal*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

**SIMÕES, J. M. dos Santos.** *Azulejos em Portugal no século XVIII*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1979

*Sphaera Mundi: A ciência na Aula da Esfera – Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, Lisboa, BNP, 2008

*Subsídios para o Estudo da História Local*. Ano 1, Nº1, Setúbal, CMS.

**TELLEZ, Balthazar.** *Chronica da Companhia de IESU na Provincia de Portugal*. 2 vls. Lisboa 1645.

**VALLERY-RADOT, Jean.** *Le recueil de plans d'édifices de la Compagnie de Jesus conserve a la Bibliothèque Nationale de Paris*. Roma, IHSI, 1960

### 3- PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

*Comércio de Setúbal (O)*, 1899-1901.

*Districto (O)*, Setúbal, 1886-1908.

*Elmano (O)*, Setúbal, 1890-1922.

*Germinal*, Setúbal, 1903-1911.

*Setubalense (O)*, Setúbal, 1855-2005.

*Trabalho (O)*, Setúbal, 1900-1921.







## ANEXO 1

Transcrição parcial do cap. XXI do “Tratado da antiga e coriosa fundação do convento de Iesu de Setuval - composto pella Madre Soror Leonor de S. João Religiosa do dicto convento e Abadesa. Ano de 1630”

Fólios 78v a 81. Códice 11404 manuscritos reservados BNP.

Transcrição: Inês Gato de Pinho; Revisão: António Cunha Bento

**Cap XXI que declara ser este conv<sup>o</sup> a Hermida de Nossa Snra dos Anjos que o mesmo conv<sup>o</sup> comprou, e os danos que cauzou a licença que derão para otra Hermida as provas da terra e Rocio do Conv<sup>o</sup> lemite do adro sagrado fora da Igreja.**

*No principio deste livro fica dito como antigamente a misericórdia desta villa estava junto da terra em que se fundou este convento e depois a passarão para dentro dos muros ficando a antigua hermida chamada Nossa Snra dos Anjos sugeita aos irmãos da Misericórdia, para que tinha dado muitos anos antes em doação hum Fidalgo chamado Rodrigo Annes de Atouguia mas as madres antigas temendo, ou para melhor dizer profetizando que no tempo vindouro fizesse prejuízo e danno á clausura a vizinhança da dita hermida ordenarão compralla para a mandar derribar o que fizeram pedindo para isso esmolas ao Rey e nobres dos Povos dando a dita Misericordia cento e quinze mil reis, desta compra temos no cartório hum feito e escritura por ordem judicial, e testemunhas declarando que tudo o mais que val a Hermida, chão e caza ao redor dão a este convento de esmola pella devoção que lhe tem, acostada a dita escritura há otra, em que consta tomar o procurador do convento posse pacifica da dita hermida, e o mais; e assim temos huma doação do anno mil e quinhentos e quarenta e sinco, porque consta como Lourenço Moreno, fidalgo da Caza del Rey deo a esta duas Cazinhas que tinha junto da mesma hermida, a qual se não derribou por certo escrúpulo que algumas Madres tiveram, mais piedoso que necessário, mandando por nella huma imagem de vulto da Virgem Nossa Snra. Dos Anjos que tem feito muitas mercês, no anno de mil e quinhentos setenta e sinco mandou EIRey Dom Sebastião aos clérigos de São Julião não tomassem as ofertas que vinhão a dita hermida por serem deste conv<sup>o</sup> o que se largou aos clérigos por certas cauzas e ser pe de altar, que só a eles convem, no mesmo tempo pedio o próprio Rey Dom Sebastião á Madre Abbadeça e mais religiosas á dita Hermida a troco de maiores merces para edificar nella huma Caza aos Padres da Companhia de JESUS o que a Madre Abbadeça lhe negou, em seo nome e das mais com palavras e razões tão cortezes, como edificativas em favor da clausura do seo conv<sup>o</sup> e assim EIRey ficando sem o que pedira e muito desejava louvou a negação, e intentos della; dali a alguns annos se concedeo a pessoas devotas o que a EIRey se negára, pedindo licença para se fazer a par da Hermida velha otra para Nossa Snra do Socôrro, e a edificação de altura e largura muito maior do que se cuidou, cauzando enfadamento as religiosas mormente hum campanario que intentavão*

*fazer em lugar alto que devassava as officinas e plantar arvores no campo por onde se queicharão a ElRey Phelipe 3º o qual mandou cessar as obras do campanario e cortar as árvores com sentença final, no convento ha muitas escrituras porque consta ser a Hermida deste convento cujo defensor foi o Padre Fr. Rodrigo de Santhiago nosso Confessor que fes novas certidões de todos os Alvarás das merces que os Reis tinham concedido a este convento mostrando a carta de venda porque consta comparse a Hermida com as cazas e chão para que em nenhum tempo se fizesse ali edeficio; mostrou mais huma sentença, pella qual foi julgada a este convento a terra e rocio desde o cano dágoa que vem para elle por detras da dita Hermida ate ao derradeiro arco que esta junto dos muros da villa, por onde o cano entra nella, e a largura da terra por diante da Igreja, e Convº chegava athe o valado e horta da fonte santa como consta por papeis autenticos, que estão no cartório deste convento em como a Hermida he do seo Padroado havendo mais huma provizão delRey Phelipe 3º que mandou dar para se demarcar a terra e rocio deste convº. mais concedeo otra para se mudar o campanário para detras da Hermida na altura que convinha ao resguardo da nossa clausura; e que se não fizesse obra nem se pozesse pedra nem árvore sem expressa licença das religiosas deste convento, tudo se executou e fes ficando firme para sempre fes se esta diligencia no marco de 1616 annos por Antonio de Amaral em presença de hum Desembargador os Confrades da Hermida, e o Padre Mestre Francº dos Reis definidor e jubilado em a sagrada theologia nosso confessor assignado pela Madre Abadeça e discretas. (...)*

**ANEXO 2**

Transcrição do manuscrito “Lista da Faz.<sup>da</sup> de Andre Velho Freyre e de sua mulher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.<sup>o</sup> de S. Fran.<sup>co</sup> Xavier” Fólios 011 a 012v. LUS84IPT, Archivum Romanum Societatis Iesu.

Transcrição: Inês Gato de Pinho; Revisão: António Cunha Bento.

***Lista da Fazenda de Andre Velho Freyre e de sua mulher D. Phelipa de paredes; e he o Dote do Coll.o de S. Fran.<sup>co</sup> Xavier***

- *huma marinha em mutrena q. val. 0900\$000. Rende cada anno 160\$000*
- *outra marinha, em palma 0400\$000. Rende 130\$000*
- *hua herdade chamada molinhola 0500\$000. Rende dois moyos de cereais centeyo e quarenta alqueires de trigo. E hum porco e hum carn v.<sup>o</sup> e 2 galinhas.*
- *As cazas em q.<sup>e</sup> mora D. Phelipa 0650\$000. Rendem 025\$000*
- *outras cazas em q.<sup>e</sup> mora Ant.<sup>o</sup> Nunez 0200\$000. Rendem 014\$000*
- *outras ao postigo dos farinhas 0200\$000. Rendem 012\$000*
- *hua logea q serve de almazém 0100\$000. Rendem 008\$000*
- *outras cazas q tem postigo de D. Aldonça. 0150\$000. Rendem 018\$000*
- *outras no postigo da barbuda 0300\$000. Rendem 019\$000*
- *outras na rua das tavernas 0400\$000. Rende 030\$000*
- *outras junto a mesericordia 0150\$000. Rendem 0??\$000*
- *ouro & prata lavrada e Joyas 1200\$000*
- *dinheiro amoedado em ouro 1200\$000 gastos nos ...*
- *dinheiro dado a razão de juro a seis e 1 quartopor cento ..... 1211\$000*
- *Em quatro marinhas sete mil moyos de sal feito. a saber, nas marinhas do motrena e palma q são nossas, três mil quinhentos moyos e outros mil e quinhentos nas marinhas de Espime Bombaralha q<sup>e</sup> são da capella e passarão a seus herdeiros. Valendo 5600\$000*
- *Em Foros de Azeite ou azeite comprado ..... trinta e sete Alqueires..... 0150\$000*
- *Dinheiro q se emprestou, sem ser a razão de juro ..... 0076\$000*
- *mais noventa mil reys 0090\$000*

- deu mais o Sor Andre Velho freire e a Sr <sup>a</sup> D. Phelipa três mil cruzados com q <sup>o</sup> se comprou officio p <sup>a</sup> o Coll. <sup>io</sup> a saber; oito centos e sincoenta mil reis p <sup>a</sup> comprar as cazas de Manoel Sardinha;200rs p <sup>a</sup> comprar as cazas do P. João Nunes Velho. 230 P <sup>a</sup> comprar as cazas de Joseph de Cabedo monta tudo.....	1200\$000
- Mais dous mil cruzados q <sup>o</sup> se gastaraõ na Igreja da S.Cristia	0800\$00
-Mais dous cálices, e hu ornam. <sup>to</sup> p <sup>a</sup> a quaresma, hua vestimenta de ..... nova, & hu .... De ombros de ...	0100\$000
- mais hua armação de damascos	0100\$000
- outra armação de .....	0080\$000
- hua cama de damasco carmesim	0100\$000
- hua alcatifa g <sup>de</sup>	0060\$000
- três pequenas e hua dellas com ouro	0040\$000
- hua armação de panos de ras	0080\$000
- Duas colchas	0020\$000
- hu pavilhão de seda	0008\$000
- duas armações de .....	0020\$000
- vestidos ricos de D. Phelipa,	0050\$000
O q <sup>o</sup> tudo soma com a lauda a uns Desasseis contos e cento e trinta e sinco mil reys	

[assinatura ilegível]

Diogo d'Arede

- sobre tudo isto tem mais D. Phelipa hua caixa de asucar branco em sua casa p.<sup>a</sup> se vender; tem mais em Pernambuco hua letra do procedido de sinco quintais de marfim q.<sup>o</sup> se venderaõ em Angola, por via do P.e M.<sup>el</sup> de Mattos e devem ser cem mil rs pouco mais ou menos.

- mais hu g.de Almário de louça da China, com m.<sup>ta</sup> variedade de porsolanas.

- mais hua panella de estanho e o demais cobre da cozinha, como tachos, caldeiras, caldeirões

- mais camas ordinárias colchões, cobertores, ..... e grande quantidade de roupa branca, lençoes toalhas travesseiros. Almofadinhas, toalhas de meza, e guardanapos.

- mais escritórios, bofetes, contadores, cadeiras, cayxoes arcas, barris.

- mais o seu oratório, com imagens laminas e outros brincos e tudo isto val dinheiro de consideração. e se não mete no inventário da doacção por q.<sup>o</sup> como são couzas q.<sup>o</sup> andao diante dos olhos, lhe fique livre poder dar alguma couza destas a quem tiver gosto.



### ANEXO 3

Transcrição do manuscrito “Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes”

Fólios 003 a 004v. LUS841PT, *Archivum Romanum Societatis Iesu*.

Transcrição: Inês Gato de Pinho; Revisão: António Cunha Bento

#### ***Treslado do testamento de Donna Felippa de Paredes***

*Saibão quantos este instrumento virem como no anno do Nascim.<sup>to</sup> de nosso S.<sup>or</sup> IESU Christo de mil e seiscentos cincoenta e sete, aos 6 do mes de Setembro. Eu Donna Felippa de Paredes estando em meu perfeito juízo e entendimento que nosso S.<sup>or</sup> me deu e doente em hua cama e entrevada comendome(?) da morte e dozeiando(?) por minha Alma em caminho de Salvação por não saber o que Deos nosso S.<sup>or</sup> de mim quer fazer e quando será servido de me levar p<sup>a</sup> Sy faço este Testam.<sup>to</sup> na forma seguinte.*

*Pr<sup>a</sup> m.<sup>te</sup> Encomento minha Alma a Deos.*

*Rogo a Thome nunes Clemente e ao P.e Diogo de Areda da Comp<sup>a</sup> de IESU ou aquém adiante em seu lugar estiver, por serviço de nosso de nosso (sic) S.<sup>or</sup> e por me fazer M.<sup>e</sup>. queiram ser meus Testamenteyros.*

*Meu corpo será sepultado na Igreja de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier do Coll.<sup>o</sup> da Comp<sup>a</sup> de IESU. E podendo ser na mesma sepultura em que está meu Marido, Andre Velho Freyre, asy me enterraram. E quando não possa ser logo, me depozitaraõ junto dele atee que com o tempo possão nossos ossos estar na mesma sepultura. E fazendosse Ig<sup>ja</sup> nova, Tresladarão p<sup>a</sup> a Capella Mor dela nosso ossos como fundadores que fomos daquelle Coll.<sup>o</sup>, em a Ig<sup>ja</sup> em que agora está meu marido Andre Velho Freyre, em que eu mandei enterrar tambem (riscado). Quero, e ordeno, que na parede da parte do Evangelho se faça hum arco em que se ponha a sepultura do meu Marido e minha com hum Letreyro com nossos nomes declarando como fomos indignos fundadores daquelle Coll.<sup>o</sup>.*

*No que toca ao enterro de meu corpo, Off<sup>o</sup> da Sepultura; e sofragios de minha alma. .... dos Pdres da Comp<sup>a</sup> que foraõ como sua costumada caridade e amor, como eu fiz com meu marido.*

*Declaro que nesta Caza há a fazenda seguinte.*

*Hua marinha em Mutrena, outra marinha em Palma, hua erdade junto a Landeyra chamada molinhola, e estas cazas em que moro, outras cazas emcostadas a estas que tem a serventia na Rua de João Galo, em que mora Antonio Nunez Leytaõ. Mais Outras Cazas junto a estas q<sup>e</sup> tem a serventia no Postigo das Farinhas onde está porta principal das minhas cazas; Mais hua logea defronte das minhas cazas, que serve de Almazem. Mais outras cazas junto ao Postigo de Donna Aldonça em que mora Joam Roiz. Mais duas moradas de cazas no Postigo da Barbuda, em que mora Izabel Roiz. E Maria Correa. Mais outras cazas na Rua das Tavernas, em que mora Manoel de Mir.<sup>da</sup> e Leonor Rib.<sup>ra</sup>. Mas todas em outras cazas. Mais outras cazas junto a misericórdia q.<sup>e</sup> foram de Tesselam. Tenho mais em ouro e prata lavrada quinhentos mil reis pouco mais ou menos. Tenho mais hua Armação de Damascos amarelos e azuis; mais outra Armação de*

..... vermelhos e verdes. Mais uma cama de Damasco Carmesim com seu leyto. Mais outra cama de Roxa verde p<sup>a</sup> o mesmo leyto. Tenho mais todo o sal que se achar feito atee à hora de minha morte, nas duas marinhas assima nomeadas. E todo o sal que se fez até ó anno de seiscentos e sincoenta e sete. nas duas Marinhas de Bombarralha, Espim que pertencem a Capella q<sup>e</sup> ..... M.<sup>el</sup> Coelho e pertencia atee gora ao meu marido. Tenho mais em Lx<sup>a</sup> dez caixas de açúcar de que faz menção meu marido em seu codecilho. E nesta caza estão seis caixas de açúcar, de que se ham de fazer contas com M.<sup>el</sup> Peixoto. Como manda meu marido em seu codecilho. Tenho mais no Navio chamado Caza de Pobres de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier, a quarta parte o qual de presente fez viagem p.<sup>a</sup> Angola e não me consta ainda de que meu marido mandou nelle por sua conta. Na caravella de P.<sup>o</sup> Roiz que fez viagem p.<sup>a</sup> as Ilhas tenho cem mil reis, pouco mais ou menos. E em divida tenho algum dinheiro que pertence a esta ..... de que sabem meus Testamenteyros. E assim mais o dinh.<sup>to</sup> o que se achar na mesma caza de que sabem os mesmos. Tenho mais em poder de M.<sup>el</sup> Roiz Bacalhao, trezentos e sincoenta mil reis que meu marido lhe deu para comprar Certa Couza.

E porque meu marido André Velho Freyre e eu nos Resolvemos em nossa vida de fundar o Coll<sup>o</sup> de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier nesta Villa de Setuval. e dessa consta meu marido deixar por minha morte a parte que lhe pertence de nossos bens ao dito Coll.<sup>o</sup> Declaro, nomeio e instituo por meu Erdeiro Universal de tudo o que me pertence ao dito Coll<sup>o</sup> de Sam Fr.<sup>co</sup> Xavier e lhe trespaço a parte de nossos Bens que pertencem a meu Marido, por ele assim o ordenar em seu codecilho: os quais Bens são suficientes p.<sup>a</sup> que seiamos fundadores meu marido e eu, daquelle Coll.<sup>o</sup>. Recebamos da Comp.<sup>a</sup> os sufrágios e graças q.<sup>e</sup> custuma fazer aos fundadores de seus Coll.<sup>os</sup> e Cazas.

E dado cazo q.<sup>e</sup>o m.<sup>to</sup> R.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> Geral da Comp.<sup>a</sup> de IESU não não (sic) aceite esta fundação, deixo a parte que me pertence de meus bens a Mizericordia desta Villa para que delles me faça perpetuam.<sup>te</sup> sufrágios por minha Alma. Quero e ordeno que na Ig.<sup>ja</sup> em que meu marido e eu estivermos enterrados ponham os P.<sup>es</sup> da Comp.<sup>a</sup> hum Capellão de Boa Vida que todos os dias diga Missa pela Alma de meu marido e minha a que darão trinta mil reis de esmola cada anno.

Deixo que tanto q.<sup>e</sup> ouver comunicação entre este Reyno e o de Castela se mande a hua Religiosa chamada Soror Appolonia da Conceissam do Convento dos Anjos de Madrid hua letra de vinte mil Reis. E sendo já falecida se daram ao mesmo convento dose mil Reis.

Deixo a minha escrava Leonor, forra. E lhe darão os P.<sup>es</sup> vinte mil Reis que lhe deixa meu marido. E assim mais quarenta mil Reis que eu lhe deixo. de sorte que lhe fação secenta mil Reis com hua cama de roupa, com as pertenças da sua Caza. Como comf.<sup>a</sup> farao os P.<sup>es</sup> pello amor que ella sempre lhes teve. Deixo maisforro a Vivência, com quinze mil Reis que os P.<sup>es</sup> também lhe darão e lhe pesso muito queiraõ sempre ter cuidado com ella por senão perder.

E por q o S.<sup>or</sup> Prior deixou forra a Joanna depois de servir certa cantidade de annos a Andre Velho meu marido, com obrigação de lhe dar



*des mil Reis e hua cama de roupa. mando que esta cama de Roupa e des mil reis se lhe dem. E assim mais pello anos que me sirvio, vinte e sinco mil reis de modo que fação ao todo trinta e cinco mil Reis p.<sup>a</sup> o seu Cazam.<sup>to</sup>, E peço aos P.<sup>es</sup> tenham cuidado della p.<sup>a</sup> q senão perca. E Em caso que senão contene com isto que lhe deixo, revogaes este meu legado e averá por demanda dos P.<sup>es</sup> o que lhe pertencer de seu serviço.*

*Deixo mais a Felippa filha de Maria Roiz creada q.<sup>e</sup> foi minha e e por minha Afilhada vinte mil Reis p.<sup>a</sup> a ajuda de seu casam.<sup>to</sup>. Ordeno mais que os P.<sup>es</sup> da Comp.<sup>a</sup> dem as minhas ..... .. homens que lhes parecer o dó que he necessário para assistirem a meu enterro e off.<sup>o</sup>. Ordeno quês se mandem dizer Dozentas Missas pella Alma de meu p.<sup>to</sup> marido Luys Teyxeira e por descargo de minha consciência se em alguma coisa estou obrigada de que me não lembra.*

*Com isto dou por acabado este meu Testam.<sup>to</sup> e por ele revogo qualquer outro tenha feito antes, ainda que seja com juram.<sup>to</sup> e com as clausulas que aqui ajaõ de ser postas, de verbo ad verbum. as quaes hey por postas erelatas e quero q.<sup>e</sup> .... Este Testam.<sup>to</sup> valha e se cumpra por ser esta a minha ultima e derradeira vontade, e p.<sup>a</sup> cumprir todos os meus legados, e dar expedição a tudo o que no Testam.<sup>to</sup> ordeno, torno a pedir a Thome Nunes Clemente, e ao P.<sup>o</sup> Diogo de Areda da Comp.<sup>a</sup> de IESU, ou a quem em seu lugar estiver, queira aceitar por meus Testamenteyros, por Amor de nosso S.<sup>or</sup> como no Principio deste Testam.<sup>to</sup> peço aos quais e a cada um in solidum, dou todo o poder, que em direito posso e for necessario p.<sup>a</sup> q.<sup>e</sup> assim o façam cumprir e guardar, Setuval e de Setembro. 6<sup>o</sup> de 657.*

**ANEXO 4**

Transcrição do manuscrito “Provizão a D. Abbadeça do Mostr<sup>o</sup> de N. S<sup>a</sup> da Nazaret de Setubal”.

Chancelarias Régias, D. José I, L 81, fl.311v<sup>o</sup>, ANTT

Transcrição: Inês Gato de Pinho; Revisão: António Cunha Bento.

**Provizão a D. Abbadeça do Mostr<sup>o</sup> de N. S<sup>a</sup> da Nazaret de Setubal**

*Dom Joze, etc<sup>a</sup> faço saber que a Donna Abadeça do Real Mosteiro de Nossa Snr<sup>a</sup> de Nazareth de Setuval da Real Congregação de Nossa Snr<sup>a</sup> de Alcobaça Me representou por uma p.<sup>am</sup> que possaõ terem Agoa dentro da sua Clauzura, e não ser prejudicial ao Povo conceder-lhe hum anel de Agoa da Praça de S. Bernardo, requera á camara da dita Villa lhe fizesse a graça que ficava referida, assim como se havia praticado com as Rellegiozas de Jezus, e de S. João ao que o senado attendera p<sup>o</sup> Acordão que apresentava, porem cotemplando que p<sup>a</sup> mayor firmeza, e perpetua segurança da mesma graça necessitava de confirmação. Pedindome fosse servido mandar preparar Provizaõ de confirmação do dito Acordão, e visto que allegou a informação que houve pelo Corr<sup>or</sup> da Comarca de Setuval ouvindo os off<sup>es</sup> da Camara, Nobreza e Povo que não tiveraõ duvidas, e todos uniformem<sup>e</sup> convinhaõ na graça p<sup>ia</sup> supp<sup>e</sup> pretendida de hum anel de Agoa extrahida das sobras do Chafariz, que de presente se irigia na praça de S. Bernardo por se não seguir prejuizo do Povo, e tendo consideração ao mais que me foi presente em consulta da Meza do Meu Dezemb<sup>o</sup> do Paço. Hey por bem fazer merc<sup>e</sup> á Supp<sup>e</sup> de lhe confirmar como com effeito confirmo hey por confirmada a datta do Anel da Agoa a m<sup>ma</sup> Supp<sup>e</sup> refere: esta Provisaõ se cumprirá como nella se contem e valerá posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo de Ordenação em contrario digo de Ordenação. L<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> fls 40 encont<sup>o</sup>, e registará nos Livros da Camara da d<sup>a</sup> V<sup>a</sup> a todo o ? constar que no fim o ouve por bem. De q<sup>e</sup> pagou de Novos direitos quatrocentos Reis que se carregaraõ ao Thezour<sup>o</sup> della ap 319 do L<sup>o</sup> 5<sup>o</sup> de sua receita, e se registou o conhecimento em forma no L<sup>o</sup> 31 do Registo g<sup>al</sup> ap. 37. El Rey Nosso S<sup>r</sup> o mandou passar. O Expecial Mand<sup>te</sup> p<sup>los</sup> Menistros a baixo assinados do seu Conselho e seu Dez<sup>or</sup> do Paço Manoel Finura (?) da Rocha a fez em Lx<sup>a</sup> a 31 de Julho de 1776 annos. Desta 480 rs e de assinar 800 rs António ...*



**ANEXO 5**

Transcrição do manuscrito “Alvará de doação Real do Terreno de Palhaes em Setúbal”.

Chancelarias Régias, D. José I, L10, fls. 276 e 277, ANTT.

Transcrição: Inês Gato de Pinho; Revisão: António Cunha Bento.

***Alvará de doação Real do Terreno de Palhaes em Setúbal***

*Eu El Rey faço saber q<sup>o</sup> a Donna Abadeça das Religiosas de São Bernardo do Mostr<sup>o</sup> de Nossa Senhora da Nazareth, me representarão por sua p<sup>am</sup> q<sup>o</sup> sendo eu servido por m<sup>a</sup> real grandeza conceder as supp<sup>es</sup> para fundação do seu novo Most<sup>o</sup> do Colegio destruido q<sup>o</sup> fora dos Jesuitas de Setuval o qual estavam fundando com as rendas e producto do Mostr<sup>o</sup> extinto da Taboza q<sup>o</sup> proximam<sup>te</sup> se unira ao das Sup<sup>tes</sup> acharão q<sup>o</sup> este estava situado na melhor e mais fermoza Praça de Setuval a q<sup>o</sup> chamavaõ de Palhaes que principiara a povoarse depois do Terramoto do anno de mil setecentos e cincoenta e cinco, por ver q<sup>o</sup> era o melhor e mais saudavel sitio e ? for izento do que se estragou por ficar na encosta e subida da Vila para o Nascente livre da baixa pantanoza em q<sup>o</sup> ella se achava fundada, e porq<sup>o</sup> as Supp<sup>es</sup> em a nova obra do seu Mostr<sup>o</sup> tinhaõ feyto pela p<sup>e</sup> Sul da d<sup>a</sup> Praça a melhor perspectiva e pela pobreza dos moradores daquela vila não podia completar-se p<sup>a</sup> p<sup>e</sup> do Nascente não tinhaõ as Supp<sup>es</sup> duvida a q<sup>o</sup> sendo eu servido fazer mercê do terreno baldio do campo p<sup>a</sup> a p<sup>e</sup> do mesmo Nascente, como mostrava a planta q<sup>o</sup> ?? a povoar o d<sup>o</sup> Terreno de cazas, precisas p<sup>a</sup> fichar o quadro e persppectiva da mesma Praça em cuja obra não só ficava innobrecida aquela vila mas se empedia a grande multidaõ de area q<sup>o</sup> a innundaçaõ das Agoas das chuvas levavaõ a mesma vila com notavel prejuizo da saude publica; e porq<sup>o</sup> o d<sup>o</sup> Terreno baldio não constava mais q<sup>o</sup> de area solta imunda para a factura das propried<sup>es</sup>. Constava de duzentos e oytenta palmos de largura e duzentos e cincoenta palmos de fundo, o qual estava entre a fortificaçaõ da muralha nova e velha da V<sup>a</sup> e onde se faziaõ as paradas do Regm<sup>io</sup> militar Praça Me pediaõ fosse servido a m<sup>a</sup> real grandeza consder as Spp<sup>es</sup> a graça do d<sup>o</sup> terreno p<sup>a</sup> o d<sup>o</sup> effeyto no q<sup>o</sup> a d<sup>a</sup> Vila recebia hum grande aumento ao meu Real Erario mayor proveito no acrescimo dos direytos reais. E attendendo ao q<sup>o</sup> as Supp<sup>es</sup> representaraõ Hey por bem e por graça fazer m.<sup>oe</sup> i perpetua doaçãõ ao Seu Mostr<sup>o</sup> de Nossa S<sup>ra</sup> da Nazareth duzentos e oytenta palmos de frente, e duz<sup>os</sup> e cincoenta de fundo da p<sup>e</sup> do Nascente, no Terreno baldio do sitio de Palhaes , hoje Praça de S. Bernardo na Vila de Setuval na ? ficado demarcado na Planta q<sup>o</sup> deyxou a Menza do meu Dez<sup>o</sup> do Paço asinada por Clemente Izidoro Brandaõ official Mayor da Secretr<sup>a</sup> de Estado dos Negocios do Rn<sup>o</sup> e hey outrosim por bem conseder faculd<sup>e</sup> p<sup>a</sup> o mesmo Mostr<sup>o</sup> possa ? as propried<sup>es</sup> q<sup>o</sup> fizer edificar no sobred<sup>o</sup> Terreno dispensando na Ley feyta em contr<sup>o</sup> com tanto q<sup>o</sup> as d<sup>as</sup> proprd<sup>es</sup> fiquem sugeytas ao encargo real da decima, cuja obra sera construhya debayxo da inspecçaõ do Coronel Joze Bruno de Quevedo q<sup>o</sup> regulara o*

*prospecto(?) q<sup>e</sup> fizer a frente p<sup>a</sup> a sobred<sup>a</sup> Praça em forma q<sup>e</sup> o faça no q<sup>e</sup> for possível mais vstoza e mais nobre pelo q<sup>e</sup> mando aos meus Dez<sup>os</sup> do Paço q<sup>e</sup> sendo representado este Alvará por mim asinado e pasado pela m<sup>a</sup> chance<sup>ria</sup> mor do Rn<sup>o</sup> lhe façã passar carta de Perpetua Doaçã do referido terreno, na qual se tresladará este Alvará se cumprirá como nele se contem e a margem do registo do Decreto por q<sup>e</sup> este Alvará decretou e se porã a verba na secr<sup>a</sup> e pagaraõ de novos dir<sup>tos</sup> trinta q<sup>e</sup> descarregaraõ ao Thezr<sup>o</sup> de folhas 368 do L<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> de sua Sec<sup>a</sup> e se registou conhecimento em fr<sup>a</sup> no ? do Reg<sup>o</sup> G<sup>al</sup> a 205 //Lx<sup>a</sup> aos vinte e sinco de Agosto de mil setecentos settenta e dois.*

**ANEXO 6**

## Recolha cartográfica da Vila de Setúval / Setúbal – Séc. XVII a séc. XIX

Nº	Data	Título
01	1607-1617	[Planta de Setúbal], "Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache". ANTT
02	1634	[Planta de Setúbal], "El Atlas del Rey Planeta – La Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos de Pedro Teixeira (1634)", edição dirigida por Felipe Pereda e Fernando Marías, San Sebastián, 2003 (3ª edição), pp 340.
03	1642	<i>Copia da planta Planta da Villa arabaldes e postos vesinhos da notavel villa de setuval cum o desenho da fortificação cum que se pode sercar medida cum summa pontualidade e tracada pelo Inginiero João Gilot Coartel, mestre General do exercito.</i> BNP
04	1661	<i>Ciudad de Lisboa, 1661, a 4 de Febrero. Verdadera Relación del Porto de Lisboa y sus fortificaciones modernas que aún non están acabadas.</i> Krigsarkivet, Suécia
05	1673	[Planta de Setúbal] "Pratica da Arte de navegar composta por o Cosmógrafo Mor Luis Serram Pimentel - ano de 1673", edição de 1960 da Agência Geral do Ultramar.
06	1680?	[Planta de Setúbal] "Livro de varias plantas deste Reino e de Castela". BNP
07	1680	<i>Planta da Praça de Setúval,</i> "Livro de varias plantas deste Reino e de Castela". BNP
08	1680-1690	[praça forte de Setúbal] BNP
09	1689	<i>Cittá di Setuval, ó S. Ubes, Nel Portugallo.</i> Histórias da região de Setúbal e Arrábida, Volume 1.
10	1693	<i>Planta da Praça de Setúbal.</i> ANTT
11	1705	<i>Plan de la ville de Setubal, en Portugal, dans la province de Estramadura, à huit lieues de Lisbonne, 1705.</i> BNF
12	1793	<i>Planta do lado da parte do Mar//na Villa de Setúbal//Tirada no</i>

- terreno em// 8 bro d'.... 1793,  
BMP
- 13 1805 *Planta da vila de Setuval, levantada por ordem de S. A. R. debaixo da inspecção da R. Junta dos Tres Estados, por Maximiano Jozé da Serra, Sarg.º Mor. do Real Corpo de Eng.s, em 1805.*  
GEAEM/DI
- 14 1804-1820 *Planta da praça e villa de Setuval, levantada em 1804 por Maximiano Jozé da Serra, Coronel do Real Corpo de Engenheiros ; dezenhada por Caetano Jozé Vaz Parreiras, 2º Tenente do mesmo Corpo, em 1820.*  
GEAEM/DI
- 15 1804-1820 *Planta da praça e villa de Setuval, levantada em 1804 por Maximiano Jozé da Serra, Coronel do Real Corpo de Engenheiros, e desenhada por Caetano Jozé Vaz Parreiras, 2º Tenente do mesmo Corpo, em 1820 ; copia por Libanio Alexandrino de Freitas e Lima, desenhador.*  
GEAEM/DI
- 16 1804-1820  
-1868 *Planta da praça e villa de Setuval, levantada em 1804 por Maximiano Jozé da Serra, Coronel do Real Corpo de Engenheiros, desenhada por Caetano Jozé Vaz Parreiras, 2º Tenente do mesmo Corpo, em 1820 ; copiada no Archivo Militar por José Maria da Silva Junior, em Agosto de 1868.*  
GEAEM/DI
- 17 s/d *Planta da praça e villa de Setuval.*  
GEAEM/DI
- 18 1813-1816 *Carta topographica militar do terreno da península de Setúbal.*  
AHM
- 19 1826 *Parte da costa de Setubal e Rio Sado : copia : desenho que acompanha o officio de 5 de Junho de 1826 do chefe do R.al Corpo d'Engenheiros.*  
GEAEM/DI
- 20 1834 *Villa de Setubal, levantado por Caetano Alberto Maia, 2º Tenente do Corpo d'Engenheiros, em 1834 ; copiada por J. Severo Cunha, em 1888, que fez algumas rectificações nos nomes dos baluartes, em harmonia com outra planta existente no Com.do G.al d'Eng.ª ; D.ção G.al do S.ço d'Eng.ª, 18-1-905, E. B. Lamy, Cap.ão d'Inf.ª, d.ôr*  
GEAEM/DI
- 21 1834 *Planta das fortificações da villa de Setubal que de ordem de S. M. I. o Duque de Bragança levantou o 2º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Caetano Alberto Maia, no anno de 1834,*  
GEAEM/DI.



DE COLÉGIO DE S. FRANCISCO XAVIER A PALÁCIO FRYXELL

Análise arquitetónica

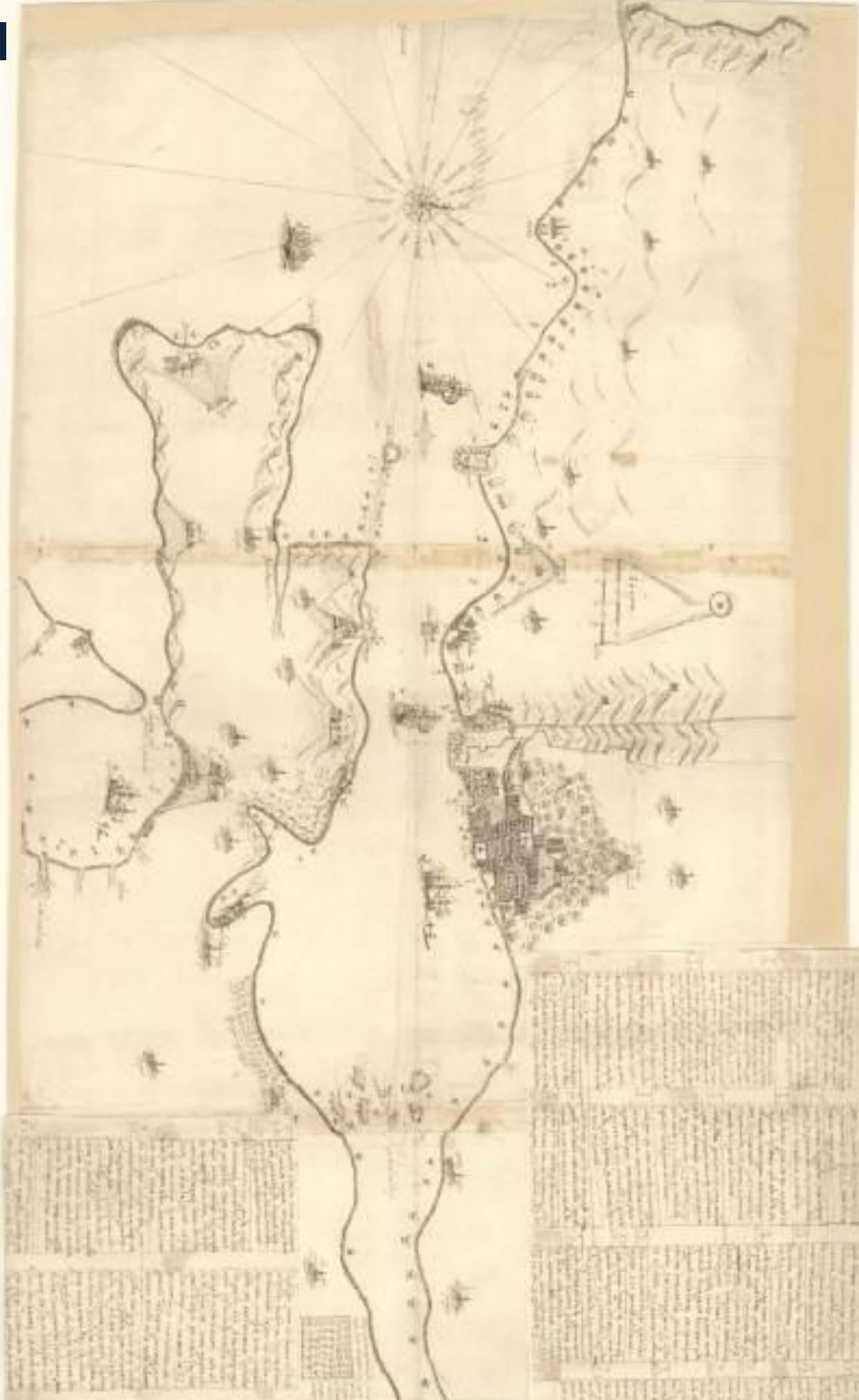


# BARRAY PVERTO DE SETUBAL



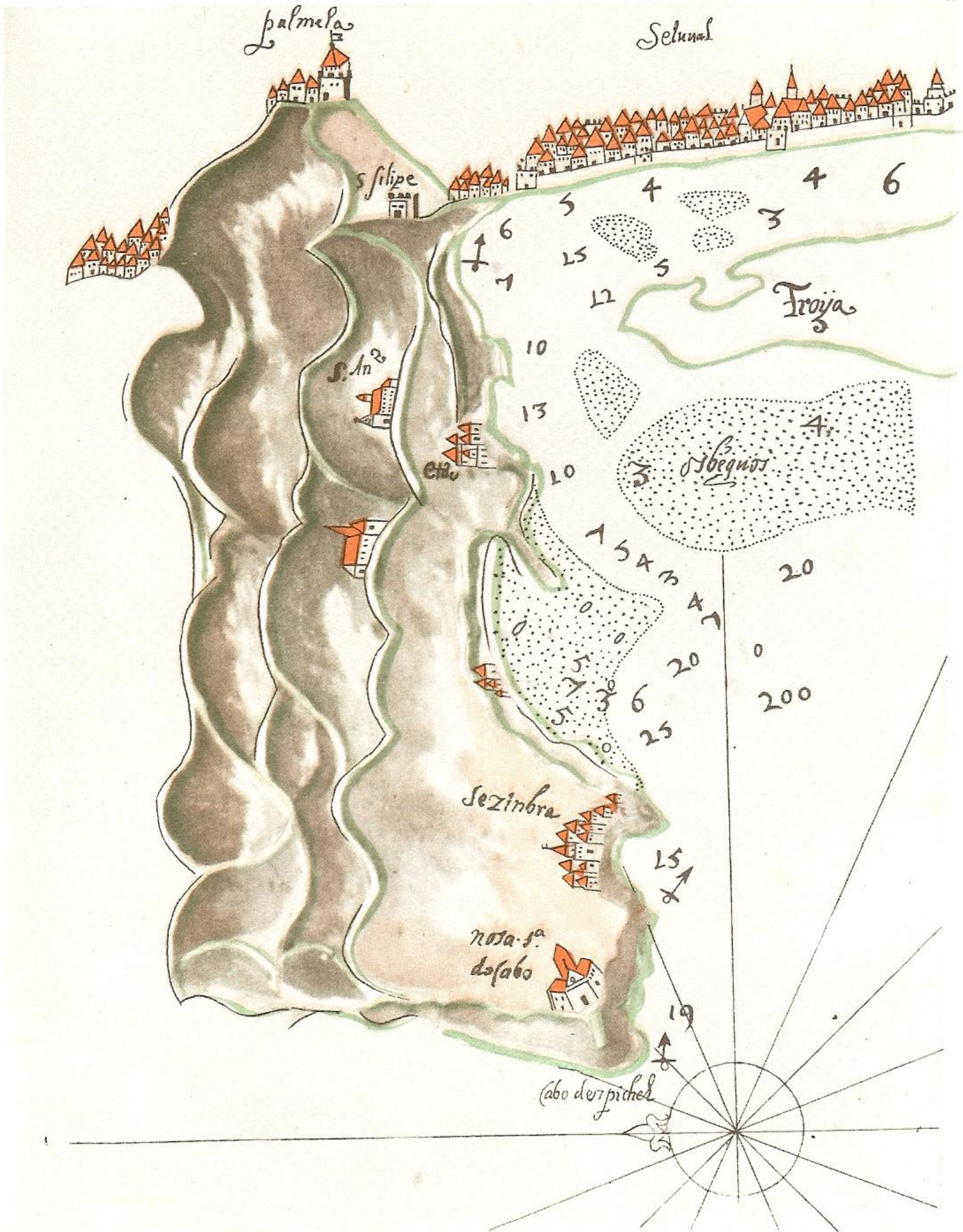






Handwritten text in a cursive script, likely a legend or description of the map's features.

Handwritten text in a cursive script, likely a legend or description of the map's features.



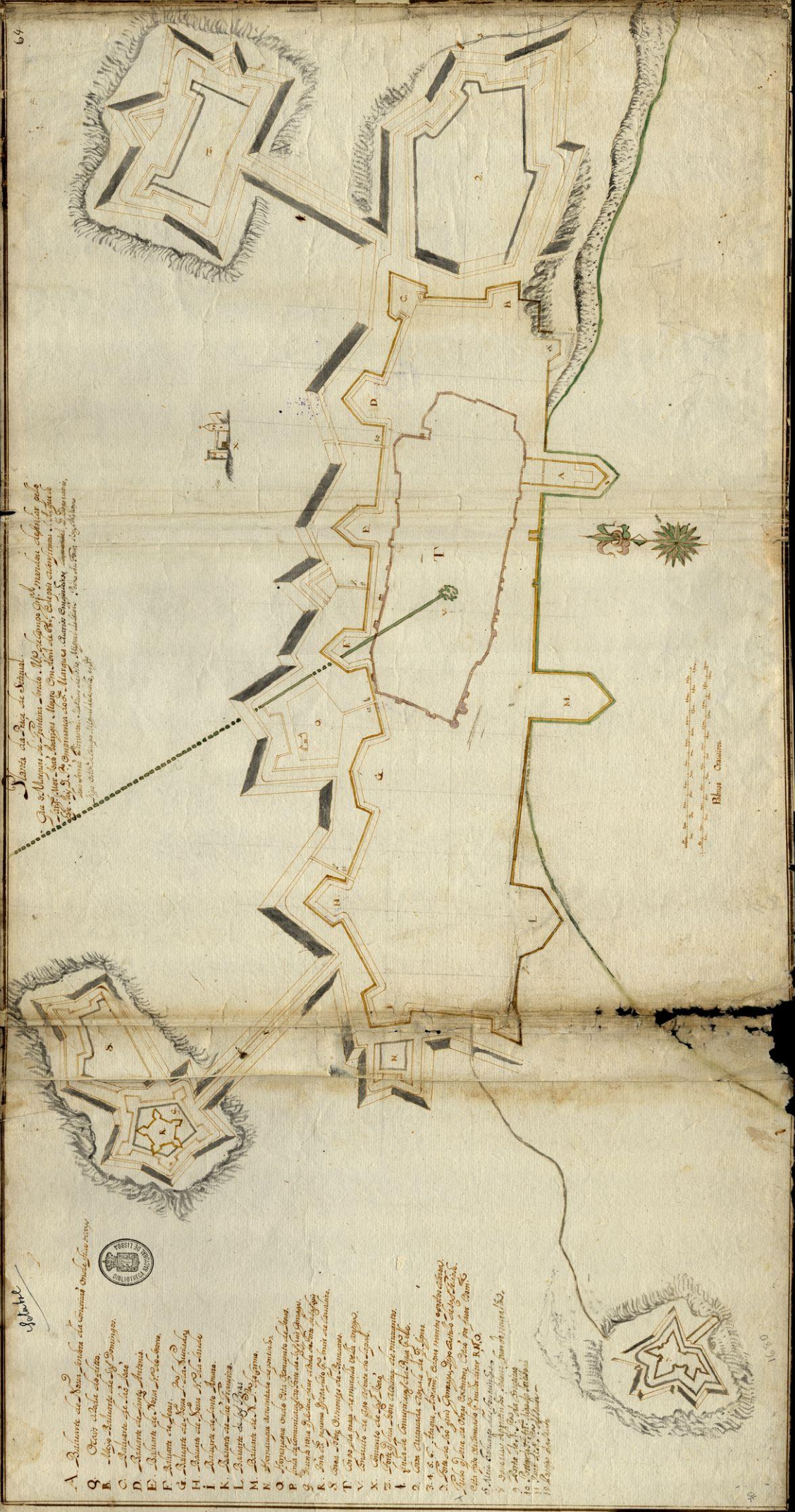
ESTAMPA VIII — SETÚBAL, CEZIMBRA E CABO ESPICHEL

Rio de Seiwual



- A. Reduere de N.º de Casados de N.º
- B. Village de Seiwual de N.º de Casados
- C. Reduere de N.º de Casados
- D. Reduere de N.º de Casados
- E. Reduere de N.º de Casados
- F. Reduere de N.º de Casados
- G. Reduere de N.º de Casados
- H. Reduere de N.º de Casados
- I. Reduere de N.º de Casados
- K. Reduere de N.º de Casados
- L. Reduere de N.º de Casados
- M. Reduere de N.º de Casados
- N. Reduere de N.º de Casados
- O. Reduere de N.º de Casados
- P. Reduere de N.º de Casados
- Q. Reduere de N.º de Casados
- R. Reduere de N.º de Casados
- S. Reduere de N.º de Casados
- T. Reduere de N.º de Casados
- V. Reduere de N.º de Casados
- X. Reduere de N.º de Casados
- Y. Reduere de N.º de Casados
- Z. Reduere de N.º de Casados





*Plan de la Ville de Siquat.  
 Du de Meuse de l'Empire de France. Le 17. Mars 1757. Le Sieur de Siquat  
 Capitaine de Compagnie de la Ville de Siquat. Le 17. Mars 1757.  
 Le Sieur de Siquat. Capitaine de Compagnie de la Ville de Siquat.  
 Le Sieur de Siquat. Capitaine de Compagnie de la Ville de Siquat.  
 Le Sieur de Siquat. Capitaine de Compagnie de la Ville de Siquat.*

*Échelle de Toises*

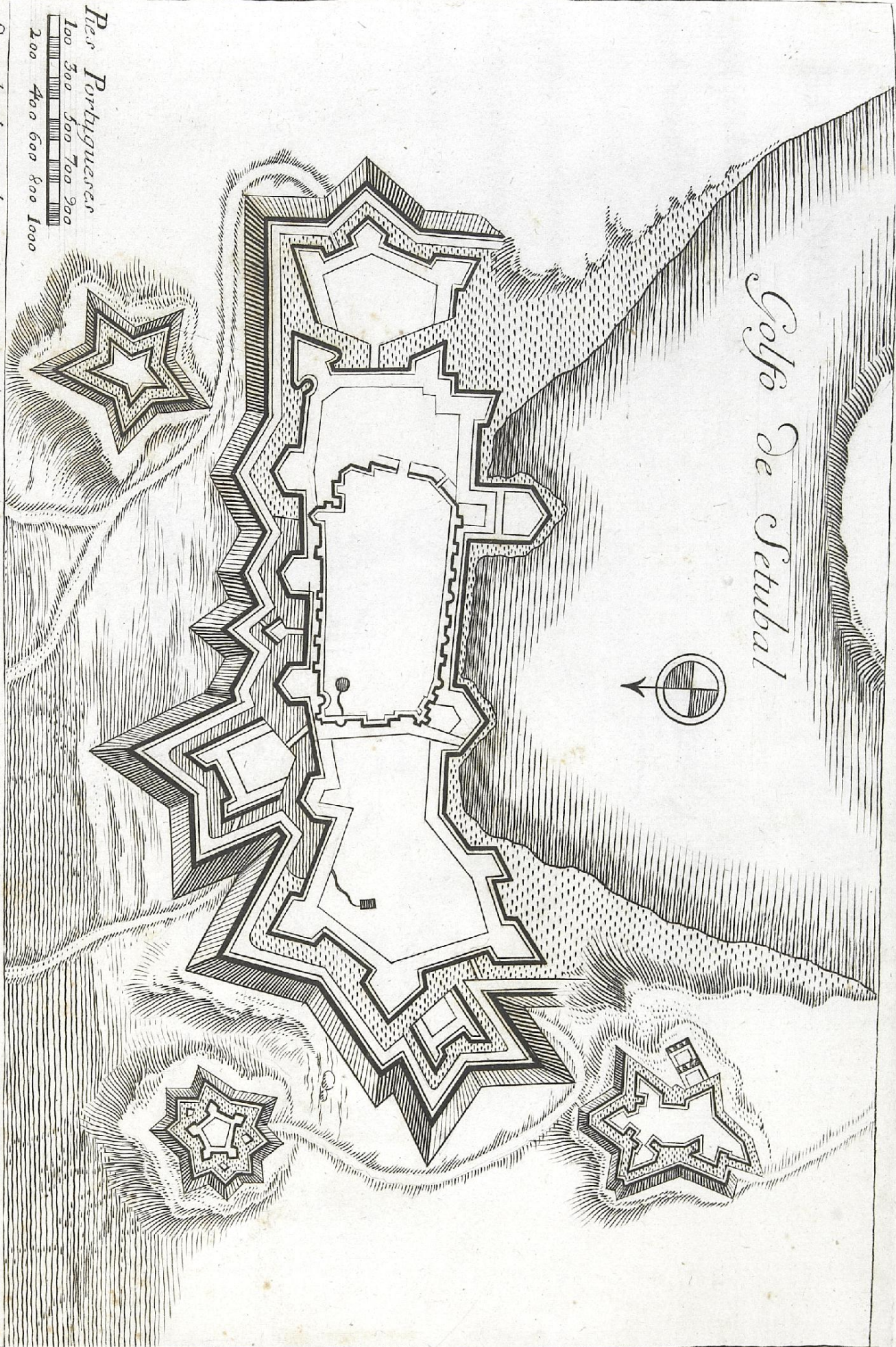
*Spital*

- A. Bâtime de la Ville de Siquat.
- B. Bâtime de la Ville de Siquat.
- C. Bâtime de la Ville de Siquat.
- D. Bâtime de la Ville de Siquat.
- E. Bâtime de la Ville de Siquat.
- F. Bâtime de la Ville de Siquat.
- G. Bâtime de la Ville de Siquat.
- H. Bâtime de la Ville de Siquat.
- I. Bâtime de la Ville de Siquat.
- K. Bâtime de la Ville de Siquat.
- L. Bâtime de la Ville de Siquat.
- M. Bâtime de la Ville de Siquat.
- N. Bâtime de la Ville de Siquat.
- O. Bâtime de la Ville de Siquat.
- P. Bâtime de la Ville de Siquat.
- Q. Bâtime de la Ville de Siquat.
- R. Bâtime de la Ville de Siquat.
- S. Bâtime de la Ville de Siquat.
- T. Bâtime de la Ville de Siquat.
- Y. Bâtime de la Ville de Siquat.



1650

*Setubal, en la Estremadura Portuguesa, es puerto de Mar famoso, a 7 leguas de Lisboa, esta plaza fortificada con bastiones, y medios bastiones, y muchas obras exteriores, en su cercania hai 3. fuertes sobre 3. alturas.*

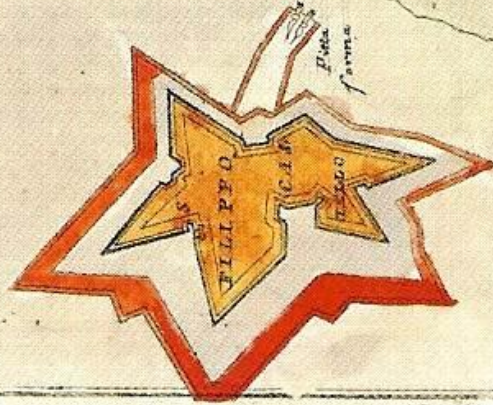


Il Forte S. Luigi

è in Altona, che domina la Città



S. Francesco



Questo Castello S. Filippo è in Altona che domina la Città

S. Giovanni

N. S. M. Sacro

Loue

Albergo, che ha la Città

S. Domenico

S. Sebastiano

S. Maria

S. Antonio

S. Giuseppe

S. Michele

S. Lucia

S. Rocco

S. Vito

S. Eustachio

S. Felice

S. Agostino

S. Andrea

S. Pietro

S. Paolo

S. Matteo

S. Giacomo

S. Simone

FIOCI DEL FIUME

ZADAO N

SOPRA L' OCEANO

TROIA

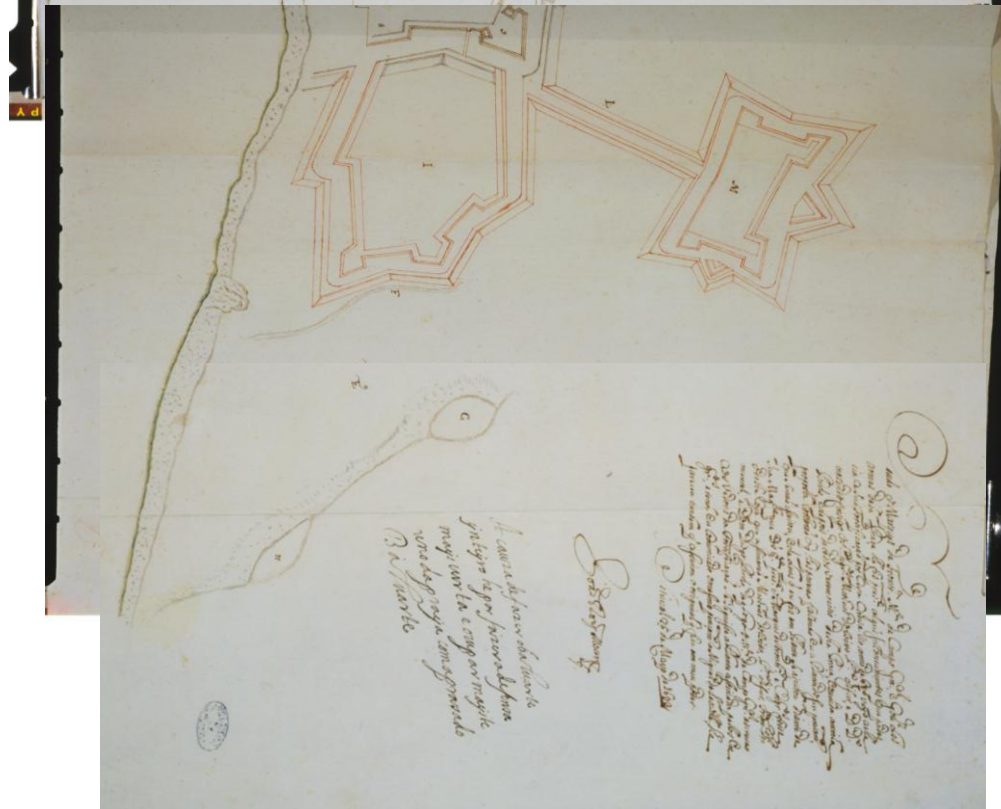
N. S. M. de Troia

CITTA  
 DI  
 SE-TU-VA-L-E-SUB-E-S  
 Nel Portogallo  
 Descritta e Dedicata  
 DEL  
 P. Cosmografo Coronelli  
 All' Illustrissimo Signore  
 CONTE CAMILLO LABARELLA  
 Nobile P. S. S. S.  
 Promossa dall' Illustrissimo S. Conte Andrea

*Handwritten notes in a cursive script, likely a list of instructions or a legend for the map. The text is arranged in several columns and includes various letters and numbers.*



*Handwritten signature or name, possibly 'P. de la...'. Below it, the number '187' is written.*



*Handwritten notes in a cursive script, continuing the text from the top page. It includes a signature and several lines of text.*

*Handwritten notes in a cursive script, including a signature and a few lines of text.*

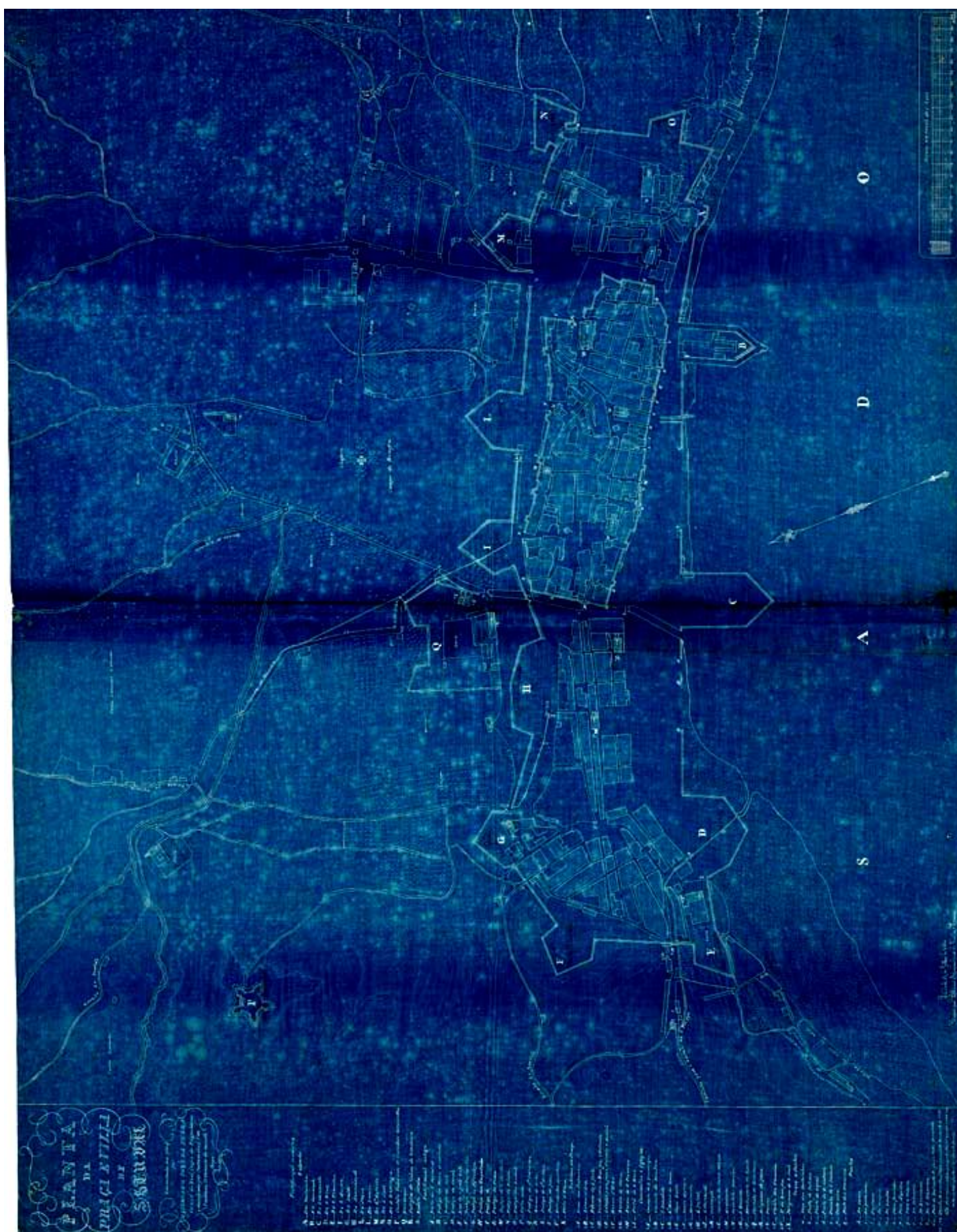














# Planta da Villa de Setúval.

- A. Pal. do Conçepção. H. Pal. do Espírito.
- B. Pal. do Sacramento. I. Pal. do Sacramento.
- C. Pal. de S. Brás. K. Pal. de S. Antonio.
- D. Pal. de S. Francisco. L. Pal. de S. Joao.
- E. Pal. de S. Amaro. M. Pal. de S. Domingos.
- F. Pal. da Graça. N. Pal. das Trindades.
- G. Pal. da Annunciação. O. Paroquias de Jesus.

- a. Ponte de Fátima. x.
- b. Ponte do Espírito. y.
- c. Ponte de S. Brás. z.
- d. Ponte das Condições. 1.
- e. Chafariz de Bomfim. 2.
- f. Ed. de Carlos p. a Moura. 3.
- g. Ed. de Algodão. 4.
- h. Ed. N. p. Palmella. 5.
- i. Ed. p. Palmella. 6.
- j. Ed. p. Azetive. 7.
- k. Cam. p. a Cad. S. Felipe. 8.



- 1. Conç. dos Grilos.
- 2. Conç. de S. Domingos.
- 3. S. Sebastião.
- 4. S. Maria.
- 5. Corpo Santo.
- 6. S. Antonio.
- 7. Conç. de S. Joao.
- 8. Misericórdia.
- 9. S. João.
- 10. S. Christovão.
- 11. Carmo.
- 12. Carmelitas Descalças.
- 13. Annunciação.
- 14. Recolimento da Solidade.
- 15. Trinas.
- 16. Recolimento da Graça.
- 17. Bon. Moré.
- 18. Religioza de Jesus.
- 19. Religioza de S. Joao.
- 20. S. Joao.
- 21. Terceiros.
- 22. S. Francisco.
- 23. S. Joao de Bomfim.







181 - 4. 9. 1910  
P-52

- 1. Admonition de S. Basile
- 2. Synagogue (ancien) (ancien)
- 3. Synagogue (ancien) (ancien)
- 4. Le S. Basile
- 5. Le S. Basile (de la rue)
- 6. Le S. Basile (de la rue)
- 7. Le S. Basile (de la rue)
- 8. Le S. Basile (de la rue)
- 9. Le S. Basile (de la rue)
- 10. Le S. Basile (de la rue)
- 11. Le S. Basile (de la rue)
- 12. Le S. Basile (de la rue)
- 13. Le S. Basile (de la rue)
- 14. Le S. Basile (de la rue)
- 15. Le S. Basile (de la rue)
- 16. Le S. Basile (de la rue)
- 17. Le S. Basile (de la rue)
- 18. Le S. Basile (de la rue)
- 19. Le S. Basile (de la rue)
- 20. Le S. Basile (de la rue)
- 21. Le S. Basile (de la rue)



Escala de 1:10000  
 0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100  
 metros

Este plano fue levantado en 1875 por el Sr. D. Juan de Dios...  
 D. Juan de Dios...  
 1875

